AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros

QUEM SOMOS
A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS

LUIZ WERNECK VIANNA
MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
MARCELO BAUMANN BURGOS

AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros

QUEM SOMOS
A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS

LUIZ WERNECK VIANNA
MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
MARCELO BAUMANN BURGOS

Rio de Janeiro, novembro de 2018

AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros

DIRETORIA

PRESIDENTE:
Jayme Martins de Oliveira Neto – APAMAGIS/SP

VICE-PRESIDENTES:
Francisco Borges Ferreira Neto – AMERON/RO
Heyder Tavares da Silva Ferreira – AMEPA/PA
Jerson Moacir Gubert – AJURIS/RS
José Arimatéa Neves Costa – AMAM/MT
Julianne Freire Marques – ASMETO/TO
Maria Isabel da Silva – AMAGIS/DF
Maurício Pizarro Drummond – juiz do trabalho/RJ
Nelson Missias de Morais – AMAGIS/MG
Paulo César Alves das Neves – ASMEGO/GO
Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira – AMAB/BA
Renata Gil de Alcantara Videira – AMAERJ/RJ

COORDENADORES:
Justiça Estadual: Frederico Mendes Júnior – AMAPAR/PR
Justiça do Trabalho: Diego Petacci – AMATRA 2/SP
Justiça Federal: Renata Lotufo – AJUFE/SP
Justiça Militar: Paulo Adib Casseb – AMAJME/SP
Aposentados: Alemer Ferraz Moulin – AMAGES/ES

CONSELHO FISCAL:
Helvécio de Brito Maia Neto – ASMETO/TO
José Anselmo de Oliveira – AMASE/SE
Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz
de Oliveira – APAMAGIS/SP

SECRETÁRIO-GERAL:

Átila Naves Amaral – ASMEGO/GO

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO:
Ricardo Silveira Dourado - ASMEGO/GO

TESOUREIRO:
Márcio José Tokars – AMAPAR/PR

TESOUREIROS-ADJUNTOS:
Maria Rita Manzarra de Moura Garcia - AMATRA 21/RN
Rafael Sandi – AMC/SC

QUEM SOMOS
A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS

COMISSÃO CIENTÍFICA DA AMB

COORDENADOR:
Ministro Luis Felipe Salomão

COORDENADORA- ADJUNTA:
Renata Gil de Alcântara Videira - RJ

MEMBROS:
Durval Augusto Rezende Filho - SP
Marcia Correia Hollanda - RJ
Michelini de Oliveira Dantas Jatobá - PB

NOTA DOS AUTORES

Este catálogo foi concluído em novembro de 2018, e reúne a tabulação de todos os dados obtidos como resposta ao questionário enviado a magistrados brasileiros, ativos e inativos, bem como aos ministros dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal. Tem como objetivo traçar um quadro amplo da magistratura, da sua relação com o Direito e com o sistema de justiça, da sua rotina profissional e condições de trabalho, a fim de contribuir para o aprimoramento institucional do Poder Judiciário, para o enfrentamento dos problemas que afetam o desempenho do juiz e para o melhor atendimento à sociedade. Trata-se, portanto, de material de consulta útil à reflexão e à tomada de decisões.

A pesquisa QUEM SOMOS. A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS, que teve na Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB seu móvel original, contou com o apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, instituição empenhada na reflexão sobre temas relevantes à vida nacional. Agradecemos, portanto, ao Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da AMB, e aos membros da direção da PUC-Rio, na pessoa do Reitor Prof. Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.. Ao longo da pesquisa, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ e a Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE se associaram aos esforços de divulgação da pesquisa e de atração de novos respondentes, pelo que somos muito agradecidos à Dra. Renata Gil e ao Dr. Fernando Marcelo Mendes, seus respectivos presidentes.

Somos gratos também aos Ministros Luis Felipe Salomão e Antonio Saldanha Palheiros, que desempenharam funções estratégicas à consecução da pesquisa, e à Comissão instituída pela AMB para que acompanhasse a elaboração do questionário: Dr. Durval Rezende, Dra. Marcia Hollanda, Dra. Michelini Jatobá e Dra. Renata Gil. A eles se juntam os professores do Departamento de Informática da PUC-Rio – Rafael Nasser e Gustavo Robichez de Carvalho – que conceberam os procedimentos para a coleta de respostas.

Agradecemos ainda ao Dr. Paulo Perisse, amigo e consultor frequente; às sociólogas Paula Salles e Ana Paula Carvalho, pesquisadoras experientes que, tal como em outras oportunidades, nos auxiliaram nas diversas frentes da pesquisa; a Guilherme Almeida e Vanuza Maria Queiroz da Silva, doutorandos responsáveis pela organização da base de dados e por sua exposição na forma das tabelas que compõem este catálogo; e aos graduandos Lucas Machado e Caroline Bernardoni, pesquisadores em formação, que corresponderam plenamente às nossas demandas e expectativas.

Finalmente, aos amigos Desembargadores Miranda Rosa (*In memorian*), Thiago Ribas Filho, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e Dóris de Castro Neves, com quem, em 1996, iniciamos nossa imersão nesse universo de pesquisas sobre o Poder Judiciário, seremos sempre gratos por sua contribuição e generosa acolhida para a realização da enquete O PERFIL DO MAGISTRADO BRASILEIRO.

Luiz Werneck Vianna,
Maria Alice Rezende de Carvalho
Marcelo Baumann Burgos

SUMÁRIO

ÍNDICE GERAL DAS QUESTÕES 6

APRESENTAÇÃO
por Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da AMB e Ministro Luis Felipe Salomão (STJ) 15

APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO 16

I – INTRODUÇÃO 17

II - DETALHAMENTO DA AMOSTRA 20

III - O MAGISTRADO, O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA 26

III.1 – RITOS, SÍMBOLOS E MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO 26

III.2 – PODER JUDICIÁRIO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL 59

III.3 – FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 76

III.4 –RELAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM OS DEMAIS PODERES, COM A SOCIEDADE E COM A DEMOCRACIA 91

IV – FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO MAGISTRADO 112

V – CARREIRA NO JUDICIÁRIO: ROTINA E VIDA ASSOCIATIVA 137

V.1 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NA MAGISTRATURA 137

V.2 – ROTINA PROFISSIONAL E VIDA ASSOCIATIVA 196

VI – PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MAGISTRATURA 236

ÍNDICE DAS QUESTÕES

DETALHAMENTO DA AMOSTRA

Questão 1
Situação do magistrado ____ 20

Questão 2
Situação do magistrado por instância ____ 21

Questão 3
Ramo da Justiça ____ 21

Questão 4
Tipo de Vara dos magistrados da Justiça Estadual ____ 21

Questão 5
Estado onde exerce a magistratura ____ 22

Questão 6:
Situação do magistrado por Ramo da Justiça ____ 22

Questão 7:
Situação do magistrado por estado de atuação ____ 23

Questão 8:
Afastados: Motivo do afastamento ____ 24

Questão 9
Aposentados: Aposentou-se voluntariamente? ____ 24

Questão 10
Aposentados: Há quantos anos se aposentou? ____ 24

Questão 11
Aposentados: Por quantos anos exerceu, efetivamente, a magistratura? ____ 24

Questão 12
Aposentados: Que atividade profissional exerce hoje? ____ 24

Questão 13
Características do cargo atual ou do último cargo exercido ____ 24

Questão 14
Instância de atuação ____ 25

Questão 15
Magistrado da Justiça Estadual, substituto ou titular? ____ 25

Questão 16
Magistrado da Justiça Federal, substituto ou titular? ____ 25

Questão 17
Tipo de Vara dos magistrados da Justiça Federal ____ 25

Questão 18
Magistrados da Justiça do Trabalho: substituto ou titular? ____ 25

Questão 19
Tipo de Vara dos magistrados de 2° grau ____ 25

O MAGISTRADO, O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA
RITOS, SÍMBOLOS E MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO

Questão 20
Do uso da linguagem formal entre as partes ____ 27

Questão 21
Do uso de uma linguagem acessível durante as audiências ____ 29

Questão 22
Do uso da vestimenta adequada no ambiente forense ____ 30

Questão 23
Do uso da capa/toga ____ 31

Questão 24
Da exposição de tatuagens por parte de magistrados(as) em audiência/sessão ____ 32

Questão 25
Da presença de símbolos religiosos em ambientes do Judiciário ____ 33

Questão 26
Sobre a indicação de ministros do STF para cumprimento de mandatos ____ 34

Questão 27
Sobre o processo de seleção dos(as) magistrados(as) de segunda instância ____ 35

Questão 28
Sobre a atuação das corregedorias na fiscalização de condutas e de faltas funcionais ____ 37

Questão 29
Sobre a atuação das corregedorias na regulação e orientação da atividade judiciária ____ 38

Questão 30
Sobre a atuação das corregedorias junto aos magistrados de 2º grau ____ 39

Questão 31
Sobre a submissão dos ministros do STF a algum tipo de atividade correicional ____ 40

Questão 32
Sobre as prioridades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ____ 41

Questão 33
Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal:
a Justiça Restaurativa ____ 45

Questão 34
Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal:
metodologias de valorização humana pelo sistema penitenciário ____ 46

Questão 35
Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal: o uso do sistema
de videoconferência para realização de interrogatório e instrução do processo ____ 47

Questão 36
Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal:
a audiência de custódia como mecanismo de garantia processual do acusado ____ 48

Questão 37
Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal:
a aplicação das medidas cautelares pelo(a) magistrado(a) ____ 49

Questão 38
Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal:
o sistema de *plea bargain* (transação penal) ____ 50

Questão 39
Sobre a conciliação/mediação prévia obrigatória ____ 51

Questão 40
Sobre a conciliação/mediação obrigatória entre a sentença e o recurso ____ 52

Questão 41
Da segurança do (a) magistrado (a): escolta pessoal ____ 53

Questão 42
Da segurança do (a) magistrado (a): blindagem dos veículos oficiais ____ 54

Questão 43
Da segurança do (a) magistrado (a):
mudança de localização do fórum para áreas centrais da cidade ____ 55

Questão 44
Da segurança do (a) magistrado (a): alteração do horário de trabalho ____ 56

Questão 45
Da segurança do (a) magistrado (a): efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade ____ 57

O MAGISTRADO, O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Questão 46
Da natureza institucional do exercício da Magistratura ____ 59

Questão 47
Das prioridades para melhorar a eficiência dos tribunais ____ 61

Questão 48
Das prioridades para aproximar a população dos serviços do Judiciário ____ 64

Questão 49
Sobre a modernização tecnológica do Poder Judiciário: processo judicial eletrônico ____ 66

Questão 50
Sobre a modernização tecnológica do Poder Judiciário: julgamentos virtuais de recursos ____ 68

Questão 51
Sobre a modernização tecnológica do Poder Judiciário: uso de redes sociais para comunicação processual ____ 70

Questão 52
Sobre a modernização tecnológica do Poder Judiciário: utilização da inteligência artificial na elaboração de relatórios ____ 72

Questão 53
Sobre a modernização tecnológica do Poder Judiciário: aplicação da inteligência artificial na identificação de processos repetitivos ____ 74

O MAGISTRADO, O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA

FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Questão 54
Da capacidade dos Tribunais Superiores regularem as decisões do conjunto da magistratura: o sistema de súmulas e precedentes vinculantes ____ 77

Questão 55
Da capacidade dos Tribunais Superiores regularem as decisões do conjunto da magistratura: o sistema de súmulas e precedentes vinculantes e a independência do (a) magistrado (a) ____ 78

Questão 56
Da capacidade dos Tribunais Superiores regularem as decisões do conjunto da magistratura: o sistema de súmulas e precedentes vinculantes e a racionalização do Judiciário ____ 79

Questão 57
Da fundamentação das decisões judiciais: o texto infraconstitucional e a adoção de princípios constitucionais ____ 80

Questão 58
Da fundamentação das decisões judiciais: a aplicação dos princípios constitucionais para fundamentar decisões a respeito de temas sobre os quais não há legislação específica ____ 81

Questão 59
Da fundamentação das decisões judiciais: princípios constitucionais para compelir os demais poderes a assegurar a efetividade de direitos ____ 82

Questão 60
Da fundamentação das decisões judiciais: papel criativo da produção de normas em face de temas sensíveis ____ 83

Questão 61
Da fundamentação das decisões judiciais: interpretação criativa das leis em face de temas sensíveis e a consideração das consequências de suas decisões, de acordo com o ideal de bem comum ____ 84

Questão 62
Juristas considerados referências importantes para o Direito brasileiro ____ 85

Questão 63
Obras jurídicas consideradas referências importantes para a fundamentação das decisões judiciais ____ 89

O MAGISTRADO, O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM OS DEMAIS PODERES, COM A SOCIEDADE E COM A DEMOCRACIA

Questão 64
Da expansão da presença do Poder Judiciário na sociedade brasileira ____ 92

Questão 65
Do crescimento acentuado da litigiosidade no Brasil nas últimas décadas ____ 94

Questão 66
Dos papéis do Poder Judiciário ____ 96

Questão 67
Da neutralidade do Poder Judiciário ____ 98

Questão 68
Das áreas mais importantes de atuação do Poder Judiciário em uma democracia ____ 100

Questão 69
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: distância em face da população ____ 102

Questão 70
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: relação com a imprensa ____ 103

Questão 71
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: formalidade dos procedimentos judiciais ____ 104

Questão 72
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: elementos ultrapassados da legislação ____ 105

Questão 73
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: dificuldades de acesso à justiça ____ 106

Questão 74
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: comportamento ineficiente de agentes externos a ele ____ 107

Questão 75
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: Magistrados sobrecarregados ____ 108

Questão 76
Das dificuldades atuais do Poder Judiciário: deficiência de recursos materiais ____ 109

Questão 77
Da relação do Poder Judiciário com a mídia ____ 110

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO MAGISTRADO

Questão 78
Tipo de instituição do ensino médio ____ 114

Questão 79
Ano de ingresso na Faculdade de Direito ____ 115

Questão 80
Ano de graduação em Direito ____ 116

Questão 81
Tipo de Instituição de Ensino Superior onde se graduou ____ 118

Questão 82
Estado da graduação em Direito ____ 119

Questão 83
Turno da graduação ____ 122

Questão 84
Estágio durante a graduação ____ 123

Questão 85
Local onde foi realizado o estágio ____ 124

Questão 86
Trabalho durante a graduação ____ 126

Questão 87
Local do trabalho durante a graduação ____ 127

Questão 88
Frequência a algum curso de pós-graduação em Direito no Brasil ____ 130

Questão 89
Tipo de pós-graduação em Direito ____ 131

Questão 90
Frequência à pós-graduação em Direito no exterior ____ 132

Questão 91
Tipo de pós-graduação realizada em Direito no exterior ____ 133

Questão 92
Titulação de pós-graduação no exterior ____ 134

Questão 93
Realização de pós-graduação em outra área de conhecimento ____ 135

Questão 94
Tipo de pós-graduação realizada em outra área de conhecimento ____ 136

CARREIRA NO JUDICIÁRIO: ROTINA E VIDA ASSOCIATIVA

ATIVIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NA MAGISTRATURA

Questão 95
Experiência profissional anterior ao ingresso na magistratura ____ 139

Questão 96
Tempo de experiência profissional anterior à magistratura ____ 141

Questão 97
Tempo de experiência profissional na advocacia ____ 142

Questão 98
Tempo de experiência profissional no Ministério Público ____ 143

Questão 99
Tempo de experiência profissional na Defensoria Pública ____ 144

Questão 100
Tempo de experiência profissional em Procuradorias ____ 145

Questão 101
Tempo de experiência profissional como servidor do Poder Judiciário ____ 146

Questão 102
Tempo de experiência profissional no Magistério Superior ____ 147

Questão 103
Tempo de experiência profissional na Polícia ____ 148

Questão 104
Tempo de experiência profissional em outras profissões ____ 149

Questão 105
Exercício anterior da magistratura em outros ramos ou
em outros Estados da Federação ____ 151

Questão 106
Forma de ingresso atual na magistratura ____ 153

Questão 107
Origem da indicação para o Quinto Constitucional ____ 154

Questão 108
Ano de início da atividade na magistratura ____ 155

Questão 109
Ano do concurso ____ 157

Questão 110
Concurso para a magistratura: acesso por meio de vagas destinadas
às pessoas com deficiência ____ 159

Questão 111
Concurso para a magistratura: acesso por meio de vagas destinadas
a pessoas negras ____ 160

Questão 112
Frequência a curso preparatório da Escola de Magistratura ____ 161

Questão 113
Frequência a outros cursos preparatórios ____ 162

Questão 114
Da formação do magistrado: exigência de cursos prévios ao concurso ____ 163

Questão 115
Da formação do magistrado: obrigatoriedade de frequência a cursos de formação ____ 164

Questão 116
Da formação do magistrado: qualidade dos cursos de formação continuada ____ 165

Questão 117
Da formação do magistrado: qualidade dos cursos de formação
continuada oferecidos pela ENFAM ____ 166

Questão 118
Da definição de um bom magistrado ____ 167

Questão 119
Discriminação no ambiente de trabalho em razão de raça ____ 169

Questão 120
Responsável pela discriminação em razão de raça ____ 170

Questão 121
Discriminação no ambiente de trabalho em razão de gênero ____ 171

Questão 122
Responsável pela discriminação em razão de gênero ____ 172

Questão 123
Discriminação no ambiente de trabalho em razão de orientação sexual ____ 173

Questão 124
Responsável pela discriminação em razão de orientação sexual ____ 174

Questão 125
Candidatura à magistratura anterior ao ingresso na carreira ____ 175

Questão 126
Candidatura ao Ministério Público anterior ao ingresso no Judiciário ____ 176

Questão 127
Candidatura a outras carreiras jurídicas públicas anteriores ao ingresso no Judiciário ____ 177

Questão 128
Permanência no cargo inicial da carreira ____ 178

Questão 129
Tempo de permanência no cargo inicial da carreira ____ 179

Questão 130
Tempo de permanência como magistrado(a) de Primeiro Grau ____ 180

Questão 131
Exercício da atividade docente em universidade após a entrada na magistratura ____ 181

Questão 132
Tempo de exercício da atividade docente em universidade ____ 182

Questão 133
Publicação de trabalho em revistas especializadas nacionais ____ 184

Questão 134
Publicação de trabalho em revistas especializadas estrangeiras ____ 186

Questão 135
Publicação de artigo na imprensa diária ____ 188

Questão 136
Publicação de livro na área de Direito ____ 190

Questão 137
Participação em encontros/congressos de Direito nos últimos dois anos ____ 192

Questão 138
Apresentação de trabalho em congressos ____ 194

CARREIRA NO JUDICIÁRIO: ROTINA E VIDA ASSOCIATIVA

ROTINA E VIDA ASSOCIATIVA

Questão 139
Rotina profissional: atendimento a advogados ____ 198

Questão 140
Rotina profissional: realização de audiências e sessões ____ 200

Questão 141
Rotina profissional: análise de autos e elaboração de decisões ____ 202

Questão 142
Rotina profissional: despachos de expediente ____ 204

Questão 143
Rotina profissional: gestão cartorária e/ou administrativa ____ 206

Questão 144
Rotina profissional: leitura de textos técnicos ____ 208

Questão 145
Rotina profissional: pesquisa de jurisprudência ____ 210

Questão 146
Sobre análise de processos em casa ____ 212

Questão 147
Utilização de redes sociais ____ 213

Questão 148
Participação em grupos em redes sociais ____ 214

Questão 149
Finalidade do uso das redes sociais ____ 216

Questão 150
Filiação à alguma associação de magistrados ____ 218

Questão 151
Filiação à AMB ____ 219

Questão 152
Filiação a uma Associação Estadual de Magistrados ____ 220

Questão 153
Filiação à Associação de Juízes Federais ____ 221

Questão 154
Filiação à Associação de Juízes Trabalhistas ____ 222

Questão 155
Filiação a outras associações ____ 223

Questão 156
Participação em atividades promovidas por associações de magistrados(as) 227

Questão 157
Participação/frequência a clubes e/ou outras associações 228

Questão 158
Prática de atividade física 230

Questão 159
Prática de atividades relacionadas à saúde e à qualidade de vida 231

Questão 160
Da percepção acerca da própria vida: grau de estresse 232

Questão 161
Da percepção acerca da própria vida: frequência dos casos de depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade e suicídio : 233

Questão 162
Da percepção acerca da própria vida: sobre a importância de uma política voltada para a saúde do(a) magistrado(a) 234

Questão 163
Da necessidade de intervenção médica, psicológica ou psiquiátrica após o ingresso na magistratura 235

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MAGISTRATURA

Questão 164
Sexo 237

Questão 165
Idade atual 239

Questão 166
Idade de ingresso na magistratura 241

Questão167
Estado de nascimento 242

Questão 168
Cor 245

Questão 169
Estado Civil 247

Questão 170
Filhos 249

Questão 171
Quantos filhos 250

Questão 172
Religião 252

Questão 173
Religião do pai 254

Questão 174
Religião da mãe 256

Questão175
Religião do cônjuge 258

Questão 176
Situação de moradia 260

Questão 177
Número de automóveis 261

Questão 178
Número de empregados na residência 262

Questão 179
Grau de escolaridade do pai ____ 263

Questão 180
Grau de escolaridade da mãe ____ 265

Questão 181
Grau de escolaridade do avô paterno ____ 267

Questão 182
Grau de escolaridade do avô materno ____ 269

Questão 183
Ocupação do pai ____ 271

Questão 184
Ocupação da mãe ____ 275

Questão 185
Ocupação do avô paterno ____ 279

Questão 186
Ocupação do avô materno ____ 283

Questão 187
Magistrados(as) na família ____ 287

Questão 188
Parentesco do magistrado na família ____ 288

Questão 189
Membros do Ministério Público na família ____ 290

Questão 190
Tipo de parentesco de familiar no Ministério Público ____ 291

Questão 191
Estado de origem do pai ____ 293

Questão 192
Estado de origem da mãe ____ 297

Questão 193
Tipo de cidade de origem do pai ____ 301

Questão 194
Tipo de cidade de origem da mãe ____ 302

Questão 195
Tipo de cidade de origem do avô paterno ____ 303

Questão 196
Tipo de cidade de origem do avô materno ____ 304

Questão 197
País de origem do pai ____ 305

Questão 198
País de origem da mãe ____ 308

APRESENTAÇÃO

Transcorria o biênio 94/95 na AMB, sob a presidência do então Des. Paulo Benjamin Fragoso Gallotti e sob seu comando desenvolveu-se o primeiro grande estudo sobre a magistratura brasileira, intitulado "O perfil do magistrado brasileiro", cujos resultados vieram a lume no ano de 1996.

O projeto diagnóstico da justiça foi desenvolvido pela AMB em parceria com o IUPERJ, conduzido por Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palacios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos.

Naquela ocasião, na apresentação dos trabalhos, o Des. Thiago Ribas Filho chamava a atenção para o fato dos magistrados, no Brasil e no mundo, estarem na ordem do dia. Objetos da imprensa, criticados e incompreendidos, descobriu-se que eram desconhecidos em seu meio social e esse foi o móvel do anterior projeto.

Decorridos mais de vinte anos surgiu a ideia de refazer o trabalho, tanto para verificar eventual mudança no perfil do magistrado brasileiro quanto para conhecer o pensamento da magistratura sobre temas atuais.

Oportunidade rara no meio acadêmico é a realização de dois projetos, com decurso de tempo superior a vinte anos, com praticamente a mesma equipe de pesquisadores. Essa raridade concretizou-se neste trabalho e desta feita a AMB, em parceria com a PUC/RJ, trouxe três dos quatro pesquisadores anteriores; os questionários foram reexaminados, alguns mantidos, outros suprimidos, outros atualizados, acrescidos de novos questionamentos.

Apresenta-se agora à magistratura brasileira e à comunidade jurídica, o resultado de mais de um ano de trabalho, entre a formulação dos questionários, a pesquisa de campo, e o exame das informações.

O objetivo continua o mesmo de outrora. Quer-se aprimorar cada vez mais o serviço da justiça, conhecer a magistratura e com base no pensamento exposto por ela, buscar o aprimoramento da legislação, das normas administrativas, da gestão dos tribunais e vencer os desafios que se apresentam neste século.

A importância de uma pesquisa científica revela-se na precisão dos dados, permitindo escapar do "achismo".

Não se trata de um trabalho final; ao contrário, cuida-se em verdade de iniciar estudos, aprofundar reflexões, identificar dificuldades, enfim, colher tudo quanto o material possa trazer de útil para buscar melhorias em prol da magistratura, do Poder Judiciário e da sociedade, destinatária dos serviços judiciários.

Por fim, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram na execução deste trabalho, muito especialmente à Comissão Científica composta por Márcia Hollanda, Renata Gil, Michelini Jatobá e Durval Augusto Rezende Filho.

Juiz Jayme Martins de Oliveira Neto
Presidente da AMB

Ministro Luis Felipe Salomão
Coordenador da Comissão Científica

APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO

Os dados que apresentamos a seguir correspondem à tabulação das respostas ao questionário enviado aos magistrados brasileiros. Inicialmente, o questionário foi remetido por e-mail aos cerca de 13 mil magistrados (ativos e inativos) inscritos no cadastro da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Em seguida, a fim de alcançar os magistrados não filiados àquela associação, foram concebidas outras estratégias com o apoio de algumas associações estaduais e da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE.

A pesquisa foi lançada durante o XXIII Congresso da Magistratura Nacional, transcorrido na cidade de Maceió (AL) entre os dias 24 e 26 de maio de 2018, e teve o período de respostas estendido por três meses. Obteve-se um total de quase 4.000 respostas entre juízes ativos e inativos – o que, num universo de 18.000 magistrados ativos e 3.000 inativos, corresponde a cerca de 19% e 15% desses totais, respectivamente.

Deve-se ter em conta, porém, que, como é comum em pesquisas *online*, houve significativa discrepância entre os respondentes que começaram o questionário e aqueles que o completaram. Assim, a primeira Questão, relativa ao sexo do respondente, contou com um total de 3.851 respostas, enquanto a que indagava sobre a sua religião, situada ao final do questionário, obteve apenas 2.491 respostas. Portanto, cerca de 35% do total de respondentes não completaram o questionário. Para a leitura dos dados, atente-se nessa observação, pois é ela que explica o fato de que cada variável tenha um número absoluto (N) de respostas. Pode-se dizer, contudo, que os percentuais de respostas alcançados são bastante expressivos, conformando uma base de dados preciosa para atualização e, de certa forma, aprofundamento dos resultados da pesquisa O PERFIL DO MAGISTRADO BRASILEIRO (Rio de Janeiro, AMB, 1996), realizada, há cerca de 20 anos, pelos autores. A ela se voltará com frequência ao longo deste catálogo.

Duas razões concorrem para que se tenha uma avaliação positiva da base de dados do presente trabalho. A primeira decorre do fato de se tratar de uma enquete bastante extensa, contendo cinco partes, com quase 200 questões dedicadas a aspectos muito variados, desde os de natureza biográfica e funcional, até os mais diretamente voltados ao Poder Judiciário, suas relações com os demais poderes e com a sociedade. Trata-se, pois, de um questionário trabalhoso, que exige entre 40 e 60 minutos da atenção dos respondentes, e que, mesmo assim, obteve um bom percentual de respostas.

Comprova também o sucesso desta pesquisa a comparação com os dados obtidos por outra enquete voltada aos magistrados e realizada naquele mesmo período: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Conquanto o questionário elaborado pelo CNJ fosse bem mais sintético, seus resultados, abarcando 11.348 respondentes, ao se mostrarem totalmente convergentes com os que se encontram neste catálogo, confirmam a eficiência estatística da presente pesquisa.

QUEM SOMOS. A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS contém seis partes. A primeira é a introdução ao documento. A segunda parte apresenta os contornos básicos da amostra; a terceira, a percepção do magistrado sobre sua própria atividade, sobre o direito e o sistema de justiça. A quarta parte trata da formação universitária do magistrado; a quinta, de sua carreira e vida associativa, e a sexta, de seu perfil socioeconômico.

I – INTRODUÇÃO

Da perspectiva do Poder Judiciário, a crise do *welfare state* no Ocidente, a partir dos anos de 1970, trouxe grandes desafios, na medida em que desencadeou um processo de desregulamentação de direitos e de deslocamento das instituições e concepções que antes lhe haviam conferido posição de protagonismo. A legislação *welfareana*, cuja orientação fundamental havia sido a de instituir um capitalismo organizado, passou a ser considerada disfuncional à reprodução e expansão do próprio capitalismo, suscitando reações extremadas. Dois momentos exemplificam tais reações: (a) a forma repressiva com que o governo de Margaret Thatcher tratou a greve dos mineiros, levando o sindicato à capitulação, após um ano de luta, pela recusa do governo em negociar; e (b) a reação do governo Ronald Reagan à greve dos controladores de voo, demitindo mais de 11 mil trabalhadores e proibindo sua readmissão no serviço público. Enfim, foram reações que não visavam simplesmente ao término dos movimentos grevistas, mas, sobretudo, à liquidação do sindicalismo atuante nos anos de 1980 e fazer emergir o que se convencionou chamar de neoliberalismo.

O Poder Judiciário se converte, então, em "muro das lamentações", na conhecida expressão de Antoine Garapon (O JUIZ E A DEMOCRACIA; O GUARDIÃO DAS PROMESSAS, Rio de Janeiro, Revan, 1999), o último recurso de defesa dos setores sociais atingidos por tais mudanças. Esse processo, de perda do poder dos sindicatos e de desmonte da legislação *welfareana*, que se propagou pelo Ocidente desenvolvido, esbarrou, aqui no Brasil, em cenário diverso. A democratização do país, que culminou com a promulgação da Carta de 1988, envolveu uma notável valorização do Poder Judiciário, criando, inclusive, novos institutos capazes de imprimir eficácia ao enfrentamento da grave questão social brasileira. Para esse resultado, concorreu a desconfiança dos constituintes em relação aos partidos e aos políticos como atores capazes de empreender as mudanças sociais que se faziam necessárias.

Tema-chave à época foi, portanto, o do acesso à justiça, na forma como o concebeu Mauro Cappelletti (ACESSO À JUSTIÇA, Porto Alegre, SafEditor, 1998), notável publicista, que exerceu grande influência sobre juristas brasileiros naquele momento. A pesquisa O PERFIL DO MAGISTRADO BRASILEIRO, iniciativa da AMB em meados dos anos de 1990, foi dedicada a conhecer o personagem que, premido pelas mudanças institucionais, sentia a sobrecarga que lhe era infligida como membro de um Poder Judiciário atuante, num contexto de defesa de novos direitos e daqueles já conquistados. Vivemos, desde então, a experiência de um Judiciário forte, presente de modo inédito na vida política e social brasileira – o Terceiro Gigante, de que falou Cappelletti.

Essa presença assumiu tal monta que a expressão *judicialização da política e das relações sociais* se, por um lado, enriqueceu o vocabulário corrente da ciência política, favoreceu, por outro lado, a que certos círculos considerassem a hipótese de que o Poder Judiciário brasileiro estaria conhecendo uma abertura indiscriminada de sua agenda a temas da política e da sociedade, podendo "*comprometer a integridade do direito*", para lembrar do alerta de Philippe Nonet e Philip Selznick (DIREITO E SOCIEDADE: A TRANSIÇÃO AO SISTEMA JURÍDICO RESPONSIVO, Rio de Janeiro, Revan, 2010). De acordo com esses autores, o direito autônomo, que rege o governo de leis, pode ser levado a uma abertura da sua lógica a temas novos, de difícil e complexa resolução como *hard cases*. No entanto, tal abertura não pode ser indiscriminada, casuística e arbitrária, sob pena de comprometimento da sua identidade e eventual retrocesso a um direito repressivo.

Assim, no presente cenário, de máxima exposição do Poder Judiciário à vida social e política, e de debate sobre os efeitos dessa circunstância sobre o Direito e seus personagens, novamente a AMB tomou a iniciativa de promover uma pesquisa, convidando para isso os mesmos autores de O PERFIL DO MAGISTRADO BRASILEIRO, com a finalidade de conhecer a atual magistratura e apontar eventuais mutações na identidade do juiz e do Poder Judiciário ao longo dos trinta anos que nos separam da promulgação da Carta de 88. A necessidade, porém, desse diagnóstico coincidiu com a sucessão presidencial de 2018, momento privilegiado, como todos os processos sucessórios, para se indagar acerca da robustez, ou não, de nossas instituições jurídico-políticas.

Tal indagação encontrou resposta afirmativa, pois a sucessão presidencial de 2018 confirmou a democracia política brasileira como perfeitamente consolidada. Não apenas pelo tamanho do colégio eleitoral envolvido, como, principalmente, pelo fato de ter transcorrido pacificamente, em que pese o atentado sofrido por um dos candidatos presidenciais. Não se poderá escrever a história dessa sucessão presidencial sem mencionar a presença do Poder Judiciário, que, através da justiça eleitoral, zelou

De outra parte, ao contrário de diagnósticos que destacam o esvaziamento da democracia representativa, nessa sucessão presidencial, que afetou a imaginação, os sentimentos e a reflexão dos brasileiros sobre si mesmos, se conheceu o florescimento de novos partidos, inclusive com boas representações nas urnas, elegendo parlamentares e até governadores. Pode-se dizer, então, que a democracia representativa experimentou um revigoramento inesperado, capaz de mobilizar setores até então distantes e indiferentes a ela. Mas, se esse processo transcorreu pacificamente, ele não se deu sem disputas febris, decerto que muito animadas pela presença das novas formas de comunicação virtual na vida política brasileira. Em relação a isso, deve-se mencionar a pobreza da circulação de ideias e o nível de agressividade que imperou nesse novo *médium*, levando o sistema judicial a tentar regulá-los. Essa é uma forma de ação política que desafia os meios existentes de controle e que já foi incluída na agenda do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, devendo ser objeto de atenção nos próximos pleitos.

Findo o ciclo eleitoral, impõe-se, então, a constatação de que o papel do Poder Judiciário na vida jurídico-política do país, na forma do que se expressa na filosofia política da Carta de 88, encontrou notável confirmação. Tal desempenho do Poder Judiciário não tem sido, como não foi agora, de natureza substantiva, isto é, de prescrição de boas formas de vida, mas sim de natureza procedimental. A Constituição e as leis apenas garantem à sociedade o direito democrático de escolher seus rumos, obedecidos os princípios e valores nelas declarados.

O protagonismo do Poder Judiciário na vida política brasileira, que, na pesquisa da AMB de vinte anos atrás, parecia mais orientado para os temas sociais, está agora predominantemente referido a temas procedimentais da democracia política, o que se pode constatar com os resultados da presente pesquisa. Indagados, por exemplo, se a presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira seria prejudicial à democracia, os magistrados consideraram que "*sim, caso ele fosse levado a exercer papéis substitutivos aos dos poderes políticos*" (Questão 64). O mesmo ponto é demonstrado, de forma ainda mais incisiva, pela afirmação de que "*o Poder Judiciário deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e a sua correta interpretação*", assertiva que obteve aprovação de cerca de 70% dos magistrados de 1º e 2º graus, ativos e inativos (Questão 66).

Pesquisas feitas sobre os mesmos temas e realizadas pelos mesmos autores com vinte anos de diferença, como no caso das duas pesquisas da AMB ora em tela, além de serem raras nas ciências sociais, apresentam uma perspectiva privilegiada para comparações e, portanto, para a aferição de continuidades e descontinuidades envolvendo diversas questões. Assim, por exemplo, temas como os da juvenização e da feminização da magistratura, que foram muito destacados nos anos de 1990, mereceram atenção especial na presente pesquisa, revelando que, para ambos os casos, se observa, notória descontinuidade. Tome-se o crescimento do número de magistradas. De fato, o período de maior entrada das mulheres na magistratura se dá entre 1990 e 1999 e entre 2000 e 2009, confirmando a tendência sugerida pela primeira pesquisa. Nesses dois intervalos de tempo, as mulheres chegaram a representar, respectivamente, 38% e 41% do total de juízes ingressantes no 1º grau da carreira. Nos últimos anos, porém, entre 2010 e 2018, o percentual de ingresso de mulheres caiu para cerca de 34%, evolução também percebida pela recente pesquisa do CNJ (2018). Portanto, no que se refere à tendência à feminização, o movimento ascensional em flecha que havia sido detectado há vinte anos, vem perdendo sua força desde 2010.

Quanto à juvenização, se observa que, hoje, entre os juízes de 1º grau, somente 2,1% dos respondentes têm até 30 anos de idade, em contraste com os dados obtidos na pesquisa anterior, em que esse segmento alcançava quase 13%. Caso se eleve a idade de corte, tem-se que, hoje, entre os juízes de 1º grau, 31% têm até 40 anos e 31,6%, 51 anos ou mais – percentuais bem abaixo daqueles encontrados há duas décadas, em que mais da metade dos magistrados tinha até 40 anos, e apenas 15,9%, 51 anos ou mais. Disso se conclui que a magistratura envelheceu. O quadro encontrado para os juízes de 2º grau confirma essa avaliação, já que nos anos de 1990 apenas 27% tinham 61 anos ou mais, em contraposição aos números recentes, em que quase a metade dos juízes de 2º grau estão acima dos 61 anos de idade.

Contudo, o aspecto mais interessante nas pesquisas em tela diz respeito à origem familiar dos magistrados. Afinal, uma ocupação que, no Ocidente desenvolvido, é predominantemente vincada por setores da elite, conhece, no Brasil, uma peculiaridade. Se observada a escolarização de pais e mães de magistrados de 1º e de 2º graus, se verifica que mais da metade deles têm curso superior completo. No outro extremo, cerca de 29% dos pais de juízes de 1º grau e 33,3%, dos de 2º grau têm escolaridade baixa. Um pouco menos escolarizadas, as mães dos magistrados acompanham essa distribuição. A perspectiva, portanto, de que o recrutamento de juízes se dá apenas nos estratos mais altos da sociedade não se confirma no caso brasileiro, percebendo-se, alternativamente, um cenário de recrutamento plural.

Comparando-se tais resultados com a pesquisa realizada há duas décadas, é possível atestar uma descontinuidade importante no que se refere à escolarização dos pais dos magistrados, pois, naquela época, apenas 31% dos pais tinham curso superior. Essa tendência à ampliação da presença de magistrados filhos de pais com nível universitário foi também capturada pela pesquisa do CNJ que, para isso, utiliza a variável "ano de concurso" do atual magistrado, identificando que quanto mais recente é o ingresso na carreira, maior é a proporção de magistrados com pais com ensino superior completo.

Porém, quando observada a cartela de ocupações exercidas pelos pais, os dados falam mais de uma continuidade do que de uma mudança significativa do perfil da magistratura. De fato, quase a metade dos juízes segue sendo de origem popular: 23% dos juízes de 1º grau e 28% dos de 2º grau são filhos de pais pertencentes ao escalão básico do serviço público ou de trabalhadores autônomos, como pedreiros ou caminhoneiros; e 22% e 15%, respectivamente, são filhos de pais pertencentes ao escalão intermediário, como bancários e corretores. Igualmente revelador é o fato de que 41,5% dos avós paternos e 38% dos avós maternos dos juízes de 1º grau desempenhavam atividades típicas do escalão básico – o que, somado ao percentual de juízes que afirmaram desconhecer a ocupação de seus avós, poderia atingir índices ainda mais elevados.

Outras questões são igualmente relevantes para se atestar continuidades e descontinuidades na magistratura, como a recusa à autocaracterização dos magistrados como *intelligentsia* privilegiada, superposta à sociedade e vocacionada para o exercício de um papel pedagógico na educação cívica dos brasileiros. A Questão 66 – que indagava se "*o Poder Judiciário se deve atribuir um papel ético-moral na sociedade, educando-a para a vida pública e a cidadania*" – foi respondida positivamente por apenas 14% dos magistrados em 1996 e por cerca de 13% deles em 2018, contrariando perspectivas hoje correntes em certas parcelas da opinião pública ecoadas pela imprensa, que tomam o Judiciário como vigilante ético da sociedade.

Assim, quando referidos aos temas macroestruturais da democracia política, os magistrados preferem se ater aos marcos da Constituição e das leis. Contudo, quando vistos da perspectiva de suas decisões judiciais sobre casos concretos, uma parte dos magistrados se orienta por um papel mais ativo, como se observa na resposta à presente pesquisa em que 46% dos juízes de primeiro grau e 58% dos magistrados de 2º grau concordam pouco ou muito com a possibilidade de o Judiciário exercer um papel criativo na produção de normas acerca de "*temas sensíveis para a sociedade sobre os quais não se constitui uma maioria parlamentar*" (Questão 60). Na pesquisa anterior, era menor a adesão à criatividade do juiz, pois, quando indagados sobre o grau de prioridade do "*exercício inovador da justiça sobre questões emergentes e ainda não tratadas pela legislação*", 31,3% dos juízes de primeiro grau e 26,4% de segundo grau a tinham como "alta prioridade". Contidos quando diante de temas referidos à democracia política e criativos em suas decisões sobre matérias sensíveis à sociedade, o padrão de resposta dos magistrados revela certa ambiguidade na maneira pela qual o juiz concebe o seu papel, construção ainda em aberto, numa democracia recente.

Por fim, vale considerar o autorretrato que o magistrado produz acerca de si e do Poder Judiciário. Indagados sobre o que seria um bom magistrado, juízes de 1º e 2º graus apontaram predominantemente três alternativas, nesta ordem: o juiz que "*presta um serviço jurisdicional célere*"; que "*profere decisões bem fundamentadas*"; e que "*atua objetivando a segurança jurídica*". Quanto à identidade do Poder Judiciário, os magistrados valorizaram três características, a saber: "*controle da probidade administrativa interna e externa*", "*defesa da ordem pública*" e "*defesa dos direitos humanos e controle da violência estatal*".

A magistratura, de posse das duas pesquisas realizadas por iniciativa da AMB – PERFIL DA MAGISTRATURA BRASILEIRA (1996) e QUEM SOMOS. A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS (2018) – conhece a sua trajetória nesses últimos vinte anos e se encontra diante da oportunidade histórica de produzir uma reflexividade sobre si.

II – DETALHAMENTO DA AMOSTRA

Nesta parte do questionário foram solicitadas informações relativas à situação atual do magistrado (se em atividade ou inativo), ao cargo que ocupa e ao ramo do Poder Judiciário ao qual pertence. Esse conjunto de questões define o contorno da amostra. Das 3.851 respostas recebidas, 3.373 (88,1%) correspondem a juízes em atividade e 443 (11,6%) a inativos. Há 14 respostas de magistrados afastados, devendo-se registrar ainda que 21 juízes acessaram o questionário, mas não responderam a questão relativa à sua situação (Questão 1).

Quanto à distribuição dos magistrados por instância, 3.261 são juízes de 1° grau (85,9%), 515 são juízes de 2° grau (13,6%) e 22 são ministros (0,6%), sendo dois deles do Supremo Tribunal Federal e nove do Superior Tribunal de Justiça. O percentual de magistrados inativos na amostra varia muito de acordo com a instância: 8,3% dos juízes de primeiro grau, 26,2% dos juízes de segundo grau e 55% dos ministros de tribunais superiores (Questão 2).

A distribuição dos magistrados entrevistados por ramo da Justiça destaca o predomínio incontrastável da Justiça Estadual nesta pesquisa: 86,7% dos respondentes (Questão3). Tais juízes atuam, predominantemente, em Vara Cível (26,2%), Criminal (16,7%) e Juízo único (16,2%). Os cerca de 40% restantes se distribuem em seis outros tipos de Vara (Questão 4).

Observa-se que, em relação à pesquisa realizada em 1996 – O PERFIL DO MAGISTRADO BRASILEIRO –, houve uma ampliação da participação dos juízes estaduais em torno de 10%, e uma drástica diminuição do grupo de magistrados trabalhistas: de 19% dos entrevistados, em 1996, para os atuais 5,8%. A baixa participação da magistratura trabalhista na atual pesquisa se explica, possivelmente, pela expressiva segmentação por que passou a vida associativa da magistratura brasileira nos últimos vinte anos.

Quanto à distribuição dos magistrados pela Unidade da Federação em que exercem (ou exerceram) a magistratura, tem-se que os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, cada qual com 13,6% do total, são os mais representados na pesquisa (Questão 5).

Além dessas informações gerais, que determinam o alcance da amostra, um conjunto de questões buscou definir a condição do juiz aposentado (tempo de exercício efetivo na magistratura, tempo de aposentadoria e atividade que exerce atualmente). Pode-se observar que dos 419 aposentados que responderam à Questão relativa ao tempo de aposentadoria, 51,7% estão inativos há 12 anos ou menos (Questão 10). E quanto ao tempo efetivo de exercício da magistratura, 44,7% permaneceram em atividade por 21 anos ou mais, e 25,3%, por um período entre 5 e 13 anos (Questão 11).

QUESTÕES

Questão 1: Situação do Magistrado

Tabela 1 – **SITUAÇÃO DO MAGISTRADO**

Opções	Nº absoluto	%
Em atividade	3373	88,1
Afastado(a)	14	0,4
Aposentado(a)	443	11,6
Total	3830	100,0
Não respondeu	21	

Questão 2: Situação do Magistrado por instância

Tabela 2 – **SITUAÇÃO DO MAGISTRADO POR INSTÂNCIA**

Opções	Instância				Total
	Primeiro Grau	Segundo Grau	Tribunal Superior	STF	
Em atividade	2976 91,3%	379 73,6%	9 45,0%	1 50,0%	3365 88,6%
Afastado(a)	13 0,4%	1 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	14 0,4%
Aposentado(a)	272 8,3%	135 26,2%	11 55,0%	1 50,0%	419 11,0%
Total	3261 100,0%	515 100,0%	20 100,0%	2 100,0%	3798 100,0%

Obs: 23 magistrados em atividade e 24 aposentados não informaram a que instância pertenciam.

Questão 3: Ramo da Justiça

Tabela 3 – **RAMO DA JUSTIÇA**

Opções	Nº absoluto	%
Justiça Estadual	3292	86,7
Justiça Federal	242	6,4
Justiça Trabalhista	222	5,8
Justiça Militar	30	0,8
STJ	9	0,2
STF	3	0,1
Total	3798	100,0
Não respondeu	53	
Total	3851	

Questão 4: Tipo de Vara dos Magistrados da Justiça Estadual

Tabela 4 – **VARA DA JUSTIÇA ESTADUAL**

Opções	Nº absoluto	%
Vara Cível	748	26,2
Vara Criminal	477	16,7
Vara/Juízo única(o)	463	16,2
Juizado Especial	331	11,6
Vara de Família	191	6,7
Vara de Fazenda Pública	148	5,2
Vara de Infância e Juventude	83	2,9
Juizado de Violência Doméstica	39	1,4
Outras	377	13,2
Total parcial	2857	100,0
Não se aplica	506	
Não respondeu	488	
Total	3851	

Questão 5: Em que estado exerce a magistratura atualmente?

Tabela 5 – **ESTADO ONDE EXERCE A MAGISTRATURA:**

UF	Nº absoluto	%
SP	525	13,7
RJ	503	13,2
PR	376	9,8
RS	308	8,1
MG	251	6,6
SC	193	5,0
ES	141	3,7
PE	125	3,3
BA	119	3,1
PB	112	2,9
DF	111	2,9
CE	109	2,9
GO	103	2,7
PI	97	2,5
MT	95	2,5
PA	85	2,2
MS	76	2,0
RN	71	1,9
AM	71	1,9
SE	64	1,7
MA	63	1,6
RO	62	1,6
AL	59	1,5
TO	38	1,0
AC	26	0,7
RR	23	0,6
AP	17	0,4
Total	3823	100,0
Não respondeu	28	
Total	3851	

Obs: 22 magistrados não informaram a UF onde exercem sua atividade

Questão 6: Situação do magistrado por ramo da Justiça

Tabela 6 – **SITUAÇÃO DO MAGISTRADO POR RAMO DA JUSTIÇA**

Opções	Ramo da Justiça						Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	STJ	STF	
Em atividade	2936	224	174	22	6	3	3365
	89,2%	92,6%	78,4%	73,3%	66,7%	100,0%	88,6%
Afastado(a)	14	0	0	0	0	0	14
	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Aposentado(a)	342	18	48	8	3	0	419
	10,4%	7,4%	21,6%	26,7%	33,3%	0,0%	11,0%
Total	3292	242	222	30	9	3	3798
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Obs: 23 magistrados em atividade e 24 aposentados não informaram a que ramo do Judiciário pertenciam.

Questão 7: Situação do magistrado por UF de atuação

Tabela 7 – **SITUAÇÃO DO MAGISTRADO POR UF DE ATUAÇÃO**

UF / Opções	Em atividade	Afastado	Aposentado	Total
AC	26 100%	0 0,0%	0 0,0%	26 100,0%
AL	53 89,8%	0 0,0%	6 10,2%	59 100,0%
AP	15 88,2%	1 5,9%	1 5,9%	17 100,0%
AM	66 93,0%	0 0,0%	5 7,0%	71 100,0%
BA	108 90,8%	0 0,0%	11 9,2%	119 100,0%
CE	102 93,6%	2 1,8%	5 4,6%	109 100,0%
DF	98 88,3%	1 0,9%	12 10,8%	111 100,0%
ES	123 89,1%	0 0,0%	15 10,9%	138 100,0%
GO	95 92,2%	0 0,0%	8 7,8%	103 100,0%
MA	62 98,4%	0 0,0%	1 1,6%	63 100,0%
MT	89 93,7%	0 0,0%	6 6,3%	95 100,0%
MS	65 85,5%	1 1,3%	10 13,2%	76 100,0%
MG	213 85,2%	1 0,4%	36 14,4%	250 100,0%
PA	81 95,3%	0 0,0%	4 4,7%	111 100,0%
PB	106 95,5%	1 0,9%	4 3,6%	111 100,0%
PR	336 89,6%0	3 ,8%	36 9,6%	375 100,0%
PE	113 91,1%	0 0,0%	11 8,9%	124 100,0%
PI	89 92,7%	0 0,0%	7 7,3%	96 100,0%
RJ	441 88,4%	1 0,2%	57 11,4%	499 100,0%
RN	66 93,0%	0 0,0%	5 7,0%	71 100,0%
RS	229 74,8%	0 0,0%	77 25,2%	306 100,0%
RO	60 98,4%	0 0,0%	1 1,6%	61 100,0%
RR	22 95,7%	0 0,0%	1 4,3%	23 100,0%
SC	176 91,2%	0 0,0%	17 8,8%	193 100,0%
SP	422 80,8%	2 0,4%	98 18,8%	522 100,0%
SE	59 93,7%	0 0,0%	4 6,3%	63 100,0%
TO	35 92,1%	0 0,0%	3 7,9%	38 100,0%
Total	3350 88,1%	13 0,3%	441 11,6%	3804 100,0%

Obs: 38 magistrados em atividade, 1 afastado, e 2 aposentados não informaram o estado de atuação.

Questão 8: Responda a pergunta abaixo com a opção que melhor explica o motivo do afastamento

Tabela 8 – **MAGISTRADOS AFASTADOS: MOTIVO DO AFASTAMENTO**

Opções	Nº absoluto	%
Em disponibilidade	5	35,7
Por licença médica	3	21,4
Outros	6	42,9
Total	14	100,0

Questão 9: Aposentou-se voluntariamente?

Tabela 9 – **MAGISTRADOS APOSENTADOS**

Opções	Nº absoluto	%
Sim	367	87,6
Não	52	12,4
Total	419	100,0

Questão 10: Há quantos anos?

Tabela 10 – **MAGISTRADOS APOSENTADOS**

Período	Nº absoluto	%
0 a 6 anos	113	27,2
7 a 12 anos	102	24,5
13 a 20 anos	114	27,4
Mais de 20 anos	87	20,9
Total parcial	416	100,0
Não se aplica	3411	
Não respondeu	24	
Total	3851	

Questão 11: Por quantos anos exerceu, efetivamente, a magistratura?

Tabela 11 – **MAGISTRADOS APOSENTADOS**

Período	Nº absoluto	%
5 a 13 anos	106	25,3
14 a 20 anos	126	30,1
21 a 27 anos	95	22,7
Mais de 27 anos	92	22,0
Total parcial	419	100,0
Não se aplica	3411	
Não respondeu	21	
Total	3851	

Questão 12: Que atividade profissional exerce hoje?

Tabela 12 – **MAGISTRADOS APOSENTADOS**

Opções	Nº absoluto	%
Nenhuma	182	43,4
Advocacia	168	40,1
Magistério	22	5,3
Outras	47	11,2
Total parcial	419	100,0
Não se aplica	3411	
Não respondeu	21	
Total	3851	

Questão 13: Características do cargo atual ou último cargo exercido

Tabela 13 – **CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DO (A) JUIZ (A):**

Opções	Nº absoluto	%
Vitalício	3596	94,7
Não vitalício	202	5,3
Total parcial	3798	100,0
Não respondeu	53	
Total	3851	

Questão 14: Instância de atuação

Tabela 14 – **INSTÂNCIA**

Opções	Nº absoluto	%
Primeiro Grau	3261	85,9
Segundo Grau	515	13,6
Tribunal Superior	20	0,5
STF	2	0,1
Total parcial	3798	100,0
Não respondeu	53	
Total	3851	

Questão 15: Magistrado da Justiça Estadual, substituto ou titular?

Tabela 15 – **SUBSTITUTO OU TITULAR**

Opções	Nº absoluto	%
Substituto	346	12,0%
Titular	2539	88,0%
Total	2885	100,0%

Questão 16: Magistrado da Justiça Federal, substituto ou titular?

Tabela 16 – **SUBSTITUTO OU TITULAR**

Opções	Nº absoluto	%
Substituto	73	33,3%
Titular	146	66,7%
Total	219	100,0%

Questão 17: Tipo de Vara dos magistrados da Justiça Federal

Tabela 17 – **VARA DA JUSTIÇA FEDERAL**

Opções	Nº absoluto	%
Cível	104	47,5
Juizados	70	32,0
Criminal	45	20,5
Total parcial	219	100,0
Não se aplica	3556	
Não respondeu	76	
Total	3851	

Questão 18: Magistrados da Justiça do Trabalho, substituto ou titular?

Tabela 18 – **MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, SUBSTITUTO OU TITULAR?**

Opções	Nº absoluto	%
Substituto	39	22,9%
Titular	131	77,1%
Total	170	100,0%

Questão 19: Para magistrados de 2° grau, qual das opções descreve sua situação atual?

Tabela 19 – **VARA DOS MAGISTRADOS DE 2º GRAU:**

Opções	Nº absoluto	%
Câmara Cível	308	60,2
Câmara Criminal	133	26,0
TRT	52	10,2
TRF	19	3,7
Total parcial	512	100,0
Não respondeu	3339	
Total	3851	

III - O MAGISTRADO, O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA

Esta parte contém quatro subdivisões e reúne questões referidas à percepção do magistrado em relação ao Direito, ao Poder Judiciário, ao sistema de justiça e aos demais poderes.

III.1 – RITOS, SÍMBOLOS E MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO

Aqui são apresentadas as respostas dadas a questões relativas a aspectos da organização do Judiciário e sua incidência sobre a atividade do juiz. Destaca-se, de saída, a relação dos magistrados com rituais e aspectos simbólicos inscritos na sua prática cotidiana.

Expostos a um conjunto de afirmações relativas a essa dimensão (Questões 20 à 25), suas respostas apontam a valorização do uso da linguagem formal, porém com forte preocupação quanto à sua comunicabilidade, e do uso de vestimenta adequada, embora não exclusivamente a toga. Especificamente sobre o uso da toga, cerca de 50% dos juízes de 1º grau e quase 90% dos juízes de 2º grau concordam pouco ou muito com a preservação do seu uso nas audiências.

A exposição de tatuagens por parte dos magistrados apresenta distribuição semelhante: 56,7% dos magistrados de 1º grau e 74,7% entre os de 2º grau concordam pouco ou muito que sua exposição afeta o "*formalismo da audiência*". Indagou-se, por fim, sobre a presença de símbolos religiosos em ambientes do Judiciário, e se constatou novamente uma variação no padrão de resposta das duas instâncias: 56,8% dos magistrados de 1º grau e 70,6% dos magistrados de 2º grau concordam pouco ou muito que a presença desses símbolos "*mantém a tradição e infunde paz e respeito entre os litigantes, sem ferir o princípio da laicidade do Estado*".

Também aqui se encontram as respostas acerca do Quinto Constitucional e do mandato de ministros do Supremo Tribunal Federal – STF. Os respondentes se dividem quanto à limitação de mandatos para os ministros do STF (Questão 26) e se dizem frontalmente contrários à indicação para os tribunais por meio do Quinto Constitucional: para quase 90% dos juízes de 1º grau o "*sistema de ingresso pelo Quinto Constitucional não mais se justifica e deve ser suprimido*", percentual bem menor entre os juízes de 2º grau: 63,4% (Questão 27).

Sobre os mecanismos de controle interno do Poder Judiciário, é muito forte entre os juízes o reconhecimento da importância das corregedorias, sendo especialmente eloquente o grau de concordância dos magistrados de 1º grau (92,8%) com a ideia de que "*os magistrados de 2º grau devem se submeter igualmente às corregedorias dos tribunais a que estão vinculados, além do CNJ*" (Questão 30). Ainda sobre esse tema, mais de 90% dos juízes de ambas as instâncias concordam que "*os Ministros do STF devem se submeter a algum tipo de atividade correicional, como uma corregedoria interna ao STF*" (Questão 31).

Quanto ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, é solicitado aos respondentes que indiquem três áreas de atuação prioritária daquele órgão (Questão 32). As mais votadas pelos juízes de 1º grau foram, nesta ordem:

"*equalização da distribuição da força de trabalho entre primeira e segunda instância*"; "*políticas de valorização da magistratura nacional e de esclarecimento à sociedade da importância dos serviços prestados pelo Judiciário*"; e "*estímulo à adoção de melhores práticas que contribuam para a modernização, eficiência e racionalização do sistema judicial*". Entre os juízes de 2º grau, a indicação das áreas prioritárias de atuação do CNJ foi a mesma, alterando-se, contudo, a ordem em que foram indicadas, pois a opção que se refere à adoção de melhores práticas para a racionalização do sistema judicial foi a mais votada entre eles.

Sobre a Justiça Criminal, uma bateria de questões (33 à 38) solicita que o respondente manifeste seu grau de concordância com algumas assertivas. Entre os juízes de 1º grau, mais de 90% concordam pouco ou muito com as seguintes afirmações: "*o sistema penitenciário deve aplicar metodologias de valorização humana*"; "*o sistema de vídeo conferência para realização de interrogatório e instrução do processo deve ser integrado ao sistema processual penal*"; e "*as medidas cautelares, no âmbito criminal, somente podem ser aplicadas pelo(a) magistrado(a)*". A única assertiva que não contou com adesão tão esmagadora quanto as anteriores, restringindo-se a 50% dos juízes, é a de que "*a audiência de custódia é um importante mecanismo de garantia processual do acusado e deve ser aperfeiçoada*". Entre os juízes de 2° grau, contudo, a concordância com essa assertiva é bem superior: cerca de 80%.

A Questão 39 indaga se o magistrado é favorável à conciliação/mediação prévia obrigatória, e 69% dos juízes de 1º grau e 79% de 2º grau responderam que sim, para ações cíveis e de família. Porém quando se indaga se a conciliação/mediação obrigatória entre a sentença e o recurso deve ser uma prioridade para a política judicial (Questão 40), 60,6% dos juízes de 1º grau e 48,2% dos juízes de 2º grau afirmaram que não.

Uma última bateria de perguntas trata da segurança do magistrado (Questões 41 à 45), solicitando que ele ordene cinco alternativas de acordo com seu grau de importância, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante. A opção "*efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade*" foi a que obteve, com folga, maior adesão por parte dos magistrados: cerca de 50% dos juízes de 1º e 2º graus. No extremo oposto, a alternativa menos indicada foi a "*alteração do horário de trabalho*".

QUESTÕES

Questão 20: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas.

Em audiências e sessões, é desejável que o(a) magistrado(a) e as partes usem linguagem formal em sua interação

Tabela 20.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	283 11,6%	17 8,9%	20 15,7%	1 6,7%	321 11,6%
Discorda pouco	414 17,0%	31 16,2%	22 17,3%	1 6,7%	468 16,9%
Concorda pouco	1118 46,0%	97 50,8%	64 50,4%	8 53,3%	1287 46,6%
Concorda muito	615 25,3%	46 24,1%	21 16,5%	5 33,3%	687 24,9%
TOTAL	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 20: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas.*

Em audiências e sessões, é desejável que o(a) magistrado(a) e as partes usem linguagem formal em sua interação

Tabela 20.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	25 8,6%	1 6,7%	4 11,8%	0 0,0%	30 8,6%
Discorda pouco	30 10,3%	1 6,7%	5 14,7%	1 16,7%	37 10,7%
Concorda pouco	119 40,8%	9 60,0%	15 44,1%	2 33,3%	145 41,8%
Concorda muito	118 40,4%	4 26,7%	10 29,4%	3 50,0%	135 38,9%
TOTAL	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 20.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	45 13,7%	4 22,2%	6 13,3%	0 0,0%	55 13,8%
Discorda pouco	40 12,2%	0 0,0%	9 20,0%	0 0,0%	49 12,3%
Concorda pouco	105 31,9%	9 50,0%	17 37,8%	3 42,9%	134 33,6%
Concorda muito	139 42,2%	5 27,8%	13 28,9%	4 57,1%	161 40,4%
TOTAL	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 20.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	10,0
Discorda pouco	1	5,0
Concorda pouco	8	40,0
Concorda muito	9	45,0
Total	20	100,0

Questão 21: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas

É desejável que se faça uso de uma linguagem acessível durante as audiências e sessões, de modo a que todos os presentes compreendam o que está sendo discutido

Tabela 21.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	18 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	18 0,7%
Discorda pouco	42 1,7%	3 1,6%	2 1,6%	1 6,7%	48 1,7%
Concorda pouco	249 10,2%	26 13,6%	12 9,4%	0 0,0%	287 10,4%
Concorda muito	2121 87,3%	162 84,8%	113 89,0%	14 93,3%	2410 87,2%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 21.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	3 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 0,9%
Discorda pouco	7 2,4%	1 6,7%	0 0,0%	0 0,0%	8 2,3%
Concorda pouco	47 16,1%	7 46,7%	3 8,8%	1 16,7%	58 16,7%
Concorda muito	235 80,5%	7 46,7%	31 91,2%	5 83,3%	278 80,1%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 21.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
Discorda pouco	4 1,2%	0 0,0%	2 4,4%	0 0,0%	6 1,5%
Concorda pouco	33 10,0%	1 5,6%	2 4,4%	3 42,9%	39 9,8%
Concorda muito	290 88,1%	17 94,4%	41 91,1%	4 57,1%	352 88,2%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 21.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concorda pouco	3	15,0
Concorda muito	17	85,0
Total	20	100,0

Questão 22: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas

O uso da vestimenta adequada no ambiente forense ajuda a garantir o respeito pelo trabalho do(a) magistrado(a)

Tabela 22.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	82 3,4%	6 3,1%	3 2,4%	1 6,7%	92 3,3%
Discorda pouco	138 5,7%	10 5,2%	12 9,4%	0 0,0%	160 5,8%
Concorda pouco	622 25,6%	58 30,4%	34 26,8%	3 20,0%	717 26,0%
Concorda muito	1588 65,3%	117 61,3%	78 61,4%	11 73,3%	1794 64,9%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 22.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 2,1%	1 6,7%	3 8,8%	0 0,0%	10 2,9%
Discorda pouco	4 1,4%	1 6,7%	4 11,8%	0 0,0%	9 2,6%
Concorda pouco	43 14,7%	4 26,7%	6 17,6%	0 0,0%	53 15,3%
Concorda muito	239 81,8%	9 60,0%	21 61,8%	6 100,0%	275 79,3%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 22.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	12 3,6%	0 0,0%	4 8,9%	0 0,0%	16 4,0%
Discorda pouco	11 3,3%	1 5,6%	1 2,2%	0 0,0%	13 3,3%
Concorda pouco	62 18,8%	3 16,7%	11 24,4%	2 28,6%	78 19,5%
Concorda muito	244 74,2%	14 77,8%	29 64,4%	5 71,4%	292 73,2%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 22.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concorda pouco	5	25,0
Concorda muito	15	75,0
Total	20	100,0

Questão 23: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas

O uso da capa/toga é uma tradição a ser preservada durante a realização das audiências

Tabela 23.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	792 32,6%	42 22,0%	24 18,9%	2 13,3%	860 31,1%
Discorda pouco	425 17,5%	35 18,3%	20 15,7%	0 0,0%	480 17,4%
Concorda pouco	691 28,4%	46 24,1%	37 29,1%	1 6,7%	775 28,0%
Concorda muito	522 21,5%	68 35,6%	46 36,2%	12 80,0%	648 23,5%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 23.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	16 5,5%	2 13,3%	6 17,6%	0 0,0%	24 6,9%
Discorda pouco	13 4,5%	1 6,7%	4 11,8%	0 0,0%	18 5,2%
Concorda pouco	48 16,4%	3 20,0%	8 23,5%	0 0,0%	59 17,0%
Concorda muito	215 73,6%	9 60,0%	16 47,1%	6 100,0%	246 70,9%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 23.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	54 16,4%	2 11,1%	14 31,1%	0 0,0%	70 17,5%
Discorda pouco	39 11,9%	1 5,6%	3 6,7%	0 0,0%	43 10,8%
Concorda pouco	92 28,0%	1 5,6%	22 48,9%	0 0,0%	115 28,8%
Concorda muito	144 43,8%	14 77,8%	6 13,3%	7 100,0%	171 42,9%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 23.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda pouco	1	5,0
Concorda pouco	4	20,0
Concorda muito	15	75,0
Total	20	100,0

Questão 24: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas

A exposição de tatuagens por parte de magistrados(as) afeta o formalismo da audiência/sessão

Tabela 24.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	597 24,6%	50 26,2%	34 26,8%	5 33,3%	686 24,8%
Discorda pouco	443 18,2%	38 19,9%	28 22,0%	1 6,7%	510 18,5%
Concorda pouco	633 26,0%	44 23,0%	27 21,3%	3 20,0%	707 25,6%
Concorda muito	757 31,2%	59 30,9%	38 29,9%	6 40,0%	860 31,1%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 24.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	31 10,6%	5 33,3%	7 20,6%	0 0,0%	43 12,4%
Discorda pouco	34 11,6%	3 20,0%	7 20,6%	1 16,7%	45 13,0%
Concorda pouco	101 34,6%	3 20,0%	9 26,5%	1 16,7%	114 32,9%
Concorda muito	126 43,2%	4 26,7%	11 32,4%	4 66,7%	145 41,8%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 24.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	42 12,8%	1 5,6%	5 11,1%	0 0,0%	48 12,0%
Discorda pouco	28 8,5%	2 11,1%	9 20,0%	1 14,3%	40 10,0%
Concorda pouco	57 17,3%	1 5,6%	7 15,6%	1 14,3%	66 16,5%
Concorda muito	202 61,4%	14 77,8%	24 53,3%	5 71,4%	245 61,4%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 24.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda pouco	2	10,0
Concorda pouco	8	40,0
Concorda muito	10	50,0
Total	20	100,0

Questão 25: As proposições abaixo se referem ao ambiente de trabalho dos(as) magistrados(as). Assinale seu grau de concordância com cada uma delas

A presença de símbolos religiosos em ambientes do judiciário visa a manter a tradição e infundir paz e respeito entre os litigantes, sem ferir o princípio da laicidade do Estado

Tabela 25.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	670 27,6%	88 46,1%	44 34,6%	3 20,0%	805 29,1%
Discorda pouco	339 14,0%	31 16,2%	15 11,8%	4 26,7%	389 14,1%
Concorda pouco	517 21,3%	35 18,3%	26 20,5%	0 0,0%	578 20,9%
Concorda muito	904 37,2%	37 19,4%	42 33,1%	8 53,3%	991 35,9%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 25.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	50 17,1%	7 46,7%	14 41,2%	1 16,7%	72 20,7%
Discorda pouco	26 8,9%	0 0,0%	3 8,8%	1 16,7%	30 8,6%
Concorda pouco	71 24,3%	5 33,3%	7 20,6%	1 16,7%	84 24,2%
Concorda muito	145 49,7%	3 20,0%	10 29,4%	3 50,0%	161 46,4%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 25.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	58 17,6%	4 22,2%	10 22,2%	0 0,0%	72 18,0%
Discorda pouco	27 8,2%	1 5,6%	6 13,3%	0 0,0%	34 8,5%
Concorda pouco	83 25,2%	5 27,8%	10 22,2%	1 14,3%	99 24,8%
Concorda muito	161 48,9%	8 44,4%	19 42,2%	6 85,7%	194 48,6%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 25.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	3	15,0
Concorda pouco	6	30,0
Concorda muito	11	55,0
Total	20	100,0

Questão 26: Assinale sua opinião sobre a proposição abaixo:

Os ministros do STF devem ser indicados para cumprimento de mandatos

Tabela 26.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Favorável	1357 55,8%	113 59,2%	65 51,2%	11 73,3%	1546 56,0%
Desfavorável	1073 44,2%	78 40,8%	62 48,8%	4 26,7%	1217 44,0%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 26.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Favorável	177 60,6%	11 73,3%	13 38,2%	3 50,0%	204 58,8%
Desfavorável	115 39,4%	4 26,7%	21 61,8%	3 50,0%	143 41,2%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 26.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Favorável	181 55,0%	10 55,6%	24 53,3%	4 57,1%	219 54,9%
Desfavorável	148 45,0%	8 44,4%	21 46,7%	3 42,9%	180 45,1%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 26.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Favorável	13	65,0
Desfavorável	7	35,0
Total	20	100,0

Questão 27: Quanto ao processo de seleção dos(as) magistrados(as) de segunda instância, assinale a alternativa com a qual mais se identifica

Tabela 27.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional é adequado	140 5,8%	16 8,4%	6 4,7%	1 6,7%	163 5,9%
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura não é adequado, devendo haver limitação de idade na admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional	115 4,7%	10 5,2%	2 1,6%	1 6,7%	128 4,6%
O sistema de ingresso pelo Quinto Constitucional não mais se justifica e deve ser suprimido	2175 89,5%	165 86,4%	119 93,7%	13 86,7%	2472 89,5%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 27.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional é adequado	66 22,6%	8 53,3%	10 29,4%	5 83,3%	89 25,6%
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura não é adequado, devendo haver limitação de idade na admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional	34 11,6%	1 6,7%	3 8,8%	0 0,0%	38 11,0%
O sistema de ingresso pelo Quinto Constitucional não mais se justifica e deve ser suprimido	192 65,8%	6 40,0%	21 61,8%	1 16,7%	220 63,4%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 27: Quanto ao processo de seleção dos(as) magistrados(as) de segunda instância, assinale a alternativa com a qual mais se identifica*

Tabela 27.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional é adequado	57 17,3%	4 22,2%	11 24,4%	5 71,4%	77 19,3%
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura não é adequado, devendo haver limitação de idade na admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional	38 11,6%	3 16,7%	3 6,7%	0 0,0%	44 11,0%
O sistema de ingresso pelo Quinto Constitucional não mais se justifica e deve ser suprimido	234 71,1%	11 61,1%	31 68,9%	2 28,6%	278 69,7%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 27.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
O sistema de ingresso pelo Quinto Constitucional não mais se justifica e deve ser suprimido	11	55,0
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional é adequado	7	35,0
O sistema atual de admissão à carreira da magistratura não é adequado, devendo haver limitação de idade na admissão à carreira da magistratura por meio do Quinto Constitucional	2	10,0
Total	20	100,0

Questão 28: Quanto à atuação das corregedorias, assinale seu grau de concordância:

As corregedorias cumprem seu papel na fiscalização de condutas e de faltas funcionais

Tabela 28.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	213 8,8%	37 19,4%	14 11,0%	0 0,0%	264 9,6%
Discorda pouco	315 13,0%	30 15,7%	22 17,3%	2 13,3%	369 13,4%
Concorda pouco	1078 44,4%	83 43,5%	60 47,2%	5 33,3%	1226 44,3%
Concorda muito	824 33,9%	41 21,5%	31 24,4%	8 53,3%	904 32,7%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 28.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	22 7,5%	1 6,7%	2 5,9%	0 0,0%	25 7,2%
Discorda pouco	34 11,6%	2 13,3%	3 8,8%	1 16,7%	40 11,5%
Concorda pouco	107 36,6%	8 53,3%	15 44,1%	2 33,3%	132 38,0%
Concorda muito	129 44,2%	4 26,7%	14 41,2%	3 50,0%	150 43,2%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 28.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	25 7,6%	2 11,1%	9 20,0%	0 0,0%	36 9,0%
Discorda pouco	30 9,1%	2 11,1%	6 13,3%	0 0,0%	38 9,5%
Concorda pouco	153 46,5%	7 38,9%	18 40,0%	2 28,6%	180 45,1%
Concorda muito	121 36,8%	7 38,9%	12 26,7%	5 71,4%	145 36,3%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 28.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	10,0
Discorda pouco	1	5,0
Concorda pouco	10	50,0
Concorda muito	7	35,0
Total	20	100,0

Questão 29: As corregedorias devem exercer um papel preponderante de regulação e orientação da atividade judiciária

Tabela 29.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	111 4,6%	15 7,9%	24 18,9%	0 0,0%	150 5,4%
Discorda pouco	149 6,1%	22 11,5%	17 13,4%	1 6,7%	189 6,8%
Concorda pouco	480 19,8%	59 30,9%	35 27,6%	3 20,0%	577 20,9%
Concorda muito	1690 69,5%	95 49,7%	51 40,2%	11 73,3%	1847 66,8%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 29.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	10 3,4%	0 0,0%	4 11,8%	0 0,0%	14 4,0%
Discorda pouco	12 4,1%	4 26,7%	7 20,6%	1 16,7%	24 6,9%
Concorda pouco	56 19,2%	3 20,0%	8 23,5%	1 16,7%	68 19,6%
Concorda muito	214 73,3%	8 53,3%	15 44,1%	4 66,7%	241 69,5%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 29.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	16 4,9%	1 5,6%	9 20,0%	0 0,0%	26 6,5%
Discorda pouco	17 5,2%	2 11,1%	7 15,6%	0 0,0%	26 6,5%
Concorda pouco	84 25,5%	6 33,3%	11 24,4%	3 42,9%	104 26,1%
Concorda muito	212 64,4%	9 50,0%	18 40,0%	4 57,1%	243 60,9%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 29.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda pouco	2	10,0
Concorda pouco	4	20,0
Concorda muito	14	70,0
Total	20	100,0

Questão 30: Os magistrados de 2º grau devem se submeter igualmente às corregedorias dos tribunais a que estão vinculados, além do CNJ

Tabela 30.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	74 3,0%	18 9,4%	16 12,6%	0 0,0%	108 3,9%
Discorda pouco	70 2,9%	12 6,3%	11 8,7%	0 0,0%	93 3,4%
Concorda pouco	259 10,7%	23 12,0%	17 13,4%	4 26,7%	303 11,0%
Concorda muito	2027 83,4%	138 72,3%	83 65,4%	11 73,3%	2259 81,8%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 30.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	83 28,4%	8 53,3%	17 50,0%	2 33,3%	110 31,7%
Discorda pouco	26 8,9%	1 6,7%	5 14,7%	0 0,0%	32 9,2%
Concorda pouco	70 24,0%	3 20,0%	6 17,6%	1 16,7%	80 23,1%
Concorda muito	113 38,7%	3 20,0%	6 17,6%	3 50,0%	125 36,0%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 30.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	17 5,2%	0 0,0%	5 11,1%	0 0,0%	22 5,5%
Discorda pouco	19 5,8%	1 5,6%	5 11,1%	0 0,0%	25 6,3%
Concorda pouco	56 17,0%	4 22,2%	10 22,2%	4 57,1%	74 18,5%
Concorda muito	237 72,0%	13 72,2%	25 55,6%	3 42,9%	278 69,7%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 30.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	1	5,0
Discorda pouco	2	10,0
Concorda pouco	3	15,0
Concorda muito	14	70,0
Total	20	100,0

Questão 31: Os ministros do STF devem se submeter a algum tipo de atividade correicional, como uma corregedoria interna ao STF

Tabela 31.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	57 2,3%	11 5,8%	7 5,5%	0 0,0%	75 2,7%
Discorda pouco	23 0,9%	10 5,2%	2 1,6%	1 6,7%	36 1,3%
Concorda pouco	165 6,8%	14 7,3%	20 15,7%	1 6,7%	200 7,2%
Concorda muito	2185 89,9%	156 81,7%	98 77,2%	13 86,7%	2452 88,7%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 31.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	14 4,8%	4 26,7%	3 8,8%	0 0,0%	21 6,1%
Discorda pouco	6 2,1%	0 0,0%	2 5,9%	0 0,0%	8 2,3%
Concorda pouco	40 13,7%	5 33,3%	2 5,9%	1 16,7%	48 13,8%
Concorda muito	232 79,5%	6 40,0%	27 79,4%	5 83,3%	270 77,8%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 31.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	14 4,3%	0 0,0%	5 11,1%	1 14,3%	20 5,0%
Discorda pouco	8 2,4%	1 5,6%	2 4,4%	0 0,0%	11 2,8%
Concorda pouco	28 8,5%	2 11,1%	8 17,8%	4 57,1%	42 10,5%
Concorda muito	279 84,8%	15 83,3%	30 66,7%	2 28,6%	326 81,7%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 31.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	4	20,0
Discorda pouco	1	5,0
Concorda pouco	4	20,0
Concorda muito	11	55,0
Total	22	100,0

Questão 32: Considerando-se as áreas de atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale, dentre as listadas abaixo, as três alternativas que considera prioritárias

Tabela 32.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Equalização da distribuição da força de trabalho entre primeira e segunda instância	1652 26,3%	95 19,7%	78 24,3%	11 26,2%	1836
Atividade correicional e disciplinar	360 5,7%	51 10,6%	18 5,6%	3 7,1%	432
Estímulo aos meios alternativos de resolução de conflitos em âmbito judicial e extrajudicial	739 11,8%	61 12,6%	34 10,6%	4 9,5%	838
Monitoramento do sistema carcerário brasileiro	365 5,8%	39 8,1%	17 5,3%	4 9,5%	425
Definição e acompanhamento de metas de produtividade de magistrados e tribunais	352 5,6%	39 8,1%	9 2,8%	1 2,4%	401
Estímulo à adoção de melhores práticas que contribuam para a modernização, eficiência e racionalização do sistema judicial	1392 22,2%	99 20,5%	80 24,9%	10 23,8%	1581
Políticas de valorização da magistratura nacional e de esclarecimento à sociedade da importância dos serviços prestados pelo Judiciário	1419 22,6%	99 20,5%	85 26,5%	9 21,4%	1612
Total	6279	483	321	42	7125

***CONTINUAÇÃO** - Questão 32: Considerando-se as áreas de atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale, dentre as listadas abaixo, as três alternativas que considera prioritárias*

Tabela 32.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Equalização da distribuição da força de trabalho entre primeira e segunda instância;	63 8,3%	2 5,1%	4 4,3%	2 13,3%	71
Atividade correicional e disciplinar	82 10,8%	3 7,7%	8 8,6%	0 0,0%	93
Estímulo aos meios alternativos de resolução de conflitos em âmbito judicial e extrajudicial	122 16,0%	8 20,5%	18 19,4%	2 13,3%	150
Monitoramento do sistema carcerário brasileiro	63 8,3%	3 7,7%	10 10,8%	2 13,3%	78
Definição e acompanhamento de metas de produtividade de magistrados e tribunais	93 12,2%	8 20,5%	5 5,4%	3 20,0%	109
Estímulo à adoção de melhores práticas que contribuam para a modernização, eficiência e racionalização do sistema judicial	191 25,1%	10 25,6%	27 29,0%	3 20,0%	231
Políticas de valorização da magistratura nacional e de esclarecimento à sociedade da importância dos serviços prestados pelo Judiciário	148 19,4%	5 12,8%	21 22,6%	3 20,0%	177
Total	762	39	93	15	909

Tabela 32.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Equalização da distribuição da força de trabalho entre primeira e segunda instância;	91 11,0%	4 10,3%	22 17,9%	0 0,0%	117
Atividade correicional e disciplinar	115 13,9%	7 17,9%	11 8,9%	5 27,8%	138
Estímulo aos meios alternativos de resolução de conflitos em âmbito judicial e extrajudicial	100 12,1%	7 17,9%	19 15,4%	1 5,6%	127
Monitoramento do sistema carcerário brasileiro	90 10,9%	5 12,8%	8 6,5%	3 16,7%	106
Definição e acompanhamento de metas de produtividade de magistrados e tribunais	100 12,1%	5 12,8%	2 1,6%	1 5,6%	108
Estímulo à adoção de melhores práticas que contribuam para a modernização, eficiência e racionalização do sistema judicial	173 20,9%	7 17,9%	31 25,2%	4 22,2%	215
Políticas de valorização da magistratura nacional e de esclarecimento à sociedade da importância dos serviços prestados pelo Judiciário	159 19,2%	4 10,3%	30 24,4%	4 22,2%	197
Total	828	39	123	18	1008

***CONTINUAÇÃO** - Questão 32: Considerando-se as áreas de atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale, dentre as listadas abaixo, as três alternativas que considera prioritárias*

Tabela 32.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
Limitação aos recursos judiciais	17	28,3
Alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional	15	25,0
Limitação do efeito suspensivo dos recursos, que deve ser exceção e não a regra	10	16,7
Efetiva independência e autonomia dos tribunais em relação a seus orçamentos	8	13,3
Desjudicialização das execuções fiscais	7	11,7
Especialização de varas e câmaras nos tribunais	2	3,3
Criação de sistema nacional de leilão judicial, informatizado e controlado pelo Poder Judiciário	1	1,7
Total	60	100,0

Questão 33: Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal, assinale seu grau de concordância:

A Justiça Restaurativa deve ser incentivada como parte de uma nova política criminal

Tabela 33.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	160 8,1%	16 10,5%	1 1,0%	1 7,1%	178 7,9%
Discorda pouco	175 8,8%	16 10,5%	10 10,3%	1 7,1%	202 9,0%
Concorda pouco	661 33,4%	38 25,0%	31 32,0%	6 42,9%	736 32,8%
Concorda muito	985 49,7%	82 53,9%	55 56,7%	6 42,9%	1128 50,3%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 33.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	20 8,5%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	22 7,8%
Discorda pouco	21 8,9%	0 0,0%	4 13,8%	0 0,0%	25 8,9%
Concorda pouco	73 30,9%	7 58,3%	10 34,5%	2 40,0%	92 32,6%
Concorda muito	122 51,7%	4 33,3%	14 48,3%	3 60,0%	143 50,7%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 33.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	16 6,1%	1 7,7%	1 2,6%	0 0,0%	18 5,7%
Discorda pouco	24 9,2%	1 7,7%	7 18,4%	0 0,0%	32 10,1%
Concorda pouco	93 35,6%	5 38,5%	8 21,1%	4 66,7%	110 34,6%
Concorda muito	128 49,0%	6 46,2%	22 57,9%	2 33,3%	158 49,7%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 33.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	11,8
Discorda pouco	1	5,9
Concorda pouco	5	29,4
Concorda muito	9	52,9
Total	17	100,0

Questão 34: Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal, assinale seu grau de concordância:

O sistema penitenciário deve aplicar metodologias de valorização humana

Tabela 34.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	39 2,0%	3 2,0%	3 3,1%	1 7,1%	46 2,0%
Discorda pouco	85 4,3%	5 3,3%	7 7,2%	0 0,0%	97 4,3%
Concorda pouco	445 22,5%	34 22,4%	24 24,7%	3 21,4%	506 22,5%
Concorda muito	1412 71,3%	110 72,4%	63 64,9%	10 71,4%	1595 71,1%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 34.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	5 2,1%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	7 2,5%
Discorda pouco	12 5,1%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	13 4,6%
Concorda pouco	37 15,7%	2 16,7%	3 10,3%	2 40,0%	44 15,6%
Concorda muito	182 77,1%	9 75,0%	24 82,8%	3 60,0%	218 77,3%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 34.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 1,9%
Discorda pouco	8 3,1%	2 15,4%	3 7,9%	0 0,0%	13 4,1%
Concorda pouco	54 20,7%	4 30,8%	9 23,7%	4 66,7%	71 22,3%
Concorda muito	193 73,9%	7 53,8%	26 68,4%	2 33,3%	228 71,7%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 34.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	1	5,9
Discorda pouco	1	5,9
Concorda pouco	5	29,4
Concorda muito	10	58,8
Total	17	100,0

Questão 35: Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal, assinale seu grau de concordância:

O sistema de vídeoconferência para realização de interrogatório e instrução do processo deve ser integrado ao sistema processual penal

Tabela 35.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	28 1,4%	3 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	31 1,4%
Discorda pouco	50 2,5%	2 1,3%	3 3,1%	0 0,0%	55 2,5%
Concorda pouco	186 9,4%	19 12,5%	15 15,5%	3 21,4%	223 9,9%
Concorda muito	1717 86,7%	128 84,2%	79 81,4%	11 78,6%	1935 86,2%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 35.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	0 0,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	1 0,4%
Discorda pouco	7 3,0%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	10 3,5%
Concorda pouco	24 10,2%	1 8,3%	5 17,2%	0 0,0%	30 10,6%
Concorda muito	205 86,9%	10 83,3%	21 72,4%	5 100,0%	241 85,5%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 35.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	13 5,0%	1 7,7%	0 0,0%	0 0,0%	14 4,4%
Discorda pouco	10 3,8%	1 7,7%	3 7,9%	0 0,0%	14 4,4%
Concorda pouco	39 14,9%	3 23,1%	4 10,5%	0 0,0%	46 14,5%
Concorda muito	199 76,2%	8 61,5%	31 81,6%	6 100,0%	244 76,7%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 35.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda pouco	1	5,9
Concorda pouco	5	29,4
Concorda muito	11	64,7
Total	17	100,0

Questão 36: Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal, assinale seu grau de concordância:

A audiência de custódia é um importante mecanismo de garantia processual do acusado e deve ser aperfeiçoada

Tabela 36.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	734 37,1%	53 34,9%	14 14,4%	8 57,1%	809 36,1%
Discorda pouco	264 13,3%	24 15,8%	16 16,5%	3 21,4%	307 13,7%
Concorda pouco	432 21,8%	32 21,1%	24 24,7%	0 0,0%	488 21,7%
Concorda muito	551 27,8%	43 28,3%	43 44,3%	3 21,4%	640 28,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 36.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	30 12,7%	0 0,0%	2 6,9%	1 20,0%	33 11,7%
Discorda pouco	20 8,5%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	21 7,4%
Concorda pouco	67 28,4%	6 50,0%	7 24,1%	2 40,0%	82 29,1%
Concorda muito	119 50,4%	5 41,7%	20 69,0%	2 40,0%	146 51,8%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 36.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	27 10,3%	0 0,0%	3 7,9%	0 0,0%	30 9,4%
Discorda pouco	20 7,7%	2 15,4%	3 7,9%	1 16,7%	26 8,2%
Concorda pouco	82 31,4%	1 7,7%	14 36,8%	3 50,0%	100 31,4%
Concorda muito	132 50,6%	10 76,9%	18 47,4%	2 33,3%	162 50,9%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 36.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	1	5,9
Discorda pouco	1	5,9
Concorda pouco	5	29,4
Concorda muito	10	58,8
Total	17	100,0

Questão 37: Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal, assinale seu grau de concordância:

As medidas cautelares, no âmbito criminal, somente podem ser aplicadas pelo(a) magistrado(a)

Tabela 37.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	67 3,4%	7 4,6%	1 1,0%	1 7,1%	76 3,4%
Discorda pouco	144 7,3%	17 11,2%	7 7,2%	0 0,0%	168 7,5%
Concorda pouco	350 17,7%	38 25,0%	15 15,5%	2 14,3%	405 18,0%
Concorda muito	1420 71,7%	90 59,2%	74 76,3%	11 78,6%	1595 71,1%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 37.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	3 1,3%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	4 1,4%
Discorda pouco	11 4,7%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	12 4,3%
Concorda pouco	36 15,3%	4 33,3%	6 20,7%	0 0,0%	46 16,3%
Concorda muito	186 78,8%	8 66,7%	21 72,4%	5 100,0%	220 78,0%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 37.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	1 0,4%	1 7,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,6%
Discorda pouco	7 2,7%	1 7,7%	2 5,3%	0 0,0%	10 3,1%
Concorda pouco	33 12,6%	4 30,8%	9 23,7%	1 16,7%	47 14,8%
Concorda muito	220 84,3%	7 53,8%	27 71,1%	5 83,3%	259 81,4%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 37.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concorda pouco	4	23,5
Concorda muito	13	76,5
Total	17	100,0

Questão 38: Sobre algumas ações específicas relacionadas à Justiça Criminal, assinale seu grau de concordância:

O sistema de plea bargain (transação penal) deve ser incorporado ao CPP, desde que haja participação do(a) magistrado(a).

Tabela 38.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	93 4,7%	11 7,2%	6 6,2%	1 7,1%	111 4,9%
Discorda pouco	121 6,1%	10 6,6%	5 5,2%	0 0,0%	136 6,1%
Concorda pouco	540 27,3%	44 28,9%	25 25,8%	4 28,6%	613 27,3%
Concorda muito	1227 61,9%	87 57,2%	61 62,9%	9 64,3%	1384 61,7%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 38.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 2,5%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	9 3,2%
Discorda pouco	9 3,8%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	13 4,6%
Concorda pouco	62 26,3%	3 25,0%	9 31,0%	3 60,0%	77 27,3%
Concorda muito	159 67,4%	6 50,0%	16 55,2%	2 40,0%	183 64,9%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 38.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 2,3%	1 7,7%	2 5,3%	1 16,7%	10 3,1%
Discorda pouco	10 3,8%	2 15,4%	4 10,5%	0 0,0%	16 5,0%
Concorda pouco	57 21,8%	3 23,1%	9 23,7%	3 50,0%	72 22,6%
Concorda muito	188 72,0%	7 53,8%	23 60,5%	2 33,3%	220 69,2%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 38.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	1	5,9
Discorda pouco	2	11,8
Concorda pouco	6	35,3
Concorda muito	8	47,1
Total	17	100,0

Questão 39: Você é favorável à conciliação/mediação prévia obrigatória?

Tabela 39.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nunca	216 10,9%	33 21,7%	15 15,5%	1 7,1%	265 11,8%
Sim, para ações cíveis	66 3,3%	18 11,8%	9 9,3%	1 7,1%	94 4,2%
Sim, para ações de família	307 15,5%	20 13,2%	10 10,3%	0 0,0%	337 15,0%
Sim, para ações cíveis e de família	1392 70,3%	81 53,3%	63 64,9%	12 85,7%	1548 69,0%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 39.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nunca	21 8,9%	0 0,0%	3 10,3%	0 0,0%	24 8,5%
Sim, para ações cíveis	5 2,1%	2 16,7%	5 17,2%	2 40,0%	14 5,0%
Sim, para ações de família	19 8,1%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	21 7,4%
Sim, para ações cíveis e de família	191 80,9%	9 75,0%	20 69,0%	3 60,0%	223 79,1%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 39.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nunca	14 5,4%	2 15,4%	8 21,1%	0 0,0%	24 7,5%
Sim, para ações cíveis	18 6,9%	2 15,4%	0 0,0%	3 50,0%	23 7,2%
Sim, para ações de família	26 10,0%	1 7,7%	0 0,0%	0 0,0%	27 8,5%
Sim, para ações cíveis e de família	203 77,8%	8 61,5%	30 78,9%	3 50,0%	244 76,7%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 39.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim, para ações cíveis	4	23,5
Sim, para ações de família	1	5,9
Sim, para ações cíveis e de família	12	70,6
Total	17	100,0

Questão 40: A conciliação/mediação obrigatória entre a sentença e o recurso, deve ser uma prioridade para a política judicial?

Tabela 40.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1198	103	52	6	1359
	60,5%	67,8%	53,6%	42,9%	60,6%
Sim	783	49	45	8	885
	39,5%	32,2%	46,4%	57,1%	39,4%
Total	1981	152	97	14	2244
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 40.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	124	5	7	0	136
	52,5%	41,7%	24,1%	0,0%	48,2%
Sim	112	7	22	5	146
	47,5%	58,3%	75,9%	100,0%	51,8%
Total	236	12	29	5	282
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 40.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	135	4	21	0	160
	51,7%	30,8%	55,3%	0,0%	50,3%
Sim	126	9	17	6	158
	48,3%	69,2%	44,7%	100,0%	49,7%
Total	261	13	38	6	318
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 40.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	8	47,1
Sim	9	52,9
Total	17	100,0

Questão 41: Quanto à segurança do magistrado(a), ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante

Tabela 41.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Escolta pessoal	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	418 21,1%	20 13,2%	17 17,5%	1 7,1%	456 20,3%
2	524 26,5%	43 28,3%	17 17,5%	1 7,1%	585 26,1%
3	413 20,8%	36 23,7%	27 27,8%	5 35,7%	481 21,4%
4	332 16,8%	28 18,4%	18 18,6%	3 21,4%	381 17,0%
5	294 14,8%	25 16,4%	18 18,6%	4 28,6%	341 15,2%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 41.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Escolta pessoal	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	43 18,2%	5 41,7%	6 20,7%	0 0,0%	54 19,1%
2	47 19,9%	1 8,3%	8 27,6%	1 20,0%	57 20,2%
3	44 18,6%	1 8,3%	6 20,7%	3 60,0%	54 19,1%
4	34 14,4%	1 8,3%	3 10,3%	1 20,0%	39 13,8%
5	68 28,8%	4 33,3%	6 20,7%	0 0,0%	78 27,7%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 41.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Escolta pessoal	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	64 24,5%	2 15,4%	9 23,7%	3 50,0%	78 24,5%
2	54 20,7%	1 7,7%	10 26,3%	2 33,3%	67 21,1%
3	53 20,3%	3 23,1%	6 15,8%	0 0,0%	62 19,5%
4	39 14,9%	2 15,4%	6 15,8%	1 16,7%	48 15,1%
5	51 19,5%	5 38,5%	7 18,4%	0 0,0%	63 19,8%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 41.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Escolta pessoal	Nº absoluto	%
1	6	35,3
3	3	17,6
4	3	17,6
5	5	29,4
Total	17	100,0

Questão 42: Quanto à segurança do magistrado/a, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante

Tabela 42.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Blindagem dos veículos oficiais	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	226 11,4%	25 16,4%	7 7,2%	2 14,3%	260 11,6%
2	513 25,9%	37 24,3%	32 33,0%	6 42,9%	588 26,2%
3	523 26,4%	38 25,0%	23 23,7%	2 14,3%	586 26,1%
4	447 22,6%	38 25,0%	20 20,6%	3 21,4%	508 22,6%
5	272 13,7%	14 9,2%	15 15,5%	1 7,1%	302 13,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 42.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Blindagem dos veículos oficiais	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	35 14,8%	1 8,3%	4 13,8%	0 0,0%	40 14,2%
2	68 28,8%	6 50,0%	10 34,5%	2 40,0%	86 30,5%
3	48 20,3%	3 25,0%	6 20,7%	0 0,0%	57 20,2%
4	53 22,5%	2 16,7%	5 17,2%	2 40,0%	62 22,0%
5	32 13,6%	0 0,0%	4 13,8%	1 20,0%	37 13,1%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 42.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Blindagem dos veículos oficiais	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	31 11,9%	0 0,0%	3 7,9%	2 33,3%	36 11,3%
2	76 29,1%	6 46,2%	5 13,2%	3 50,0%	90 28,3%
3	52 19,9%	1 7,7%	10 26,3%	0 0,0%	63 19,8%
4	62 23,8%	4 30,8%	11 28,9%	0 0,0%	77 24,2%
5	40 15,3%	2 15,4%	9 23,7%	1 16,7%	52 16,4%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 42.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Blindagem dos veículos oficiais	Nº absoluto	%
1	3	17,6
2	5	29,4
3	1	5,9
4	4	23,5
5	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 43: Quanto à segurança do magistrado/a, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante

Tabela 43.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Mudança de localização do fórum para áreas centrais da cidade	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	204 10,3%	23 15,1%	9 9,3%	3 21,4%	239 10,7%
2	368 18,6%	32 21,1%	20 20,6%	4 28,6%	424 18,9%
3	467 23,6%	33 21,7%	21 21,6%	1 7,1%	522 23,3%
4	513 25,9%	31 20,4%	24 24,7%	4 28,6%	572 25,5%
5	429 21,7%	33 21,7%	23 23,7%	2 14,3%	487 21,7%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 43.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Mudança de localização do fórum para áreas centrais da cidade	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	21 8,9%	0 0,0%	2 6,9%	2 40,0%	25 8,9%
2	48 20,3%	1 8,3%	5 17,2%	0 0,0%	54 19,1%
3	61 25,8%	5 41,7%	7 24,1%	0 0,0%	73 25,9%
4	59 25,0%	4 33,3%	8 27,6%	1 20,0%	72 25,5%
5	47 19,9%	2 16,7%	7 24,1%	2 40,0%	58 20,6%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 43.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Mudança de localização do fórum para áreas centrais da cidade	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	30 11,5%	1 7,7%	3 7,9%	0 0,0%	34 10,7%
2	57 21,8%	3 23,1%	15 39,5%	0 0,0%	75 23,6%
3	69 26,4%	6 46,2%	5 13,2%	5 83,3%	85 26,7%
4	58 22,2%	1 7,7%	11 28,9%	0 0,0%	70 22,0%
5	47 18,0%	2 15,4%	4 10,5%	1 16,7%	54 17,0%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 43.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Mudança de localização do fórum para áreas centrais da cidade	Nº absoluto	%
1	2	11,8
2	4	23,5
3	5	29,4
4	2	11,8
5	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 44: Quanto à segurança do magistrado/a, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante

Tabela 44.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alteração do horário de trabalho	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	183 9,2%	13 8,6%	4 4,1%	1 7,1%	201 9,0%
2	312 15,7%	19 12,5%	22 22,7%	2 14,3%	355 15,8%
3	318 16,1%	25 16,4%	16 16,5%	3 21,4%	362 16,1%
4	503 25,4%	44 28,9%	23 23,7%	3 21,4%	573 25,5%
5	665 33,6%	51 33,6%	32 33,0%	5 35,7%	753 33,6%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 44.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alteração do horário de trabalho	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	13 5,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	14 5,0%
2	47 19,9%	2 16,7%	4 13,8%	2 40,0%	55 19,5%
3	44 18,6%	2 16,7%	5 17,2%	1 20,0%	52 18,4%
4	73 30,9%	4 33,3%	12 41,4%	1 20,0%	90 31,9%
5	59 25,0%	4 33,3%	7 24,1%	1 20,0%	71 25,2%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 44.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alteração do horário de trabalho	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	20 7,7%	0 0,0%	3 7,9%	0 0,0%	23 7,2%
2	47 18,0%	3 23,1%	5 13,2%	0 0,0%	55 17,3%
3	50 19,2%	3 23,1%	13 34,2%	0 0,0%	66 20,8%
4	76 29,1%	6 46,2%	7 18,4%	5 83,3%	94 29,6%
5	68 26,1%	1 7,7%	10 26,3%	1 16,7%	80 25,2%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 44.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alteração do horário de trabalho	Nº absoluto	%
1	2	11,8
2	2	11,8
3	5	29,4
4	7	41,2
5	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 45: Quanto à segurança do magistrado/a, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante

Tabela 45.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	950 48,0%	71 46,7%	60 61,9%	7 50,0%	1088 48,5%
2	264 13,3%	21 13,8%	6 6,2%	1 7,1%	292 13,0%
3	260 13,1%	20 13,2%	10 10,3%	3 21,4%	293 13,1%
4	186 9,4%	11 7,2%	12 12,4%	1 7,1%	210 9,4%
5	321 16,2%	29 19,1%	9 9,3%	2 14,3%	361 16,1%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 45.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	124 52,5%	6 50,0%	16 55,2%	3 60,0%	149 52,8%
2	26 11,0%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	30 10,6%
3	39 16,5%	1 8,3%	5 17,2%	1 20,0%	46 16,3%
4	17 7,2%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	19 6,7%
5	30 12,7%	2 16,7%	5 17,2%	1 20,0%	38 13,5%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 45: Quanto à segurança do magistrado/a, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante

Tabela 45.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	116 44,4%	10 76,9%	20 52,6%	1 16,7%	147 46,2%
2	27 10,3%	0 0,0%	3 7,9%	1 16,7%	31 9,7%
3	37 14,2%	0 0,0%	4 10,5%	1 16,7%	42 13,2%
4	26 10,0%	0 0,0%	3 7,9%	0 0,0%	29 9,1%
5	55 21,1%	3 23,1%	8 21,1%	3 50,0%	69 21,7%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 45.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade	Nº absoluto	%
1	4	23,5
2	6	35,3
3	3	17,6
4	1	5,9
5	3	17,6
Total	17	100,0

III.2 – PODER JUDICIÁRIO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Apresentam-se aqui os resultados alcançados por um conjunto de questões relativas à organização institucional do Judiciário e ao serviço público de prestação jurisdicional.

A Questão 46 procura identificar a forma pela qual os magistrados concebem as condições para o bom exercício da sua atividade, oferecendo três perspectivas: a que defende a dimensão institucional do Judiciário; a que subordina a autonomia da magistratura à defesa dos interesses coletivos da corporação; e a que entende a atividade do magistrado como a de um ator isolado e funcionalmente autônomo. Quase 70% dos magistrados de 1º grau e um pouco mais de 80% dos de 2º grau aderiram à alternativa que sustenta a importância "*da permanente preservação da dimensão institucional do Judiciário, pois dela depende a boa prestação do serviço jurisdicional.*"

A Questão 47 solicita aos magistrados que indiquem três iniciativas capazes de tornar o Judiciário mais eficiente. As respostas indicam que para os juízes de 1º grau as prioridades são, nesta ordem: "*limitação aos recursos judiciais*"; "*alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional*"; e "*limitação do efeito suspensivo dos recursos, que deve ser exceção e não a regra*". Entre os juízes de 2º grau, são também essas as iniciativas mais citadas, porém dispostas em uma ordem ligeiramente diferente: a alteração da competência do STF aparece como a mais indicada.

A Questão seguinte se refere a medidas indicadas para aproximar a população dos serviços do Judiciário. Magistrados de ambas as instâncias elegeram como as mais importantes: "*favorecer a conciliação prévia extrajudicial*" e "*promover campanhas educativas que familiarizem a população com os seus direitos e com os procedimentos legais*" (Questão 48).

Finalmente, as Questões 49 à 53 apresentam aos magistrados alternativas para a modernização tecnológica do Judiciário, observando-se que a que obteve maior adesão foi a do "*processo judicial eletrônico*": 71% dos juízes de 1º grau e 68,4% dos juízes de 2º grau assinalaram tal alternativa.

QUESTÕES

Questão 46: Assinale a alternativa que mais se identifica:

Tabela 46.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O exercício da magistratura exige a permanente preservação da dimensão institucional do Judiciário, pois dela depende a boa prestação do serviço jurisdicional	1693	138	85	10	1926
	69,7%	72,3%	66,9%	66,7%	69,7%
O exercício da magistratura pressupõe a permanente defesa dos interesses coletivos da categoria, pois disso depende a autonomia do Judiciário	595	39	39	4	677
	24,5%	20,4%	30,7%	26,7%	24,5%
O exercício da magistratura pressupõe desprendimento em relação à dimensão institucional, como forma de preservar a autonomia funcional	142	14	3	1	160
	5,8%	7,3%	2,4%	6,7%	5,8%
Total	2430	191	127	15	2763
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 46: Assinale a alternativa que mais se identifica:

Tabela 46.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O exercício da magistratura exige a permanente preservação da dimensão institucional do Judiciário, pois dela depende a boa prestação do serviço jurisdicional	233 79,8%	13 86,7%	30 88,2%	6 100,0%	282 81,3%
O exercício da magistratura pressupõe a permanente defesa dos interesses coletivos da categoria, pois disso depende a autonomia do Judiciário	39 13,4%	1 6,7%	1 2,9%	0 0,0%	41 11,8%
O exercício da magistratura pressupõe desprendimento em relação à dimensão institucional, como forma de preservar a autonomia funcional	20 6,8%	1 6,7%	3 8,8%	0 0,0%	24 6,9%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 46.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O exercício da magistratura exige a permanente preservação da dimensão institucional do Judiciário, pois dela depende a boa prestação do serviço jurisdicional	240 72,9%	14 77,8%	33 73,3%	6 85,7%	293 73,4%
O exercício da magistratura pressupõe a permanente defesa dos interesses coletivos da categoria, pois disso depende a autonomia do Judiciário	47 14,3%	1 5,6%	8 17,8%	0 0,0%	56 14,0%
O exercício da magistratura pressupõe desprendimento em relação à dimensão institucional, como forma de preservar a autonomia funcional	42 12,8%	3 16,7%	4 8,9%	1 14,3%	50 12,5%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 46.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
O exercício da magistratura exige a permanente preservação da dimensão institucional do Judiciário, pois dela depende a boa prestação do serviço jurisdicional	16	80,0
O exercício da magistratura pressupõe a permanente defesa dos interesses coletivos da categoria, pois disso depende a autonomia do Judiciário	2	10,0
O exercício da magistratura pressupõe desprendimento em relação à dimensão institucional, como forma de preservar a autonomia funcional	2	10,0
Total	20	100,0

Questão 47: Considerando-se a necessidade de tornar o funcionamento dos tribunais mais eficiente, assinale, dentre as alternativas listadas abaixo, as três iniciativas que considera prioritárias

Tabela 47.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Desjudicialização das execuções fiscais	1004 13,8%	77 13,4%	5 1,3%	2 4,4%	1088
Limitação aos recursos judiciais	1598 21,9%	134 23,4%	93 24,4%	12 26,7%	1837
Alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional	1483 20,3%	158 27,6%	110 28,9%	13 28,9%	1764
Limitação do efeito suspensivo dos recursos, que deve ser exceção e não a regra	1085 14,9%	81 14,1%	61 16,0%	10 22,2%	1237
Criação de sistema nacional de leilão judicial, informatizado e controlado pelo Poder Judiciário	237 3,3%	23 4,0%	25 6,6%	0 0,0%	285

***CONTINUAÇÃO** - Questão 47: Considerando-se a necessidade de tornar o funcionamento dos tribunais mais eficiente, assinale, dentre as alternativas listadas abaixo, as três iniciativas que considera prioritárias*

Especialização de varas e câmaras nos tribunais	692 9,5%	41 7,2%	28 7,3%	4 8,9%	765
Efetiva independência e autonomia dos tribunais em relação a seus orçamentos	1191 16,3%	59 10,3%	59 15,5%	4 8,9%	1313
Total	7290	573	381	45	8289

Tabela 47.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Desjudicialização das execuções fiscais	86 9,8%	6 13,3%	7 6,9%	2 11,1%	101
Limitação aos recursos judiciais	186 21,2%	12 26,7%	22 21,6%	4 22,2%	224
Alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional	207 23,6%	12 26,7%	31 30,4%	5 27,8%	255
Limitação do efeito suspensivo dos recursos, que deve ser exceção e não a regra	135 15,4%	5 11,1%	15 14,7%	4 22,2%	159
Criação de sistema nacional de leilão judicial, informatizado e controlado pelo Poder Judiciário	12 1,4%	0 0,0%	4 3,9%	0 0,0%	16
Especialização de varas e câmaras nos tribunais	109 12,4%	5 11,1%	7 6,9%	0 0,0%	121
Efetiva independência e autonomia dos tribunais em relação a seus orçamentos	141 16,1%	5 11,1%	16 15,7%	3 16,7%	165
Total	876	45	102	18	1041

Tabela 47.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Desjudicialização das execuções fiscais	71 7,2%	6 11,1%	5 3,7%	0 0,0%	82
Limitação aos recursos judiciais	208 21,1%	10 18,5%	33 24,4%	6 28,6%	257
Alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional	252 25,5%	16 29,6%	37 27,4%	6 28,6%	311
Limitação do efeito suspensivo dos recursos, que deve ser exceção e não a regra	165 16,7%	9 16,7%	27 20,0%	3 14,3%	204
Criação de sistema nacional de leilão judicial, informatizado e controlado pelo Poder Judiciário	31 3,1%	2 3,7%	7 5,2%	1 4,8%	41
Especialização de varas e câmaras nos tribunais	107 10,8%	6 11,1%	9 6,7%	1 4,8%	123
Efetiva independência e autonomia dos tribunais em relação a seus orçamentos	153 15,5%	5 9,3%	17 12,6%	4 19,0%	179
Total	987	54	135	21	1197

Tabela 47.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
Desjudicialização das execuções fiscais	7	11,7
Limitação aos recursos judiciais	17	28,3
Alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional	15	25,0
Limitação do efeito suspensivo dos recursos, que deve ser exceção e não a regra	10	16,7
Criação de sistema nacional de leilão judicial, informatizado e controlado pelo Poder Judiciário	1	1,7
Especialização de varas e câmaras nos tribunais	2	3,3
Efetiva independência e autonomia dos tribunais em relação a seus orçamentos	8	13,3
Total	60	100,0

Questão 48: Considerando-se a ideia de aproximar a população dos serviços do Judiciário, assinale, dentre as alternativas listadas abaixo, as duas iniciativas que considera prioritárias

Tabela 48.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Promover campanhas educativas que familiarizem a população com os seus direitos e com os procedimentos legais	1289 26,5%	124 32,5%	79 31,1%	11 36,7%	1503
Incrementar a atuação da justiça itinerante	576 11,9%	62 16,2%	35 13,8%	7 23,3%	680
Ampliar o número de Comarcas, Varas e Juizados, descentralizando espacialmente os serviços judiciários	868 17,9%	29 7,6%	46 18,1%	1 3,3%	944
Favorecer a conciliação prévia extrajudicial	1383 28,5%	115 30,1%	48 18,9%	6 20,0%	1552
Aumentar a participação do Judiciário em ações sociais, como mutirões para registro civil e questões de família	744 15,3%	52 13,6%	46 18,1%	5 16,7%	847
Total	4860	382	254	30	5526

Tabela 48.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Promover campanhas educativas que familiarizem a população com os seus direitos e com os procedimentos legais	181 31,0%	9 30,0%	21 30,9%	2 16,7%	213
Incrementar a atuação da justiça itinerante	75 12,8%	3 10,0%	13 19,1%	0 0,0%	91
Ampliar o número de Comarcas, Varas e Juizados, descentralizando espacialmente os serviços judiciários	65 11,1%	2 6,7%	5 7,4%	1 8,3%	73
Favorecer a conciliação prévia extrajudicial	179 30,7%	10 33,3%	21 30,9%	5 41,7%	215
Aumentar a participação do Judiciário em ações sociais, como mutirões para registro civil e questões de família	84 14,4%	6 20,0%	8 11,8%	4 33,3%	102
Total	584	30	68	12	694

Tabela 48.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Promover campanhas educativas que familiarizem a população com os seus direitos e com os procedimentos legais	176 26,7%	8 22,2%	28 31,1%	4 28,6%	216
Incrementar a atuação da justiça itinerante	89 13,5%	3 8,3%	6 6,7%	2 14,3%	100
Ampliar o número de Comarcas, Varas e Juizados, descentralizando espacialmente os serviços judiciários	139 21,1%	5 13,9%	15 16,7%	0 0,0%	159
Favorecer a conciliação prévia extrajudicial	169 25,7%	13 36,1%	29 32,2%	6 42,9%	217
Aumentar a participação do Judiciário em ações sociais, como mutirões para registro civil e questões de família	85 12,9%	7 19,4%	12 13,3%	2 14,3%	106
Total	658	36	90	14	798

Tabela 48.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
Promover campanhas educativas que familiarizem a população com os seus direitos e com os procedimentos legais	10	25,0
Incrementar a atuação da justiça itinerante	7	17,5
Ampliar o número de Comarcas, Varas e Juizados, descentralizando espacialmente os serviços judiciários	5	12,5
Favorecer a conciliação prévia extrajudicial	15	37,5
Aumentar a participação do Judiciário em ações sociais, como mutirões para registro civil e questões de família	3	7,5
Total	40	100,0

Questão 49: Considerando-se a necessidade de modernização tecnológica do Poder Judiciário, ordene a as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante:

Alternativa: processo judicial eletrônico

Tabela 49.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Processo judicial eletrônico	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	1558 70,5%	131 75,7%	92 76,7%	9 60,0%	1790 71,1%
2	196 8,9%	13 7,5%	11 9,2%	2 13,3%	222 8,8%
3	147 6,6%	6 3,5%	5 4,2%	2 13,3%	160 6,4%
4	111 5,0%	7 4,0%	4 3,3%	1 6,7%	123 4,9%
5	199 9,0%	16 9,2%	8 6,7%	1 6,7%	224 8,9%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 49.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Processo judicial eletrônico	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	175 66,8%	12 85,7%	21 67,7%	6 100,0%	214 68,4%
2	39 14,9%	2 14,3%	6 19,4%	0 0,0%	47 15,0%
3	22 8,4%	0 0,0%	3 9,7%	0 0,0%	25 8,0%
4	13 5,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	13 4,2%
5	13 5,0%	0 0,0%	1 3,2%	0 0,0%	14 4,5%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 49.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Processo judicial eletrônico	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	198 67,1%	9 69,2%	28 68,3%	5 83,3%	240 67,6%
2	37 12,5%	1 7,7%	6 14,6%	0 0,0%	44 12,4%
3	17 5,8%	1 7,7%	2 4,9%	1 16,7%	21 5,9%
4	21 7,1%	1 7,7%	1 2,4%	0 0,0%	23 6,5%
5	22 7,5%	1 7,7%	4 9,8%	0 0,0%	27 7,6%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 49.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Processo judicial eletrônico	Nº absoluto	%
1	15	83,3
2	1	5,6
4	2	11,1
Total	18	100,0

Questão 50: Considerando-se a necessidade de modernização tecnológica do Poder Judiciário, ordene a as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante:

Alternativa: julgamentos virtuais de recursos

Tabela 50.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Julgamentos virtuais dos recursos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	114 5,2%	10 5,8%	7 5,8%	2 13,3%	133 5,3%
2	661 29,9%	66 38,2%	35 29,2%	6 40,0%	768 30,5%
3	496 22,4%	33 19,1%	26 21,7%	2 13,3%	557 22,1%
4	527 23,8%	38 22,0%	31 25,8%	3 20,0%	599 23,8%
5	413 18,7%	26 15,0%	21 17,5%	2 13,3%	462 18,3%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 50.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Julgamentos virtuais dos recursos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	35 13,4%	1 7,1%	2 6,5%	0 0,0%	38 12,1%
2	123 46,9%	8 57,1%	12 38,7%	5 83,3%	148 47,3%
3	48 18,3%	3 21,4%	8 25,8%	0 0,0%	59 18,8%
4	31 11,8%	1 7,1%	8 25,8%	1 16,7%	41 13,1%
5	25 9,5%	1 7,1%	1 3,2%	0 0,0%	27 8,6%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 50.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Julgamentos virtuais dos recursos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	28 9,5%	2 15,4%	6 14,6%	1 16,7%	37 10,4%
2	119 40,3%	2 15,4%	12 29,3%	5 83,3%	138 38,9%
3	59 20,0%	6 46,2%	9 22,0%	0 0,0%	74 20,8%
4	52 17,6%	1 7,7%	7 17,1%	0 0,0%	60 16,9%
5	37 12,5%	2 15,4%	7 17,1%	0 0,0%	46 13,0%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 50.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Julgamentos virtuais dos recursos	Nº absoluto	%
2	10	55,6
3	5	27,8
4	1	5,6
5	2	11,1
Total	18	100,0

Questão 51: Considerando-se a necessidade de modernização tecnológica do Poder Judiciário, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante:

Alternativa: uso de redes sociais para comunicação processual

Tabela 51.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Uso de redes sociais para comunicação processual	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	175 7,9%	14 8,1%	8 6,7%	1 6,7%	198 7,9%
2	453 20,5%	23 13,3%	24 20,0%	6 40,0%	506 20,1%
3	560 25,3%	47 27,2%	32 26,7%	3 20,0%	642 25,5%
4	382 17,3%	32 18,5%	21 17,5%	3 20,0%	438 17,4%
5	641 29,0%	57 32,9%	35 29,2%	2 13,3%	735 29,2%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 51.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Uso de redes sociais para comunicação processual	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	10 3,8%	0 0,0%	1 3,2%	0 0,0%	11 3,5%
2	44 16,8%	1 7,1%	2 6,5%	0 0,0%	47 15,0%
3	63 24,0%	2 14,3%	7 22,6%	3 50,0%	75 24,0%
4	56 21,4%	5 35,7%	3 9,7%	0 0,0%	64 20,4%
5	89 34,0%	6 42,9%	18 58,1%	3 50,0%	116 37,1%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 51.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Uso de redes sociais para comunicação processual	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	21 7,1%	2 15,4%	2 4,9%	0 0,0%	25 7,0%
2	52 17,6%	3 23,1%	5 12,2%	0 0,0%	60 16,9%
3	90 30,5%	3 23,1%	10 24,4%	2 33,3%	105 29,6%
4	45 15,3%	2 15,4%	8 19,5%	1 16,7%	56 15,8%
5	87 29,5%	3 23,1%	16 39,0%	3 50,0%	109 30,7%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 51.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Uso de redes sociais para comunicação processual	Nº absoluto	%
2	1	5,6
3	5	27,8
4	2	11,1
5	10	55,6
Total	18	100,0

Questão 52: Considerando-se a necessidade de modernização tecnológica do Poder Judiciário, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante:

Alternativa: utilização da inteligência artificial na elaboração de relatórios

Tabela 52.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Utilização da inteligência artificial na elaboração de relatórios	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	148 6,7%	8 4,6%	2 1,7%	1 6,7%	159 6,3%
2	348 15,7%	16 9,2%	18 15,0%	0 0,0%	382 15,2%
3	505 22,8%	49 28,3%	31 25,8%	3 20,0%	588 23,3%
4	665 30,1%	55 31,8%	41 34,2%	5 33,3%	766 30,4%
5	545 24,6%	45 26,0%	28 23,3%	6 40,0%	624 24,8%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 52.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Utilização da inteligência artificial na elaboração de relatórios	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	11 4,2%	0 0,0%	1 3,2%	0 0,0%	12 3,8%
2	25 9,5%	2 14,3%	3 9,7%	1 16,7%	31 9,9%
3	48 18,3%	1 7,1%	7 22,6%	0 0,0%	56 17,9%
4	106 40,5%	8 57,1%	14 45,2%	5 83,3%	133 42,5%
5	72 27,5%	3 21,4%	6 19,4%	0 0,0%	81 25,9%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 52.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Utilização da inteligência artificial na elaboração de relatórios	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	12 4,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	12 3,4%
2	33 11,2%	3 23,1%	6 14,6%	0 0,0%	42 11,8%
3	72 24,4%	2 15,4%	12 29,3%	1 16,7%	87 24,5%
4	105 35,6%	5 38,5%	16 39,0%	4 66,7%	130 36,6%
5	73 24,7%	3 23,1%	7 17,1%	1 16,7%	84 23,7%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 52.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Utilização da inteligência artificial na elaboração de relatórios	Nº absoluto	%
1	2	11,1
3	5	27,8
4	7	38,9
5	4	22,2
Total	18	100,0

Questão 53: Considerando-se a necessidade de modernização tecnológica do Poder Judiciário, ordene as alternativas listadas abaixo, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante:

Alternativa: aplicação da inteligência artificial na identificação de processos repetitivos

Tabela 53.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Aplicação da inteligência artificial na identificação de processos repetitivos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	216 9,8%	10 5,8%	11 9,2%	2 13,3%	239 9,5%
2	553 25,0%	55 31,8%	32 26,7%	1 6,7%	641 25,4%
3	503 22,7%	38 22,0%	26 21,7%	5 33,3%	572 22,7%
4	526 23,8%	41 23,7%	23 19,2%	3 20,0%	593 23,5%
5	413 18,7%	29 16,8%	28 23,3%	4 26,7%	474 18,8%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 53.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Aplicação da inteligência artificial na identificação de processos repetitivos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	31 11,8%	1 7,1%	6 19,4%	0 0,0%	38 12,1%
2	31 11,8%	1 7,1%	8 25,8%	0 0,0%	40 12,8%
3	81 30,9%	8 57,1%	6 19,4%	3 50,0%	98 31,3%
4	56 21,4%	0 0,0%	6 19,4%	0 0,0%	62 19,8%
5	63 24,0%	4 28,6%	5 16,1%	3 50,0%	75 24,0%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 53.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Aplicação da inteligência artificial na identificação de processos repetitivos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	36 12,2%	0 0,0%	5 12,2%	0 0,0%	41 11,5%
2	54 18,3%	4 30,8%	12 29,3%	1 16,7%	71 20,0%
3	57 19,3%	1 7,7%	8 19,5%	2 33,3%	68 19,2%
4	72 24,4%	4 30,8%	9 22,0%	1 16,7%	86 24,2%
5	76 25,8%	4 30,8%	7 17,1%	2 33,3%	89 25,1%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 53.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Aplicação da inteligência artificial na identificação de processos repetitivos	Nº absoluto	%
1	1	5,6
2	6	33,3
3	3	16,7
4	6	33,3
5	2	11,1
Total	18	100,0

III.3 – FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Busca-se identificar nesta seção como os magistrados lidam com diferentes aspectos relacionados à fundamentação de suas decisões. Para isso, foi elaborada uma primeira bateria de questões sobre o grau de concordância dos magistrados acerca da regulação de suas decisões pelos Tribunais Superiores, mediante o sistema de súmulas e precedentes vinculantes.

Entre os magistrados de 1º grau, quase 52% entendem que o juiz não deve se pautar por jurisprudências (Questão 54) e que "*o sistema de súmulas e precedentes vinculantes afeta a independência do(a) magistrado(a) em sua interpretação das leis e em sua aplicação*" (Questão 55). Os juízes de 2º grau apresentam um padrão de resposta muito semelhante. Ainda no âmbito dessa Questão, importa observar que o juiz estadual de 1º grau parece ser bem mais sensível à natureza limitante das súmulas e precedentes do que o juiz federal, pois, entre esses, apenas 34,5% consideram que tais expedientes afetam a independência do juiz. Apesar de se dividirem quanto aos efeitos da jurisprudência sobre sua autonomia decisória, a esmagadora maioria de juízes concorda pouco ou muito que "*o sistema de súmulas e precedentes vinculantes garante maior velocidade e segurança jurídica à atividade jurisdicional e, portanto, maior racionalização do Judiciário*" (Questão 56).

Outro conjunto de assertivas é apresentado com o objetivo de avaliar o grau de concordância do magistrado com a aplicação de princípios constitucionais em decisões judiciais (Questões 57 à 61). A assertiva que propõe que "*o(a) magistrado(a) deve aplicar os princípios constitucionais para fundamentar decisões a respeito de temas sobre os quais não há legislação específica*" contou com 96,7% de concordância entre os magistrados de 1º grau. E a que afirma que é "*legítimo ao magistrado(a) se basear em princípios constitucionais para compelir os demais poderes a assegurar a efetividade de direitos, em especial quanto à saúde, educação e segurança*" obteve 89,4% de adesões. Interessante, porém, é constatar que diante da proposição de que o Judiciário pode exercer um papel criativo na produção de normas acerca de "*temas sensíveis para a sociedade sobre os quais não se constitui uma maioria parlamentar",* apenas 17% dos juízes de 1º grau concordam muito. Entre os juízes de 2º grau, os percentuais de concordância são maiores. Aqui desponta, como já indicado na INTRODUÇÃO, a prudência do magistrado quanto ao papel institucional Judiciário.

Sobre a fundamentação de suas deciões, importa, em princípio, conhecer o conjunto de autores mais comumente acionado pelos juízes. A Questão 62 solicita que os magistrados indiquem três juristas que consideram referências importante para o Direito brasileiro. Os 20 nomes mais citados foram dispostos em ordem alfabética e dessa lista foram extraídos os cinco juristas mais lembrados pelos juízes de 1º e de 2º graus. Entre os juízes de 1º grau, foram mencionados, nesta ordem: Pontes de Miranda, Luis Roberto Barroso, Guilherme de Souza Nucci, Humberto Theodoro Junior e Fredie Didier. Entre os de 2º grau, também Pontes de Miranda assume o primeiro lugar, tendo Nelson Hungria e Luis Roberto Barroso empatados na posição subsequente, seguidos por Humberto Theodoro Junior e Hely Lopes Meirelles. Assim, vale apontar que tendo falecido em 1979, Pontes de Miranda segue sendo o jurista mais citado – o que atesta a força da tradição do pensamento jurídico brasileiro, característica ainda mais reforçada pela lembrança do nome de Ruy Barbosa por uma parte considerável dos magistrados.

Em continuidade com o tema precedente, a Questão 63 solicita que os magistrados indiquem as obras jurídicas que consideram referência importante para a fundamentação de suas decisões e 92% dos juízes de 1º grau citaram obras de doutrina. Entre essas obras, 36% se dedicam ao direito civil e 21% ao direito penal (tabela 63a), e aqui a obra mais citada, em diferentes versões, é o Código de Processo Civil comentado. Vale ressaltar que em boa parte dos casos o nome do autor não é mencionado; porém, quando isso ocorre, os juristas Guilherme Nucci, Fred Didier, Theotônio Negrão e Pontes de Miranda se destacam (tabela 63b).

Por fim, é interessante observar que cerca de 6% dos juízes – considerando-se as duas instâncias – apontaram obras acadêmicas e filosóficas, com destaque para obras de Robert Alexy, Hans Kelsen e Dworkin (tabela 63c), indicando com isso uma tendência à incorporação e combinação entre obras da tradição da *civil law* e da *common law*.

QUESTÕES

Questão 54: As proposições abaixo se referem à capacidade dos Tribunais Superiores regularem as decisões do conjunto da magistratura. Assinale o seu grau de concordância com cada uma delas

O(a) magistrado(a) deveria poder decidir sem se pautar necessariamente pelo sistema de súmulas e precedentes vinculantes

Tabela 54.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	593 24,4%	76 39,8%	17 13,4%	1 6,7%	687 24,9%
Discorda pouco	559 23,0%	57 29,8%	26 20,5%	3 20,0%	645 23,3%
Concorda pouco	802 33,0%	41 21,5%	42 33,1%	7 46,7%	892 32,3%
Concorda muito	476 19,6%	17 8,9%	42 33,1%	4 26,7%	539 19,5%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 54.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	81 27,7%	8 53,3%	8 23,5%	0 0,0%	97 28,0%
Discorda pouco	62 21,2%	3 20,0%	6 17,6%	1 16,7%	72 20,7%
Concorda pouco	97 33,2%	3 20,0%	14 41,2%	4 66,7%	118 34,0%
Concorda muito	52 17,8%	1 6,7%	6 17,6%	1 16,7%	60 17,3%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 54.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	60 18,2%	5 27,8%	7 15,6%	3 42,9%	75 18,8%
Discorda pouco	49 14,9%	2 11,1%	7 15,6%	0 0,0%	58 14,5%
Concorda pouco	115 35,0%	5 27,8%	15 33,3%	2 28,6%	137 34,3%
Concorda muito	105 31,9%	6 33,3%	16 35,6%	2 28,6%	129 32,3%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 54.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	8	40,0
Discorda pouco	1	5,0
Concorda pouco	5	25,0
Concorda muito	6	30,0
Total	20	100,0

Questão 55: As proposições abaixo se referem à capacidade dos Tribunais Superiores regularem as decisões do conjunto da magistratura. Assinale o seu grau de concordância com cada uma delas

O sistema de súmulas e precedentes vinculantes afeta a independência do(a) magistrado(a) em sua interpretação das leis e em sua aplicação

Tabela 55.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	629 25,9%	72 37,7%	19 15,0%	4 26,7%	724 26,2%
Discorda pouco	529 21,8%	53 27,7%	30 23,6%	2 13,3%	614 22,2%
Concorda pouco	773 31,8%	47 24,6%	33 26,0%	7 46,7%	860 31,1%
Concorda muito	499 20,5%	19 9,9%	45 35,4%	2 13,3%	565 20,4%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 55.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	73 25,0%	7 46,7%	8 23,5%	0 0,0%	88 25,4%
Discorda pouco	54 18,5%	3 20,0%	5 14,7%	1 16,7%	63 18,2%
Concorda pouco	109 37,3%	5 33,3%	12 35,3%	5 83,3%	131 37,8%
Concorda muito	56 19,2%	0 0,0%	9 26,5%	0 0,0%	65 18,7%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 55.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	61 18,5%	6 33,3%	8 17,8%	3 42,9%	78 19,5%
Discorda pouco	57 17,3%	2 11,1%	7 15,6%	0 0,0%	66 16,5%
Concorda pouco	114 34,7%	4 22,2%	17 37,8%	2 28,6%	137 34,3%
Concorda muito	97 29,5%	6 33,3%	13 28,9%	2 28,6%	118 29,6%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 55.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	11	55,0
Discorda pouco	1	5,0
Concorda pouco	6	30,0
Concorda muito	2	10,0
Total	20	100,0

Questão 56: As proposições abaixo se referem à capacidade dos Tribunais Superiores regularem as decisões do conjunto da magistratura. Assinale o seu grau de concordância com cada uma delas

O sistema de súmulas e precedentes vinculantes garante maior velocidade e segurança jurídica à atividade jurisdicional e, portanto, maior racionalização do Judiciário

Tabela 56.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	142 5,8%	12 6,3%	11 8,7%	0 0,0%	165 6,0%
Discorda pouco	171 7,0%	14 7,3%	17 13,4%	1 6,7%	203 7,3%
Concorda pouco	809 33,3%	55 28,8%	47 37,0%	5 33,3%	916 33,2%
Concorda muito	1308 53,8%	110 57,6%	52 40,9%	9 60,0%	1479 53,5%
Total	2430 100,0%	191 100,0%	127 100,0%	15 100,0%	2763 100,0%

Tabela 56.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	15 5,1%	0 0,0%	1 2,9%	0 0,0%	16 4,6%
Discorda pouco	13 4,5%	0 0,0%	1 2,9%	1 16,7%	15 4,3%
Concorda pouco	85 29,1%	4 26,7%	10 29,4%	2 33,3%	101 29,1%
Concorda muito	179 61,3%	11 73,3%	22 64,7%	3 50,0%	215 62,0%
Total	292 100,0%	15 100,0%	34 100,0%	6 100,0%	347 100,0%

Tabela 56.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	41 12,5%	1 5,6%	9 20,0%	1 14,3%	52 13,0%
Discorda pouco	32 9,7%	1 5,6%	3 6,7%	0 0,0%	36 9,0%
Concorda pouco	117 35,6%	6 33,3%	15 33,3%	3 42,9%	141 35,3%
Concorda muito	139 42,2%	10 55,6%	18 40,0%	3 42,9%	170 42,6%
Total	329 100,0%	18 100,0%	45 100,0%	7 100,0%	399 100,0%

Tabela 56.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concorda pouco	6	30,0
Concorda muito	14	70,0
Total	20	100,0

Questão 57: Quanto à fundamentação das decisões judiciais, assinale seu grau de concordância:

O(A) magistrado(a) deve priorizar o texto infraconstitucional à adoção de princípios constitucionais

Tabela 57.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	825 37,3%	67 38,7%	65 54,2%	5 33,3%	962 38,2%
Discorda pouco	443 20,0%	36 20,8%	13 10,8%	3 20,0%	495 19,7%
Concorda pouco	630 28,5%	40 23,1%	28 23,3%	6 40,0%	704 27,9%
Concorda muito	313 14,2%	30 17,3%	14 11,7%	1 6,7%	358 14,2%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 57.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	79 30,2%	5 35,7%	11 35,5%	1 16,7%	96 30,7%
Discorda pouco	38 14,5%	1 7,1%	5 16,1%	0 0,0%	44 14,1%
Concorda pouco	82 31,3%	5 35,7%	5 16,1%	3 50,0%	95 30,4%
Concorda muito	63 24,0%	3 21,4%	10 32,3%	2 33,3%	78 24,9%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 57.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	93 31,5%	5 38,5%	15 36,6%	2 33,3%	115 32,4%
Discorda pouco	27 9,2%	3 23,1%	9 22,0%	2 33,3%	41 11,5%
Concorda pouco	100 33,9%	2 15,4%	8 19,5%	1 16,7%	111 31,3%
Concorda muito	75 25,4%	3 23,1%	9 22,0%	1 16,7%	88 24,8%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 57.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	11,1
Discorda pouco	3	16,7
Concorda pouco	7	38,9
Concorda muito	6	33,3
Total	18	100,0

Questão 58: Quanto à fundamentação das decisões judiciais, assinale seu grau de concordância:

O(A) magistrado(a) deve aplicar os princípios constitucionais para fundamentar decisões a respeito de temas sobre os quais não há legislação específica

Tabela 58.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	23 1,0%	3 1,7%	2 1,7%	0 0,0%	28 1,1%
Discorda pouco	48 2,2%	4 2,3%	4 3,3%	0 0,0%	56 2,2%
Concorda pouco	358 16,2%	41 23,7%	20 16,7%	2 13,3%	421 16,7%
Concorda muito	1782 80,6%	125 72,3%	94 78,3%	13 86,7%	2014 80,0%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 58.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	7 2,7%	1 7,1%	0 0,0%	0 0,0%	8 2,6%
Discorda pouco	3 1,1%	0 0,0%	1 3,2%	0 0,0%	4 1,3%
Concorda pouco	32 12,2%	4 28,6%	5 16,1%	1 16,7%	42 13,4%
Concorda muito	220 84,0%	9 64,3%	25 80,6%	5 83,3%	259 82,7%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 58.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda pouco	5 1,7%	0 0,0%	1 2,4%	0 0,0%	6 1,7%
Concorda pouco	44 14,9%	3 23,1%	6 14,6%	0 0,0%	53 14,9%
Concorda muito	246 83,4%	10 76,9%	34 82,9%	6 100,0%	296 83,4%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 58.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concorda pouco	4	22,2
Concorda muito	14	77,8
Total	18	100,0

Questão 59: Quanto à fundamentação das decisões judiciais, assinale seu grau de concordância:

É legítimo ao magistrado(a) se basear em princípios constitucionais para compelir os demais poderes a assegurar a efetividade de direitos, em especial quanto à saúde, educação e segurança

Tabela 59.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	72 3,3%	17 9,8%	2 1,7%	1 6,7%	92 3,7%
Discorda pouco	139 6,3%	26 15,0%	9 7,5%	1 6,7%	175 6,9%
Concorda pouco	526 23,8%	59 34,1%	31 25,8%	4 26,7%	620 24,6%
Concorda muito	1474 66,7%	71 41,0%	78 65,0%	9 60,0%	1632 64,8%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 59.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	10 3,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	10 3,2%
Discorda pouco	12 4,6%	1 7,1%	5 16,1%	0 0,0%	18 5,8%
Concorda pouco	54 20,6%	7 50,0%	4 12,9%	3 50,0%	68 21,7%
Concorda muito	186 71,0%	6 42,9%	22 71,0%	3 50,0%	217 69,3%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 59.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	8 2,7%	0 0,0%	3 7,3%	1 16,7%	12 3,4%
Discorda pouco	12 4,1%	1 7,7%	3 7,3%	0 0,0%	16 4,5%
Concorda pouco	46 15,6%	4 30,8%	4 9,8%	1 16,7%	55 15,5%
Concorda muito	229 77,6%	8 61,5%	31 75,6%	4 66,7%	272 76,6%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 59.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	11,1
Concorda pouco	5	27,8
Concorda muito	11	61,1
Total	18	100,0

Questão 60: Quanto à fundamentação das decisões judiciais, assinale seu grau de concordância:

No caso limite de temas sensíveis para a sociedade, sobre os quais não se constitui uma maioria parlamentar, o Poder Judiciário pode exercer um papel criativo na produção de normas, a fim de atender aos anseios da coletividade

Tabela 60.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	727 32,9%	64 37,0%	32 26,7%	6 40,0%	829 32,9%
Discorda pouco	446 20,2%	37 21,4%	28 23,3%	4 26,7%	515 20,4%
Concorda pouco	661 29,9%	51 29,5%	26 21,7%	5 33,3%	743 29,5%
Concorda muito	377 17,1%	21 12,1%	34 28,3%	0 0,0%	432 17,1%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 60.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	73 27,9%	4 28,6%	8 25,8%	2 33,3%	87 27,8%
Discorda pouco	36 13,7%	2 14,3%	6 19,4%	1 16,7%	45 14,4%
Concorda pouco	92 35,1%	7 50,0%	11 35,5%	2 33,3%	112 35,8%
Concorda muito	61 23,3%	1 7,1%	6 19,4%	1 16,7%	69 22,0%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 60.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	78 26,4%	3 23,1%	12 29,3%	1 16,7%	94 26,5%
Discorda pouco	29 9,8%	3 23,1%	9 22,0%	0 0,0%	41 11,5%
Concorda pouco	83 28,1%	4 30,8%	10 24,4%	2 33,3%	99 27,9%
Concorda muito	105 35,6%	3 23,1%	10 24,4%	3 50,0%	121 34,1%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 60.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	3	16,7
Discorda pouco	3	16,7
Concorda pouco	6	33,3
Concorda muito	6	33,3
Total	18	100,0

Questão 61: Quanto à fundamentação das decisões judiciais, assinale seu grau de concordância:

No caso limite de temas sensíveis para a sociedade, sobre os quais não se constitui uma maioria parlamentar, os magistrados podem interpretar criativamente as leis, desde que levem em conta as consequências de suas decisões, de acordo com o ideal de bem comum

Tabela 61.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	382 17,3%	43 24,9%	16 13,3%	4 26,7%	445 17,7%
Discorda pouco	328 14,8%	41 23,7%	18 15,0%	0 0,0%	387 15,4%
Concorda pouco	755 34,1%	53 30,6%	44 36,7%	4 26,7%	856 34,0%
Concorda muito	746 33,7%	36 20,8%	42 35,0%	7 46,7%	831 33,0%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 61.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	36 13,7%	4 28,6%	4 12,9%	2 33,3%	46 14,7%
Discorda pouco	33 12,6%	2 14,3%	2 6,5%	0 0,0%	37 11,8%
Concorda pouco	91 34,7%	6 42,9%	13 41,9%	2 33,3%	112 35,8%
Concorda muito	102 38,9%	2 14,3%	12 38,7%	2 33,3%	118 37,7%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 61.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	38 12,9%	2 15,4%	9 22,0%	0 0,0%	49 13,8%
Discorda pouco	31 10,5%	3 23,1%	4 9,8%	1 16,7%	39 11,0%
Concorda pouco	91 30,8%	2 15,4%	15 36,6%	2 33,3%	110 31,0%
Concorda muito	135 45,8%	6 46,2%	13 31,7%	3 50,0%	157 44,2%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 61.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	11,1
Discorda pouco	1	5,6
Concorda pouco	7	38,9
Concorda muito	8	44,4
Total	18	100,0

Questão 62: Cite três juristas que cosidera referência importante para o Direito brasileiro

Tabela 62.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Juristas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Ada Pellegrini Grinover	104 2,0%	5 1,3%	4 1,7%	0 0,0%	113
Caio Mário da Silva Pereira	99 1,9%	1 0,3%	6 2,5%	0 0,0%	106
Cândido Rangel Dinamarco	114 2,2%	8 2,0%	3 1,3%	0 0,0%	125
Celso Antônio Bandeira de Mello	107 2,1%	23 5,9%	0 0,0%	2 6,1%	132
Claudia Lima Marques	49 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	49
Clóvis Beviláqua	75 1,5%	0 0,0%	1 0,4%	0 0,0%	76
Damásio Evangelista de Jesus	67 1,3%	2 0,5%	1 0,4%	3 9,1%	73
Fredie Didier	174 3,4%	6 1,5%	2 0,8%	0 0,0%	182
Guilherme de Souza Nucci	202 4,0%	4 1,0%	0 0,0%	1 3,0%	207
Hely Lopes Meirelles	108 2,1%	8 2,0%	1 0,4%	0 0,0%	117
Humberto Theodoro Júnior	177 3,5%	3 00,8%	5 2,1%	0 0,0%	185
José Afonso da Silva	102 2,0%	21 5,4%	6 2,5%	0 0,0%	129
José Carlos Barbosa Moreira	163 3,2%	12 3,1%	3 1,3%	0 0,0%	178
Luís Roberto Barroso	239 4,7%	41 10,5%	11 4,6%	1 3,0%	292
Luiz Fux	82 1,6%	0 0,0%	1 0,4%	0 0,0%	83
Luiz Guilherme Marinoni	103 2,0%	11 2,8%	5 2,1%	0 0,0%	119
Maria Helena Diniz	57 1,1%	2 0,5%	3 1,3%	0 0,0%	62
Miguel Reale Júnior	127 2,5%	11 2,8%	4 1,7%	1 3,0%	143
Nélson Hungria	115 2,3%	10 2,6%	0 0,0%	3 9,1%	128
Nelson Nery Junior	110 2,2%	2 0,5%	1 0,4%	1 3,0%	114
Orlando Gomes	49 1,0%	5 1,3%	2 0,8%	0 0,0%	56
Pontes de Miranda	283 5,6%	24 6,1%	14 5,9%	3 9,1%	324
Ruy Barbosa	82 1,6%	6 1,5%	3 1,3%	0 0,0%	91
Outros	2297 45,2%	186 47,6%	162 68,1%	18 54,5%	2663
Total	5085	391	238	33	5747

CONTINUAÇÃO - Questão 62: Cite 3 juristas que cosidera referência importante para o Direito brasileiro

Tabela 62.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Juristas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Caio Mário da Silva Pereira	14 2,3%	1 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	15
Cândido Rangel Dinamarco	15 2,5%	0 0,0%	2 2,4%	0 0,0%	17
Celso Antônio Bandeira de Mello	11 1,8%	4 11,1%	1 1,2%	0 0,0%	16
Clóvis Beviláqua	15 2,5%	1 2,8%	0 0,0%	1 8,3%	17
Fredie Didier	14 2,3%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	15
Guilherme de Souza Nucci	17 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	1 8,3%	18
Hely Lopes Meirelles	20 3,3%	0 0,0%	0 0,0%	1 8,3%	21
Humberto Theodoro Júnior	18 3,0%	1 2,8%	2 2,4%	1 8,3%	22
Ives Gandra da Silva Martins	5 ,8%	0 0,0%	3 3,6%	1 8,3%	9
José Afonso da Silva	5 0,8%	2 5,6%	1 1,2%	1 8,3%	9
José Carlos Barbosa Moreira	17 2,8%	2 5,6%	1 1,2%	0 0,0%	20
José Frederico Marques	11 1,8%	1 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	12
Luís Roberto Barroso	27 4,5%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	28
Miguel Reale Júnior	16 2,7%	1 2,8%	2 2,4%	0 0,0%	19
Nélson Hungria	26 4,3%	1 2,8%	1 1,2%	0 0,0%	28
Pontes de Miranda	56 9,3%	3 8,3%	6 7,1%	1 8,3%	66
Ruy Barbosa	9 1,5%	2 5,6%	1 1,2%	0 0,0%	12
Outros	303 50,6%	17 47,2%	62 73,8%	5 41,7%	387
Total	599	36	84	12	731

Tabela 62.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Jurista	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Caio Mário da Silva Pereira	12 1,9%	2 6,1%	2 2,7%	0 0,0%	16
Cândido Rangel Dinamarco	11 1,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	11
Clóvis Beviláqua	23 3,7%	1 3,0%	6 8,2%	1 6,7%	31
Hely Lopes Meirelles	16 2,6%	2 6,1%	0 0,0%	0 0,0%	18
Humberto Theodoro Júnior	22 3,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	22
José Carlos Barbosa Moreira	18 2,9%	1 3,0%	2 2,7%	0 0,0%	21
José Frederico Marques	20 3,2%	0 0,0%	2 2,7%	1 6,7%	23
Luís Roberto Barroso	11 1,8%	1 3,0%	0 0,0%	1 6,7%	13
Miguel Reale Júnior	17 2,7%	2 6,1%	2 2,7%	0 0,0%	21
Nélson Hungria	44 7,1%	0 0,0%	1 1,4%	3 20,0%	48
Nelson Nery Junior	8 1,3%	0 0,0%	1 1,4%	0 0,0%	9
Orlando Gomes	12 1,9%	3 9,1%	0 0,0%	0 0,0%	15
Pontes de Miranda	62 10,0%	1 3,0%	10 13,7%	1 6,7%	74
Ruy Barbosa	11 1,8%	0 0,0%	1 1,4%	0 0,0%	12
Washington de Barros Monteiro	11 1,8%	1 3,0%	2 2,7%	0 0,0%	14
Outros	321 51,9%	19 57,6%	44 60,3%	8 53,3%	392
Total	619	33	73	15	740

CONTINUAÇÃO - Questão 62: Cite três juristas que cosidera referência importante para o Direito brasileiro

Tabela 62.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Juristas	Nº absoluto	%
Pontes de Miranda	5	12,5%
Miguel Reale Júnior	3	7,5%
Celso Antônio Bandeira de Mello (Celso Antonio)	2	5,0%
Clóvis Beviláqua	2	5,0%
José Afonso da Silva	2	5,0%
José Carlos Barbosa Moreira	2	5,0%
Orlando Gomes	2	5,0%
Alexandre de Moraes	1	2,5%
Alfredo Buzaid	1	2,5%
Araken de Assis	1	2,5%
Caio Mário da Silva Pereira	1	2,5%
Cândido Rangel Dinamarco	1	2,5%
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (Carlos Maximiliano)	1	2,5%
Celso de Mello	1	2,5%
Fábio Konder Comparato	1	2,5%
Francisco Rezek	1	2,5%
Humberto Theodoro Júnior	1	2,5%
J.J. Calmon de Passos	1	2,5%
João Casilo	1	2,5%
José Frederico Marques	1	2,5%
Luis Eduardo Schoueri	1	2,5%
Luís Roberto Barroso	1	2,5%
Maria Sylvia Zanella di Pietro	1	2,5%
Misabel Derzi	1	2,5%
Nélson Hungria	1	2,5%
Paulo Brossard	1	2,5%
Rene Ariel Dotti	1	2,5%
Romeu Bacelar	1	2,5%
Ruy Barbosa	1	2,5%
Total	40	100,0%

Questão 63: Cite três obras jurídicas que considera referência para a fundamentação de suas decisões

Tabela 63.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Obras	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Doutrina	4338 92,3%	325 86,6%	195 92,4%	30 96,7%	4888
Literatura Acadêmica	234 5,0%	40 10,7%	12 5,7%	1 3,2%	287
Referências filosóficas	22 0,5%	4 1,1%	0 0,0%	0 0,0%	26
Jurisprudência	37 0,8%	3 0,8%	0 0,0%	0 0,0%	40
Outros	72 1,5%	3 0,8%	4 1,9%	0 0,0%	79
Total	4703	375	211	31	5320

Tabela 63.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Obras	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Doutrina	491 93,0%	28 77,8%	68 90,6	8 80,0%	595
Literatura Acadêmica	22 4,2%	8 22,2%	4 5,3%	1 10,0%	35
Referências filosóficas	4 ,8%	0 0,0%	2 2,7%	1 10,0%	7
Jurisprudência	1 0,2%	0 0,0%	1 1,3%	0 0,0%	2
Outros	10 1,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	10
Total	528	36	75	10	649

Tabela 63.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Obras	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Doutrina	555 87,5%	22 95,6%	59 93,6%	13 92,8%	578
Literatura Acadêmica	28 5,1%	0 0,0%	1 1,6%	0 0,0%	29
Referências filosóficas	4 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4
Jurisprudência	12 2,2%	1 4,3%	0 0,0%	1 7,1%	14
Outros	25 4,5%	0 0,0%	3 4,8%	0 0,0%	28
Total	553	23	63	14	653

Tabela 63.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Obras	Nº absoluto	%
Doutrina	35	92,1%
Literatura Acadêmica	2	5,3%
Jurisprudência	1	2,6%
Total	38	100,0%

Tabela 63.a - TIPO DE OBRA DOUTRINÁRIA

	N	%
Civil	741	36,6
Penal	426	21,0
Constitucional	254	12,5
Administrativo	90	4,4
Privado	72	3,6
Trabalhista	69	3,4
Consumidor	52	2,6
Família	41	2,0
Tributário	15	0,7
Juizados Especiais	13	0,6
Outros	254	12,5
Total	2027	100,0

Tabela 63b - AUTORES DAS 15 OBRAS DOUTRINÁRIAS MAIS CITADAS

	N	%
Guilherme Nucci	91	2,4
Fred Didier	41	1,1
Theotonio Negrão	41	1,1
Pontes de Miranda	38	1,0
Nelson Nery	31	0,8
Theodoro Junior	25	0,6
Renato Brasileiro	22	0,6
Sergio Cavalieri Filho	20	0,5
Cezar Roberto Bitencourt	19	0,5
Luiz Guilherme Marinoni	19	0,5
Nelson Hungria	18	0,5
Celso Antônio Bandeira de Mello	17	0,4
Maurício Godinho Delgado	15	0,4
Barbosa Moreira	14	0,4
Candido Dinamarco	14	0,4

Tabela 63c – AUTORES DAS 15 OBRAS ACADÊMICAS E FILOSÓFICAS MAIS CITADAS

	N	%
Robert Alexy	16	0,5
Hans Kelsen	12	0,3
Dworkin	11	0,3
Cesare Beccaria	8	0,2
Ingo Wolfgang Sarlet	8	0,2
Lenio Streck	6	0,2
Miguel Reale	6	0,2
Norberto Bobbio	6	0,2
Humberto Bergmann Ávila	5	0,2
Vicente Rao	4	0,1
Luigi Ferrajoli	3	0,1
Piero Calamandrei	3	0,1
Cezar Peluso	2	0,1
John Rawls	2	0,1
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	2	0,1

III. 4 – RELAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM OS DEMAIS PODERES, COM A SOCIEDADE E COM A DEMOCRACIA

Esta seção contempla um conjunto de questões cujo propósito é o de identificar, entre os magistrados, diferentes percepções quanto à relação do Judiciário com os demais poderes e com a sociedade. Também se procurou identificar como veem o papel do Judiciário no processo de afirmação da democracia no Brasil.

Diante de proposições que apresentam diferentes hipóteses acerca do protagonismo do Judiciário (Questão 64), a que obteve maior adesão foi a que afirma que a presença "*do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que propicia um maior controle do funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo*". Entre os juízes de 1º grau, 46,8% escolheram essa alternativa, enquanto 35,4% optaram pela alternativa que também considera positiva a presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira, porém pelo entendimento de que isso "*favorece a ampliação de direitos que não encontram passagem no Poder Legislativo*". Entre as três alternativas, somente uma apontava como um "*fenômeno prejudicial à democracia*" o protagonismo do Poder Judiciário, e apenas 17,8% ficaram com essa opção. As respostas dos juízes de 2º grau seguem o mesmo padrão.

A Questão 65 solicita ao magistrado que assinalasse dois fatores explicativos do crescimento acentuado da litigiosidade no Brasil nas últimas décadas. Entre os juízes de 1º e 2º graus, as duas alternativas mais votadas foram a "*disseminação de uma cultura do litígio*" e a "*a ineficiência das agências reguladoras*".

Posto diante de alternativas que indagam sobre o papel do Judiciário, se mais ativo em sua ação pedagógica ou se mais limitado (Questão 66), a maioria dos juízes de 1º grau (66,8%) assinalou uma terceira proposição, que dizia que o "*o Poder Judiciário deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e a sua correta interpretação*". Entre os juízes de 2º grau a preferência por essa proposição foi ainda mais acentuada: 70,3%.

Indagado acerca da neutralidade do Poder Judiciário (Questão 67), o magistrado se deparava com três alternativas: a de que o Judiciário não é neutro e deve interpretar a lei no sentido de aproximá-la dos processos sociais substantivos; a de que a não-neutralidade do Judiciário ameaça as liberdades; e a de que o Poder Judiciário não é neutro e que "*o magistrado deve considerar as consequências de suas decisões, com o cuidado de não ultrapassar sua esfera própria de atuação*". Essa última assertiva foi a preferida por 68,9% dos juízes de 1º grau – chegando a 73,9% entre os juízes federais da mesma instância – e por 62,7% dos de 2º grau.

Quanto às "*três áreas mais importantes de atuação do Poder Judiciário em uma democracia*" (Questão 68), as opções preferidas pelos juízes de 1º grau foram, nesta ordem: "*controle da probidade administrativa interna e externa*"; "*defesa da ordem pública*"; e "*defesa dos direitos humanos e controle da violência estatal*". Entre os juízes de 2º grau, foram essas também as apontadas, tendo sido a "*defesa da ordem pública"* a alternativa mais votada.

Diante de algumas ideias acerca das dificuldades atuais do Poder Judiciário (Questões 69 à 76), se solicitou aos magistrados que indicassem o grau de importância de cada uma delas. A escala oferecida permite que o respondente as classifique como "*essencial*", "*muito importante*", "*pouco importante*" e "*irrelevante*". As alternativas consideradas essenciais pelos juízes de 1º grau foram, nesta ordem: "*magistrados(as) sobrecarregados(as) se tornam obstáculos à maior eficiência da atividade judicial*" (essencial para 63,5 % dos respondentes); "*a forma negativa com que a imprensa retrata, em geral, a atividade do(a) magistrado(a)*" (58,2%); e "*Tribunais que dispõem de recursos materiais insuficientes comprometem a celeridade da atividade judicial*" (57,5%). Cabe salientar, no entanto, que esses percentuais foram claramente afetados pelo predomínio dos juízes estaduais nesta pesquisa, pois, entre os magistrados federais, a distribuição apresenta diferenças importantes. De fato, no que se refere à sobrecarga dos magistrados, enquanto 65% dos respondentes consideram essa alternativa essencial, entre os federais esse percentual cai para 45,4%. O padrão se repete para a alternativa que atribui à imprensa as dificuldades por que passa o Judiciário. E no tocante à alternativa que trata da carência de recursos materiais, 58,7% dos juízes estaduais de 1º grau e 43,4% dos federais entendem ser essa uma das causas essenciais das dificuldades do Judiciário.

Finalmente, a Questão 77 indaga sobre a relação do Poder Judiciário com a mídia, e solicita que o magistrado indique a alternativa com a qual mais se identifica. A esmagadora maioria dos juízes de 1º grau, 71,6%, ficou com a assertiva "*a divulgação de atos e decisões pela imprensa contribui para a transparência do Poder Judiciário*". Entre os juízes de 2º grau o resultado foi convergente. Vale ainda observar que entre os ministros de Tribunais Superiores, embora o número de respondentes seja muito pequeno, parcela expressiva deles, 30%, considerou que "*a participação de alguns(mas) magistrados(as) na condição de colaboradores(as) dos meios de comunicação têm levado a divisões no corpo da magistratura*".

QUESTÕES

Questão 64: Desde a Constituição de 1988, o Poder Judiciário vem expandindo sua presença na sociedade brasileira. Indique a alternativa com a qual mais se identifica:

Tabela 64.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que favorece a ampliação de direitos que não encontram passagem no Poder Legislativo	806 36,5%	40 23,1%	40 33,3%	6 40,0%	892 35,4%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que propicia um maior controle do funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo	1018 46,0%	89 51,4%	63 52,5%	8 53,3%	1178 46,8%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno prejudicial à democracia, pois pode levar a que o Judiciário exerça papéis substitutivos ao dos poderes políticos	387 17,5%	44 25,4%	17 14,2%	1 6,7%	449 17,8%
Total	2211 100,0%	173 100,0%	120 100,0%	15 100,0%	2519 100,0%

Tabela 64.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que favorece a ampliação de direitos que não encontram passagem no Poder Legislativo	100 38,2%	4 28,6%	10 32,3%	1 16,7%	115 36,7%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que propicia um maior controle do funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo	120 45,8%	4 28,6%	14 45,2%	4 66,7%	142 45,4%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno prejudicial à democracia, pois pode levar a que o Judiciário exerça papéis substitutivos ao dos poderes políticos	42 16,0%	6 42,9%	7 22,6%	1 16,7%	56 17,9%
Total	262 100,0%	14 100,0%	31 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 64.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que favorece a ampliação de direitos que não encontram passagem no Poder Legislativo	111 37,6%	8 61,5%	21 51,2%	5 83,3%	145 40,8%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que propicia um maior controle do funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo	143 48,5%	2 15,4%	14 34,1%	0 0,0%	159 44,8%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno prejudicial à democracia, pois pode levar a que o Judiciário exerça papéis substitutivos ao dos poderes políticos	41 13,9%	3 23,1%	6 14,6%	1 16,7%	51 14,4%
Total	295 100,0%	13 100,0%	41 100,0%	6 100,0%	355 100,0%

Tabela 64.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que favorece a ampliação de direitos que não encontram passagem no Poder Legislativo	8	44,4
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno positivo para a consolidação da democracia no país, na medida em que propicia um maior controle do funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo	7	38,9
A presença do Poder Judiciário em diferentes dimensões da vida brasileira é um fenômeno prejudicial à democracia, pois pode levar a que o Judiciário exerça papéis substitutivos ao dos poderes políticos	3	16,7
Total	18	100,0

Questão 65: Assinale os dois fatores que, na sua opinião, melhor explicam o crescimento acentuado da litigiosidade no Brasil nas últimas décadas

Tabela 65.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A disseminação de uma cultura do litígio	1673 37,8%	128 37,0%	105 43,8%	13 43,3%	1919
A amplificação da assistência judiciária gratuita	1011 22,9%	95 27,5%	32 13,3%	5 16,7%	1143
A disciplina de honorários advocatícios instituída pelo novo sistema processual	359 8,1%	36 10,4%	12 5,0%	2 6,7%	409
A morosidade da justiça	231 5,2%	18 5,2%	28 11,7%	2 6,7%	279
A ineficiência das agências reguladoras	1148 26,0%	69 19,9%	63 26,3%	8 26,7%	1288
Total	4422	346	240	30	5038

Tabela 65.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A disseminação de uma cultura do litígio	199 43,2%	12 46,2%	27 46,6%	5 45,5%	243
A amplificação da assistência judiciária gratuita	55 11,9%	4 15,4%	6 10,3%	2 18,2%	67
A disciplina de honorários advocatícios instituída pelo novo sistema processual	39 8,5%	1 3,8%	4 6,9%	1 9,1%	45
A morosidade da justiça	47 10,2%	3 11,5%	7 12,1%	2 18,2%	59
A ineficiência das agências reguladoras	121 26,2%	6 23,1%	14 24,1%	1 9,1%	142
Total	461	26	58	11	556

Tabela 65.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A disseminação de uma cultura do litígio	197 33,4%	10 38,5%	32 39,0%	5 41,7%	244
A amplificação da assistência judiciária gratuita	96 16,3%	2 7,7%	8 9,8%	1 8,3%	107
A disciplina de honorários advocatícios instituída pelo novo sistema processual	20 3,4%	0 0,0%	2 2,4%	0 0,0%	22
A morosidade da justiça	134 22,7%	8 30,8%	17 20,7%	3 25,0%	162
A ineficiência das agências reguladoras	143 24,2%	6 23,1%	23 28,0%	3 25,0%	175
Total	590	26	82	12	710

Tabela 65.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
A disseminação de uma cultura do litígio	12	33,4%
A amplificação da assistência judiciária gratuita	9	25,0%
A disciplina de honorários advocatícios instituída pelo novo sistema processual	3	8,3%
A morosidade da justiça	9	25,0%
A ineficiência das agências reguladoras	3	8,3%
Total	36	100,0%

Questão 66: Dentre as afirmações abaixo, assinale aquela com a qual mais se identifica

Tabela 66.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O Poder Judiciário deve atribuir-se um papel ético-moral na sociedade, educando-a para a vida pública e a cidadania.	267 12,8%	15 9,3%	19 17,8%	2 14,3%	303 12,8%
O Poder Judiciário deve limitar-se a intervir quando mobilizado por indivíduos ou grupos em conflito em torno de um bem juridicamente disciplinado	413 19,7%	45 28,0%	25 23,4%	2 14,3%	485 20,4%
O Poder Judiciário deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e a sua correta interpretação	1413 67,5%	101 62,7%	63 58,9%	10 71,4%	1587 66,8%
Total	2093 100,0%	161 100,0%	107 100,0%	14 100,0%	2375 100,0%

Tabela 66.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O Poder Judiciário deve atribuir-se um papel ético-moral na sociedade, educando-a para a vida pública e a cidadania.	29 11,4%	0 0,0%	4 12,9%	1 20,0%	34 11,2%
O Poder Judiciário deve limitar-se a intervir quando mobilizado por indivíduos ou grupos em conflito em torno de um bem juridicamente disciplinado	43 16,9%	3 23,1%	9 29,0%	1 20,0%	56 18,5%
O Poder Judiciário deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e a sua correta interpretação	182 71,7%	10 76,9%	18 58,1%	3 60,0%	213 70,3%
Total	254 100,0%	13 100,0%	31 100,0%	5 100,0%	303 100,0%

Tabela 66.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O Poder Judiciário deve atribuir-se um papel ético-moral na sociedade, educando-a para a vida pública e a cidadania.	41	0	6	2	49
	14,9%	0,0%	14,6%	33,3%	14,6%
O Poder Judiciário deve limitar-se a intervir quando mobilizado por indivíduos ou grupos em conflito em torno de um bem juridicamente disciplinado	47	6	12	0	65
	17,0%	46,2%	29,3%	0,0%	19,3%
O Poder Judiciário deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e a sua correta interpretação	188	7	23	4	222
	68,1%	53,8%	56,1%	66,7%	66,1%
Total	276	13	41	6	336
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 66.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
O Poder Judiciário deve atribuir-se um papel ético-moral na sociedade, educando-a para a vida pública e a cidadania	2	11,8
O Poder Judiciário deve limitar-se a intervir quando mobilizado por indivíduos ou grupos em conflito em torno de um bem juridicamente disciplinado	5	29,4
O Poder Judiciário deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e a sua correta interpretação	10	58,8
Total	17	100,0

Questão 67: Dentre as afirmações abaixo, assinale aquela com a qual mais se identifica

Tabela 67.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O Poder Judiciário não é neutro; em suas decisões o(a) magistrado(a) deve interpretar a lei no sentido de aproximá-la dos processos sociais substantivos e, assim, influir na mudança social	483	27	25	3	538
	23,1%	16,8%	23,4%	21,4%	22,7%
A não neutralidade do Poder Judiciário ameaça as liberdades e a mudança social não deve ser objeto de apreciação por parte desse poder	173	15	11	2	201
	8,3%	9,3%	10,3%	14,3%	8,5%
O Poder Judiciário não é neutro; o(a) magistrado(a) deve considerar as consequências de suas decisões, com o cuidado de não ultrapassar sua esfera própria de atuação	1437	119	71	9	1636
	68,7%	73,9%	66,4%	64,3%	68,9%
Total	2093	161	107	14	2375
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 67.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O Poder Judiciário não é neutro; em suas decisões o(a) magistrado(a) deve interpretar a lei no sentido de aproximá-la dos processos sociais substantivos e, assim, influir na mudança social	69	0	10	2	81
	27,2%	0,0%	32,3%	40,0%	26,7%
A não neutralidade do Poder Judiciário ameaça as liberdades e a mudança social não deve ser objeto de apreciação por parte desse poder	28	2	2	0	32
	11,0%	15,4%	6,5%	0,0%	10,6%
O Poder Judiciário não é neutro; o(a) magistrado(a) deve considerar as consequências de suas decisões, com o cuidado de não ultrapassar sua esfera própria de atuação	157	11	19	3	190
	61,8%	84,6%	61,3%	60,0%	62,7%
Total	254	13	31	5	303
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 67.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
O Poder Judiciário não é neutro; em suas decisões o(a) magistrado(a) deve interpretar a lei no sentido de aproximá-la dos processos sociais substantivos e, assim, influir na mudança social	63	1	15	0	79
	22,8%	7,7%	36,6%	0,0%	23,5%
A não neutralidade do Poder Judiciário ameaça as liberdades e a mudança social não deve ser objeto de apreciação por parte desse poder	38	1	4	0	43
	13,8%	7,7%	9,8%	0,0%	12,8%
O Poder Judiciário não é neutro; o(a) magistrado(a) deve considerar as consequências de suas decisões, com o cuidado de não ultrapassar sua esfera própria de atuação	175	11	22	6	214
	63,4%	84,6%	53,7%	100,0%	63,7%
Total	276	13	41	6	336
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 67.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
O Poder Judiciário não é neutro; o(a) magistrado(a) deve considerar as consequências de suas decisões, com o cuidado de não ultrapassar sua esfera própria de atuação	13	76,5
A não neutralidade do Poder Judiciário ameaça as liberdades e a mudança social não deve ser objeto de apreciação por parte desse poder	1	5,9
O Poder Judiciário não é neutro; em suas decisões o(a) magistrado(a) deve interpretar a lei no sentido de aproximá-la dos processos sociais substantivos e, assim, influir na mudança social	3	17,6
Total	17	100,0

Questão 68: Indique as três áreas mais importantes de atuação do Poder Judiciário em uma democracia

Tabela 68.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Repressão aos delitos de caráter econômico	580 9,2%	61 12,6%	29 9,0%	5 11,9%	675
Regulação de conflitos de interesse entre grupos, em particular nas relações de trabalho	171 2,7%	10 2,1%	49 15,3%	1 2,4%	231
Defesa da ordem pública	1264 20,1%	76 15,7%	42 13,1%	10 23,8%	1392
Exercício inovador da Justiça sobre questões emergentes e ainda não tratadas pela legislação	362 5,8%	29 6,0%	18 5,6%	3 7,1%	412
Controle da probidade administrativa interna e externa	1345 21,4%	107 22,2%	44 13,7%	10 23,8%	1506
Garantia da extensão dos direitos sociais	749 11,9%	56 11,6%	54 16,8%	3 7,1%	862
Defesa dos direitos humanos e controle da violência estatal	966 15,4%	83 17,2%	55 17,1%	9 21,4%	1113
Regulação de conflitos entre particulares	842 13,4%	61 12,6%	30 9,3%	1 2,4%	934
Total	6279	483	321	42	7125

Tabela 68.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Repressão aos delitos de caráter econômico	78 10,2%	5 12,8%	8 8,6%	2 13,3%	93
Regulação de conflitos de interesse entre grupos, em particular nas relações de trabalho	19 2,5%	2 5,1%	21 22,6%	1 6,7%	43
Defesa da ordem pública	155 20,3%	4 10,3%	6 6,5%	3 20,0%	168
Exercício inovador da Justiça sobre questões emergentes e ainda não tratadas pela legislação	51 6,7%	2 5,1%	4 4,3%	0 0,0%	57
Controle da probidade administrativa interna e externa	136 17,8%	6 15,4%	13 14,0%	5 33,3%	160
Garantia da extensão dos direitos sociais	95 12,5%	4 10,3%	16 17,2%	1 6,7%	116
Defesa dos direitos humanos e controle da violência estatal	112 14,7%	9 23,1%	14 15,1%	2 13,3%	137
Regulação de conflitos entre particulares	116 15,2%	7 17,9%	11 11,8%	1 6,7%	135
Total	762	39	93	15	909

Tabela 68.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Repressão aos delitos de caráter econômico	94 11,4%	7 17,9%	14 11,4%	3 16,7%	118
Regulação de conflitos de interesse entre grupos, em particular nas relações de trabalho	29 3,5%	2 5,1%	17 13,8%	2 11,1%	50
Defesa da ordem pública	177 21,4%	4 10,3%	21 17,1%	4 22,2%	206
Exercício inovador da Justiça sobre questões emergentes e ainda não tratadas pela legislação	73 8,8%	5 12,8%	6 4,9%	1 5,6%	85
Controle da probidade administrativa interna e externa	147 17,8%	8 20,5%	19 15,4%	3 16,7%	177
Garantia da extensão dos direitos sociais	66 8,0%	3 7,7%	15 12,2%	1 5,6%	85
Defesa dos direitos humanos e controle da violência estatal	116 14,0%	6 15,4%	18 14,6%	3 16,7%	143
Regulação de conflitos entre particulares	126 15,2%	4 10,3%	13 10,6%	1 5,6%	144
Total	828	39	123	18	1008

Tabela 68.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Repressão aos delitos de caráter econômico	5	9,8
Regulação de conflitos de interesse entre grupos, em particular nas relações de trabalho	5	9,8
Defesa da ordem pública	6	11,8
Exercício inovador da Justiça sobre questões emergentes e ainda não tratadas pela legislação	4	7,8
Controle da probidade administrativa interna e externa	10	19,6
Garantia da extensão dos direitos sociais	4	7,8
Defesa dos direitos humanos e controle da violência estatal	8	15,7
Regulação de conflitos entre particulares	9	17,6
Total	51	100,0

Questão 69: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

O Poder Judiciário é distante da maioria da população

Tabela 69.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	85 4,3%	5 3,3%	4 4,1%	0 0,0%	94 4,2%
Pouco importante	388 19,6%	34 22,4%	14 14,4%	2 14,3%	438 19,5%
Muito importante	968 48,9%	78 51,3%	51 52,6%	11 78,6%	1108 49,4%
Essencial	540 27,3%	35 23,0%	28 28,9%	1 7,1%	604 26,9%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 69.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	5 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,8%
Pouco importante	35 14,8%	4 33,3%	4 13,8%	1 20,0%	44 15,6%
Muito importante	123 52,1%	6 50,0%	18 62,1%	3 60,0%	150 53,2%
Essencial	73 30,9%	2 16,7%	7 24,1%	1 20,0%	83 29,4%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 69.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	20 7,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	20 6,3%
Pouco importante	38 14,6%	4 30,8%	9 23,7%	0 0,0%	51 16,0%
Muito importante	118 45,2%	6 46,2%	19 50,0%	6 100,0%	149 46,9%
Essencial	85 32,6%	3 23,1%	10 26,3%	0 0,0%	98 30,8%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 69.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Irrelevante	1	5,9
Pouco importante	2	11,8
Muito importante	9	52,9
Essencial	5	29,4
Total	17	100,0

Questão 70: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

A forma negativa com que a imprensa retrata, em geral, a atividade do(a) magistrado(a)

Tabela 70.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	33 1,7%	5 3,3%	2 2,1%	0 0,0%	40 1,8%
Pouco importante	91 4,6%	15 9,9%	5 5,2%	2 14,3%	113 5,0%
Muito importante	681 34,4%	60 39,5%	36 37,1%	7 50,0%	784 34,9%
Essencial	1176 59,4%	72 47,4%	54 55,7%	5 35,7%	1307 58,2%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 70.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	6 2,5%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	10 3,5%
Pouco importante	24 10,2%	2 16,7%	3 10,3%	1 20,0%	30 10,6%
Muito importante	95 40,3%	6 50,0%	10 34,5%	2 40,0%	113 40,1%
Essencial	111 47,0%	2 16,7%	14 48,3%	2 40,0%	129 45,7%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 70.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	17 6,5%	1 7,7%	4 10,5%	0 0,0%	22 6,9%
Pouco importante	46 17,6%	2 15,4%	3 7,9%	0 0,0%	51 16,0%
Muito importante	117 44,8%	7 53,8%	19 50,0%	5 83,3%	148 46,5%
Essencial	81 31,0%	3 23,1%	12 31,6%	1 16,7%	97 30,5%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 70.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Irrelevante	2	11,8
Pouco importante	3	17,6
Muito importante	9	52,9
Essencial	3	17,6
Total	17	100,0

Questão 71: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

Os procedimentos judiciais têm excesso de formalidades

Tabela 71.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	47 2,4%	4 2,6%	4 4,1%	0 0,0%	55 2,5%
Pouco importante	380 19,2%	34 22,4%	23 23,7%	0 0,0%	437 19,5%
Muito importante	940 47,5%	68 44,7%	52 53,6%	8 57,1%	1068 47,6%
Essencial	614 31,0%	46 30,3%	18 18,6%	6 42,9%	684 30,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 71.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	8 3,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 2,8%
Pouco importante	34 14,4%	4 33,3%	7 24,1%	0 0,0%	45 16,0%
Muito importante	113 47,9%	4 33,3%	16 55,2%	2 40,0%	135 47,9%
Essencial	81 34,3%	4 33,3%	6 20,7%	3 60,0%	94 33,3%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 71.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	8 3,1%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	9 2,8%
Pouco importante	44 16,9%	4 30,8%	3 7,9%	2 33,3%	53 16,7%
Muito importante	124 47,5%	5 38,5%	23 60,5%	0 0,0%	152 47,8%
Essencial	85 32,6%	4 30,8%	11 28,9%	4 66,7%	104 32,7%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 71.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Irrelevante	1	5,9
Pouco importante	4	23,5
Muito importante	6	35,3
Essencial	6	35,3
Total	17	100,0

Questão 72: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

A legislação brasileira contém elementos ultrapassados, que dificultam a realização da justiça

Tabela 72.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	51 2,6%	8 5,3%	4 4,1%	0 0,0%	63 2,8%
Pouco importante	340 17,2%	40 26,3%	19 19,6%	0 0,0%	399 17,8%
Muito importante	871 44,0%	60 39,5%	44 45,4%	7 50,0%	982 43,8%
Essencial	719 36,3%	44 28,9%	30 30,9%	7 50,0%	800 35,7%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 72.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	9 3,8%	0 0,0%	4 13,8%	0 0,0%	13 4,6%
Pouco importante	46 19,5%	1 8,3%	8 27,6%	0 0,0%	55 19,5%
Muito importante	100 42,4%	7 58,3%	9 31,0%	2 40,0%	118 41,8%
Essencial	81 34,3%	4 33,3%	8 27,6%	3 60,0%	96 34,0%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 72.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	9 3,4%	0 0,0%	2 5,3%	0 0,0%	11 3,5%
Pouco importante	45 17,2%	2 15,4%	2 5,3%	0 0,0%	49 15,4%
Muito importante	98 37,5%	5 38,5%	21 55,3%	5 83,3%	129 40,6%
Essencial	109 41,8%	6 46,2%	13 34,2%	1 16,7%	129 40,6%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 72.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Pouco importante	2	11,8
Muito importante	8	47,1
Essencial	7	41,2
Total	17	100,0

Questão 73: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

O acesso à justiça é oneroso, ocasionando uma seleção social de seus beneficiários

Tabela 73.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	332 16,8%	36 23,7%	5 5,2%	1 7,1%	374 16,7%
Pouco importante	721 36,4%	67 44,1%	27 27,8%	2 14,3%	817 36,4%
Muito importante	643 32,5%	30 19,7%	41 42,3%	8 57,1%	722 32,2%
Essencial	285 14,4%	19 12,5%	24 24,7%	3 21,4%	331 14,8%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 73.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	27 11,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	28 9,9%
Pouco importante	73 30,9%	8 66,7%	4 13,8%	1 20,0%	86 30,5%
Muito importante	102 43,2%	2 16,7%	13 44,8%	3 60,0%	120 42,6%
Essencial	34 14,4%	2 16,7%	11 37,9%	1 20,0%	48 17,0%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 73.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	14 5,4%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	15 4,7%
Pouco importante	47 18,0%	0 0,0%	7 18,4%	0 0,0%	54 17,0%
Muito importante	115 44,1%	8 61,5%	15 39,5%	4 66,7%	142 44,7%
Essencial	85 32,6%	5 38,5%	15 39,5%	2 33,3%	107 33,6%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 73.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Irrelevante	1	5,9
Pouco importante	1	5,9
Muito importante	11	64,7
Essencial	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 74: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

A ação do Poder Judiciário é prejudicada pelo comportamento ineficiente de agentes externos a ele

Tabela 74.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	79 4,0%	10 6,6%	3 3,1%	0 0,0%	92 4,1%
Pouco importante	306 15,4%	27 17,8%	26 26,8%	7 50,0%	366 16,3%
Muito importante	821 41,4%	62 40,8%	34 35,1%	6 42,9%	923 41,1%
Essencial	775 39,1%	53 34,9%	34 35,1%	1 7,1%	863 38,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 74.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	12 5,1%	2 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	14 5,0%
Pouco importante	63 26,7%	3 25,0%	13 44,8%	2 40,0%	81 28,7%
Muito importante	106 44,9%	5 41,7%	7 24,1%	3 60,0%	121 42,9%
Essencial	55 23,3%	2 16,7%	9 31,0%	0 0,0%	66 23,4%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 74.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	28 10,7%	0 0,0%	6 15,8%	0 0,0%	34 10,7%
Pouco importante	51 19,5%	2 15,4%	11 28,9%	3 50,0%	67 21,1%
Muito importante	111 42,5%	6 46,2%	17 44,7%	3 50,0%	137 43,1%
Essencial	71 27,2%	5 38,5%	4 10,5%	0 0,0%	80 25,2%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 74.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Pouco importante	10	58,8
Muito importante	4	23,5
Essencial	3	17,6
Total	17	100,0

Questão 75: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

Magistrados(as) sobrecarregados(as) se tornam obstáculos à maior eficiência da atividade judicial

Tabela 75.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	13 0,7%	2 1,3%	0 0,0%	0 0,0%	15 0,7%
Pouco importante	65 3,3%	15 9,9%	5 5,2%	0 0,0%	85 3,8%
Muito importante	614 31,0%	66 43,4%	33 34,0%	6 42,9%	719 32,0%
Essencial	1289 65,1%	69 45,4%	59 60,8%	8 57,1%	1425 63,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 75.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	1 0,4%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,1%
Pouco importante	12 5,1%	1 8,3%	0 0,0%	1 20,0%	14 5,0%
Muito importante	102 43,2%	7 58,3%	13 44,8%	3 60,0%	125 44,3%
Essencial	121 51,3%	3 25,0%	15 51,7%	1 20,0%	140 49,6%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 75.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	4 1,5%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	5 1,6%
Pouco importante	12 4,6%	1 7,7%	2 5,3%	0 0,0%	15 4,7%
Muito importante	97 37,2%	9 69,2%	15 39,5%	5 83,3%	126 39,6%
Essencial	148 56,7%	3 23,1%	20 52,6%	1 16,7%	172 54,1%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 75.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Muito importante	8	47,1
Essencial	9	52,9
Total	17	100,0

Questão 76: Sobre as dificuldades atuais do Poder Judiciário, assinale a importância de cada uma das indicações:

Tribunais que dispõem de recursos materiais insuficientes comprometem a celeridade da atividade judicial

Tabela 76.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	19 1,0%	3 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	22 1,0%
Pouco importante	116 5,9%	16 10,5%	9 9,3%	0 0,0%	141 6,3%
Muito importante	683 34,5%	67 44,1%	36 37,1%	5 35,7%	791 35,2%
Essencial	1163 58,7%	66 43,4%	52 53,6%	9 64,3%	1290 57,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 76.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	3 1,3%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,4%
Pouco importante	8 3,4%	0 0,0%	3 10,3%	1 20,0%	12 4,3%
Muito importante	105 44,5%	8 66,7%	12 41,4%	3 60,0%	128 45,4%
Essencial	120 50,8%	3 25,0%	14 48,3%	1 20,0%	138 48,9%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 76.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Irrelevante	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,3%
Pouco importante	16 6,1%	2 15,4%	3 7,9%	1 16,7%	22 6,9%
Muito importante	111 42,5%	7 53,8%	18 47,4%	2 33,3%	138 43,4%
Essencial	133 51,0%	4 30,8%	17 44,7%	3 50,0%	157 49,4%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 76.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Pouco importante	3	17,6
Muito importante	8	47,1
Essencial	6	35,3
Total	17	100,0

Questão 77: Sobre a relação do Poder Judiciário com mídia, escolha a alternativa com a qual mais se identifica:

Tabela 77.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A participação de alguns(mas) magistrados(as) na condição de colaboradores(as) dos meios de comunicação tem levado a divisões no corpo da magistratura	370 18,7%	26 17,1%	27 27,8%	2 14,3%	425 18,9%
A divulgação de atos e decisões pela imprensa contribui para a transparência do Poder Judiciário.	1428 72,1%	108 71,1%	60 61,9%	10 71,4%	1606 71,6%
O Judiciário não deve se preocupar com o que diz a imprensa.	183 9,2%	18 11,8%	10 10,3%	2 14,3%	213 9,5%
Total	1981 100,0%	152 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2244 100,0%

Tabela 77.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A participação de alguns(mas) magistrados(as) na condição de colaboradores(as) dos meios de comunicação tem levado a divisões no corpo da magistratura	37 15,7%	5 41,7%	5 17,2%	0 0,0%	47 16,7%
A divulgação de atos e decisões pela imprensa contribui para a transparência do Poder Judiciário	164 69,5%	5 41,7%	22 75,9%	5 100,0%	196 69,5%
O Judiciário não deve se preocupar com o que diz a imprensa	35 14,8%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	39 13,8%
Total	236 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	5 100,0%	282 100,0%

Tabela 77.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Alternativas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
A participação de alguns(mas) magistrados(as) na condição de colaboradores(as) dos meios de comunicação tem levado a divisões no corpo da magistratura	34 13,0%	2 15,4%	5 13,2%	0 0,0%	41 12,9%
A divulgação de atos e decisões pela imprensa contribui para a transparência do Poder Judiciário.	193 73,9%	7 53,8%	24 63,2%	6 100,0%	230 72,3%
O Judiciário não deve se preocupar com o que diz a imprensa.	34 13,0%	4 30,8%	9 23,7%	0 0,0%	47 14,8%
Total	261 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	318 100,0%

Tabela 77.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Alternativas	Nº absoluto	%
A participação de alguns(mas) magistrados(as) na condição de colaboradores(as) dos meios de comunicação tem levado a divisões no corpo da magistratura	5	29,4
A divulgação de atos e decisões pela imprensa contribui para a transparência do Poder Judiciário	12	70,6
Total	17	100,0

IV – FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO MAGISTRADO

Esta seção se dedica aos dados sobre formação escolar e trajetória universitária e acadêmica do magistrado. Um primeiro dado diz respeito ao tipo de administração da escola de ensino médio frequentada pelo magistrado. Quase 68% dos juízes de 1° grau concluíram o ensino médio na rede privada, sendo interessante notar que os de 2º grau se dividem: metade deles, na rede privada, metade na pública (Questão 78).

Tomando-se o ano de 2018 como referência, 74% dos juízes de 1° grau em atividade ingressaram na faculdade de Direito em dois momentos: entre os anos de 1980 e 1989 (31,7%), e entre os de 1990 e 1999 (42,3%). Atualmente, a população de juízes de 1° grau que ingressou na faculdade de Direito nos últimos 20 anos é de apenas 18%. Quanto à conclusão do curso de Direito, 36,8% dos juízes de 1° grau o fizeram há 18 anos ou menos, percentual bastante próximo do encontrado pelo CNJ para os magistrados em atividade nas duas instâncias: 31% há 18 anos ou menos (Questões 79 e 80).

A metade dos juízes de 1º grau concluiu sua graduação em uma instituição de ensino superior privada, e essa distribuição é quase a mesma verificada na pesquisa de 1996 – O PERFIL DO MAGISTRADO BRASILEIRO. Também aqui os percentuais encontrados são convergentes com os da pesquisa do CNJ, que identificou que 51% dos magistrados havia obtido título de bacharel em Direito em instituições privadas. Já entre os juízes de 2º grau, quase 45% concluíram seu curso em uma instituição privada, percentual sensivelmente maior do que o da pesquisa realizada em 1996, quando apenas 31,1% havia se graduado em uma instituição privada (Questão 81).

Quanto ao estado onde o magistrado concluiu sua graduação, a distribuição é a seguinte: São Paulo, à frente, com 16,2%, Rio de Janeiro, com 14,2%, seguidos dos estados do Paraná (9,8%), Minas Gerais (7,9%) e Rio Grande do Sul (7,4%). Aproximando-se essa variável – "*estado em que se graduou*" – da variável "*estado em que exerce sua profissão*" (em 2018), se observa que apenas São Paulo e Rio de Janeiro apresentam percentuais de conclusão de curso maiores do que os de fixação dos juízes. Nos demais estados, os percentuais de conclusão de curso e de exercício da atividade são quase os mesmos. Na pesquisa realizada há 20 anos atrás, 20,9% do total de magistrados havia concluído sua graduação em São Paulo, sendo que 18,7% dos juízes lá permaneceram exercendo sua atividade. A relação no Rio de Janeiro foi de 12,4% graduados para 10,3% de juízes de 1° grau trabalhando no estado. O quadro é basicamente o mesmo para os juízes de 2º grau (Questão 82).

Quase 42% dos juízes de 1° grau frequentaram o curso noturno, com 21,3% deles tendo frequentado ambos os turnos. Esses percentuais são muito próximos dos verificados entre os juízes de 1° grau na pesquisa realizada em 1996. Contudo, entre os juízes de 2°grau, há 20 anos atrás apenas 34,2% haviam cursado Direito à noite, e 17,7% os dois turnos – o que contrasta com os percentuais encontrados atualmente, que indicam que 48,6% deles frequentaram cursos à noite, e 17,4% estudaram em ambos os turnos (Questão 83).

A Questão 84 indaga se o magistrado realizou estágio durante sua graduação: 82,2% dos juízes de 1º grau e 72,8% dos de 2º grau responderam afirmativamente. Esses percentuais são quase idênticos aos da pesquisa anterior. O escritório de advocacia, o próprio Poder Judiciário e o Ministério Público foram os mais frequentes locais de estágio apontados pelos respondentes dos dois graus da magistratura (Questão 85).

Ainda sobre a formação do magistrado, a Questão 86 indaga se o juiz trabalhou durante a sua graduação: 65,8% dos juízes de 1º grau, e 81,5% dos juízes de 2º grau, responderam que sim. Aqui, se nota uma diferença mais significativa em relação à pesquisa anterior, pois nela se verifica que apenas cerca de 10% dos juízes de 1° grau e 7,4% dos juízes de 2º grau não haviam trabalhado. Os três contextos de trabalho mais frequentes para os magistrados de ambas instâncias foram, nesta ordem: "*em órgão público*", *"em empresa privada"*, e (Questão 87).

Sobre a realização de cursos de pós-graduação, 78,9% e 73,8% dos juízes de 1º e 2º graus, respectivamente, disseram ter realizado algum curso desse tipo. Tais percentuais são bem superiores aos verificados na pesquisa de 1996: nela, 48% entre os juízes de 1º grau e 59% entre os de 2º grau realizaram tais cursos (Questão 88). A grande maioria fez especialização, mas 20% dos juízes de 1º grau fizeram mestrado e cerca de 4% o doutorado. Entre os de 2º grau, 36,2% fizeram o mestrado, e 10,7% o doutorado (Questão 89). Interessante observar que na pesquisa anterior, 11,2% dos juízes de 1º grau haviam cursado o mestrado, e 2,6% o doutorado; enquanto 21,6% e os mesmos 10,7% dos juízes de 2º grau haviam cursado, respectivamente, o mestrado e o doutorado. Também se indagou aos magistrados se haviam cursado pós-graduação em Direito no exterior (Questão 90): 8,8% dos juízes de 1º grau (esse índice chega a 12,6% entre os federais), e 18,5% dos de 2º grau disseram que sim. No total, 4,5% dos juízes de 1º grau entrevistados realizaram mestrado e 3% o doutorado ou pós-doutorado no exterior. Entre os de 2º grau, 7,2% estão realizando mestrado no exterior, e 6% doutorado ou pós-doutorado (Questão 91). Entre os juízes de 1º grau que cursaram pós-graduação no exterior, 70% obtiveram titulação, e entre os de 2º grau, 76% (Questão 92). Indagados se haviam realizado pós-graduação em outra área de conhecimento (Questões 93 e 94), quase 10% dos juízes de 1º grau afirmaram que sim, acompanhados por 12% dos juízes de 2° grau.

Finalmente é digna de registro a convergência entre os dados desta pesquisa e aqueles obtidos pelo CNJ quanto à maior presença de mestres e doutores na Justiça Federal: 39% e 11,2%, nesta pesquisa, e 41% e 14% na do CNJ.

QUESTÕES

Questão 78: Concluiu o ensino médio em escola:

Tabela 78.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pública	635	38	40	5	718
	32,3%	25,2%	41,2%	35,7%	32,2%
Privada	1331	113	57	9	1510
	67,7%	74,8%	58,8%	64,3%	67,8%
Total	1966	151	97	14	2228
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 78.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pública	112	7	14	3	136
	48,5%	58,3%	48,3%	75,0%	49,3%
Privada	119	5	15	1	140
	51,5%	41,7%	51,7%	25,0%	50,7%
Total	231	12	29	4	276
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 78.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pública	124	8	18	2	152
	48,4%	61,5%	47,4%	33,3%	48,6%
Privada	132	5	20	4	161
	51,6%	38,5%	52,6%	66,7%	51,4%
Total	256	13	38	6	313
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 78.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Privada	11	64,7
Pública	6	35,3
Total	17	100,0

Questão 79: Ano de ingresso na Faculdade de Direito

Tabela 79.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1965 a 1979	160	5	4	6	175
	8,1%	3,3%	4,1%	42,9%	7,9%
1980 a 1989	611	40	52	4	707
	31,1%	26,5%	53,6%	28,6%	31,7%
1990 a 1999	834	66	38	3	941
	42,4%	43,7%	39,2%	21,4%	42,3%
2000 a 2010	360	40	3	1	404
	18,3%	26,5%	3,1%	7,1%	18,1%
Total	1965	151	97	14	2227
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 79.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1964 a 1969	21	0	1	0	22
	9,1%	0,0%	3,4%	0,0%	8,0%
1970 a 1979	110	4	13	1	128
	47,6%	33,3%	44,8%	25,0%	46,4%
1980 a 1989	95	7	15	1	118
	41,1%	58,3%	51,7%	25,0%	42,8%
1990 a 2003	5	1	0	2	8
	2,2%	8,3%	0,0%	50,0%	2,9%
Total	231	12	29	4	276
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 79.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1945 a 1959	15	1	4	4	24
	5,9%	7,7%	10,5%	66,7%	7,7%
1960 a 1969	107	6	8	1	122
	41,8%	46,2%	21,1%	16,7%	39,0%
1970 a 1979	103	3	18	1	125
	40,2%	23,1%	47,4%	16,7%	39,9%
1980 a 1989	22	2	7	0	31
	8,6%	15,4%	18,4%	0,0%	9,9%
1990 a 1999	9	1	1	0	11
	3,5%	7,7%	2,6%	0,0%	3,5%
Total	256	13	38	6	313
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 79: Ano de ingresso na Faculdade de Direito*

Tabela 79.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1945	2	11,8
1961	1	5,9
1962	1	5,9
1967	1	5,9
1969	1	5,9
1970	1	5,9
1972	1	5,9
1976	1	5,9
1978	1	5,9
1979	1	5,9
1980	3	17,6
1985	1	5,9
1987	1	5,9
1989	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 80: Ano de Graduação em Direito

Tabela 80.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1969 a 1979	53 2,7%	2 1,3%	1 1,0%	2 14,3%	58 2,6%
1980 a 1989	416 21,2%	19 12,6%	28 28,9%	6 42,9%	469 21,1%
1990 a 1999	765 39,0%	60 39,7%	51 52,6%	3 21,4%	879 39,5%
2000 a 2015	730 37,2%	70 46,4%	17 17,5%	3 21,4%	820 36,8%
Total	1964 100,0%	151 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2226 100,0%

Tabela 80.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1968 a 1979	75 32,5%	2 16,7%	4 13,8%	0 0,0%	81 29,3%
1980 a 1989	140 60,6%	8 66,7%	20 69,0%	2 50,0%	170 61,6%
1990 a 2007	16 6,9%	2 16,7%	5 17,2%	2 50,0%	25 9,1%
Total	231 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	276 100,0%

Tabela 80.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1948 a 1959	6 2,3%	0 0,0%	1 2,6%	4 66,7%	11 3,5%
1960 a 1969	57 22,3%	4 30,8%	7 18,4%	1 16,7%	69 22,0%
1970 a 1979	112 43,8%	4 30,8%	15 39,5%	1 16,7%	132 42,2%
1980 a 1989	65 25,4%	2 15,4%	14 36,8%	0 0,0%	81 25,9%
1990 a 2004	16 6,3%	3 23,1%	1 2,6%	0 0,0%	20 6,4%
Total	256 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 80.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1948	2	11,8
1965	1	5,9
1966	1	5,9
1971	1	5,9
1974	1	5,9
1975	1	5,9
1976	1	5,9
1980	1	5,9
1982	1	5,9
1983	1	5,9
1984	1	5,9
1985	2	11,8
1991	1	5,9
1993	1	5,9
2000	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 81: Instituição de Ensino Superior onde se graduou:

Tabela 81.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pública	966 49,1%	103 68,2%	42 43,3%	3 21,4%	1114 50,0%
Privada	1000 50,9%	48 31,8%	55 56,7%	11 78,6%	1114 50,0%
Total	1966 100,0%	151 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2228 100,0%

Tabela 81.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pública	131 56,7%	5 41,7%	14 48,3%	1 25,0%	151 54,7%
Privada	100 43,3%	7 58,3%	15 51,7%	3 75,0%	125 45,3%
Total	231 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	276 100,0%

Tabela 81.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pública	126 49,2%	6 46,2%	18 47,4%	4 66,7%	154 49,2%
Privada	130 50,8%	7 53,8%	20 52,6%	2 33,3%	159 50,8%
Total	256 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 81.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Privada	9	52,9
Pública	8	47,1
Total	17	100,0

Questão 82: Estado(UF) da graduação

Tabela 82.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	5 0,3%	0 0,0%	1 1,0%	0 0,0%	6 0,3%
AL	29 1,5%	4 2,6%	1 1,0%	0 0,0%	34 1,5%
AP	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,0%
AM	27 1,4%	3 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	30 1,3%
BA	65 3,3%	10 6,6%	7 7,2%	0 0,0%	82 3,7%
CE	84 4,3%	4 2,6%	1 1,0%	0 0,0%	89 4,0%
DF	31 1,6%	3 2,0%	1 1,0%	1 7,1%	36 1,6%
ES	91 4,6%	2 1,3%	2 2,1%	0 0,0%	95 4,3%
GO	71 3,6%	3 2,0%	1 1,0%	1 7,1%	76 3,4%
MA	30 1,5%	2 1,3%	0 0,0%	0 0,0%	32 1,4%
MT	36 1,8%	3 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	39 1,8%
MS	27 1,4%	0 0,0%	1 1,0%	0 0,0%	28 1,3%
MG	156 7,9%	13 8,6%	5 5,2%	2 14,3%	176 7,9%
PA	25 1,3%	1 0,7%	2 2,1%	1 7,1%	29 1,3%
PB	66 3,4%	5 3,3%	3 3,1%	0 0,0%	74 3,3%
PR	190 9,7%	16 10,6%	12 12,4%	0 0,0%	218 9,8%
PE	68 3,5%	4 2,6%	7 7,2%	1 7,1%	80 3,6%
PI	44 2,2%	1 0,7%	5 5,2%	0 0,0%	50 2,2%
RJ	285 14,5%	17 11,3%	10 10,3%	5 35,7%	317 14,2%
RN	58 3,0%	1 0,7%	2 2,1%	0 0,0%	61 2,7%
RS	137 7,0%	14 9,3%	12 12,4%	1 7,1%	164 7,4%
RO	20 1,0%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	21 0,9%
SC	85 4,3%	1 0,7%	2 2,1%	0 0,0%	88 3,9%
SP	300 15,3%	38 25,2%	21 21,6%	1 7,1%	360 16,2%
SE	32 1,6%	4 2,6%	1 1,0%	1 7,1%	38 1,7%
TO	3 ,2%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,2%
Total	1966 100,0%	151 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2228 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 82: Estado(UF) da graduação*

Tabela 82.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AL	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AM	3 1,3%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	5 1,8%
BA	4 1,7%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,8%
CE	4 1,7%	2 16,7%	1 3,4%	0 0,0%	7 2,5%
ES	5 2,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,8%
GO	5 2,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,8%
MA	4 1,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,4%
MT	2 0,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,1%
MS	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,7%
MG	14 6,1%	0 0,0%	3 10,3%	1 25,0%	18 6,5%
PA	3 1,3%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	4 1,4%
PB	3 1,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,1%
PR	36 15,6%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	40 14,5%
PE	2 0,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,1%
PI	4 1,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,4%
RJ	37 16,0%	1 8,3%	4 13,8%	0 0,0%	42 15,2%
RN	4 1,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,4%
RS	36 15,6%	2 16,7%	2 6,9%	1 25,0%	41 14,9%
SC	15 6,5%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	17 6,2%
SP	45 19,5%	4 33,3%	10 34,5%	2 50,0%	61 22,1%
SE	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	231 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	276 100,0%

Tabela 82.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	2 0,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,6%
AL	5 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,6%
AM	2 0,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,6%
BA	5 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,6%
CE	4 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,3%
DF	2 0,8%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	3 1,0%
ES	6 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 1,9%
GO	4 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,3%
MS	3 1,2%	1 7,7%	1 2,6%	0 0,0%	5 1,6%
MG	21 8,2%	2 15,4%	4 10,5%	0 0,0%	27 8,6%
PA	4 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,3%
PB	2 0,8%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	3 1,0%
PR	21 8,2%	1 7,7%	2 5,3%	1 16,7%	25 8,0%
PE	8 3,1%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	9 2,9%
PI	4 1,6%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	5 1,6%
RJ	42 16,4%	4 30,8%	6 15,8%	2 33,3%	54 17,3%
RN	3 1,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,0%
RS	43 16,8%	2 15,4%	8 21,1%	3 50,0%	56 17,9%
SC	3 1,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,0%
SP	70 27,3%	3 23,1%	13 34,2%	0 0,0%	86 27,5%
SE	2 0,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,6%
Total	256 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 82.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

UF	Nº absoluto	%
RJ	4	23,5
SP	4	23,5
PR	3	17,6
AM	1	5,9
BA	1	5,9
DF	1	5,9
ES	1	5,9
RN	1	5,9
SC	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 83: Turno em que frequentou a graduação

Tabela 83.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Diurno	723 36,8%	65 43,0%	32 33,0%	1 7,1%	821 36,8%
Noturno	827 42,1%	52 34,4%	45 46,4%	9 64,3%	933 41,9%
Ambos	416 21,2%	34 22,5%	20 20,6%	4 28,6%	474 21,3%
Total	1966 100,0%	151 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2228 100,0%

Tabela 83.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Diurno	79 34,2%	4 33,3%	11 37,9%	0 0,0%	94 34,1%
Noturno	110 47,6%	6 50,0%	15 51,7%	3 75,0%	134 48,6%
Ambos	42 18,2%	2 16,7%	3 10,3%	1 25,0%	48 17,4%
Total	231 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	276 100,0%

Tabela 83.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Diurno	76 29,7%	4 30,8%	11 28,9%	4 66,7%	95 30,4%
Noturno	130 50,8%	6 46,2%	21 55,3%	0 0,0%	157 50,2%
Ambos	50 19,5%	3 23,1%	6 15,8%	2 33,3%	61 19,5%
Total	256 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 83.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Noturno	7	41,2
Diurno	6	35,3
Ambos	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 84: Durante a graduação, fez algum estágio?

Tabela 84.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	337 17,1%	30 19,9%	23 23,7%	6 42,9%	396 17,8%
Sim	1629 82,9%	121 80,1%	74 76,3%	8 57,1%	1832 82,2%
Total	1966 100,0%	151 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2228 100,0%

Tabela 84.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	59 25,5%	2 16,7%	10 34,5%	4 100,0%	75 27,2%
Sim	172 74,5%	10 83,3%	19 65,5%	0 0,0%	201 72,8%
Total	231 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	276 100,0%

Tabela 84.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	74 28,9%	5 38,5%	15 39,5%	2 33,3%	96 30,7%
Sim	182 71,1%	8 61,5%	23 60,5%	4 66,7%	217 69,3%
Total	256 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	313 100,0%

Tabela 84.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	17	100,0

Questão 85: Onde foi realizado o estágio (indique no máximo três opções)

Tabela 85.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Escritório de advocacia	786 29,2%	57 27,3%	35 30,7%	2 25,0%	880
Defensoria Pública	287 10,7%	21 10,0%	11 9,6%	2 25,0%	321
Ministério Público	381 14,2%	45 21,5%	13 11,4%	0 0,0%	439
Procuradorias	189 7,0%	11 5,3%	8 7,0%	0 0,0%	208
Poder Judiciário	605 22,5%	46 22,0%	19 16,7%	2 25,0%	672
Empresa	149 5,5%	13 6,2%	8 7,0%	1 12,5%	171
Outros	294 10,9%	16 7,7%	20 17,5%	1 12,5%	331
Total	2691	209	114	8	3022

Tabela 85.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Escritório de advocacia	97 39,4%	6 37,5%	10 37,0%	113
Defensoria Pública	28 11,4%	3 18,8%	1 3,7%	32
Ministério Público	16 6,5%	1 6,3%	1 3,7%	18
Procuradorias	10 4,1%	3 18,8%	1 3,7%	14
Poder Judiciário	50 20,3%	2 12,5%	1 3,7%	53
Empresa	15 6,1%	1 6,3%	5 18,5%	21
Outros	30 12,2%	0 0,0%	8 29,6%	38
Total	246	16	27	289

Tabela 85.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Escritório de advocacia	106 41,2%	3 21,4%	12 41,4%	0 0,0%	121
Defensoria Pública	26 10,1%	4 28,6%	1 3,4%	0 0,0%	31
Ministério Público	9 3,5%	1 7,1%	0 0,0%	1 25,0%	11
Procuradorias	9 3,5%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	11
Poder Judiciário	42 16,3%	3 21,4%	6 20,7%	1 25,0%	52
Empresa	24 9,3%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	25
Outros	41 16,0%	3 21,4%	7 24,1%	2 50,0%	53
Total	257	14	29	4	304

Tabela 85.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Escritório de advocacia	8	26,6
Defensoria Pública	2	6,7
Ministério Público	2	6,7
Procuradorias	4	13,2
Poder Judiciário	5	16,7
Empresa	2	6,7
Outros	7	23,3
Total	30	100,0

CONTINUAÇÃO - Questão 85: Onde foi realizado o estágio (indique no máximo três opções)

Questão 86: Durante a graduação, trabalhou?

Tabela 86.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	666	65	27	2	760
	33,9%	43,0%	27,8%	14,3%	34,2%
Sim	1296	86	70	12	1464
	66,1%	57,0%	72,2%	85,7%	65,8%
Total	1962	151	97	14	2224
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 86.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	43	2	6	0	51
	18,6%	16,7%	20,7%	0,0%	18,5%
Sim	188	10	23	4	225
	81,4%	83,3%	79,3%	100,0%	81,5%
Total	231	12	29	4	276
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 86.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	17	0	4	0	21
	6,6%	0,0%	10,5%	0,0%	6,7%
Sim	239	13	34	6	292
	93,4%	100,0%	89,5%	100,0%	93,3%
Total	256	13	38	6	313
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 86.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	14	82,4
Não	3	17,6
Total	17	100,0

Questão 87: Onde foi realizado o trabalho durante a graduação? (indique no máximo três opções)

Tabela 87.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Em órgão público	664 44,0%	50 46,3%	34 42,5%	8 66,7%	756
Em empresa estatal	123 8,2%	7 6,5%	8 10,0%	0 0,0%	138
Em empresa privada	517 34,3%	34 31,5%	24 30,0%	3 25,0%	578
Como autônomo	136 9,0%	11 10,2%	7 8,8%	0 0,0%	154
Outro	68 4,5%	6 5,6%	7 8,8%	1 8,3%	82
Total	1508	108	80	12	1708

Tabela 87.1.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE (outro)

Outros	Nº absoluto	%
Escritório de advocacia	38	46,3
Cartório	14	17,1
Sindicato	3	3,7
Magistério	5	6,1
Escritório	4	4,9
ONG	2	2,4
Advogado(a)	1	1,2
Bancário	1	1,2
Campanhas eleitorais	1	1,2
Comerciante estabelecido por conta própria	1	1,2
Curso pré-vestibular	1	1,2
Educação	1	1,2
Empresa privada e em órgão público	1	1,2
Entrega/venda de galinhas abatidas	1	1,2
Escola de línguas	1	1,2
Faculdade	1	1,2
Instituição bancária	1	1,2
Instituição financeira	2	2,4
OAB	1	1,2
Serviços domésticos	1	1,2
Analista de Sistemas e Programador de Computadores	1	1,2
Total parcial	82	100,0
Não se aplica	2142	
Não respondeu	752	
Total	2894	

***CONTINUAÇÃO** - Questão 87: Onde foi realizado o trabalho durante a graduação? (indique no máximo 3 opções)*

Tabela 87.2– JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Em órgão público	87 38,5%	6 46,2%	7 22,6%	4 100,0%	104
Em empresa estatal	22 9,7%	1 7,7%	4 12,9%	0 0,0%	27
Em empresa privada	79 35,0%	5 38,5%	14 45,2%	0 0,0%	98
Como autônomo	27 11,9%	1 7,7%	2 6,5%	0 0,0%	30
Outro	11 4,9%	0 0,0%	4 12,9%	0 0,0%	15
Total	226	13	31	4	274

Tabela 87.2.1 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE (outro)

Outros	nº absoluto	%
Escritório de advocacia	5	33,3
Cartório	2	13,3
Sindicato	3	20,0
Magistério	2	13,3
Escritório	2	13,3
Departamento Jurídico Onze de Agosto	1	6,7
Total parcial	15	100,0
Não se aplica	261	
Não respondeu	103	
Total	364	

Tabela 87.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Em órgão público	111 37,1%	6 42,9%	15 36,6%	5 55,6%	137
Em empresa estatal	23 7,7%	1 7,1%	3 7,3%	0 0,0%	27
Em empresa privada	90 30,1%	6 42,9%	13 31,7%	2 22,2%	111
Como autônomo	48 16,1%	0 0,0%	5 12,2%	2 22,2%	55
Outro	27 9,0%	1 7,1%	5 12,2%	0 0,0%	33
Total	299	14	41	9	363

Tabela 87.3.1 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS (outro)

Outro	nº absoluto	%
Escritório de advocacia	18	52,9
Cartório	4	11,8
Sindicato	2	5,9
Magistério	2	5,9
Escritório	2	5,9
Advogado(a)	1	2,9
Assistência judiciária gratuita	1	2,9
Concurso público	1	2,9
Escola	1	2,9
Imobiliária	1	2,9
Meb (CNBB)	1	2,9
Total parcial	34	100,0
Não se aplica	281	
Não respondeu	142	
Total	423	

Tabela 87.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Em órgão público	8	42,1%
Em empresa estatal	2	10,5%
Em empresa privada	5	26,3%
Como autônomo	2	10,5%
Outro	2	10,5%
Total	19	100,0

Tabela 87.4.1 - MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES (outros)

Opções	Nº absoluto	%
Escritório de advocacia	1	50,0
Meb (CNBB)	1	50,0
Total	2	100,0

Questão 88: Frequenta ou frequentou algum curso de pós-graduação em Direito no Brasil?

Tabela 88.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	418	25	20	5	468
	21,3%	16,6%	20,6%	35,7%	21,1%
Sim	1542	126	77	9	1754
	78,7%	83,4%	79,4%	64,3%	78,9%
Total	1960	151	97	14	2222
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 88.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	62	1	7	2	72
	27,0%	8,3%	24,1%	50,0%	26,2%
Sim	168	11	22	2	203
	73,0%	91,7%	75,9%	50,0%	73,8%
Total	230	12	29	4	275
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 88.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	116	8	17	5	146
	45,7%	61,5%	44,7%	83,3%	46,9%
Sim	138	5	21	1	165
	54,3%	38,5%	55,3%	16,7%	53,1%
Total	254	13	38	6	311
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 88.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	14	82,4
Não	3	17,6
Total	17	100,0

Questão 89: Qual tipo de pós-graduação em Direito você realizou? (indique no máximo duas opções)

Tabela 89.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Especialização	1376 76,5%	94 55,3%	60 60,0%	9 81,8%	1539
Mestrado	357 19,8%	59 34,7%	30 30,0%	2 18,2%	448
Doutorado	61 3,4%	17 10,0%	9 9,0%	0 0,0%	87
Pós-Doutorado	5 0,3%	0 0,0%	1 1,0%	0 0,0%	6
Total	1799	170	100	11	2080

Tabela 89.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Especialização	126 56,5%	6 28,6%	15 44,1%	2 66,7%	149
Mestrado	78 35,0%	10 47,6%	13 38,2%	1 33,3%	102
Doutorado	16 7,2%	4 19,0%	6 17,6%	0 0,0%	26
Pós-Doutorado	3 1,3%	1 4,8%	0 0,0%	0 0,0%	4
Total	223	21	34	3	281

Tabela 89.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Especialização	100 58,5%	4 50,0%	13 52,0%	1 100,0%	118
Mestrado	54 31,6%	3 37,5%	9 36,0%	0 0,0%	66
Doutorado	15 8,8%	1 12,5%	3 12,0%	0 0,0%	19
Pós-Doutorado	2 1,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2
Total	171	8	25	1	205

Tabela 89.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Especialização	10	50,0
Mestrado	5	25,0
Doutorado	3	15,0
Pós-Doutorado	2	10,0
Total	20	100,0

Questão 90: Realizou pós-graduação em Direito no exterior?

Tabela 90.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1801 92,0%	132 87,4%	77 79,4%	14 100,0%	2024 91,2%
Sim	157 8,0%	19 12,6%	20 20,6%	0 0,0%	196 8,8%
Total	1958 100,0%	151 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2220 100,0%

Tabela 90.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	183 79,6%	12 100,0%	25 86,2%	4 100,0%	224 81,5%
Sim	47 20,4%	0 0,0%	4 13,8%	0 0,0%	51 18,5%
Total	230 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	275 100,0%

Tabela 90.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	229 90,2%	12 92,3%	37 97,4%	5 83,3%	283 91,0%
Sim	25 9,8%	1 7,7%	1 2,6%	1 16,7%	28 9,0%
Total	254 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	311 100,0%

Tabela 90.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	4	23,5
Não	13	76,5
Total	17	100,0

Questão 91: Tipo(s) de pós-graduação realizado(s) em Direito no exterior (indique no máximo duas opções)

Tabela 91.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Especialização	32 18,6%	8 36,4%	5 20,8%	45
Mestrado	86 50,0%	5 22,7%	11 45,8%	102
Doutorado	48 27,9%	8 36,4%	7 29,2%	63
Pós-Doutorado	6 3,5%	1 4,5%	1 4,2%	8
Total	172	22	24	218

Tabela 91.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	
Especialização	22 38,6%	3 60,0%	25
Mestrado	18 31,6%	2 40,0%	20
Doutorado	14 24,6%	0 0,0%	14
Pós-Doutorado	3 5,3%	0 0,0%	3
Total	57	5	62

Tabela 91.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Especialização	7 24,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7
Mestrado	12 41,4%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	13
Doutorado	7 24,1%	1 50,0%	1 100,0%	0 0,0%	9
Pós-Doutorado	3 10,3%	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	4
Total	29	2	1	1	33

Tabela 91.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Especialização	4	44,5
Mestrado	2	22,2
Doutorado	1	11,1
Pós-Doutorado	2	22,2
Total	9	100,0

Questão 92: Chegou a obter titulação?

Tabela 92.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Não	47 29,9%	5 26,3%	6 30,0%	58 29,6%
Sim	110 70,1%	14 73,7%	14 70,0%	138 70,4%
Total	157 100,0%	19 100,0%	20 100,0%	196 100,0%

Tabela 92.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	
Não	12 25,5%	0 0,0%	12 23,5%
Sim	35 74,5%	4 100,0%	39 76,5%
Total	47 100,0%	4 100,0%	51 100,0%

Tabela 92.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	8 32,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 28,6%
Sim	17 68,0%	1 100,0%	1 100,0%	1 100,0%	20 71,4%
Total	25 100,0%	1 100,0%	1 100,0%	1 100,0%	28 100,0%

Tabela 92.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	3	75,0
Não	1	25,0
Total	4	100,0

Questão 93: realizou pós-graduação em outra área de conhecimento que não a do Direito?

Tabela 93.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1776	133	80	11	2000
	90,7%	88,1%	82,5%	78,6%	90,1%
Sim	182	18	17	3	220
	9,3%	11,9%	17,5%	21,4%	9,9%
Total	1958	151	97	14	2220
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 93.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	208	9	24	1	242
	90,4%	75,0%	82,8%	25,0%	88,0%
Sim	22	3	5	3	33
	9,6%	25,0%	17,2%	75,0%	12,0%
Total	230	12	29	4	275
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 93.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	222	10	33	5	270
	87,4%	76,9%	86,8%	83,3%	86,8%
Sim	32	3	5	1	41
	12,6%	23,1%	13,2%	16,7%	13,2%
Total	254	13	38	6	311
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 93.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	4	23,5
Não	13	76,5
Total	17	100,0

Questão 94: Indique o tipo de pós-graduação realizado (marque no máximo 2 opções)

Tabela 94.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Especialização	32 18,6%	8 36,4%	5 20,8%	45
Mestrado	86 50,0%	5 22,7%	11 45,8%	102
Doutorado	48 27,9%	8 36,4%	7 29,2%	63
Pós-Doutorado	6 3,5%	1 4,5%	1 4,2%	8
Total	172	22	24	218

Tabela 94.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Especialização	17 73,9%	2 66,7%	4 80,0%	3 75,0%	26
Mestrado	5 21,7%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	6
Doutorado	1 4,3%	1 33,3%	1 20,0%	0 0,0%	3
Total	23	3	5	4	35

Tabela 94.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Especialização	26 74,3%	3 75,0%	5 100,0%	1 100,0%	35
Mestrado	6 17,1%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	7
Doutorado	2 5,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2
Pós-Doutorado	1 2,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1
Total	35	4	5	1	45

Tabela 94.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Especialização	2	50.0
Mestrado	1	25,0
Doutorado	1	25,0
Total	4	100,0

V – CARREIRA NO JUDICIÁRIO: ROTINA E VIDA ASSOCIATIVA

V.1 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NA MAGISTRATURA

Uma bateria de questões trata do interregno entre o período de conclusão da graduação e a estabilização na carreira de magistrado. Entre os juízes de 1º e de 2º grau, a experiência profissional mais frequente é, com folga, a de advocacia, seguida pela de servidor do Poder Judiciário (Questões 95 à 104).

Quanto à forma de ingresso na magistratura, 100% dos magistrados de 1º grau o fizeram por concurso; já entre os de 2º grau, 17,2% ingressaram pelo Quinto Constitucional, e entre esses, 61,7% via advocacia, e o restante por indicação do Ministério Público (Questões 106 e 107). Quanto à realização de cursos preparatórios para ingresso na magistratura, 62,4% dos juízes de 1º grau e 35,1% dos de 2º grau afirmaram ter realizado algum tipo de curso com esse objetivo (Questões 112 e 113).

Na sequência, foram reunidas questões que tratam da percepção dos magistrados relativamente à sua carreira e a eventuais atividades acadêmicas. As Questões 114 à 117 oferecem várias assertivas sobre o ingresso na magistratura, solicitando aos respondentes que manifestem seu grau de concordância. Na primeira delas, os juízes de 1º grau se dividem quanto à obrigatoriedade de participação em cursos prévios ao concurso; mas cerca de 70% dos magistrados de 2º grau concordam com essa exigência. A obrigatoriedade de frequência a cursos de formação continuada obteve aprovação por 83% dos juízes de 1º grau e 88% de 2º grau. Indagou-se, então, se os cursos de formação continuada atualmente oferecidos são satisfatórios, obtendo-se cerca de 72% de pouca ou muita concordância entre os juízes de 1° grau, e 84% entre os de 2º grau. A quarta e última assertiva dessa bateria indagava especificamente sobre a qualidade dos cursos de formação continuada oferecidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Cerca de 74% dos juízes de 1º grau e de 76% dos de 2º grau concordaram pouco ou muito que eles são satisfatórios.

A Questão 118 reúne seis assertivas sobre o que seria um bom magistrado e solicita que o respondente escolha as três alternativas com que mais se identifica. Entre os juízes de 1º grau, as três mais votadas foram, nesta ordem: o que "*presta um serviço jurisdicional célere*"; o que "*profere decisões bem fundamentadas*"; e o que "*atua objetivando a segurança jurídica*". A mesma escala de prioridades foi apresentada pelos juízes de 2º grau.

As Questões 119 à 124 abordam o tema do preconceito quanto à cor, ao gênero e à orientação sexual no ambiente de trabalho do respondente. Quanto ao primeiro tipo de preconceito, 2,5% dos juízes de 1º grau afirmou já ter sido dos próprios colegas magistrados ou por jurisdicionados ou ainda por advogados. Entre os juízes de 2º grau, esse percentual é de 1,1%. Já em relação ao preconceito de gênero, 17% dos juízes de 1º grau e 6,6% dos de 2º grau afirmaram já ter sido vítimas. E os autores apontados foram os mesmos para os juízes de ambas as instâncias, com a ressalva de que, no caso dos juízes de 1º grau, os mais votados foram advogados, seguidos por magistrados e, em terceiro lugar, por jurisdicionados. Finalmente, sobre o preconceito quanto a orientação sexual, 1,2% e 1,5% dos juízes de 1º e de 2º graus, respectivamente, se disseram vítimas dos próprios colegas, dos advogados e dos jurisdicionados, nesta ordem.

A Questão 125 pergunta se o respondente já havia se candidatado anteriormente à magistratura. Entre os juízes de 1º grau, quase 60% afirmaram que sim, sendo que, em 41% dos casos, mais de uma vez, e em 26,5% dos casos,

três vezes ou mais. Entre os juízes de 2º grau, quase 35% fizeram mais de um concurso. Na pesquisa realizada há 20 anos atrás, o percentual de magistrados que havia realizado um concurso previamente aquele em que foi aprovado era menor: cerca de 48% entre os juízes de 1º grau e de 20% entre os de 2º grau.

Indagado se já havia se candidatado ao Ministério Público (Questão 126), quase 60% dos juízes de 1º grau afirmaram que sim, sendo que cerca de 25% mais de uma vez. Entre os juízes de 2º grau, quase 35% afirmaram terem realizado concurso para o MP. Na pesquisa realizada há 20 anos, algo em torno de 44% dos juízes de 1º grau e 35% dos de 2º grau afirmaram ter realizado concurso para o MP. Perguntados se já haviam prestado concurso para qualquer outra carreira pública jurídica (Questão 127), cerca de 60% dos juízes de 1º grau, e 38% dos de 2º grau afirmaram que sim. Destaque-se, nesse caso, que os juízes federais são os que mais realizaram concursos para diferentes carreiras jurídicas.

As Questões 128 à 130 tratam da evolução na carreira do magistrado. O resultado obtido foi que quase 45% dos juízes de 1º grau ainda permanecem no cargo inicial. Quanto ao tempo de permanência no cargo inicial, 31,7% responderam apenas 1 ano, e no outro extremo, 3,9% afirmaram ter permanecido mais de 10 anos. No que se refere aos juízes de segundo grau, 42,9% permaneceram até 10 anos no cargo inicial, e 15,9% mais de 20 anos.

Sobre o eventual exercício da docência universitária, foram elaboradas duas questões (131 e 132). A primeira indaga se o respondente exerce ou exerceu a docência universitária, obtendo uma respostas afirmativa por parte de 29,3% dos juízes de 1º grau e 50,6% dos de 2º grau. Na pesquisa anterior, esse percentual era, respectivamente, de 29,1% e 63,2%. O CNJ também investigou esse aspecto, mas com uma pequena diferença em seu enunciado, restringindo-o ao presente. Tal distinção talvez explique o percentual de docentes bem menor encontrado pelo CNJ: 12,4%.

As Questões 133 à 135 tratam da produção de artigos acadêmicos e para imprensa. Entre os juízes de 1º grau, 67,2% responderam não ter publicado qualquer artigo em revista especializada nacional – percentual que é invertido quando se examina apenas os juízes federais: 60% afirmaram já ter publicado um ou mais artigos nesse tipo de revista. Já entre os juízes de 2º grau, cerca de 52% publicaram ao menos um artigo, sendo que, mais uma vez, o padrão de resposta dos juízes federais é bastante superior: cerca de 83% deles publicaram um ou mais artigos, e 50% informaram ter publicado cinco ou mais artigos. Vale lembrar que na pesquisa de 1996, diante de igual solicitação, 81% dos juízes de 1º grau informaram não ter publicado qualquer artigo – percentual que caía para 59,4% entre os federais; e 54,3% dos juízes de 2º grau responderam que não haviam publicado artigo em revista nacional, contra 33,3% dos federais.

Menos de 4% dos juízes de 1º grau e 10% dos de 2º grau informaram ter publicado artigo em revista estrangeira. Mas 33% dos desembargadores federais informaram ter publicado ao menos um artigo. Na pesquisa anterior, apenas 1,2% dos juízes de 1º grau e 4,7% dos de 2º grau afirmaram ter publicado trabalho em revista estrangeira.

Sobre a presença dos magistrados na imprensa, 81,5% e 61% dos juízes de 1º grau e 2º graus, respectivamente, jamais publicaram artigos. É interessante notar que, há 20 anos, os juízes de 1º grau publicavam um pouco mais (26%). E que, entre os juízes de 2º grau, o percentual era praticamente o mesmo, pois 60,9% disseram jamais ter publicado na imprensa. Finalmente, quanto à publicação de livro na área do Direito, quase 15% dos juízes de 1º grau, e cerca de 30% dos de 2º grau publicaram algum livro na área do Direito (Questão 136). Mais uma vez o padrão de resposta dos juízes federais se mostra bastante distinto: entre os juízes federais de 1º grau, 32% publicaram ao menos um livro, sendo que, entre os desembargadores federais, quase 66% já o fizeram e, quase a metade deles, dois ou mais livros. Na pesquisa anterior, menos de 5% dos juízes de 1º grau e cerca de 19% entre os de 2º grau (26,7% entre os federais) haviam publicado livro na área do Direito.

As duas últimas questões dessa seção (137 e 138) indagam da participação em congressos nos últimos dois anos e apresentação de trabalhos. Quase 80% dos juízes de 1º grau participaram de pelo menos um congresso nesse período, sendo que 35,5% deles informaram ter participado de quatro ou mais encontros desse tipo. Entre os juízes de 2º grau, o percentual é quase o mesmo, porém, aqui, a diferença do padrão de resposta mais uma vez salta aos olhos: nenhum desembargador federal deixou de participar de pelo menos um congresso (contra 20% dos juízes estaduais), e 66,7% deles participaram de 5 ou mais encontros desse tipo (o percentual agregado nesse caso é de 29,2%). Com relação à apresentação de trabalhos, quase 80% dos juízes de 1º grau não o fizeram (percentual que cai para 62,8% entre os federais). Já entre os juízes de 2º grau, 67,3% não apresentaram trabalho (percentual que cai para 33,3% entre os federais). Essas características diferenciam os juízes federais de seus colegas magistrados, na medida em que suas condições de trabalho favorecem iniciativas formativas, ao contrário dos juízes estaduais que alegam que sua atividade acadêmica se vê obstada pelo excesso de trabalho a que estão submetidos.

QUESTÕES

Questão 95: Marque abaixo todas as alternativas que correspondem à sua experiência profissional anterior ao ingresso na magistratura

Tabela 95.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Advocacia	1210 36,0%	89 28,1%	61 39,6%	5 20,0%	1365
Ministério Público	161 4,8%	24 7,6%	2 1,3%	0 0,0%	187
Defensoria Pública	146 4,3%	16 5,0%	1 0,6%	3 12,0%	166
Procuradorias	179 5,3%	56 17,7%	7 4,5%	1 4,0%	243
Servidor do Poder Judiciário	761 22,6%	59 18,6%	43 27,9%	6 24,0%	869
Magistério Superior	185 5,5%	25 7,9%	11 7,1%	2 8,0%	223
Polícia	124 3,7%	9 2,8%	1 0,6%	2 8,0%	136
Outras	596 17,7%	39 12,3%	28 18,2%	6 24,0%	669
Total	3362	317	154	25	3858

CONTINUAÇÃO - Questão 95: Marque abaixo todas as alternativas que correspondem à sua experiência profissional anterior ao ingresso na magistratura

Tabela 95.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Advocacia	156 39,9%	11 39,3%	24 52,2%	1 20,0%	192
Ministério Público	35 9,0%	5 17,9%	1 2,2%	1 20,0%	42
Defensoria	21 5,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	21
Procuradorias	20 5,1%	5 17,9%	2 4,3%	0 0,0%	27
Servidor do Poder Judiciário	55 14,1%	2 7,1%	5 10,9%	0 0,0%	62
Magistério Superior	27 6,9%	3 10,7%	1 2,2%	0 0,0%	31
Polícia	16 4,1%	0 0,0%	0 0,0%	3 60,0%	19
Outras	61 15,6%	2 7,1%	13 28,3%	0 0,0%	76
Total	391	28	46	5	470

Tabela 95.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Advocacia	177 40,5%	9 36,0%	28 42,4%	2 28,6%	216
Ministério Público	31 7,1%	2 8,0%	2 3,0%	1 14,3%	36
Defensoria Pública	19 4,3%	1 4,0%	0 0,0%	0 0,0%	20
Procuradorias	16 3,7%	3 12,0%	4 6,1%	0 0,0%	23
Servidor do Poder Judiciário	42 9,6%	3 12,0%	11 16,7%	1 14,3%	57
Magistério Superior	45 10,3%	3 12,0%	8 12,1%	0 0,0%	56
Polícia	18 4,1%	0 0,0%	2 3,0%	0 0,0%	20
Outras	89 20,4%	4 16,0%	11 16,7%	3 42,9%	107
Total	437	25	66	7	535

Tabela 95.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Advocacia	7	23,3
Ministério Público	5	16,7
Defensoria Pública	2	6,7
Procuradorias	3	10,0
Servidor do Poder Judiciário	4	13,3
Magistério Superior	3	10,0
Polícia	1	3,3
Outras	5	16,7
Total	30	100,0

Questão 96: Quantos anos de experiência profissional?

Tabela 96.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

	Na advocacia	No Ministério Público	Na Defensoria Pública	Profissional em Procuradorias	Como Servidor do Poder Judiciário	No Magistério superior	Na Polícia
N	1383	201	176	253	877	142	97
Média	4,63	2,92	3,11	3,15	6,01	7,91	5,96

Tabela 96.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

	Na advocacia	No Ministério Público	Na Defensoria Pública	Profissional em Procuradorias	Como Servidor do Poder Judiciário	No Magistério superior	Na Polícia
N	192	42	21	27	61	27	16
Média	8,27	9,57	3,33	4,30	9,36	15,15	10,69

Tabela 96.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

	Na advocacia	No Ministério Público	Na Defensoria Pública	Profissional em Procuradorias	Como Servidor do Poder Judiciário	No Magistério superior	Na Polícia
N	216	37	20	24	57	46	19
Média	11,53	7,11	3,25	4,42	9,51	13,54	9,89

Questão 97: quantos anos de experiência profissional na advocacia?

Tabela 97.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
De 1 a 3 anos	609 49,6%	53 59,6%	32 51,6%	2 40,0%	696 50,3%
De 4 a 6 anos	353 28,8%	23 25,8%	14 22,6%	1 20,0%	391 28,3%
De 7 a 9 anos	133 10,8%	5 5,6%	8 12,9%	1 20,0%	147 10,6%
Mais de 9 anos	132 10,8%	8 9,0%	8 12,9%	1 20,0%	149 10,8%
Total	1227 100,0%	89 100,0%	62 100,0%	5 100,0%	1383 100,0%

*mais de 9 anos = 10 a 48 anos

Tabela 97.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
De 1 a 3 anos	47 30,1%	4 36,4%	9 37,5%	1 100,0%	61 31,8%
De 4 a 6 anos	50 32,1%	3 27,3%	2 8,3%	0 0,0%	55 28,6%
De 7 a 9 anos	18 11,5%	1 9,1%	4 16,7%	0 0,0%	23 12,0%
Mais de 9 anos	41 26,3%	3 27,3%	9 37,5%	0 0,0%	53 27,6%
Total	156 100,0%	11 100,0%	24 100,0%	1 100,0%	192 100,0%

Tabela 97.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
De 1 a 3 anos	34 19,4%	3 33,3%	2 7,1%	0 0,0%	39 18,2%
De 4 a 6 anos	37 21,1%	2 22,2%	8 28,6%	0 0,0%	47 22,0%
De 7 a 9 anos	32 18,3%	0 0,0%	2 7,1%	0 0,0%	34 15,9%
Mais de 9 anos	72 41,1%	4 44,4%	16 57,1%	2 100,0%	94 43,9%
Total	175 100,0%	9 100,0%	28 100,0%	2 100,0%	214 100,0%

Tabela 97.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
De 1 a 3 anos	3	37,5
De 7 a 9 anos	3	37,5
Mais de 9 anos	2	25,0
Total	8	100,0

Questão 98: quantos anos de experiência profissional no Ministério Público?

Tabela 98.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 ano	66 38,2%	5 20,0%	0 0,0%	71 35,3%
De 2 a 3 anos	61 35,3%	10 40,0%	2 66,7%	73 36,3%
De 4 a 5 anos	22 12,7%	4 16,0%	1 33,3%	27 13,4%
Mais de 5 anos	24 13,9%	6 24,0%	0 0,0%	30 14,9%
Total	173 100,0%	25 100,0%	3 100,0%	201 100,0%

*mais de 5 anos = 6 a 12 anos

Tabela 98.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 ano	13 37,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	13 31,0%
De 2 a 3 anos	6 17,1%	2 40,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 19,0%
De 4 a 5 anos	2 5,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 4,8%
Mais de 5 anos	14 40,0%	3 60,0%	1 100,0%	1 100,0%	19 45,2%
Total	35 100,0%	5 100,0%	1 100,0%	1 100,0%	42 100,0%

Tabela 98.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 ano	4 12,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 11,1%
De 2 a 3 anos	8 25,8%	1 50,0%	1 50,0%	0 0,0%	10 27,8%
De 4 a 5 anos	5 16,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 13,9%
Mais de 5 anos	14 45,2%	1 50,0%	1 50,0%	1 100,0%	17 47,2%
Total	31 100,0%	2 100,0%	2 100,0%	1 100,0%	36 100,0%

Tabela 98.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1 ano	1	20,0
4 anos	1	20,0
6 anos	1	20,0
21 anos	1	20,0
28 anos	1	20,0
Total	5	100,0

Questão 99: quantos anos de experiência profissional na Defensoria Pública?

Tabela 99.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
De 1 a 2 ano	76 49,0%	9 56,3%	2 100,0%	1 33,3%	88 50,0%
De 3 a 4 anos	51 32,9%	3 18,8%	0 0,0%	0 0,0%	54 30,7%
Mais de 4 anos	28 18,1%	4 25,0%	0 0,0%	2 66,7%	34 19,3%
Total	155 100,0%	16 100,0%	2 100,0%	3 100,0%	176 100,0%

*mais de 4 anos = de 5 a 16 anos

Tabela 99.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça	Total
	Justiça Estadual	
De 1 a 2 ano	9 42,9%	9 42,9%
De 3 a 4 anos	7 33,3%	7 33,3%
Mais de 4 anos	5 23,8%	5 23,8%
Total	21 100,0%	21 100,0%

Tabela 99.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	
De 1 a 2 ano	12 63,2%	1 100,0%	13 65,0%
De 3 a 4 anos	2 10,5%	0 0,0%	2 10,0%
Mais de 4 anos	5 26,3%	0 0,0%	5 25,0%
Total	19 100,0%	1 100,0%	20 100,0%

Tabela 99.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1 ano	1	50,0
2 anos	1	50,0
Total	2	100,0

Questão 100: Quantos anos de experiência profissional em Procuradorias?

Tabela 100.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 ano	60 31,9%	13 23,2%	3 37,5%	0 0,0%	76 30,0%
2 anos	45 23,9%	13 23,2%	1 12,5%	0 0,0%	59 23,3%
3 anos	34 18,1%	3 5,4%	3 37,5%	0 0,0%	40 15,8%
De 4 a 5 anos	32 17,0%	12 21,4%	0 0,0%	0 0,0%	44 17,4%
Mais de 5 anos	17 9,0%	15 26,8%	1 12,5%	1 100,0%	34 13,4%
Total	188 100,0%	56 100,0%	8 100,0%	1 100,0%	253 100,0%

*mais de 5 anos = de 6 a 15 anos

Tabela 100.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 ano	5 25,0%	0 0,0%	1 50,0%	6 22,2%
2 anos	5 25,0%	3 60,0%	1 50,0%	9 33,3%
3 anos	3 15,0%	1 20,0%	0 0,0%	4 14,8%
De 4 a 5 anos	4 20,0%	1 20,0%	0 0,0%	5 18,5%
Mais de 5 anos	3 15,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 11,1%
Total	20 100,0%	5 100,0%	2 100,0%	27 100,0%

Tabela 100.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 ano	5 31,3%	0 0,0%	1 25,0%	6 26,1%
2 anos	3 18,8%	0 0,0%	0 0,0%	3 13,0%
3 anos	2 12,5%	1 33,3%	1 25,0%	4 17,4%
De 4 a 5 anos	3 18,8%	0 0,0%	2 50,0%	5 21,7%
Mais de 5 anos	3 18,8%	2 66,7%	0 0,0%	5 21,7%
Total	16 100,0%	3 100,0%	4 100,0%	23 100,0%

Tabela 100.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
2 anos	1	33,3
7 anos	1	33,3
26 anos	1	33,3
Total	3	100,0

Questão 101: quantos anos de experiência profissional como servidor do Poder Judiciário?

Tabela 101.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 a 3 anos	276 35,9%	28 47,5%	11 25,0%	2 33,3%	317 36,1%
4 a 6 anos	241 31,4%	13 22,0%	13 29,5%	1 16,7%	268 30,6%
7 a 9 anos	122 15,9%	8 13,6%	10 22,7%	0 0,0%	140 16,0%
Mais de 10 anos	129 16,8%	10 16,9%	10 22,7%	3 50,0%	152 17,3%
Total	768 100,0%	59 100,0%	44 100,0%	6 100,0%	877 100,0%

*mais de 10 anos = de 11 a 39 anos

Tabela 101.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 a 3 anos	10 18,5%	1 50,0%	3 60,0%	14 23,0%
4 a 6 anos	22 40,7%	1 50,0%	0 0,0%	23 37,7%
7 a 9 anos	8 14,8%	0 0,0%	0 0,0%	8 13,1%
Mais de 10 anos	14 25,9%	0 0,0%	2 40,0%	16 26,2%
Total	54 100,0%	2 100,0%	5 100,0%	61 100,0%

Tabela 101.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 a 3 anos	4 9,5%	2 66,7%	1 9,1%	1 100,0%	8 14,0%
4 a 6 anos	12 28,6%	1 33,3%	3 27,3%	0 0,0%	16 28,1%
7 a 9 anos	5 11,9%	0 0,0%	1 9,1%	0 0,0%	6 10,5%
Mais de 10 anos	21 50,0%	0 0,0%	6 54,5%	0 0,0%	27 47,4%
Total	42 100,0%	3 100,0%	11 100,0%	1 100,0%	57 100,0%

Tabela 101.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1 ano	1	25,0
3 anos	1	25,0
4 anos	1	25,0
14 anos	1	25,0
Total	4	100,0

Questão 102: quantos anos de experiência profissional no Magistério Superior?

Tabela 102.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 a 2 anos	41 35,3%	2 12,5%	0 0,0%	1 50,0%	44 31,0%
De 3 a 6 anos	27 23,3%	10 62,5%	4 50,0%	0 0,0%	41 28,9%
De 7 a 15 anos	32 27,6%	2 12,5%	1 12,5%	0 0,0%	35 24,6%
Mais de 15 anos	16 13,8%	2 12,5%	3 37,5%	1 50,0%	22 15,5%
Total	116 100,0%	16 100,0%	8 100,0%	2 100,0%	142 100,0%

*mais de 15 anos = de 17 a 34 anos

Tabela 102.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 a 2 anos	4 17,4%	1 33,3%	0 0,0%	5 18,5%
De 3 a 6 anos	2 8,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 7,4%
De 7 a 15 anos	6 26,1%	1 33,3%	0 0,0%	7 25,9%
Mais de 15 anos	11 47,8%	1 33,3%	1 100,0%	13 48,1%
Total	23 100,0%	3 100,0%	1 100,0%	27 100,0%

Tabela 102.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 a 2 anos	8 21,6%	0 0,0%	1 16,7%	9 20,0%
De 3 a 6 anos	6 16,2%	1 50,0%	3 50,0%	10 22,2%
De 7 a 15 anos	8 21,6%	0 0,0%	0 0,0%	8 17,8%
Mais de 15 anos	15 40,5%	1 50,0%	2 33,3%	18 40,0%
Total	37 100,0%	2 100,0%	6 100,0%	45 100,0%

Tabela 102.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
3 anos	1	33,3
10 anos	1	33,3
17 anos	1	33,3
Total	3	100,0

Questão 103: quantos anos de experiência profissional na Polícia?

Tabela 103.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Militar	
De 1 a 2 anos	26 29,5%	3 42,9%	0 0,0%	29 29,9%
De 3 a 5 anos	26 29,5%	3 42,9%	0 0,0%	29 29,9%
De 6 a 10 anos	23 26,1%	0 0,0%	0 0,0%	23 23,7%
Mais de 10 anos	13 14,8%	1 14,3%	2 100,0%	16 16,5%
Total	88 100,0%	7 100,0%	2 100,0%	97 100,0%

*mais de 10 anos = de 11 a 18 anos

Tabela 103.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Militar	
De 1 a 2 anos	3 23,1%	0 0,0%	3 18,8%
De 3 a 5 anos	3 23,1%	0 0,0%	3 18,8%
De 6 a 10 anos	4 30,8%	0 0,0%	4 25,0%
Mais de 10 anos	3 23,1%	3 100,0%	6 37,5%
Total	13 100,0%	3 100,0%	16 100,0%

Tabela 103.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	
De 1 a 2 anos	2 11,1%	0 0,0%	2 10,5%
De 3 a 5 anos	5 27,8%	1 100,0%	6 31,6%
De 6 a 10 anos	3 16,7%	0 0,0%	3 15,8%
Mais de 10 anos	8 44,4%	0 0,0%	8 42,1%
Total	18 100,0%	1 100,0%	19 100,0%

Tabela 103.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1 ano	1	100,0

Questão 104: Quantos anos de experiência profissional em outras profissões?

Tabela 104.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 1 ano	69 15,4%	3 15,0%	1 7,1%	0 0,0%	73 15,0%
De 2 a 3 anos	71 15,9%	3 15,0%	1 7,1%	0 0,0%	75 15,4%
De 4 a 7 anos	118 26,4%	6 30,0%	4 28,6%	1 20,0%	129 26,5%
De 8 a 11 anos	77 17,2%	4 20,0%	3 21,4%	1 20,0%	85 17,5%
De 12 a 15 anos	60 13,4%	2 10,0%	3 21,4%	1 20,0%	66 13,6%
Mais de 15 anos	52 11,6%	2 10,0%	2 14,3%	2 40,0%	58 11,9%
Total	447 100,0%	20 100,0%	14 100,0%	5 100,0%	486 100,0%

**mais de 15 anos = de 16 a 39 anos

Tabela 104.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Até 1 ano	6 11,1%	0 0,0%	0 0,0%	6 9,1%
De 2 a 3 anos	8 14,8%	0 0,0%	3 30,0%	11 16,7%
De 4 a 7 anos	21 38,9%	2 100,0%	3 30,0%	26 39,4%
De 8 a 11 anos	9 16,7%	0 0,0%	1 10,0%	10 15,2%
De 12 a 15 anos	6 11,1%	0 0,0%	2 20,0%	8 12,1%
Mais de 15 anos	4 7,4%	0 0,0%	1 10,0%	5 7,6%
Total	54 100,0%	2 100,0%	10 100,0%	66 100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 104: Quantos anos de experiência profissional em outras profissões?

Tabela 104.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 1 ano	4 4,9%	0 0,0%	1 14,3%	1 33,3%	6 6,3%
De 2 a 3 anos	10 12,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	10 10,4%
De 4 a 7 anos	16 19,5%	2 50,0%	1 14,3%	0 0,0%	19 19,8%
De 8 a 11 anos	13 15,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	13 13,5%
De 12 a 15 anos	16 19,5%	0 0,0%	3 42,9%	0 0,0%	19 19,8%
Mais de 15 anos	23 28,0%	2 50,0%	2 28,6%	2 66,7%	29 30,2%
Total	82 100,0%	4 100,0%	7 100,0%	3 100,0%	96 100,0%

Tabela 104.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
3 anos	1	20,0
12 anos	1	20,0
17 anos	1	20,0
45 anos	1	20,0
52 anos	1	20,0
Total	5	100,0

Questão 105: Exerceu a magistratura anteriormente, em outros ramos ou em outros estados da Federação?

Tabela 105.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1846 94,8%	97 64,7%	78 80,4%	9 64,3%	2030 91,9%
Sim, em outro ramo	18 ,9%	6 4,0%	2 2,1%	0 0,0%	26 1,2%
Sim, em outro estado	83 4,3%	39 26,0%	17 17,5%	5 35,7%	144 6,5%
Sim, em outro ramo e em outro estado	1 0,1%	8 5,3%	0 0,0%	0 0,0%	9 0,4%
Total	1948 100,0%	150 100,0%	97 100,0%	14 100,0%	2209 100,0%

Tabela 105.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	222 97,4%	10 83,3%	24 82,8%	4 100,0%	260 95,2%
Sim, em outro ramo	3 1,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,1%
Sim, em outro estado	3 1,3%	1 8,3%	4 13,8%	0 0,0%	8 2,9%
Sim, em outro ramo e em outro estado	0 0,0%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	2 0,7%
Total	228 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	273 100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 105: Exerceu a magistratura anteriormente, em outros ramos ou em outros estados da Federação?

Tabela 105.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	236 95,2%	6 46,2%	35 92,1%	3 50,0%	280 91,8%
Sim, em outro ramo	5 2,0%	4 30,8%	1 2,6%	2 33,3%	12 3,9%
Sim, em outro estado	6 2,4%	2 15,4%	2 5,3%	1 16,7%	11 3,6%
Sim, em outro ramo e em outro estado	1 0,4%	1 7,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,7%
Total	248 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	305 100,0%

Tabela 105.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	14	82,4
Sim, em outro ramo	1	5,9
Sim, em outro estado	1	5,9
Sim, em outro ramo e em outro estado	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 106: Forma de ingresso atual na magistratura

Tabela 106.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Concurso	1946 99,9%	150 100,0%	97 100,0%	13 100,0%	2206 100,0%
Nomeação	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,0%
Total	1947 100,0%	150 100,0%	97 100,0%	13 100,0%	2207 100,0%

Tabela 106.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Concurso	192 84,2%	7 58,3%	24 82,8%	0 0,0%	223 81,7%
Quinto Constitucional	36 15,8%	5 41,7%	5 17,2%	1 25,0%	47 17,2%
Nomeação	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 75,0%	3 1,1%
Total	228 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	273 100,0%

Tabela 106.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Concurso	239 96,8%	12 92,3%	35 92,1%	1 16,7%	287 94,4%
Quinto Constitucional	8 3,2%	1 7,7%	3 7,9%	1 16,7%	13 4,3%
Nomeação	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 66,7%	4 1,3%
Total	247 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	304 100,0%

Tabela 106.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concurso	9	52,9
Quinto Constitucional	4	23,5
Nomeação	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 107: Qual a origem de sua indicação para o quinto constitucional?

Tabela 107.1 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Advocacia	22 61,1%	3 60,0%	4 80,0%	0 0,0%	29 61,7%
Ministério Público	14 38,9%	2 40,0%	1 20,0%	1 100,0%	18 38,3%
Total	36 100,0%	5 100,0%	5 100,0%	1 100,0%	47 100,0%

Tabela 107.2 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Advocacia	5 62,5%	0 0,0%	2 66,7%	0 0,0%	7 53,8%
Ministério Público	3 37,5%	1 100,0%	1 33,3%	1 100,0%	6 46,2%
Total	8 100,0%	1 100,0%	3 100,0%	1 100,0%	13 100,0%

Tabela 107.3 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Advocacia	2	50,0
Ministério Público	2	50,0
Total	4	100,0

Questão 108: Ano de início da atividade na magistratura

Tabela 108.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1970 - 1979	2 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
1980 - 1989	111 5,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 15,4%	113 5,1%
1990 - 1999	694 35,6%	40 26,7%	57 58,8%	3 23,1%	794 36,0%
2000 - 2009	649 33,3%	56 37,3%	33 34,0%	6 46,2%	744 33,7%
2010 - 2018	491 25,2%	54 36,0%	7 7,2%	2 15,4%	554 25,1%
Total	1947 100,0%	150 100,0%	97 100,0%	13 100,0%	2207 100,0%

Tabela 108.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1970 - 1979	7 3,1%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	8 2,9%
1980 - 1989	123 53,9%	2 16,7%	5 17,2%	0 0,0%	130 47,6%
1990 - 1999	63 27,6%	6 50,0%	19 65,5%	0 0,0%	88 32,2%
2000 - 2009	17 7,5%	1 8,3%	1 3,4%	3 75,0%	22 8,1%
2010 - 2018	18 7,9%	3 25,0%	3 10,3%	1 25,0%	25 9,2%
Total	228 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	273 100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 108: Ano de início da atividade na magistratura

Tabela 108.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1956 - 1969	19	1	2	2	24
	7,7%	7,7%	5,3%	33,3%	7,9%
1970 - 1979	52	1	2	1	56
	21,1%	7,7%	5,3%	16,7%	18,4%
1980 - 1989	111	7	17	2	137
	44,9%	53,8%	44,7%	33,3%	45,1%
1990 - 1999	55	3	17	1	76
	22,3%	23,1%	44,7%	16,7%	25,0%
2000 - 2009	9	1	0	0	10
	3,6%	7,7%	0,0%	0,0%	3,3%
2010 - 2018	1	0	0	0	1
	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Total	247	13	38	6	304
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 108.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1970 - 1979	2	11,8
1980 - 1989	6	35,3
1990 - 1999	6	35,3
2000 - 2009	1	5,9
2010 - 2018	2	11,8
Total	17	100,0

Questão 109: Ano do concurso

Tabela 109.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1970 - 1979	2 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
1980 - 1989	150 7,7%	1 ,7%	0 0,0%	3 23,1%	154 7,0%
1990 - 1999	700 36,1%	46 30,9%	58 60,4%	4 30,8%	808 36,7%
2000 - 2009	682 35,1%	50 33,6%	32 33,3%	4 30,8%	768 34,9%
2010 - 2017	407 21,0%	52 34,9%	6 6,3%	2 15,4%	467 21,2%
Total	1941 100,0%	149 100,0%	96 100,0%	13 100,0%	2199 100,0%

Tabela 109.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1970 - 1979	8 4,2%	0 0,0%	1 4,2%	9 4,1%
1980 - 1989	133 69,6%	2 28,6%	9 37,5%	144 64,9%
1990 - 1999	50 26,2%	5 71,4%	14 58,3%	69 31,1%
Total	191 100,0%	7 100,0%	24 100,0%	222 100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 109: Ano do concurso

Tabela 109.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1960 - 1969	22 9,2%	1 8,3%	2 5,9%	0 0,0%	25 8,8%
1970 - 1979	52 21,8%	1 8,3%	3 8,8%	1 100,0%	57 20,0%
1980 - 1989	113 47,5%	7 58,3%	18 52,9%	0 0,0%	138 48,4%
1990 - 1999	46 19,3%	2 16,7%	11 32,4%	0 0,0%	59 20,7%
2000 - 2009	4 1,7%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,8%
2010 - 2017	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	238 100,0%	12 100,0%	34 100,0%	1 100,0%	285 100,0%

Tabela 109.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1970 - 1979	2	22,2
1980 - 1989	5	55,6
1990 - 1999	2	22,2
Total	9	100,0

Questão 110: No concurso para a magistratura, foi aprovado(a) para vagas destinadas às pessoas com deficiência?

Tabela 110.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1916 98,7%	147 98,7%	95 99,0%	13 100,0%	2171 98,7%
Sim	25 1,3%	2 1,3%	1 1,0%	0 0,0%	28 1,3%
Total	1941 100,0%	149 100,0%	96 100,0%	13 100,0%	2199 100,0%

Tabela 110.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Não	189 99,0%	7 100,0%	24 100,0%	220 99,1%
Sim	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,9%
Total	191 100,0%	7 100,0%	24 100,0%	222 100,0%

Tabela 110.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	237 99,6%	12 100,0%	34 100,0%	1 100,0%	284 99,6%
Sim	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	238 100,0%	12 100,0%	34 100,0%	1 100,0%	285 100,0%

Tabela 110.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	9	100,0

Questão 111: No concurso para a magistratura, foi aprovado(a) para vagas destinadas às pessoas negras?

Tabela 111.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1929	148	95	13	2185
	99,4%	99,3%	99,0%	100,0%	99,4%
Sim	12	1	1	0	14
	0,6%	0,7%	1,0%	0,0%	0,6%
Total	1941	149	96	13	2199
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 111.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Não	188	7	24	219
	98,4%	100,0%	100,0%	98,6%
Sim	3	0	0	3
	1,6%	0,0%	0,0%	1,4%
Total	191	7	24	222
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 111.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	236	12	34	1	283
	99,2%	100,0%	100,0%	100,0%	99,3%
Sim	2	0	0	0	2
	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Total	238	12	34	1	285
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 111.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	9	100,0

Questão 112: Frequentou o curso preparatório da Escola de Magistratura para realizar o concurso?

Tabela 112.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1171 44,7%	122 58,9%	70 51,5%	12 80,0%	1375 46,2%
Sim	770 29,4%	27 13,0%	26 19,1%	1 6,7%	824 27,7%
Não respondeu	676 25,8%	58 28,0%	40 29,4%	2 13,3%	776 26,1%
Total	2617 100,0%	207 100,0%	136 100,0%	15 100,0%	2975 100,0%

Tabela 112.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	127 40,1%	5 31,3%	19 50,0%	0 0,0%	151 39,9%
Sim	64 20,2%	2 12,5%	5 13,2%	0 0,0%	71 18,8%
Não respondeu	126 39,7%	9 56,3%	14 36,8%	7 100,0%	156 41,3%
Total	317 100,0%	16 100,0%	38 100,0%	7 100,0%	378 100,0%

Tabela 112.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	195 54,8%	11 61,1%	31 64,6%	1 12,5%	238 55,3%
Sim	43 12,1%	1 5,6%	3 6,3%	0 0,0%	47 10,9%
Não respondeu	118 33,1%	6 33,3%	14 29,2%	7 87,5%	145 33,7%
Total	356 100,0%	18 100,0%	48 100,0%	8 100,0%	430 100,0%

Tabela 112.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	4	18,2
Não	5	22,8
Não respondeu	13	59,0
Total	22	100,0

Questão 113: Frequentou outros cursos preparatórios?

Tabela 113.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	720 37,1%	56 37,6%	42 43,8%	8 61,5%	826 37,6%
Sim	1221 62,9%	93 62,4%	54 56,3%	5 38,5%	1373 62,4%
Total	1941 100,0%	149 100,0%	96 100,0%	13 100,0%	2199 100,0%

Tabela 113.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Não	125 65,4%	6 85,7%	13 54,2%	144 64,9%
Sim	66 34,6%	1 14,3%	11 45,8%	78 35,1%
Total	191 100,0%	7 100,0%	24 100,0%	222 100,0%

Tabela 113.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	182 76,5%	9 75,0%	23 67,6%	1 100,0%	215 75,4%
Sim	56 23,5%	3 25,0%	11 32,4%	0 0,0%	70 24,6%
Total	238 100,0%	12 100,0%	34 100,0%	1 100,0%	285 100,0%

Tabela 113.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	7	77,8
Sim	2	22,2
Total	9	100,0

Questão 114: Para boa seleção de magistrados (as), as escolas de magistratura devem exigir cursos prévios ao concurso, com frequência obrigatória

Tabela 114.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	731 37,8%	77 52,4%	34 35,8%	5 38,5%	847 38,7%
Discorda pouco	278 14,4%	27 18,4%	9 9,5%	4 30,8%	318 14,5%
Concorda pouco	528 27,3%	27 18,4%	26 27,4%	3 23,1%	584 26,7%
Concorda muito	399 20,6%	16 10,9%	26 27,4%	1 7,7%	442 20,2%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 114.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	44 19,5%	3 25,0%	2 6,9%	0 0,0%	49 18,1%
Discorda pouco	31 13,7%	1 8,3%	8 27,6%	1 25,0%	41 15,1%
Concorda pouco	76 33,6%	5 41,7%	10 34,5%	2 50,0%	93 34,3%
Concorda muito	75 33,2%	3 25,0%	9 31,0%	1 25,0%	88 32,5%
Total	226 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	271 100,0%

Tabela 114.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	60 24,4%	5 38,5%	19 54,3%	0 0,0%	84 28,0%
Discorda pouco	30 12,2%	0 0,0%	3 8,6%	1 16,7%	34 11,3%
Concorda pouco	82 33,3%	5 38,5%	8 22,9%	3 50,0%	98 32,7%
Concorda muito	74 30,1%	3 23,1%	5 14,3%	2 33,3%	84 28,0%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 114.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	4	23,5
Discorda pouco	2	11,8
Concorda pouco	3	17,6
Concorda muito	8	47,1
Total	17	100,0

Questão 115: Os cursos de formação continuada são importantes e devem exigir frequência obrigatória

Tabela 115.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	130 6,7%	10 6,8%	7 7,4%	0 0,0%	147 6,7%
Discorda pouco	200 10,3%	21 14,3%	12 12,6%	1 7,7%	234 10,7%
Concorda pouco	614 31,7%	53 36,1%	34 35,8%	3 23,1%	704 32,1%
Concorda muito	992 51,2%	63 42,9%	42 44,2%	9 69,2%	1106 50,5%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 115.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	16 7,1%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	20 7,4%
Discorda pouco	11 4,9%	1 8,3%	1 3,4%	1 25,0%	14 5,2%
Concorda pouco	67 29,6%	4 33,3%	8 27,6%	2 50,0%	81 29,9%
Concorda muito	132 58,4%	6 50,0%	17 58,6%	1 25,0%	156 57,6%
Total	226 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	271 100,0%

Tabela 115.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	16 6,5%	1 7,7%	9 25,7%	0 0,0%	26 8,7%
Discorda pouco	25 10,2%	0 0,0%	4 11,4%	0 0,0%	29 9,7%
Concorda pouco	83 33,7%	5 38,5%	9 25,7%	2 33,3%	99 33,0%
Concorda muito	122 49,6%	7 53,8%	13 37,1%	4 66,7%	146 48,7%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 115.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda pouco	2	11,8
Concorda pouco	3	17,6
Concorda muito	12	70,6
Total	17	100,0

Questão 116: Os cursos de formação continuada oferecidos atualmente por sua escola são satisfatórios

Tabela 116.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	222 11,5%	38 25,9%	10 10,5%	3 23,1%	273 12,5%
Discorda pouco	281 14,5%	41 27,9%	14 14,7%	3 23,1%	339 15,5%
Concorda pouco	820 42,4%	47 32,0%	37 38,9%	5 38,5%	909 41,5%
Concorda muito	613 31,7%	21 14,3%	34 35,8%	2 15,4%	670 30,6%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 116.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	22 9,7%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	24 8,9%
Discorda pouco	19 8,4%	1 8,3%	5 17,2%	0 0,0%	25 9,2%
Concorda pouco	89 39,4%	4 33,3%	16 55,2%	3 75,0%	112 41,3%
Concorda muito	96 42,5%	6 50,0%	7 24,1%	1 25,0%	110 40,6%
Total	226 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	271 100,0%

Tabela 116.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	17 6,9%	1 7,7%	4 11,4%	0 0,0%	22 7,3%
Discorda pouco	34 13,8%	3 23,1%	6 17,1%	0 0,0%	43 14,3%
Concorda pouco	125 50,8%	4 30,8%	14 40,0%	2 33,3%	145 48,3%
Concorda muito	70 28,5%	5 38,5%	11 31,4%	4 66,7%	90 30,0%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 116.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	3	17,6
Discorda pouco	2	11,8
Concorda pouco	8	47,1
Concorda muito	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 117: Os cursos de formação continuada oferecidos pela ENFAM são satisfatórios

Tabela 117.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	170 8,8%	29 19,7%	9 9,5%	1 7,7%	209 9,5%
Discorda pouco	301 15,5%	41 27,9%	21 22,1%	2 15,4%	365 16,7%
Concorda pouco	880 45,5%	52 35,4%	48 50,5%	7 53,8%	987 45,0%
Concorda muito	585 30,2%	25 17,0%	17 17,9%	3 23,1%	630 28,8%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 117.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	23 10,2%	0 0,0%	4 13,8%	0 0,0%	27 10,0%
Discorda pouco	27 11,9%	4 33,3%	6 20,7%	0 0,0%	37 13,7%
Concorda pouco	101 44,7%	4 33,3%	15 51,7%	3 75,0%	123 45,4%
Concorda muito	75 33,2%	4 33,3%	4 13,8%	1 25,0%	84 31,0%
Total	226 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	271 100,0%

Tabela 117.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	15 6,1%	0 0,0%	6 17,1%	0 0,0%	21 7,0%
Discorda pouco	36 14,6%	2 15,4%	5 14,3%	0 0,0%	43 14,3%
Concorda pouco	130 52,8%	7 53,8%	18 51,4%	3 50,0%	158 52,7%
Concorda muito	65 26,4%	4 30,8%	6 17,1%	3 50,0%	78 26,0%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 117.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	2	11,8
Discorda pouco	1	5,9
Concorda pouco	9	52,9
Concorda muito	5	29,4
Total	17	100,0

Questão 118: Na sua opinião, um bom magistrado/uma boa magistrada é, sobretudo, o (a) que

Tabela 118.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Presta um serviço jurisdicional célere	1643 28,5%	118 26,9%	75 26,9%	12 30,8%	1848
Profere decisões bem fundamentadas	1383 24,0%	119 27,2%	73 26,2%	12 30,8%	1587
Valoriza a justiça social	536 9,3%	32 7,3%	41 14,7%	4 10,3%	613
Trabalha pela harmonia social, fazendo uso de métodos alternativos de solução de conflitos	692 12,0%	36 8,2%	42 15,1%	2 5,1%	772
Atua objetivando a segurança jurídica	1097 19,1%	94 21,5%	44 15,8%	8 20,5%	1243
Respeita os precedentes dos Tribunais Superiores	406 7,1%	39 8,9%	4 1,4%	1 2,6%	450
Total	5757	438	279	39	6513

Tabela 118.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Presta um serviço jurisdicional célere	188 28,2%	12 33,3%	21 24,1%	3 25,0%	224
Profere decisões bem fundamentadas	183 27,5%	8 22,2%	23 26,4%	3 25,0%	217
Valoriza a justiça social	46 6,9%	3 8,3%	11 12,6%	1 8,3%	61
Trabalha pela harmonia social, fazendo uso de métodos alternativos de solução de conflitos	45 6,8%	1 2,8%	11 12,6%	0 0,0%	57
Atua objetivando a segurança jurídica	132 19,8%	10 27,8%	13 14,9%	4 33,3%	159
Respeita os precedentes dos Tribunais Superiores	72 10,8%	2 5,6%	8 9,2%	1 8,3%	83
Total	666	36	87	12	801

CONTINUAÇÃO - Questão 118: Na sua opinião, um bom magistrado/uma boa magistrada é, sobretudo, o (a) que

Tabela 118.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Presta um serviço jurisdicional célere	196 27,7%	8 22,2%	25 25,3%	3 20,0%	232
Profere decisões bem fundamentadas	192 27,1%	9 25,0%	29 29,3%	5 33,3%	235
Valoriza a justiça social	63 8,9%	2 5,6%	12 12,1%	0 0,0%	77
Trabalha pela harmonia social, fazendo uso de métodos alternativos de solução de conflitos	86 12,1%	3 8,3%	11 11,1%	0 0,0%	100
Atua objetivando a segurança jurídica	124 17,5%	7 19,4%	16 16,2%	4 26,7%	151
Respeita os precedentes dos Tribunais Superiores	47 6,6%	7 19,4%	6 6,1%	3 20,0%	63
Total	708	36	99	15	858

Tabela 118.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Presta um serviço jurisdicional célere	10	20,8
Profere decisões bem fundamentadas	12	25,0
Valoriza a justiça social	2	4,2
Trabalha pela harmonia social, fazendo uso de métodos alternativos de solução de conflitos	5	10,4
Atua objetivando a segurança jurídica	10	20,8
Respeita os precedentes dos Tribunais Superiores	9	18,8
Total	48	100,0

Questão 119: Já se sentiu discriminado(a) no ambiente de trabalho em razão da raça?

Tabela 119.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1894 97,8%	144 98,0%	87 91,6%	13 100,0%	2138 97,6%
Sim	42 2,2%	3 2,0%	8 8,4%	0 0,0%	53 2,4%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 119.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	224 99,1%	12 100,0%	28 96,6%	4 100,0%	268 98,9%
Sim	2 0,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,1%
Total	226 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	271 100,0%

Tabela 119.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	242 98,4%	13 100,0%	34 97,1%	5 83,3%	294 98,0%
Sim	4 1,6%	0 0,0%	1 2,9%	1 16,7%	6 2,0%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 119.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	1	5,9
Não	16	94,1
Total	17	100,0

Questão 120: A discriminação, em razão de raça, foi realizada:

Tabela 120.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	23 29,5%	2 13,3%	5 35,7%	30
Por servidores(as) públicos(as)	9 11,5%	2 13,3%	2 14,3%	13
Por advogados(as)	21 26,9%	2 13,3%	5 35,7%	28
Por procuradores(as)	0 0,0%	2 13,3%	0 0,0%	2
Por defensores(as)	0 0,0%	2 13,3%	0 0,0%	2
Por membros do Ministério Público	4 5,1%	2 13,3%	0 0,0%	6
Por jurisdicionados(as)	21 26,9%	3 20,0%	2 14,3%	26
Total	78	15	14	107

Tabela 120.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	1 25,0%	1 50,0%	2
Por advogados(as)	0 0,0%	1 50,0%	1
Por membros do Ministério Público	1 25,0%	0 0,0%	1
Por jurisdicionados(as)	2 50,0%	0 0,0%	2
Total	4	2	6

Tabela 120.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Por magistrados(as)	2 16,7%	1 20,0%	1 14,3%	4
Por servidores(as) públicos(as)	2 16,7%	1 20,0%	1 14,3%	4
Por advogados(as)	4 33,3%	1 20,0%	1 14,3%	6
Por procuradores(as)	1 8,3%	1 20,0%	1 14,3%	3
Por defensores(as)	0 0,0%	0 0,0%	1 14,3%	1
Por membros do Ministério Público	1 8,3%	1 20,0%	1 14,3%	3
Por jurisdicionados(as)	2 16,7%	0 0,0%	1 14,3%	3
Total	12	5	7	24

Tabela 120.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Por advogados(as)	1	100,0

Questão 121: Você já se sentiu discriminado(a) no ambiente de trabalho em razão de gênero?

Tabela 121.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1600 82,6%	121 82,3%	84 88,4%	13 100,0%	1818 83,0%
Sim	336 17,4%	26 17,7%	11 11,6%	0 0,0%	373 17,0%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 121.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	214 94,7%	11 91,7%	24 82,8%	4 100,0%	253 93,4%
Sim	12 5,3%	1 8,3%	5 17,2%	0 0,0%	18 6,6%
Total	226 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	271 100,0%

Tabela 121.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	240 97,6%	11 84,6%	33 94,3%	6 100,0%	290 96,7%
Sim	6 2,4%	2 15,4%	2 5,7%	0 0,0%	10 3,3%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 121.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	2	11,8
Não	15	88,2
Total	17	100,0

Questão 122: A discriminação em razão de gênero foi realizada:

Tabela 122.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	219 27,0%	18 25,0%	9 29,0%	246
Por servidores(as) públicos(as)	88 10,9%	10 13,9%	6 19,4%	104
Por advogados(as)	236 29,1%	18 25,0%	9 29,0%	263
Por procuradores(as)	13 1,6%	5 6,9%	1 3,2%	19
Por defensores(as)	20 2,5%	3 4,2%	0 0,0%	23
Por membros do Ministério Público	60 7,4%	4 5,6%	0 0,0%	64
Por jurisdicionados(as)	174 21,5%	14 19,4%	6 19,4%	194
Total	810	72	31	913

Tabela 122.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	9 40,9%	1 50,0%	4 36,4%	14
Por servidores(as) públicos(as)	2 9,1%	0 0,0%	2 18,2%	4
Por advogados(as)	6 27,3%	0 0,0%	3 27,3%	9
Por membros do Ministério Público	1 4,5%	1 50,0%	0 0,0%	2
Por jurisdicionados(as)	4 18,2%	0 0,0%	2 18,2%	6
Total	22	2	11	35

Tabela 122.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVO

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	5 45,5%	2 66,7%	1 20,0%	8
Por servidores(as) públicos(as)	2 18,2%	0 0,0%	1 20,0%	3
Por advogados(as)	2 18,2%	0 0,0%	2 40,0%	4
Por membros do Ministério Público	1 9,1%	1 33,3%	0 0,0%	2
Por jurisdicionados(as)	1 9,1%	0 0,0%	1 20,0%	2
Total	11	3	5	19

Tabela 122.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Por magistrados(as)	1	50,0
Por advogados(as)	1	50,0
Total	2	100,0

Questão 123: Já se sentiu discriminado(a) no ambiente de trabalho em razão de orientação sexual?

Tabela 123.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1917	142	92	13	2163
	99,0%	96,6%	96,8%	100,0%	98,8%
Sim	19	5	3	0	27
	1,0%	3,4%	3,2%	0,0%	1,2%
Total	1936	147	95	13	2191
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 123.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	224	12	27	4	267
	99,1%	100,0%	93,1%	100,0%	98,5%
Sim	2	0	2	0	4
	0,9%	0,0%	6,9%	0,0%	1,5%
Total	226	12	29	4	271
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 123.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	246	13	35	6	300
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	246	13	35	6	300
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 123.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	17	100,0

Questão 124: A discriminação em razão de orientação sexual foi realizada:

Tabela 124.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	16 45,7%	5 45,5%	2 25,0%	23
Por servidores(as) públicos(as)	3 8,6%	1 9,1%	1 12,5%	5
Por advogados(as)	8 22,9%	1 9,1%	2 25,0%	11
Por procuradores(as)	0 0,0%	1 9,1%	1 12,5%	2
Por defensores(as)	0 0,0%	1 9,1%	0 0,0%	1
Por membros do Ministério Público	2 5,7%	1 9,1%	1 12,5%	4
Por jurisdicionados(as)	6 17,1%	1 9,1%	1 12,5%	8
Total	35	11	8	54

Tabela 124.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça		Total
	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	
Por magistrados(as)	1 25,0%	2 50,0%	3
Por servidores(as) públicos(as)	0 0,0%	2 50,0%	2
Por advogados(as)	1 25,0%	0 0,0%	1
Por defensores(as)	1 25,0%	0 0,0%	1
Por membros do Ministério Público	1 25,0%	0 0,0%	1
Total	4	4	8

Questão 125: Candidatou-se anteriormente à magistratura

Tabela 125.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	781 40,3%	51 34,7%	28 29,5%	8 61,5%	868 39,6%
Sim, uma vez	386 19,9%	26 17,7%	13 13,7%	1 7,7%	426 19,4%
Sim, duas vezes	284 14,7%	25 17,0%	4 4,2%	3 23,1%	316 14,4%
Sim, três vezes ou mais	485 25,1%	45 30,6%	50 52,6%	1 7,7%	581 26,5%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 125.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	151 67,1%	9 75,0%	14 48,3%	3 75,0%	177 65,6%
Sim, uma vez	44 19,6%	3 25,0%	8 27,6%	1 25,0%	56 20,7%
Sim, duas vezes	16 7,1%	0 0,0%	3 10,3%	0 0,0%	19 7,0%
Sim, três vezes ou mais	14 6,2%	0 0,0%	4 13,8%	0 0,0%	18 6,7%
Total	225 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	270 100,0%

Tabela 125.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	167 67,9%	9 69,2%	21 60,0%	4 66,7%	201 67,0%
Sim, uma vez	49 19,9%	2 15,4%	6 17,1%	2 33,3%	59 19,7%
Sim, duas vezes	21 8,5%	2 15,4%	4 11,4%	0 0,0%	27 9,0%
Sim, três vezes ou mais	9 3,7%	0 0,0%	4 11,4%	0 0,0%	13 4,3%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 125.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	12	70,6
Sim, uma vez	3	17,6
Sim, duas vezes	2	11,8
Total	17	100,0

Questão 126: Candidatou-se anteriormente ao Ministério Público?

Tabela 126.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	743 38,4%	55 37,4%	58 61,1%	6 46,2%	862 39,3%
Sim, uma vez	694 35,8%	52 35,4%	24 25,3%	2 15,4%	772 35,2%
Sim, duas vezes	271 14,0%	18 12,2%	7 7,4%	2 15,4%	298 13,6%
Sim, três vezes ou mais	228 11,8%	22 15,0%	6 6,3%	3 23,1%	259 11,8%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 126.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	142 63,1%	7 58,3%	25 86,2%	3 75,0%	177 65,6%
Sim, uma vez	71 31,6%	5 41,7%	3 10,3%	1 25,0%	80 29,6%
Sim, duas vezes	10 4,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	11 4,1%
Sim, três vezes ou mais	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,7%
Total	225 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	270 100,0%

Tabela 126.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	148 60,2%	7 53,8%	25 71,4%	5 83,3%	185 61,7%
Sim, uma vez	74 30,1%	5 38,5%	8 22,9%	1 16,7%	88 29,3%
Sim, duas vezes	19 7,7%	1 7,7%	2 5,7%	0 0,0%	22 7,3%
Sim, três vezes ou mais	5 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,7%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 126.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	11	64,7
Sim, uma vez	6	35,3
Total	17	100,0

Questão 127: Candidatou-se anteriormente à outras carreiras jurídicas públicas?

Tabela 127.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	777 40,1%	40 27,2%	54 56,8%	4 30,8%	875 39,9%
Sim, uma vez	465 24,0%	26 17,7%	24 25,3%	5 38,5%	520 23,7%
Sim, duas vezes	270 13,9%	30 20,4%	7 7,4%	2 15,4%	309 14,1%
Sim, três vezes ou mais	424 21,9%	51 34,7%	10 10,5%	2 15,4%	487 22,2%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 127.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	140 62,2%	7 58,3%	16 55,2%	4 100,0%	167 61,9%
Sim, uma vez	61 27,1%	5 41,7%	8 27,6%	0 0,0%	74 27,4%
Sim, duas vezes	17 7,6%	0 0,0%	5 17,2%	0 0,0%	22 8,1%
Sim, três vezes ou mais	7 3,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,6%
Total	225 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	270 100,0%

Tabela 127.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	168 68,3%	6 46,2%	23 65,7%	4 66,7%	201 67,0%
Sim, uma vez	61 24,8%	4 30,8%	7 20,0%	2 33,3%	74 24,7%
Sim, duas vezes	10 4,1%	2 15,4%	3 8,6%	0 0,0%	15 5,0%
Sim, três vezes ou mais	7 2,8%	1 7,7%	2 5,7%	0 0,0%	10 3,3%
Total	246 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	300 100,0%

Tabela 127.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	13	76,5
Sim, uma vez	3	17,6
Sim, duas vezes	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 128: Permanece no cargo inicial da carreira (aquele no qual ocorreu o ingresso)

Tabela 128.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1076 55,6%	74 50,3%	64 67,4%	7 53,8%	1221 55,7%
Sim	860 44,4%	73 49,7%	31 32,6%	6 46,2%	970 44,3%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 128.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	162 72,3%	6 50,0%	21 72,4%	0 0,0%	189 70,3%
Sim	62 27,7%	6 50,0%	8 27,6%	4 100,0%	80 29,7%
Total	224 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	269 100,0%

Tabela 128.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	202 82,4%	11 84,6%	31 88,6%	3 50,0%	247 82,6%
Sim	43 17,6%	2 15,4%	4 11,4%	3 50,0%	52 17,4%
Total	245 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	299 100,0%

Tabela 128.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	11	64,7
Sim	6	35,3
Total	17	100,0

Questão 129: Por quantos anos permaneceu no cargo inicial da carreira?

Tabela 129.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 ano	374 34,7%	6 8,1%	8 12,5%	0 0,0%	388 31,7%
2 anos	266 24,7%	16 21,6%	4 6,3%	1 14,3%	287 23,5%
3 anos	147 13,6%	5 6,8%	1 1,6%	0 0,0%	153 12,5%
De 4 a 5 anos	142 13,2%	14 18,9%	5 7,8%	1 14,3%	162 13,2%
De 6 a 10 anos	121 11,2%	30 40,5%	30 46,9%	4 57,1%	185 15,1%
Mais de 10 anos	28 2,6%	3 4,1%	16 25,0%	1 14,3%	48 3,9%
Total	1078 100,0%	74 100,0%	64 100,0%	7 100,0%	1223 100,0%

Tabela 129.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
1 ano	42 25,9%	2 33,3%	2 9,5%	46 24,3%
De 2 a 10 anos	67 41,4%	3 50,0%	11 52,4%	81 42,9%
De 11 a 20 anos	27 16,7%	1 16,7%	4 19,0%	32 16,9%
Mais de 20 anos	26 16,0%	0 0,0%	4 19,0%	30 15,9%
Total	162 100,0%	6 100,0%	21 100,0%	189 100,0%

Tabela 129.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1 ano	45 22,1%	1 9,1%	1 3,2%	0 0,0%	47 18,8%
2 anos	57 27,9%	0 0,0%	4 12,9%	1 25,0%	62 24,8%
De 3 a 4 anos	32 15,7%	2 18,2%	8 25,8%	2 50,0%	44 17,6%
De 5 a 10 anos	30 14,7%	5 45,5%	9 29,0%	0 0,0%	44 17,6%
Mais de 10 anos	40 19,6%	3 27,3%	9 29,0%	1 25,0%	53 21,2%
Total	204 100,0%	11 100,0%	31 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 129.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1 ano	2	18,2
2 anos	1	9,1
3 anos	1	9,1
4 anos	1	9,1
5 anos	1	9,1
6 anos	1	9,1
12 anos	1	9,1
13 anos	1	9,1
33 anos	1	9,1
45 anos	1	9,1
Total	11	100,0

Questão 130: Quantos anos permaneceu como magistrado(a) de Primeiro Grau?

Tabela 130.1 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
De 1 a 14 anos	24 12,7%	2 28,6%	3 12,5%	29 13,2%
De 15 a 20 anos	58 30,7%	3 42,9%	7 29,2%	68 30,9%
De 21 a 25 anos	66 34,9%	2 28,6%	14 58,3%	82 37,3%
Mais de 25 anos	41 21,7%	0 0,0%	0 0,0%	41 18,6%
Total	189 100,0%	7 100,0%	24 100,0%	220 100,0%

Tabela 130.2 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Até 10 anos	11 15,3%	3 60,0%	0 0,0%	14 17,1%
De 11 a 15 anos	16 22,2%	1 20,0%	2 40,0%	19 23,2%
De 16 a 20 anos	30 41,7%	0 0,0%	1 20,0%	31 37,8%
Mais de 20 anos	15 20,8%	1 20,0%	2 40,0%	18 22,0%
Total	72 100,0%	5 100,0%	5 100,0%	82 100,0%

Tabela 130.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
1 anos	1	11,1
5 anos	1	11,1
11 anos	1	11,1
12 anos	1	11,1
13 anos	1	11,1
14 anos	1	11,1
20 anos	2	22,2
22 anos	1	11,1
Total	9	100,0

Questão 131: Exerce ou exerceu atividade docente em universidade após a entrada na magistratura?

Tabela 131.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1400 72,3%	91 61,9%	50 52,6%	9 69,2%	1550 70,7%
Sim	536 27,7%	56 38,1%	45 47,4%	4 30,8%	641 29,3%
Total	1936 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2191 100,0%

Tabela 131.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	110 49,1%	6 50,0%	13 44,8%	4 100,0%	133 49,4%
Sim	114 50,9%	6 50,0%	16 55,2%	0 0,0%	136 50,6%
Total	224 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	269 100,0%

Tabela 131.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	121 49,8%	5 38,5%	23 65,7%	5 83,3%	154 51,9%
Sim	122 50,2%	8 61,5%	12 34,3%	1 16,7%	143 48,1%
Total	243 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	297 100,0%

Tabela 131.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	8	47,1
Sim	9	52,9
Total	17	100,0

Questão 132: Por quantos anos tem exercido a atividade docente em universidade?

Tabela 132.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até um ano	136 25,3%	15 26,8%	13 28,9%	1 25,0%	165 25,7%
De 2 a 4 anos	155 28,9%	12 21,4%	8 17,8%	2 50,0%	177 27,6%
De 5 a 10 anos	126 23,5%	13 23,2%	8 17,8%	1 25,0%	148 23,1%
Mais de 10 anos	120 22,3%	16 28,6%	16 35,6%	0 0,0%	152 23,7%
Total	537 100,0%	56 100,0%	45 100,0%	4 100,0%	642 100,0%

Tabela 132.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Até 5 anos	45 39,5%	2 33,3%	2 12,5%	49 36,0%
De 6 a 10 anos	16 14,0%	0 0,0%	5 31,3%	21 15,4%
De 11 a 20 anos	26 22,8%	2 33,3%	3 18,8%	31 22,8%
Mais de 20 anos	27 23,7%	2 33,3%	6 37,5%	35 25,7%
Total	114 100,0%	6 100,0%	16 100,0%	136 100,0%

Tabela 132.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 1 ano	14 11,5%	1 12,5%	1 8,3%	1 100,0%	17 11,9%
De 2 a 5 anos	42 34,4%	3 37,5%	6 50,0%	0 0,0%	51 35,7%
De 6 a 10 anos	11 9,0%	2 25,0%	2 16,7%	0 0,0%	15 10,5%
De 11 a 20 anos	28 23,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	28 19,6%
Mais de 20 anos	27 22,1%	2 25,0%	3 25,0%	0 0,0%	32 22,4%
Total	122 100,0%	8 100,0%	12 100,0%	1 100,0%	143 100,0%

Tabela 132.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
0 ano	1	11,1
2 anos	1	11,1
5 anos	1	11,1
8 anos	1	11,1
15 anos	1	11,1
20 anos	1	11,1
21 anos	1	11,1
28 anos	1	11,1
33 anos	1	11,1
Total	9	100,0

Questão 133: Publicou algum trabalho em revistas especializadas nacionais?

Tabela 133.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1358	57	49	8	1472
	70,2%	38,8%	51,6%	61,5%	67,2%
Sim, um artigo	232	20	15	2	269
	12,0%	13,6%	15,8%	15,4%	12,3%
Sim, dois artigos	101	19	3	0	123
	5,2%	12,9%	3,2%	0,0%	5,6%
Sim, três ou quatro artigos	127	25	11	2	165
	6,6%	17,0%	11,6%	15,4%	7,5%
Sim, cinco ou mais artigos	116	26	17	1	160
	6,0%	17,7%	17,9%	7,7%	7,3%
Total	1934	147	95	13	2189
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 133.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	117	2	8	0	127
	52,2%	16,7%	27,6%	0,0%	47,2%
Sim, um artigo	19	1	3	0	23
	8,5%	8,3%	10,3%	0,0%	8,6%
Sim, dois artigos	16	1	1	1	19
	7,1%	8,3%	3,4%	25,0%	7,1%
Sim, três ou quatro artigos	24	2	5	2	33
	10,7%	16,7%	17,2%	50,0%	12,3%
Sim, cinco ou mais artigos	48	6	12	1	67
	21,4%	50,0%	41,4%	25,0%	24,9%
Total	224	12	29	4	269
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 133.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	149 61,3%	4 30,8%	24 68,6%	1 16,7%	178 59,9%
Sim, um artigo	27 11,1%	1 7,7%	1 2,9%	0 0,0%	29 9,8%
Sim, dois artigos	14 5,8%	1 7,7%	0 0,0%	1 16,7%	16 5,4%
Sim, três ou quatro artigos	20 8,2%	5 38,5%	5 14,3%	3 50,0%	33 11,1%
Sim, cinco ou mais artigos	33 13,6%	2 15,4%	5 14,3%	1 16,7%	41 13,8%
Total	243 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	297 100,0%

Tabela 133.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	2	11,8
Sim, um artigo	2	11,8
Sim, dois artigos	2	11,8
Sim, três ou quatro artigos	2	11,8
Sim, cinco ou mais artigos	9	52,9
Total	17	100,0

Questão 134: Publicou algum trabalho em revistas especializadas estrangeiras?

Tabela 134.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1872	136	88	12	2108
	96,8%	92,5%	92,6%	92,3%	96,3%
Sim, um artigo	30	7	2	1	40
	1,6%	4,8%	2,1%	7,7%	1,8%
Sim, dois artigos	19	3	1	0	23
	1,0%	2,0%	1,1%	0,0%	1,1%
Sim, três ou quatro artigos	7	0	3	0	10
	0,4%	0,0%	3,2%	0,0%	0,5%
Sim, cinco ou mais artigos	6	1	1	0	8
	0,3%	0,7%	1,1%	0,0%	0,4%
Total	1934	147	95	13	2189
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 134.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	207	8	24	3	242
	92,4%	66,7%	82,8%	75,0%	90,0%
Sim, um artigo	9	3	3	0	15
	4,0%	25,0%	10,3%	0,0%	5,6%
Sim, dois artigos	2	1	1	1	5
	0,9%	8,3%	3,4%	25,0%	1,9%
Sim, três ou quatro artigos	3	0	1	0	4
	1,3%	0,0%	3,4%	0,0%	1,5%
Sim, cinco ou mais artigos	3	0	0	0	3
	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Total	224	12	29	4	269
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 134.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	227 93,4%	11 84,6%	33 94,3%	6 100,0%	277 93,3%
Sim, um artigo	6 2,5%	1 7,7%	2 5,7%	0 0,0%	9 3,0%
Sim, dois artigos	4 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,3%
Sim, três ou quatro artigos	2 0,8%	1 7,7%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,0%
Sim, cinco ou mais artigos	4 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,3%
Total	243 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	297 100,0%

Tabela 134.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	14	82,4
Sim, um artigo	1	5,9
Sim, dois artigos	2	11,8
Total	17	100,0

Questão 135: publicou algum artigo na imprensa diária?

Tabela 135.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1591	113	69	11	1784
	82,3%	76,9%	72,6%	84,6%	81,5%
Sim, um artigo	129	9	11	0	149
	6,7%	6,1%	11,6%	0,0%	6,8%
Sim, dois artigos	56	8	2	0	66
	2,9%	5,4%	2,1%	0,0%	3,0%
Sim, três ou quatro artigos	69	6	9	2	86
	3,6%	4,1%	9,5%	15,4%	3,9%
Sim, cinco ou mais artigos	89	11	4	0	104
	4,6%	7,5%	4,2%	0,0%	4,8%
Total	1934	147	95	13	2189
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 135.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	136	6	21	1	164
	60,7%	50,0%	72,4%	25,0%	61,0%
Sim, um artigo	15	1	1	1	18
	6,7%	8,3%	3,4%	25,0%	6,7%
Sim, dois artigos	16	1	2	0	19
	7,1%	8,3%	6,9%	0,0%	7,1%
Sim, três ou quatro artigos	15	2	2	1	20
	6,7%	16,7%	6,9%	25,0%	7,4%
Sim, cinco ou mais artigos	42	2	3	1	48
	18,8%	16,7%	10,3%	25,0%	17,8%
Total	224	12	29	4	269
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 135.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	137 56,4%	9 69,2%	25 71,4%	4 66,7%	175 58,9%
Sim, um artigo	23 9,5%	0 0,0%	3 8,6%	0 0,0%	26 8,8%
Sim, dois artigos	19 7,8%	1 7,7%	1 2,9%	0 0,0%	21 7,1%
Sim, três ou quatro artigos	19 7,8%	2 15,4%	2 5,7%	1 16,7%	24 8,1%
Sim, cinco ou mais artigos	45 18,5%	1 7,7%	4 11,4%	1 16,7%	51 17,2%
Total	243 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	297 100,0%

Tabela 135.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	10	58,8
Sim, um artigo	2	11,8
Sim, dois artigos	1	5,9
Sim, cinco ou mais artigos	4	23,5
Total	17	100,0

Questão 136: Tem livro(s) publicado(s) na área de Direito? Quantos?

Tabela 136.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1686 87,2%	100 68,0%	72 75,8%	9 69,2%	1867 85,3%
Sim, um livro	151 7,8%	24 16,3%	8 8,4%	3 23,1%	186 8,5%
Sim, dois livros	47 2,4%	13 8,8%	7 7,4%	1 7,7%	68 3,1%
Sim, três ou quatro livros	34 1,8%	4 2,7%	3 3,2%	0 0,0%	41 1,9%
Sim, cinco ou mais livros	16 0,8%	6 4,1%	5 5,3%	0 0,0%	27 1,2%
Total	1934 100,0%	147 100,0%	95 100,0%	13 100,0%	2189 100,0%

Tabela 136.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	166 74,1%	4 33,3%	16 55,2%	3 75,0%	189 70,3%
Sim, um livro	32 14,3%	2 16,7%	4 13,8%	1 25,0%	39 14,5%
Sim, dois livros	7 3,1%	3 25,0%	1 3,4%	0 0,0%	11 4,1%
Sim, três ou quatro livros	13 5,8%	2 16,7%	5 17,2%	0 0,0%	20 7,4%
Sim, cinco ou mais livros	6 2,7%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	10 3,7%
Total	224 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	269 100,0%

Tabela 136.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	194 79,8%	10 76,9%	32 91,4%	5 83,3%	241 81,1%
Sim, um livro	19 7,8%	2 15,4%	0 0,0%	0 0,0%	21 7,1%
Sim, dois livros	12 4,9%	1 7,7%	1 2,9%	1 16,7%	15 5,1%
Sim, três ou quatro livros	8 3,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 2,7%
Sim, cinco ou mais livros	10 4,1%	0 0,0%	2 5,7%	0 0,0%	12 4,0%
Total	243 100,0%	13 100,0%	35 100,0%	6 100,0%	297 100,0%

Tabela 136.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	11	64,7
Sim, um livro	2	11,8
Sim, dois livros	1	5,9
Sim, três ou quatro livros	1	5,9
Sim, cinco ou mais livros	2	11,8
Total	17	100,0

Questão 137: De quantos encontros ou congressos de Direito estima ter participado nos últimos dois anos?

Tabela 137.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhuma participação	416	26	8	1	451
	21,5%	17,7%	8,4%	7,7%	20,6%
1 participação	219	24	10	3	256
	11,3%	16,3%	10,5%	23,1%	11,7%
2 participações	410	21	17	3	451
	21,2%	14,3%	17,9%	23,1%	20,6%
3 participações	224	19	9	1	253
	11,6%	12,9%	9,5%	7,7%	11,6%
De 4 a 5 participações	417	32	30	3	482
	21,6%	21,8%	31,6%	23,1%	22,0%
Mais de 5 participações	248	25	21	2	296
	12,8%	17,0%	22,1%	15,4%	13,5%
Total	1934	147	95	13	2189
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 137.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhuma participação	46	0	2	0	48
	20,4%	0,0%	6,9%	0,0%	17,8%
1 participação	20	1	2	1	24
	8,9%	8,3%	6,9%	25,0%	8,9%
2 participações	45	2	4	1	52
	20,0%	16,7%	13,8%	25,0%	19,3%
De 3 a 4 participações	54	1	10	2	67
	24,0%	8,3%	34,5%	50,0%	24,8%
De 5 a 6 participações	33	5	5	0	43
	14,7%	41,7%	17,2%	0,0%	15,9%
Mais de 6 participações	27	3	6	0	36
	12,0%	25,0%	20,7%	0,0%	13,3%
Total	225	12	29	4	270
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 137.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhuma participação	145	7	20	2	174
	59,7%	53,8%	57,1%	33,3%	58,6%
1 participação	15	1	4	0	20
	6,2%	7,7%	11,4%	0,0%	6,7%
2 participações	32	2	3	2	39
	13,2%	15,4%	8,6%	33,3%	13,1%
De 3 a 4 participações	20	2	5	2	29
	8,2%	15,4%	14,3%	33,3%	9,8%
Mais de 4 participações	31	1	3	0	35
	12,8%	7,7%	8,6%	0,0%	11,8%
Total	243	13	35	6	297
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 137.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Nenhuma participação	4	23,5
2 participações	5	29,4
3 participações	1	5,9
4 participações	1	5,9
5 participações	2	11,8
10 participações	1	5,9
15 participações	1	5,9
20 participações	1	5,9
30 participações	1	5,9
Total	17	100,0

Questão 138: Em quantos dos congressos apresentou trabalho?

Tabela 138.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhum trabalho apresentado	1239	76	59	11	1385
	81,7%	62,8%	67,8%	91,7%	79,7%
1 trabalho apresentado	121	17	10	0	148
	8,0%	14,0%	11,5%	0,0%	8,5%
De 2 a 3 trabalhos apresentados	94	17	10	1	122
	6,2%	14,0%	11,5%	8,3%	7,0%
Mais de 3 trabalhos apresentados	63	11	8	0	82
	4,2%	9,1%	9,2%	0,0%	4,7%
Total	1517	121	87	12	1737
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 138.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhum trabalho apresentado	126	4	16	4	150
	70,0%	33,3%	59,3%	100,0%	67,3%
1 trabalho apresentado	20	2	3	0	25
	11,1%	16,7%	11,1%	0,0%	11,2%
2 trabalhos apresentados	14	3	3	0	20
	7,8%	25,0%	11,1%	0,0%	9,0%
De 3 a 4 trabalhos apresentados	10	2	3	0	15
	5,6%	16,7%	11,1%	0,0%	6,7%
Mais de 4 trabalhos apresentados	10	1	2	0	13
	5,6%	8,3%	7,4%	0,0%	5,8%
Total	180	12	27	4	223
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 138.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhum trabalho apresentado	67 67,7%	3 50,0%	9 60,0%	4 100,0%	83 66,9%
Até 4 trabalhos apresentados	22 22,2%	3 50,0%	4 26,7%	0 0,0%	29 23,4%
Mais de 5 trabalhos apresentados	10 10,1%	0 0,0%	2 13,3%	0 0,0%	12 9,7%
Total	99 100,0%	6 100,0%	15 100,0%	4 100,0%	124 100,0%

Tabela 138.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Nenhum trabalho apresentado	7	53,8
1 trabalho apresentado	1	7,7
3 trabalhos apresentados	1	7,7
8 trabalhos apresentados	1	7,7
10 trabalhos apresentados	1	7,7
20 trabalhos apresentados	2	15,4
Total	13	100,0

V.2 – ROTINA PROFISSIONAL E VIDA ASSOCIATIVA

Como trabalham os juízes? Como dispõem de seu tempo e organizam suas atividades? As Questões 139 à 145 reúnem um elenco de sete atividades, e se solicitava que elas fossem ordenadas segundo o grau de frequência com que o magistrado as executa. A "*análise dos autos*" foi considerada a atividade que mais consome o tempo dos magistrados de 1º grau; seguida da "*realização de audiências*". Em terceiro lugar aparecem os "*despachos de expedientes*", em quarto, o "*atendimento a advogados*", em quinto a "*gestão cartorária*", em sexto, a "*pesquisa de jurisprudência*", e em sétimo a "*leitura de textos técnicos*". A classificação realizada pelos juízes de 2º grau é um pouco diversa. Entre eles, as três primeiras atividades apontadas pelos juízes de 1º grau reaparecem, na mesma ordem de importância. Porém, as demais atividades foram mencionadas em ordem diversa, apresentando a seguinte sequência: "*atendimento a advogados*"; "*pesquisa de jurisprudência*"; "*leitura de textos técnicos*"; e, em último lugar, "*gestão cartorária e/ou administrativa*". A pesquisa revelou que o juiz federal apresenta uma rotina diversa, comandada pelas seguintes atividades: em primeiro lugar, a consulta da jurisprudência e, em segundo, leitura de textos técnicos.

Quanto à análise de processos em casa (Questão 146), 55,1% dos juízes de 1° grau responderam que o fazem frequentemente e 35,4%, apenas eventualmente. Menos de 10% dos respondentes afirmaram não fazer uso dessa prática. Entre os juízes de 2º grau, 63,3% responderam que analisam com frequência processos em casa, e outros 29,6% afirmaram que o fazem eventualmente. Quase 20% dos juízes federais não analisam processos em casa.

Entre os juízes de 1º grau, 77% afirmaram fazer uso das redes sociais; percentual que é de 73,6% para os de 2º grau (Questão 147). Somente 26,6% dos juízes de 1º grau afirmaram não participar de nenhum grupo permanente (somando-se aqueles que responderam não participar de nenhum grupo com aqueles que não se utilizam da rede social). Portanto, cerca de 74% dos magistrados de 1º grau afirmaram participar de algum grupo permanente na rede social. Entre esses grupos, os mais frequentes são "*família e amigos*" (43,1%) e "*colegas do Judiciário*" (25,6%). Esse perfil é mais ou menos o mesmo para os juízes de 2º grau (Questão 148). Indagou-se ainda sobre a finalidade do uso da rede social, solicitando-se ao respondente que assinalasse duas das sete alternativas oferecidas. As duas mais votadas pelos juízes das duas instâncias foram, nesta ordem, "*para me informar sobre assuntos diversos*"; e "*para fazer contatos em geral*" (Questão 149).

As Questões 150 à 156 solicitam informações sobre a participação do respondente na vida associativa do magistrado. Quase 100% dos juízes de 1º grau e 98% dos de 2º grau informaram participar de alguma associação dos magistrados. Esse percentual não discrepa muito do encontrado pelo CNJ, que constatou que 92% são filiados a alguma associação ou entidade representativa da magistratura. Igualmente interessante é lembrar que, na pesquisa realizada há 20 anos atrás, quase 90% dos magistrados de 1º grau e 91,8% dos de 2º grau participavam de associações de magistrados.

Entre os respondentes, cerca de 88% dos juízes de 1º grau, informaram ser filiados à AMB, 87,3% a associações estaduais, 6,9% a associações de juízes federais e 3,9% a trabalhistas. É preciso lembrar que os magistrados podem participar de mais de uma associação, portanto, o que esses números informam é o percentual da magistratura que participa de pelo menos uma dessas entidades. Quanto aos juízes de 2º grau, 92,7% são filiados à AMB, 87,3% às estaduais, 4,9 às de juízes federais e 9,8 às de juízes trabalhistas.

Quase 12% dos magistrados de 1º grau informaram participar de outra associação que não aquelas anteriormente citadas, e entre as mencionadas por eles, as cinco mais frequentes foram, nesta ordem:

Associação dos Magistrados Estaduais – ANAMAGES; Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude – ABRAMinj; Associação Juízes para a Democracia; Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas - ABRAME; e o Fórum Nacional dos Juízes Criminais – FONAJUC. Entre os juízes de 2º grau, o quadro é mais ou menos o mesmo, com duas ressalvas. Há um pouco mais de membros filiados à Associação de Juízes Trabalhistas; e a lista das cinco associações mais frequentes entre aqueles que responderam "outras" é um pouco diversa da verificada entre os juízes de 1º grau. ANAMAGES, Associação Juízes para a Democracia; Associação Nacional dos Desembargadores, ABRAME, e a Associação Nacional das Justiças Militares Estaduais são as cinco mais citadas.

A última questão sobre esse tema indaga quantas vezes, no último ano, o respondente havia participado de atividades promovidas por associações de magistrados. Quase 70% dos juízes de 1º grau informaram terem participado de pelo menos uma atividade, sendo que 8,5% deles de seis ou mais atividades. Entre os juízes de 2º grau, o padrão de resposta é muito parecido.

A Questão 157 pretende identificar de que outras atividades coletivas ou associativas o respondente participa. Entre os juízes de 1º grau, 21% responderam participar de clubes, 18% de organizações religiosas, e 14% de associações científicas e/ou culturais. Mas 37% informaram não participar de nenhuma dessas atividades. Entre os juízes de 2º grau, depois do grupo que informa não participar de nenhuma dessas atividades, as associações científicas e/ou culturais estão entre as mais frequentadas por eles, respondendo por cerca de 25%, seguida pelo clube com 21% e organizações religiosas, com 12%. No que se refere à participação em organizações religiosas, a comparação com a pesquisa anterior, indica uma ligeira queda, já que naquele levantamento, 25% dos juízes de 1º grau e 21,7% dos de 2º grau informavam participar de "*movimentos religiosos ou igrejas*". Pelo que se observa a magistratura demonstra inclinação para uma intensa vida associativa.

As questões 158 à 163 apresentam um conjunto de perguntas sobre aspectos da vida do magistrado, direta ou indiretamente ligados à sua rotina profissional. A primeira delas se o magistrado praticava atividade física: quase 90% dos juízes de 1º grau e 92% dos de 2º grau informaram que sim. A pergunta seguinte solicita ao respondente que informe quais atividades realiza para *"minimizar os eventuais efeitos negativos da rotina de trabalho na sua saúde e qualidade de vida"*. Entre os juízes de 1º grau, *"esportes e academia"* foi a mais citada, seguida pela *"terapia e pela meditação"*. *"Esportes e academia"* também foi a alternativa mais citada pelos juízes de 2º grau.

Em seguida, foram apresentadas algumas assertivas para que o respondente indicasse seu grau de concordância. Quanto à afirmação de que "*atualmente, os(as) magistrados(as) estão mais estressados(as) do que no passado*" quase 97% dos juízes de 1º grau e 94% dos de 2º grau concordaram, pouco ou muito. Diante da assertiva que diz que *"os casos de depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade e suicídio são mais frequentes hoje do que há dez anos"*, 95% dos juízes de 1º grau e 88,4% dos de 2º grau concordam pouco ou muito. Uma terceira assertiva diz o seguinte: *"o aumento da litigiosidade na sociedade brasileira, e a consequente ampliação da atividade dos(as) magistrados(as) exige uma política voltada para a saúde do(a) magistrado(a)"*. Quase 99% dos juízes de 1º grau e 97,2% dos de 2º grau concordaram pouco ou muito com ela.

A última pergunta dessa seção indaga se o magistrado já necessitou alguma vez de "*intervenção médica, psicológica ou psiquiátrica por problema ou dificuldade emocional ou psíquica após o ingresso na magistratura*". Entre os juízes de 1º grau, 47,7% afirmaram que sim, e entre os de 2º grau, 36,8%.

Questão 139: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 139.1. – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Atendimento a advogados	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	84 4,4%	6 4,1%	5 5,4%	1 7,7%	96 4,4%
2	120 6,3%	2 1,4%	1 1,1%	0 0,0%	123 5,7%
3	253 13,2%	9 6,2%	8 8,6%	1 7,7%	271 12,5%
4	435 22,7%	25 17,1%	11 11,8%	3 23,1%	474 21,8%
5	430 22,4%	25 17,1%	17 18,3%	4 30,8%	476 21,9%
6	308 16,1%	37 25,3%	14 15,1%	1 7,7%	360 16,6%
7	289 15,1%	42 28,8%	37 39,8%	3 23,1%	371 17,1%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 139.2– JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Atendimento a advogados	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	9 4,1%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	11 4,1%
2	21 9,5%	2 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	23 8,6%
3	33 14,9%	2 16,7%	4 13,8%	0 0,0%	39 14,6%
4	34 15,3%	5 41,7%	3 10,3%	1 25,0%	43 16,1%
5	25 11,3%	1 8,3%	7 24,1%	0 0,0%	33 12,4%
6	56 25,2%	0 0,0%	4 13,8%	2 50,0%	62 23,2%
7	44 19,8%	1 8,3%	10 34,5%	1 25,0%	56 21,0%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 139.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Atendimento a advogados	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	18 7,6%	3 25,0%	3 9,1%	0 0,0%	24 8,4%
2	23 9,7%	0 0,0%	2 6,1%	1 20,0%	26 9,1%
3	39 16,5%	1 8,3%	4 12,1%	0 0,0%	44 15,4%
4	52 22,0%	2 16,7%	4 12,1%	1 20,0%	59 20,6%
5	37 15,7%	1 8,3%	2 6,1%	1 20,0%	41 14,3%
6	31 13,1%	3 25,0%	7 21,2%	0 0,0%	41 14,3%
7	36 15,3%	2 16,7%	11 33,3%	2 40,0%	51 17,8%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 139.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Atendimento a advogados	Nº absoluto	%
1	1	6,3
2	2	12,5
3	4	25,0
4	4	25,0
5	2	12,5
6	1	6,3
7	2	12,5
Total	16	100,0

Questão 140: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 140.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Realização de audiências e sessões	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	589 30,7%	11 7,5%	61 65,6%	4 30,8%	665 30,6%
2	397 20,7%	33 22,6%	21 22,6%	2 15,4%	453 20,9%
3	370 19,3%	33 22,6%	3 3,2%	3 23,1%	409 18,8%
4	208 10,8%	24 16,4%	0 0,0%	3 23,1%	235 10,8%
5	147 7,7%	21 14,4%	0 0,0%	0 0,0%	168 7,7%
6	96 5,0%	8 5,5%	6 6,5%	0 0,0%	110 5,1%
7	112 5,8%	16 11,0%	2 2,2%	1 7,7%	131 6,0%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 140.2– JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Realização de audiências e sessões	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	14 6,3%	2 16,7%	5 17,2%	0 0,0%	21 7,9%
2	58 26,1%	4 33,3%	12 41,4%	1 25,0%	75 28,1%
3	46 20,7%	2 16,7%	4 13,8%	1 25,0%	53 19,9%
4	30 13,5%	1 8,3%	5 17,2%	0 0,0%	36 13,5%
5	37 16,7%	2 16,7%	0 0,0%	1 25,0%	40 15,0%
6	21 9,5%	0 0,0%	2 6,9%	1 25,0%	24 9,0%
7	16 7,2%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	18 6,7%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 140.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Realização de audiências e sessões	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	64 27,1%	3 25,0%	13 39,4%	0 0,0%	80 28,0%
2	69 29,2%	4 33,3%	14 42,4%	3 60,0%	90 31,5%
3	42 17,8%	3 25,0%	0 0,0%	1 20,0%	46 16,1%
4	26 11,0%	0 0,0%	4 12,1%	0 0,0%	30 10,5%
5	15 6,4%	0 0,0%	0 0,0%	1 20,0%	16 5,6%
6	11 4,7%	0 0,0%	2 6,1%	0 0,0%	13 4,5%
7	9 3,8%	2 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	11 3,8%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 140.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Realização de audiências e sessões	Nº absoluto	%
1	7	43,8
2	5	31,3
3	2	12,5
5	2	12,5
Total	16	100,0

Questão 141: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 141.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Análise de autos e elaboração de decisões	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	962 50,1%	102 69,9%	20 21,5%	3 23,1%	1087 50,1%
2	566 29,5%	17 11,6%	51 54,8%	7 53,8%	641 29,5%
3	162 8,4%	16 11,0%	12 12,9%	1 7,7%	191 8,8%
4	76 4,0%	3 2,1%	2 2,2%	0 0,0%	81 3,7%
5	50 2,6%	2 1,4%	3 3,2%	1 7,7%	56 2,6%
6	40 2,1%	1 0,7%	2 2,2%	1 7,7%	44 2,0%
7	63 3,3%	5 3,4%	3 3,2%	0 0,0%	71 3,3%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 141.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Análise de autos e elaboração de decisões	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	179 80,6%	7 58,3%	21 72,4%	3 75,0%	210 78,7%
2	13 5,9%	1 8,3%	6 20,7%	1 25,0%	21 7,9%
3	13 5,9%	3 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 6,0%
4	4 1,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,5%
5	2 0,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,1%
6	3 1,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	4 1,5%
7	8 3,6%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	9 3,4%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 141.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Análise de autos e elaboração de decisões	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	88 37,3%	4 33,3%	12 36,4%	3 60,0%	107 37,4%
2	51 21,6%	3 25,0%	9 27,3%	1 20,0%	64 22,4%
3	37 15,7%	3 25,0%	9 27,3%	0 0,0%	49 17,1%
4	16 6,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 5,6%
5	15 6,4%	0 0,0%	3 9,1%	0 0,0%	18 6,3%
6	13 5,5%	1 8,3%	0 0,0%	1 20,0%	15 5,2%
7	16 6,8%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	17 5,9%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 141.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Análise de autos e elaboração de decisões	Nº absoluto	%
1	6	37,5
2	7	43,8
3	3	18,8
Total	16	100,0

Questão 142: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 142.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Despachos de expediente	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	157 8,2%	14 9,6%	3 3,2%	4 30,8%	178 8,2%
2	563 29,3%	57 39,0%	11 11,8%	2 15,4%	633 29,2%
3	567 29,5%	26 17,8%	48 51,6%	4 30,8%	645 29,7%
4	280 14,6%	22 15,1%	17 18,3%	1 7,7%	320 14,7%
5	169 8,8%	9 6,2%	7 7,5%	1 7,7%	186 8,6%
6	82 4,3%	11 7,5%	3 3,2%	0 0,0%	96 4,4%
7	101 5,3%	7 4,8%	4 4,3%	1 7,7%	113 5,2%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 142.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Despachos de expediente	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	6 2,7%	0 0,0%	1 3,4%	1 25,0%	8 3,0%
2	74 33,3%	3 25,0%	6 20,7%	1 25,0%	84 31,5%
3	40 18,0%	2 16,7%	11 37,9%	0 0,0%	53 19,9%
4	36 16,2%	2 16,7%	4 13,8%	2 50,0%	44 16,5%
5	25 11,3%	2 16,7%	4 13,8%	0 0,0%	31 11,6%
6	27 12,2%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	31 11,6%
7	14 6,3%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	16 6,0%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 142.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Despachos de expediente	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	32 13,6%	0 0,0%	1 3,0%	1 20,0%	34 11,9%
2	52 22,0%	5 41,7%	2 6,1%	0 0,0%	59 20,6%
3	57 24,2%	4 33,3%	14 42,4%	2 40,0%	77 26,9%
4	49 20,8%	3 25,0%	9 27,3%	1 20,0%	62 21,7%
5	22 9,3%	0 0,0%	4 12,1%	0 0,0%	26 9,1%
6	16 6,8%	0 0,0%	3 9,1%	1 20,0%	20 7,0%
7	8 3,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 2,8%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 142.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Despachos de expediente	Nº absoluto	%
1	1	6,3
2	1	6,3
3	4	25,0
4	5	31,3
5	1	6,3
6	2	12,5
7	2	12,5
Total	16	100,0

Questão 143: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 143.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Gestão cartorária e/ ou administrativa	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	56 2,9%	11 7,5%	1 1,1%	1 7,7%	69 3,2%
2	117 6,1%	15 10,3%	4 4,3%	1 7,7%	137 6,3%
3	302 15,7%	34 23,3%	11 11,8%	1 7,7%	348 16,0%
4	517 26,9%	31 21,2%	36 38,7%	3 23,1%	587 27,0%
5	450 23,4%	21 14,4%	22 23,7%	5 38,5%	498 22,9%
6	245 12,8%	21 14,4%	14 15,1%	1 7,7%	281 12,9%
7	232 12,1%	13 8,9%	5 5,4%	1 7,7%	251 11,6%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 143.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Gestão cartorária e/ ou administrativa	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	3 1,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,5%
2	8 3,6%	2 16,7%	3 10,3%	1 25,0%	14 5,2%
3	26 11,7%	1 8,3%	4 13,8%	1 25,0%	32 12,0%
4	30 13,5%	1 8,3%	9 31,0%	0 0,0%	40 15,0%
5	46 20,7%	2 16,7%	2 6,9%	1 25,0%	51 19,1%
6	34 15,3%	3 25,0%	5 17,2%	1 25,0%	43 16,1%
7	75 33,8%	2 16,7%	6 20,7%	0 0,0%	83 31,1%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 143.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Gestão cartorária e/ ou administrativa	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	13 5,5%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	14 4,9%
2	5 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,7%
3	19 8,1%	1 8,3%	1 3,0%	0 0,0%	21 7,3%
4	41 17,4%	3 25,0%	8 24,2%	2 40,0%	54 18,9%
5	56 23,7%	3 25,0%	7 21,2%	1 20,0%	67 23,4%
6	39 16,5%	2 16,7%	7 21,2%	1 20,0%	49 17,1%
7	63 26,7%	2 16,7%	10 30,3%	1 20,0%	76 26,6%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 143.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Gestão cartorária e/ ou administrativa	Nº absoluto	%
2	1	6,3
3	1	6,3
4	1	6,3
5	4	25,0
6	3	18,8
7	6	37,5
Total	16	100,0

Questão 144: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 144.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Leitura de textos técnicos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	46 2,4%	2 1,4%	3 3,2%	0 0,0%	51 2,3%
2	57 3,0%	6 4,1%	2 2,2%	1 7,7%	66 3,0%
3	112 5,8%	9 6,2%	3 3,2%	0 0,0%	124 5,7%
4	147 7,7%	13 8,9%	13 14,0%	3 23,1%	176 8,1%
5	284 14,8%	37 25,3%	24 25,8%	0 0,0%	345 15,9%
6	528 27,5%	33 22,6%	25 26,9%	6 46,2%	592 27,3%
7	745 38,8%	46 31,5%	23 24,7%	3 23,1%	817 37,6%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 144.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Leitura de textos técnicos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	5 2,3%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	6 2,2%
2	20 9,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	21 7,9%
3	39 17,6%	1 8,3%	1 3,4%	1 25,0%	42 15,7%
4	39 17,6%	2 16,7%	5 17,2%	1 25,0%	47 17,6%
5	50 22,5%	2 16,7%	8 27,6%	2 50,0%	62 23,2%
6	44 19,8%	2 16,7%	7 24,1%	0 0,0%	53 19,9%
7	25 11,3%	5 41,7%	6 20,7%	0 0,0%	36 13,5%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 144.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Leitura de textos técnicos	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	8 3,4%	0 0,0%	2 6,1%	0 0,0%	10 3,5%
2	19 8,1%	0 0,0%	5 15,2%	0 0,0%	24 8,4%
3	23 9,7%	0 0,0%	2 6,1%	1 20,0%	26 9,1%
4	28 11,9%	2 16,7%	4 12,1%	0 0,0%	34 11,9%
5	49 20,8%	3 25,0%	10 30,3%	1 20,0%	63 22,0%
6	80 33,9%	5 41,7%	9 27,3%	2 40,0%	96 33,6%
7	29 12,3%	2 16,7%	1 3,0%	1 20,0%	33 11,5%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 144.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Leitura de textos técnicos	Nº absoluto	%
1	1	6,3
4	5	31,3
5	2	12,5
6	6	37,5
7	2	12,5
Total	16	100,0

Questão 145: Quanto à sua rotina profissional, ordene as atividades listadas abaixo da mais frequente para a menos frequente, levando em conta a quantidade de tempo dedicado a elas (sendo 1 a mais frequente e 7 a menos frequente):

Tabela 145.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Pesquisa de jurisprudência	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	25 1,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	25 1,2%
2	99 5,2%	16 11,0%	3 3,2%	0 0,0%	118 5,4%
3	153 8,0%	19 13,0%	8 8,6%	3 23,1%	183 8,4%
4	256 13,3%	28 19,2%	14 15,1%	0 0,0%	298 13,7%
5	389 20,3%	31 21,2%	20 21,5%	2 15,4%	442 20,4%
6	620 32,3%	35 24,0%	29 31,2%	4 30,8%	688 31,7%
7	377 19,6%	17 11,6%	19 20,4%	4 30,8%	417 19,2%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 145.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Pesquisa de jurisprudência	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	6 2,7%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,6%
2	28 12,6%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	29 10,9%
3	25 11,3%	1 8,3%	5 17,2%	1 25,0%	32 12,0%
4	49 22,1%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	53 19,9%
5	37 16,7%	2 16,7%	8 27,6%	0 0,0%	47 17,6%
6	37 16,7%	5 41,7%	8 27,6%	0 0,0%	50 18,7%
7	40 18,0%	2 16,7%	4 13,8%	3 75,0%	49 18,4%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 145.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Pesquisa de jurisprudência	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	13 5,5%	1 8,3%	2 6,1%	1 20,0%	17 5,9%
2	17 7,2%	0 0,0%	1 3,0%	0 0,0%	18 6,3%
3	19 8,1%	0 0,0%	3 9,1%	1 20,0%	23 8,0%
4	24 10,2%	2 16,7%	4 12,1%	1 20,0%	31 10,8%
5	42 17,8%	5 41,7%	7 21,2%	1 20,0%	55 19,2%
6	46 19,5%	1 8,3%	5 15,2%	0 0,0%	52 18,2%
7	75 31,8%	3 25,0%	11 33,3%	1 20,0%	90 31,5%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 145.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Pesquisa de jurisprudência	Nº absoluto	%
3	2	12,5
4	1	6,3
5	5	31,3
6	4	25,0
7	4	25,0
Total	16	100,0

Questão 146: Além do ambiente de trabalho, costuma analisar os processos em casa?

Tabela 146.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	173 9,0%	28 19,2%	3 3,2%	1 7,7%	205 9,4%
Sim, eventualmente	691 36,0%	55 37,7%	18 19,4%	5 38,5%	769 35,4%
Sim, frequentemente	1055 55,0%	63 43,2%	72 77,4%	7 53,8%	1197 55,1%
Total	1919 100,0%	146 100,0%	93 100,0%	13 100,0%	2171 100,0%

Tabela 146.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	18 8,1%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	19 7,1%
Sim, eventualmente	68 30,6%	4 33,3%	5 17,2%	2 50,0%	79 29,6%
Sim, frequentemente	136 61,3%	7 58,3%	24 82,8%	2 50,0%	169 63,3%
Total	222 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	267 100,0%

Tabela 146.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	15 6,4%	1 8,3%	1 3,0%	1 20,0%	18 6,3%
Sim, eventualmente	44 18,6%	4 33,3%	6 18,2%	0 0,0%	54 18,9%
Sim, frequentemente	177 75,0%	7 58,3%	26 78,8%	4 80,0%	214 74,8%
Total	236 100,0%	12 100,0%	33 100,0%	5 100,0%	286 100,0%

Tabela 146.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	3	18,8
Sim, eventualmente	4	25,0
Sim, frequentemente	9	56,3
Total	16	100,0

Questão 147: Você utiliza redes sociais?

Tabela 147.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	405 23,0%	40 29,0%	12 14,3%	2 16,7%	459 23,0%
Sim	1354 77,0%	98 71,0%	72 85,7%	10 83,3%	1534 77,0%
Total	1759 100,0%	138 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1993 100,0%

Tabela 147.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	57 27,8%	3 25,0%	5 17,2%	1 25,0%	66 26,4%
Sim	148 72,2%	9 75,0%	24 82,8%	3 75,0%	184 73,6%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 147.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	57 26,5%	6 50,0%	8 32,0%	3 75,0%	74 28,9%
Sim	158 73,5%	6 50,0%	17 68,0%	1 25,0%	182 71,1%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 147.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	10	71,4
Sim	4	28,6
Total	14	100,0

Questão 148: Entre os grupos permanentes em redes sociais de que participa, assinale o mais importante

Tabela 148.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não participo de nenhum grupo permanente	56 3,2%	11 8,0%	4 4,8%	0 0,0%	71 3,6%
De colegas do Judiciário	461 26,2%	26 18,8%	19 22,6%	4 33,3%	510 25,6%
De família e amigos	759 43,1%	53 38,4%	43 51,2%	4 33,3%	859 43,1%
De condôminos e vizinhos	6 0,3%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	7 0,4%
De grupos de debate	31 1,8%	6 4,3%	2 2,4%	0 0,0%	39 2,0%
Outros	41 2,3%	1 0,7%	4 4,8%	2 16,7%	48 2,4%
Não se aplica	405 23,0%	40 29,0%	12 14,3%	2 16,7%	459 23,0%
Total	1759 100,0%	138 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1993 100,0%

Tabela 148.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não participo de nenhum grupo permanente	12 5,9%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	14 5,6%
De colegas do Judiciário	53 25,9%	3 25,0%	7 24,1%	0 0,0%	63 25,2%
De família e amigos	71 34,6%	4 33,3%	12 41,4%	1 25,0%	88 35,2%
De condôminos e vizinhos	0 0,0%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
De grupos de debate	7 3,4%	1 8,3%	2 6,9%	1 25,0%	11 4,4%
Outros	5 2,4%	0 0,0%	1 3,4%	1 25,0%	7 2,8%
Não se aplica	57 27,8%	3 25,0%	5 17,2%	1 25,0%	66 26,4%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 148.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não participo de nenhum grupo permanente	15 7,0%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	17 6,6%
De colegas do Judiciário	37 17,2%	2 16,7%	3 12,0%	0 0,0%	42 16,4%
De família e amigos	83 38,6%	1 8,3%	11 44,0%	1 25,0%	96 37,5%
De condôminos e vizinhos	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
De grupos de debate	12 5,6%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	13 5,1%
Outros	10 4,7%	1 8,3%	2 8,0%	0 0,0%	13 5,1%
Não se aplica	57 26,5%	6 50,0%	8 32,0%	3 75,0%	74 28,9%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 148.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não participo de nenhum grupo permanente	1	7,1
De família e amigos	3	21,4
Não se aplica	10	71,4
Total	14	100,0

Questão 149: Com que finalidade costuma utilizar redes sociais? Assinale as duas opções mais importantes

Tabela 149.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Para me informar sobre assuntos diversos	1075 39,7%	85 43,4%	58 40,3%	8 40,0%	1226
Para divulgar trabalhos e conquistas profissionais	72 2,7%	7 3,6%	2 1,4%	1 5,0%	82
Para manifestar opiniões sobre assuntos diversos	113 4,2%	11 5,6%	12 8,3%	0 0,0%	136
Para fazer contatos em geral	737 27,2%	56 28,6%	37 25,7%	6 30,0%	836
Para fazer contatos com colegas magistrados(as)	318 11,7%	12 6,1%	19 13,2%	3 15,0%	352
Para conversar sobre assuntos técnicos	143 5,3%	7 3,6%	7 4,9%	1 5,0%	158
Outros	250 9,2%	18 9,2%	9 6,3%	1 5,0%	278
Total	2708	196	144	20	3068

Tabela 149.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Para me informar sobre assuntos diversos	111 37,5%	9 50,0%	18 37,5%	1 16,7%	139
Para divulgar trabalhos e conquistas profissionais	5 1,7%	1 5,6%	3 6,3%	0 0,0%	9
Para manifestar opiniões sobre assuntos diversos	19 6,4%	1 5,6%	6 12,5%	0 0,0%	26
Para fazer contatos em geral	74 25,0%	6 33,3%	6 12,5%	3 50,0%	89
Para fazer contatos com colegas magistrados(as)	44 14,9%	0 0,0%	8 16,7%	1 16,7%	53
Para conversar sobre assuntos técnicos	15 5,1%	1 5,6%	5 10,4%	0 0,0%	21
Outros	28 9,5%	0 0,0%	2 4,2%	1 16,7%	31
Total	296	18	48	6	368

Tabela 149.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Para me informar sobre assuntos diversos	111 35,1%	5 41,7%	11 32,4%	1 50,0%	128
Para divulgar trabalhos e conquistas profissionais	5 1,6%	1 8,3%	1 2,9%	0 0,0%	7
Para manifestar opiniões sobre assuntos diversos	47 14,9%	1 8,3%	3 8,8%	0 0,0%	51
Para fazer contatos em geral	83 26,3%	1 8,3%	11 32,4%	1 50,0%	96
Para fazer contatos com colegas magistrados(as)	32 10,1%	1 8,3%	3 8,8%	0 0,0%	36
Para conversar sobre assuntos técnicos	15 4,7%	2 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	17
Outros	23 7,3%	1 8,3%	5 14,7%	0 0,0%	29
Total	316	12	34	2	364

Tabela 149.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Para me informar sobre assuntos diversos	2	25,0%
Para divulgar trabalhos e conquistas profissionais	1	12,5%
Para manifestar opiniões sobre assuntos diversos	1	12,5%
Para fazer contatos em geral	3	37,5%
Para fazer contatos com colegas magistrados(as)	1	12,5%
Total	8	100,0

Questão 150: Está filiado(a) a alguma associação de magistrados?

Tabela 150.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	10 0,6%	2 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	12 0,6%
Sim	1748 99,4%	136 98,6%	84 100,0%	12 100,0%	1980 99,4%
Total	1758 100,0%	138 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1992 100,0%

Tabela 150.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	5 2,0%
Sim	201 98,0%	12 100,0%	28 96,6%	4 100,0%	245 98,0%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 150.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Sim	213 99,1%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	254 99,2%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 150.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim	13	92,9
Não	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 151: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 151.1. – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

AMB	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	1638	14	81	10	1743
	93,7%	10,3%	96,4%	83,3%	88,0%
Não mencionado	110	122	3	2	237
	6,3%	89,7%	3,6%	16,7%	12,0%
Total	1748	136	84	12	1980
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 151.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

AMB	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	191	4	28	4	227
	95,0%	33,3%	100,0%	100,0%	92,7%
Não mencionado	10	8	0	0	18
	5,0%	66,7%	0,0%	0,0%	7,3%
Total	201	12	28	4	245
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 151.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

AMB	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	202	9	25	4	240
	94,8%	75,0%	100,0%	100,0%	94,5%
Não mencionado	11	3	0	0	14
	5,2%	25,0%	0,0%	0,0%	5,5%
Total	213	12	25	4	254
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 151.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

AMB	Nº absoluto	%
Sim	10	76,9
Não mencionado	3	23,1
Total	13	100,0

Questão 152: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 152.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Associação Estadual de Magistrados	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	1699 97,2%	16 11,8%	9 10,7%	4 33,3%	1728 87,3%
Não mencionado	49 2,8%	120 88,2%	75 89,3%	8 66,7%	252 12,7%
Total	1748 100,0%	136 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1980 100,0%

Tabela 152.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Associação Estadual de Magistrados	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	195 97,0%	1 8,3%	1 3,6%	3 75,0%	200 81,6%
Não mencionado	6 3,0%	11 91,7%	27 96,4%	1 25,0%	45 18,4%
Total	201 100,0%	12 100,0%	28 100,0%	4 100,0%	245 100,0%

Tabela 152.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Associação Estadual de Magistrados	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	210 98,6%	3 25,0%	4 16,0%	0 0,0%	217 85,4%
Não mencionado	3 1,4%	9 75,0%	21 84,0%	4 100,0%	37 14,6%
Total	213 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	254 100,0%

Tabela 152.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Associação Estadual de Magistrados	Nº absoluto	%
Sim	5	38,5
Não mencionado	8	61,5
Total	13	100,0

Questão 153: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 153.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Associação de Juízes Federais	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	5	130	1	1	137
	,3%	95,6%	1,2%	8,3%	6,9%
Não mencionado	1743	6	83	11	1843
	99,7%	4,4%	98,8%	91,7%	93,1%
Total	1748	136	84	12	1980
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 153.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Associação de Juízes Federais	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	0	12	0	0	12
	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	4,9%
Não mencionado	201	0	28	4	233
	100,0%	0,0%	100,0%	100,0%	95,1%
Total	201	12	28	4	245
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 153.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Associação de Juízes Federais	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	0	9	2	1	12
	0,0%	75,0%	8,0%	25,0%	4,7%
Não mencionado	213	3	23	3	242
	100,0%	25,0%	92,0%	75,0%	95,3%
Total	213	12	25	4	254
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 153.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Associação de Juízes Federais	Nº absoluto	%
Sim	6	46,2
Não mencionado	7	53,8
Total	13	100,0

Questão 154: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 154.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Associação de Juízes Trabalhistas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	1	0	75	0	76
	0,1%	0,0%	89,3%	0,0%	3,9%
Não mencionado	1747	131	9	11	1898
	99,9%	100,0%	10,7%	100,0%	96,1%
Total	1748	131	84	11	1974
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 154.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Associação de Juízes Trabalhistas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	0	0	24	0	24
	0,0%	0,0%	85,7%	0,0%	9,8%
Não mencionado	201	12	4	4	221
	100,0%	100,0%	14,3%	100,0%	90,2%
Total	201	12	28	4	245
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 154.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Associação de Juízes Trabalhistas	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	0	1	24	0	25
	0,0%	8,3%	96,0%	0,0%	9,8%
Não mencionado	213	11	1	4	229
	100,0%	91,7%	4,0%	100,0%	90,2%
Total	213	12	25	4	254
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Questão 155: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 155.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Outra associação	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	173 9,9%	32 23,5%	20 23,8%	9 75,0%	234 11,8%
Não mencionado	1575 90,1%	104 76,5%	64 76,2%	3 25,0%	1746 88,2%
Total	1748 100,0%	136 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1980 100,0%

Tabela 155.1.a – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE (outros)

Outros	Nº de casos
ANAMAGES - Associação Nacional dos Magistrados Estaduais	63
Abraminj - Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude	23
AJD - Associação Juízes para a Democracia	17
ABRAME - Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas	12
AMAJME - Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais	12
Fórum Nacional de Juízes Criminais - FONAJUC	9
IMB - Instituto dos Magistrados do Brasil	8
AJURIS - Escola Superior de Magistratura	3
Associação regional de juízes federais	3
IPAM - Instituto Paulista de Magistrados	2
AMAJUM - Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União	1
ALJT	1
Anamel	1
Associação de Mulheres Juízas	1
Associação Internacional de Magistradas - IAWJ	1
Associação Nacional de Magistradas	1
Associação Nacional e Regional	1
Não respondeu	1022
Não se aplica	1757
Total	2976

CONTINUAÇÃO - Questão 155: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 155.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Outra associação	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	31 15,4%	3 25,0%	7 25,0%	2 50,0%	43 17,6%
Não mencionado	170 84,6%	9 75,0%	21 75,0%	2 50,0%	202 82,4%
Total	201 100,0%	12 100,0%	28 100,0%	4 100,0%	245 100,0%

Tabela 155.2.a – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE (outros)

Outros	Nº de casos
ANAMAGES - Associação dos Magistrados Estaduais	7
AJD - Associação Juízes para a Democracia	5
ANDES - Associação Nacional dos Desembargadores	5
ABRAME - Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas	4
AMAJME - Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais	4
IPAM - Instituto Paulista de Magistrados	3
ABMCJ - Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica	1
AMATRA, AJ Trabalho America Latina	1
ANAMEL	1
Associação Brasileira de Juízes da Infância e da Juventude	1
ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE MAGISTRADOS TRABALHISTAS	1
Associação Latino Americana de Juízes Para Democracia	1
Associação nacional e internacional de magistradas	1
IBDFAM: Instituto Brasileiro de Direito de Família	1
IMB - Instituto dos Magistrados do Brasil	3
Não respondeu	134
Não se aplica	207
Total	379

Tabela 155.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Outra associação	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Sim	28 13,1%	1 8,3%	2 8,0%	3 75,0%	34 13,4%
Não mencionado	185 86,9%	11 91,7%	23 92,0%	1 25,0%	220 86,6%
Total	213 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	254 100,0%

Tabela 155.3.a – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS (outros)

Outros	Nº de casos
AJD - Associação Juízes para a Democracia	5
IMB - Instituto dos Magistrados do Brasil	4
ANAMAGES - Associação Nacional dos Magistrados Estaduais	4
ABRAME - Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas	3
AMAJUM - Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União	2
Associação Nacional de Desembargadores	2
AJURIS - Escola Superior de Magistratura	1
AMAJME - Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais	1
AMAP	1
Associação dos Juízes Federais RJ e ES	1
Associação dos Juízes da Infância e da Juventude	1
Associação de Magistrados Estaduais	1
GAJ - Grupo de Apoio à Justiça (aposentados atuantes)	1
IBBcrim	1
IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família	1
Instituto Paulista de Magistrados e UNIMARB	1
Não respondeu	202
Não se aplica	224
Total	457

CONTINUAÇÃO - Questão 155: Está filiado(a) a quais associações?

Tabela 155.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Outra associação	Nº absoluto	%
Sim	1	7,7
Não mencionado	12	92,3
Total	13	100,0

Tabela 155.4.a – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Outros	Nº absoluto	%
ANDES - Associação Nacional dos Desembargadores	1	100

Questão 156: No último ano, quantas vezes participou de atividades promovidas por associações de magistrados(as)?

Tabela 156.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhuma	535 30,4%	51 37,0%	15 17,9%	7 58,3%	608 30,5%
Uma vez	397 22,6%	35 25,4%	19 22,6%	2 16,7%	453 22,7%
De duas a cinco vezes	685 39,0%	41 29,7%	34 40,5%	3 25,0%	763 38,3%
De seis a dez vezes	71 4,0%	5 3,6%	9 10,7%	0 0,0%	85 4,3%
Mais de dez vezes	70 4,0%	6 4,3%	7 8,3%	0 0,0%	83 4,2%
Total	1758 100,0%	138 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1992 100,0%

Tabela 156.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhuma	65 31,7%	2 16,7%	6 20,7%	0 0,0%	73 29,2%
Uma vez	35 17,1%	4 33,3%	6 20,7%	1 25,0%	46 18,4%
De duas a cinco vezes	80 39,0%	5 41,7%	12 41,4%	3 75,0%	100 40,0%
De seis a dez vezes	11 5,4%	0 0,0%	3 10,3%	0 0,0%	14 5,6%
Mais de dez vezes	14 6,8%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	17 6,8%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 156.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Nenhuma	108 50,2%	6 50,0%	16 64,0%	3 75,0%	133 52,0%
Uma vez	34 15,8%	3 25,0%	2 8,0%	0 0,0%	39 15,2%
De duas a cinco vezes	52 24,2%	2 16,7%	5 20,0%	0 0,0%	59 23,0%
De seis a dez vezes	10 4,7%	0 0,0%	1 4,0%	1 25,0%	12 4,7%
Mais de dez vezes	11 5,1%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	13 5,1%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 156.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Nenhuma	5	35,7
Uma vez	3	21,4
De duas a cinco vezes	5	35,7
Mais de dez vezes	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 157: Marque as alternativas das quais participa ou frequenta

Tabela 157.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Associações científicas e/ou culturais	294 13,4%	27 16,3%	24 20,7%	3 20,0%	348
Clubes	478 21,9%	21 12,7%	17 14,7%	2 13,3%	518
Organizações filantrópicas	166 7,6%	11 6,6%	19 16,4%	1 6,7%	197
Associações de moradores	45 2,1%	6 3,6%	2 1,7%	0 0,0%	53
Organizações religiosas	397 18,2%	28 16,9%	22 19,0%	2 13,3%	449
Nenhuma opção acima	806 36,9%	73 44,0%	32 27,6%	7 46,7%	918
Total	2186	166	116	15	2483

Tabela 157.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Associações científicas e/ou culturais	70 25,1%	4 26,7%	12 32,4%	0 0,0%	86
Clubes	64 22,9%	1 6,7%	5 13,5%	2 40,0%	72
Organizações filantrópicas	34 12,2%	1 6,7%	3 8,1%	1 20,0%	39
Associações de moradores	5 1,8%	1 6,7%	0 0,0%	1 20,0%	7
Organizações religiosas	32 11,5%	2 13,3%	7 18,9%	0 0,0%	41
Nenhuma opção acima	74 26,5%	6 40,0%	10 27,0%	1 20,0%	91
Total	279	15	37	5	336

Tabela 157.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Associações científicas e/ou culturais	66 21,2%	6 31,6%	5 15,2%	0 0,0%	77
Clubes	68 21,9%	4 21,1%	8 24,2%	3 50,0%	83
Organizações filantrópicas	48 15,4%	3 15,8%	3 9,1%	1 16,7%	55
Associações de moradores	22 7,1%	1 5,3%	3 9,1%	0 0,0%	26
Organizações religiosas	47 15,1%	3 15,8%	6 18,2%	1 16,7%	57
Nenhuma opção acima	60 19,3%	2 10,5%	8 24,2%	1 16,7%	71
Total	311	19	33	6	369

Tabela 157.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Associações científicas e/ou culturais	7	38,9
Clubes	5	27,8
Organizações filantrópicas	1	5,5
Organizações religiosas	1	5,5
Nenhuma opção acima	4	22,2
Total	18	100,0

Questão 158: Pratica algum tipo de atividade física?

Tabela 158.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	168 9,6%	10 7,2%	14 16,7%	0 0,0%	192 9,6%
Sim, eventualmente	483 27,5%	28 20,3%	26 31,0%	2 16,7%	539 27,1%
Sim, frequentemente	1105 62,9%	100 72,5%	44 52,4%	10 83,3%	1259 63,3%
Total	1756 100,0%	138 100,0%	84 100,0%	12 100,0%	1990 100,0%

Tabela 158.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	16 7,8%	2 16,7%	3 10,3%	0 0,0%	21 8,4%
Sim, eventualmente	59 28,8%	3 25,0%	9 31,0%	2 50,0%	73 29,2%
Sim, frequentemente	130 63,4%	7 58,3%	17 58,6%	2 50,0%	156 62,4%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 158.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	24 11,2%	2 16,7%	2 8,0%	1 25,0%	29 11,3%
Sim, eventualmente	77 35,8%	5 41,7%	7 28,0%	0 0,0%	89 34,8%
Sim, frequentemente	114 53,0%	5 41,7%	16 64,0%	3 75,0%	138 53,9%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 158.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	1	7,1
Sim, eventualmente	3	21,4
Sim, frequentemente	10	71,4
Total	14	100,0

Questão 159: Que atividades realiza para minimizar os eventuais efeitos negativos da rotina de trabalho na sua saúde e qualidade de vida?

Tabela 159.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Esportes/academia	1443 59,4%	122 62,9%	58 49,6%	11 73,3%	1634
Terapia	348 14,3%	34 17,5%	19 16,2%	1 6,7%	402
Medicação	322 13,3%	17 8,8%	20 17,1%	2 13,3%	361
Trabalho voluntário	144 5,9%	11 5,7%	10 8,5%	1 6,7%	166
Nenhuma	173 7,1%	10 5,2%	10 8,5%	0 0,0%	193
Total	2430	194	117	15	2756

Tabela 159.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Esportes/academia	171 58,4%	8 47,1%	20 54,1%	4 80,0%	203
Terapia	43 14,7%	2 11,8%	5 13,5%	0 0,0%	50
Medicação	44 15,0%	2 11,8%	8 21,6%	0 0,0%	54
Trabalho voluntário	18 6,1%	2 11,8%	1 2,7%	1 20,0%	22
Nenhuma	17 5,8%	3 17,6%	3 8,1%	0 0,0%	23
Total	293	17	37	5	352

Tabela 159.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Esportes/academia	146 48,7%	9 56,3%	17 47,2%	3 42,9%	175
Terapia	32 10,7%	1 6,3%	7 19,4%	1 14,3%	41
Medicação	43 14,3%	4 25,0%	7 19,4%	1 14,3%	55
Trabalho voluntário	49 16,3%	2 12,5%	2 5,6%	1 14,3%	54
Nenhuma	30 10,0%	0 0,0%	3 8,3%	1 14,3%	34
Total	300	16	36	7	359

Tabela 159.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Esportes/academia	12	85,8
Terapia	1	7,1
Medicação	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 160: Quanto à percepção que você tem acerca da sua vida, assinale seu grau de concordância:

Atualmente, os(as) magistrados(as) estão mais estressados(as) do que no passado

Tabela 160.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	17 1,0%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	19 1,0%
Discorda pouco	25 1,4%	8 5,8%	3 3,6%	0 0,0%	36 1,8%
Concorda pouco	177 10,1%	35 25,5%	10 12,0%	3 25,0%	225 11,3%
Concorda muito	1535 87,5%	92 67,2%	70 84,3%	9 75,0%	1706 85,9%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 160.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 2,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,8%
Discorda pouco	6 2,9%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	8 3,2%
Concorda pouco	44 21,5%	3 25,0%	5 17,2%	2 50,0%	54 21,6%
Concorda muito	149 72,7%	7 58,3%	23 79,3%	2 50,0%	181 72,4%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 160.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	8 3,7%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	9 3,5%
Discorda pouco	23 10,7%	2 16,7%	1 4,0%	1 25,0%	27 10,5%
Concorda pouco	77 35,8%	3 25,0%	6 24,0%	2 50,0%	88 34,4%
Concorda muito	107 49,8%	7 58,3%	17 68,0%	1 25,0%	132 51,6%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 160.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda muito	1	7,1
Concorda pouco	2	14,3
Concorda muito	11	78,6
Total	14	100,0

Questão 161: Quanto à percepção que você tem acerca da sua vida, assinale seu grau de concordância:

Os casos de depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade e suicídio são mais frequentes hoje do que há dez anos

Tabela 161.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	21 1,2%	3 2,2%	0 0,0%	0 0,0%	24 1,2%
Discorda pouco	61 3,5%	13 9,5%	2 2,4%	1 8,3%	77 3,9%
Concorda pouco	259 14,8%	36 26,3%	11 13,3%	4 33,3%	310 15,6%
Concorda muito	1413 80,6%	85 62,0%	70 84,3%	7 58,3%	1575 79,3%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 161.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 2,9%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	7 2,8%
Discorda pouco	15 7,3%	1 8,3%	5 17,2%	1 25,0%	22 8,8%
Concorda pouco	45 22,0%	5 41,7%	5 17,2%	1 25,0%	56 22,4%
Concorda muito	139 67,8%	6 50,0%	19 65,5%	1 25,0%	165 66,0%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 161.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	15 7,0%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	16 6,3%
Discorda pouco	35 16,3%	2 16,7%	4 16,0%	1 25,0%	42 16,4%
Concorda pouco	71 33,0%	4 33,3%	7 28,0%	3 75,0%	85 33,2%
Concorda muito	94 43,7%	6 50,0%	13 52,0%	0 0,0%	113 44,1%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 161.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Discorda pouco	1	7,1
Concorda pouco	7	50,0
Concorda muito	6	42,9
Total	14	100,0

Questão 162: Quanto à percepção que você tem acerca da sua vida, assinale seu grau de concordância:

O aumento da litigiosidade na sociedade brasileira, e a consequente ampliação da atividade dos(as) magistrados(as) exige uma política voltada para a saúde do(a) magistrado(a)

Tabela 162.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	6 0,3%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	7 0,4%
Discorda pouco	11 ,6%	4 2,9%	0 0,0%	1 8,3%	16 ,8%
Concorda pouco	126 7,2%	22 16,1%	5 6,0%	1 8,3%	154 7,8%
Concorda muito	1611 91,8%	110 80,3%	78 94,0%	10 83,3%	1809 91,1%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 162.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	2 1,0%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Discorda pouco	2 1,0%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	4 1,6%
Concorda pouco	23 11,2%	3 25,0%	1 3,4%	3 75,0%	30 12,0%
Concorda muito	178 86,8%	8 66,7%	26 89,7%	1 25,0%	213 85,2%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 162.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Discorda muito	2 0,9%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	3 1,2%
Discorda pouco	5 2,3%	1 8,3%	2 8,0%	0 0,0%	8 3,1%
Concorda pouco	39 18,1%	3 25,0%	5 20,0%	1 25,0%	48 18,8%
Concorda muito	169 78,6%	8 66,7%	17 68,0%	3 75,0%	197 77,0%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 162.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Concorda pouco	3	21,4
Concorda muito	11	78,6
Total	14	100,0

Questão 163: Já necessitou alguma vez de intervenção médica, psicológica ou psiquiátrica por problema ou dificuldade emocional ou psíquica após o ingresso na magistratura?

Tabela 163.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	910 51,9%	86 62,8%	32 38,6%	10 83,3%	1038 52,3%
Sim	844 48,1%	51 37,2%	51 61,4%	2 16,7%	948 47,7%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 163.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	134 65,4%	8 66,7%	13 44,8%	3 75,0%	158 63,2%
Sim	71 34,6%	4 33,3%	16 55,2%	1 25,0%	92 36,8%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 163.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	153 71,2%	6 50,0%	20 80,0%	3 75,0%	182 71,1%
Sim	62 28,8%	6 50,0%	5 20,0%	1 25,0%	74 28,9%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 163.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	12	85,7
Sim	2	14,3
Total	14	100,0

VI – PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MAGISTRATURA

As questões que compõem esta parte têm por objetivo conhecer a configuração socioeconômica da magistratura. Entre os respondentes, 66,9% são do sexo masculino e 33,1% do feminino (Questão 164) – distribuição muito próxima da identificada no PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (CNJ, 2018), em que 62,5% são do sexo masculino e 38% do feminino.

Quanto à idade dos respondentes, 31% dos juízes de 1º grau têm até 40 anos e 31,6%, 51 anos ou mais. Já entre os juízes de 2º grau, quase 45% dos respondentes têm 61 anos ou mais (Questão 165). Na pesquisa PERFIL DA MAGISTRATURA BRASILEIRA, realizada há vinte anos, 51,1% dos magistrados tinham até 40 anos e 15,9%, 51 anos ou mais, o que sugere que a magistratura envelheceu. O quadro encontrado para os juízes de 2º grau confirma essa avaliação, já que naquela pesquisa apenas 27,1% tinham 61 anos ou mais. Ainda sobre a questão etária, quando se cruza a idade por ano de concurso, verifica-se que entre 1990 e 1999, 57,1% dos magistrados de 1º grau que responderam a presente pesquisa tinham no máximo 29 anos. No período que vai até o ano de 2009, esse percentual chega a 58,1%, caindo para 50,5% no período entre 2010 e 2017. Portanto, os dados sugerem que a tendência de juvenização, identificada na pesquisa de 1996 se realizou, de fato, na década seguinte, entre 2000 e 2009, mas perdeu força em períodos mais recentes. A pesquisa do CNJ não apresenta dados de evolução da faixa etária dos magistrados segundo o ano de concurso, o que impede a comparação.

Quanto à cor dos respondentes, quase 80,6% dos juízes de 1º grau se declaram brancos, e 18,4% pardos e pretos. Entre os juízes de 2º grau, o percentual de brancos é de quase 85% e o de pretos e pardos de 11,9% (Questão 168). Mais uma vez, essa distribuição é muito próxima da identificada no levantamento realizado pelo CNJ, que aponta que 81% dos magistrados se declararam brancos e 18%, pretos e pardos.

Quanto ao estado civil, cerca de 80% dos respondentes de 1º e 2º grau são casados ou vivem em situação de união estável, percentual quase idêntico ao encontrado pela pesquisa do CNJ (Questão 169). Sobre a religião dos respondentes, os dados das duas pesquisas também são coincidentes: quase 60% dos juízes de primeiro grau são católicos, e 13,9% são espíritas (na pesquisa do CNJ 57,2% são católicos e 12,7% espíritas). Já a comparação com a pesquisa de 1996 apresenta uma nuance importante: ali, 79,9% dos juízes de 1º grau eram católicos e 5,4%, espíritas. Entre os juízes de 2º grau, o percentual de católicos chega a 69% (Questão 172).

Levando-se em conta as questões relativas às condições de moradia, propriedade de automóvel e contratação de empregados domésticos (176, 177 e 178), têm-se que 70,1% os juízes de primeiro grau têm casa própria, índice que chega a 93,2% entre os juízes de segundo grau; cerca de 40% possui mais de um automóvel entre os juízes de primeiro grau, situação que corresponde a mais de 50% entre os de segundo grau; e cerca de 85% dos respondentes de ambos os graus contam com o serviço de pelo menos um empregado doméstico.

Os dados de escolaridade e de ocupação dos pais contribui para configurar um quadro no qual o ingresso na carreira da magistratura caracteriza uma trajetória de mobilidade social. Quanto à escolaridade dos pais, 27,1% dos juízes de 1º grau em atividade são filhos de pais sem o ensino médio completo. Na pesquisa de 1996, esse dado alcançava 54,2% desse universo. A pesquisa do CNJ não apresenta esses dados discriminados por instância, porém, o dado agregado que ali se encontra está próximo do constatado pela presente pesquisa, já que 28% de seus entrevistados disseram ter pais com "escolaridade baixa". No que concerne à escolaridade das mães, o percentual entre as duas pesquisas também é bastante próximo: 27,5% na presente pesquisa, e 30% na do CNJ (Questões 179 à 182).

Do ponto de vista ocupacional, 24,6% dos entrevistados são filhos de pai pertencente ao escalão básico do serviço público, das empresas estatais ou privadas, ou ainda trabalhadores autônomos – tais como chofer de taxi, pedreiro,

caminhoneiro, camponês. E 21,2% são filhos de pai pertencente ao estrato inferior das classes médias, com ocupação no escalão intermediário do serviço público, das empresas estatais ou privadas, ou trabalhadores autônomos como, por exemplo, bancários ou corretores. Assim, quase a metade dos juízes é proveniente das camadas intermediária e inferior. Se adicionados os avós nessa caracterização, se observa que 39,4% dos avós paternos e 35,9% dos avós maternos desempenhavam atividades referidas ao escalão básico (Questões 183 à 186).

Quanto aos filhos de pais pertencentes ao estrato inferior das classes médias, sua importância relativa era quase a mesma da encontrada pela pesquisa atual, de 22%. Infelizmente, o CNJ não incluiu em seu levantamento perguntas sobre origem social. A comparação, no entanto, entre as duas pesquisas da AMB – a atual e a de 1996 – sugere certa estabilidade no perfil da magistratura, pois 25% dos magistrados da pesquisa atual e 30% da pesquisa anterior têm uma origem social popular.

Sobre parentes magistrados, 22,1% dos juízes de 1º grau, e 29,3% dos de 2º grau têm pelo menos um. O CNJ também indagou quanto a isso, chegando a quase o mesmo resultado: 20% dos juízes de 1º grau e 30% dos de 2º grau responderam ter pelo menos um parente na magistratura. Quanto a parentes no Ministério Público, o índice é de 13,8% entre os juízes de 1º grau e 15,3% entre os de 2º grau (Questões 187 à 190). Nesse caso, o dado não tem como ser comparado com o do CNJ, que fez uma pergunta genérica sobre familiares em outras carreiras do Direito.

QUESTÕES

Questão 164: sexo

Tabela 164.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Sexo	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Feminino	970	64	53	5	1092
	37,1%	30,9%	39,0%	33,3%	36,7%
Masculino	1647	143	83	10	1883
	62,9%	69,1%	61,0%	66,7%	63,3%
Total	2617	207	136	15	2975
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

CONTINUAÇÃO - Questão 164: sexo

Tabela 164.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Sexo	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Feminino	65	4	11	0	80
	20,5%	25,0%	28,9%	0,0%	21,2%
Masculino	252	12	27	7	298
	79,5%	75,0%	71,1%	100,0%	78,8%
Total	317	16	38	7	378
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 164.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Sexo	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Feminino	57	4	17	0	78
	16,0%	22,2%	35,4%	0,0%	18,1%
Masculino	299	14	31	8	352
	84,0%	77,8%	64,6%	100,0%	81,9%
Total	356	18	48	8	430
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 164.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Sexo	Nº absoluto	%
Masculino	20	90,9
Feminino	2	9,1
Total	22	100,0

Questão 165: idade atual

Tabela 165.1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Faixa etária	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 30 anos	53	10	0	0	63
	2,0%	4,8%	0,0%	0,0%	2,1%
31 a 40 anos	759	76	22	1	858
	29,0%	36,7%	16,2%	6,7%	28,9%
41 a 50 anos	973	77	57	3	1110
	37,2%	37,2%	41,9%	20,0%	37,3%
51 a 60 anos	644	40	53	7	744
	24,6%	19,3%	39,0%	46,7%	25,0%
61 anos ou mais	185	4	4	4	197
	7,1%	1,9%	2,9%	26,7%	6,6%
Total	2614	207	136	15	2972
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 165.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Faixa etária	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
31 a 40 anos	3	0	0	0	3
	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
41 a 50 anos	12	2	1	0	15
	3,8%	12,5%	2,6%	0,0%	4,0%
51 a 60 anos	157	10	22	3	192
	49,7%	62,5%	57,9%	42,9%	50,9%
61 anos ou mais	144	4	15	4	167
	45,6%	25,0%	39,5%	57,1%	44,3%
Total	316	16	38	7	377
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 165: idade atual*

Tabela 165.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Faixa etária	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
31 a 40 anos	3	1	0	0	4
	0,8%	5,6%	0,0%	0,0%	0,9%
41 a 50 anos	8	1	0	0	9
	2,3%	5,6%	0,0%	0,0%	2,1%
51 a 60 anos	26	1	9	0	36
	7,3%	5,6%	18,8%	0,0%	8,4%
61 anos ou mais	318	15	39	8	380
	89,6%	83,3%	81,3%	100,0%	88,6%
Total	355	18	48	8	429
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 165.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Faixa etária	Nº absoluto	%
41 a 50 anos	2	9,5
51 a 60 anos	7	33,3
61 anos ou mais	12	57,1
Total	21	100,0

Questão 166: início na magistratura

Tabela 166.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 30 anos	1081 55,8%	87 58,0%	56 57,7%	1 7,7%	1225 55,7%
31 a 40 anos	750 38,7%	59 39,3%	33 34,0%	10 76,9%	852 38,8%
41 a 50 anos	104 5,4%	4 2,7%	6 6,2%	2 15,4%	116 5,3%
51 a 60 anos	3 0,2%	0 0,0%	2 2,1%	0 0,0%	5 0,2%
Total	1938 100,0%	150 100,0%	97 100,0%	13 100,0%	2198 100,0%

Tabela 166.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 30 anos	118 51,8%	4 33,3%	12 41,4%	0 0,0%	134 55,7%
31 a 40 anos	75 32,9%	3 25,0%	12 41,4%	0 0,0%	90 33,0%
41 a 50 anos	21 9,2%	4 33,3%	3 10,3%	2 50,0%	30 11,0%
51 a 60 anos	13 5,7%	1 8,3%	2 6,9%	2 50,0%	18 6,6%
61 ou mais	1 0,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	228 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	273 100,0%

Tabela 166.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Até 30 anos	74 30,0%	4 30,8%	4 10,5%	1 16,7%	83 27,3%
31 a 40 anos	113 45,7%	4 30,8%	18 47,4%	2 33,3%	137 45,1%
41 a 50 anos	52 21,1%	5 38,5%	13 34,2%	1 16,7%	71 23,4%
51 a 60 anos	7 2,8%	0 0,0%	2 5,3%	0 0,0%	9 3,0%
61 ou mais	1 0,4%	0 0,0%	1 2,6%	2 33,3%	4 1,3%
Total	247 100,0%	13 100,0%	38 100,0%	6 100,0%	304 100,0%

Tabela 166.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Até 30 anos	7	41,2
31 a 40 anos	4	23,5
41 a 50 anos	3	17,6
51 a 60 anos	1	5,9
61 ou mais	2	11,8
Total	17	100,0

Questão167: Estado de nascimento

Tabela 167.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	9 0,3%	0 0,0%	1 0,7%	0 0,0%	10 0,3%
AL	34 1,3%	3 1,4%	2 1,5%	0 0,0%	39 1,3%
AP	7 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 0,2%
AM	37 1,4%	2 1,0%	1 0,7%	0 0,0%	40 1,3%
BA	90 3,4%	11 5,3%	5 3,7%	1 6,7%	107 3,6%
CE	105 4,0%	4 1,9%	0 0,0%	0 0,0%	109 3,7%
DF	43 1,6%	4 1,9%	2 1,5%	1 6,7%	50 1,7%
ES	118 4,5%	1 0,5%	2 1,5%	0 0,0%	121 4,1%
GO	87 3,3%	3 1,4%	2 1,5%	1 6,7%	93 3,1%
MA	47 1,8%	1 0,5%	1 0,7%	0 0,0%	49 1,6%
MT	49 1,9%	3 1,4%	1 0,7%	0 0,0%	53 1,8%
MS	36 1,4%	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	38 1,3%
MG	218 8,3%	17 8,2%	9 6,6%	1 6,7%	245 8,2%
PA	33 1,3%	4 1,9%	4 2,9%	1 6,7%	42 1,4%
PB	88 3,4%	6 2,9%	3 2,2%	0 0,0%	97 3,3%
PR	261 10,0%	18 8,7%	12 8,8%	0 0,0%	291 9,8%
PE	92 3,5%	8 3,9%	9 6,6%	2 13,3%	111 3,7%
PI	65 2,5%	1 0,5%	7 5,1%	0 0,0%	73 2,5%
RJ	381 14,6%	31 15,0%	15 11,0%	3 20,0%	430 14,5%
RN	70 2,7%	2 1,0%	2 1,5%	0 0,0%	74 2,5%
RS	173 6,6%	24 11,6%	18 13,2%	3 20,0%	218 7,3%
RO	17 0,6%	0 0,0%	2 1,5%	0 0,0%	19 0,6%
RR	4 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,1%
SC	105 4,0%	5 2,4%	12 8,8%	0 0,0%	122 4,1%
SP	393 15,0%	49 23,7%	22 16,2%	2 13,3%	466 15,7%
SE	37 1,4%	6 2,9%	4 2,9%	0 0,0%	47 1,6%
TO	18 0,7%	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	20 0,7%
Total	2617 100,0%	207 100,0%	136 100,0%	15 100,0%	2975 100,0%

Tabela 167.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
AL	3 0,9%	1 6,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,1%
AM	5 1,6%	0 0,0%	2 5,3%	0 0,0%	7 1,9%
BA	9 2,8%	1 6,3%	0 0,0%	0 0,0%	10 2,6%
CE	6 1,9%	2 12,5%	1 2,6%	0 0,0%	9 2,4%
ES	4 1,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,1%
GO	5 1,6%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	6 1,6%
MA	6 1,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 1,6%
MT	3 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 0,8%
MS	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
MG	21 6,6%	1 6,3%	1 2,6%	3 42,9%	26 6,9%
PA	4 1,3%	0 0,0%	2 5,3%	0 0,0%	6 1,6%
PB	5 1,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,3%
PR	42 13,2%	2 12,5%	5 13,2%	0 0,0%	49 13,0%
PE	3 0,9%	0 0,0%	2 5,3%	0 0,0%	5 1,3%
PI	7 2,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 1,9%
RJ	45 14,2%	2 12,5%	5 13,2%	0 0,0%	52 13,8%
RN	8 2,5%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	9 2,4%
RS	50 15,8%	3 18,8%	5 13,2%	3 42,9%	61 16,1%
RR	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
SC	20 6,3%	1 6,3%	1 2,6%	0 0,0%	22 5,8%
SP	61 19,2%	3 18,8%	12 31,6%	1 14,3%	77 20,4%
SE	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
TO	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
Total	317 100,0%	16 100,0%	38 100,0%	7 100,0%	378 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão167: Estado de nascimento*

Tabela 167.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AL	5 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,2%
AP	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,2%
AM	6 1,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 1,4%
BA	12 3,4%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	13 3,0%
CE	10 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	10 2,3%
ES	9 2,5%	0 0,0%	2 4,2%	0 0,0%	11 2,6%
GO	7 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 1,6%
MA	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,2%
MT	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,2%
MS	5 1,4%	1 5,6%	0 0,0%	0 0,0%	6 1,4%
MG	32 9,0%	3 16,7%	5 10,4%	0 0,0%	40 9,3%
PA	4 1,1%	1 5,6%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,2%
PB	6 1,7%	0 0,0%	2 4,2%	0 0,0%	8 1,9%
PR	29 8,1%	1 5,6%	3 6,3%	1 12,5%	34 7,9%
PE	10 2,8%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	11 2,6%
PI	6 1,7%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	7 1,6%
RJ	46 12,9%	5 27,8%	5 10,4%	2 25,0%	58 13,5%
RN	8 2,2%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	9 2,1%
RS	60 16,9%	2 11,1%	11 22,9%	3 37,5%	76 17,7%
RO	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
RR	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,2%
SC	11 3,1%	0 0,0%	2 4,2%	0 0,0%	13 3,0%
SP	81 22,8%	5 27,8%	14 29,2%	2 25,0%	102 23,7%
SE	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
TO	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,2%
Total	356 100,0%	18 100,0%	48 100,0%	8 100,0%	430 100,0%

Tabela 167.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

UF	Nº absoluto	%
SP	7	31,8
PR	3	13,6
RJ	3	13,6
BA	2	9,1
PE	2	9,1
AM	1	4,5
ES	1	4,5
PA	1	4,5
RS	1	4,5
SC	1	4,5
Total	22	100,0

Questão 168: Cor

Tabela 168.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Amarela	39	3	3	0	45
	1,5%	1,4%	2,2%	0,0%	1,5%
Branca	2056	173	112	12	2353
	78,6%	83,6%	82,4%	80,0%	79,1%
Indígena	2	0	0	0	2
	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Parda	444	27	18	3	492
	17,0%	13,0%	13,2%	20,0%	16,5%
Preta	43	1	3	0	47
	1,6%	0,5%	2,2%	0,0%	1,6%
Sem declaração	33	3	0	0	36
	1,3%	1,4%	0,0%	0,0%	1,2%
Total	2617	207	136	15	2975
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 168: Cor*

Tabela 168.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Amarela	8 2,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 2,1%
Branca	270 85,2%	15 93,8%	30 78,9%	5 71,4%	320 84,7%
Indígena	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,3%
Parda	29 9,1%	0 0,0%	6 15,8%	2 28,6%	37 9,8%
Preta	6 1,9%	1 6,3%	1 2,6%	0 0,0%	8 2,1%
Sem declaração	3 0,9%	0 0,0%	1 2,6%	0 0,0%	4 1,1%
Total	317 100,0%	16 100,0%	38 100,0%	7 100,0%	378 100,0%

Tabela 168.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Amarela	4 1,1%	1 5,6%	0 0,0%	0 0,0%	5 1,2%
Branca	305 85,7%	16 88,9%	44 91,7%	7 87,5%	372 86,5%
Indígena	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,2%
Parda	34 9,6%	1 5,6%	3 6,3%	0 0,0%	38 8,8%
Preta	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 12,5%	1 0,2%
Sem declaração	12 3,4%	0 0,0%	1 2,1%	0 0,0%	13 3,0%
Total	356 100,0%	18 100,0%	48 100,0%	8 100,0%	430 100,0%

Tabela 168.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Cor	Nº absoluto	%
Branca	20	90,9
Sem declaração	2	9,1
Total	22	100,0

Questão 169: Estado Civil

Tabela 169.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Casado(a) ou em união estável	2103	175	110	11	2399
	80,4%	84,5%	80,9%	73,3%	80,6%
Divorciado(a)	222	11	15	1	249
	8,5%	5,3%	11,0%	6,7%	8,4%
Separado(a)	27	1	1	1	30
	1,0%	0,5%	0,7%	6,7%	1,0%
Solteiro(a)	238	20	7	1	266
	9,1%	9,7%	5,1%	6,7%	8,9%
Viúvo(a)	21	0	2	1	24
	0,8%	0,0%	1,5%	6,7%	0,8%
Outros	6	0	1	0	7
	0,2%	0,0%	,7%	0,0%	0,2%
Total	2617	207	136	15	2975
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 169.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Casado(a) ou em união estável	262	11	26	6	305
	82,6%	68,8%	68,4%	85,7%	80,7%
Divorciado(a)	34	3	6	1	44
	10,7%	18,8%	15,8%	14,3%	11,6%
Separado(a)	5	1	2	0	8
	1,6%	6,3%	5,3%	0,0%	2,1%
Solteiro(a)	12	1	3	0	16
	3,8%	6,3%	7,9%	0,0%	4,2%
Viúvo(a)	4	0	1	0	5
	1,3%	0,0%	2,6%	0,0%	1,3%
Total	317	16	38	7	378
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 169: Estado Civil*

Tabela 169.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Casado(a) ou em união estável	289 81,2%	12 66,7%	33 68,8%	7 87,5%	341 79,3%
Divorciado(a)	27 7,6%	1 5,6%	5 10,4%	0 0,0%	33 7,7%
Separado(a)	6 1,7%	3 16,7%	1 2,1%	0 0,0%	10 2,3%
Solteiro(a)	17 4,8%	2 11,1%	4 8,3%	0 0,0%	23 5,3%
Viúvo(a)	15 4,2%	0 0,0%	5 10,4%	1 12,5%	21 4,9%
Outros	2 0,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
Total	356 100,0%	18 100,0%	48 100,0%	8 100,0%	430 100,0%

Tabela 169.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Casado(a) ou em união estável	17	77,3
Solteiro(a)	2	9,1
Viúvo(a)	2	9,1
Separado(a)	1	4,5
Total	22	100,0

Questão 170: Tem filhos?

Tabela 170.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	557	69	20	3	649
	21,3%	33,3%	14,7%	20,0%	21,8%
Sim	2060	138	116	12	2326
	78,7%	66,7%	85,3%	80,0%	78,2%
Total	2617	207	136	15	2975
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 170.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	22	0	2	0	24
	6,9%	0,0%	5,3%	0,0%	6,3%
Sim	295	16	36	7	354
	93,1%	100,0%	94,7%	100,0%	93,7%
Total	317	16	38	7	378
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 170.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	23	4	7	0	34
	6,5%	22,2%	14,6%	0,0%	7,9%
Sim	333	14	41	8	396
	93,5%	77,8%	85,4%	100,0%	92,1%
Total	356	18	48	8	430
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 170.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Tem filhos(as)	Nº absoluto	%
Sim	19	86,4
Não	3	13,6
Total	22	100,0

Questão 171: Quantos filhos?

Tabela 171.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

N	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
0	4 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,2%
1	611 29,6%	57 41,3%	38 32,8%	4 33,3%	710 30,5%
2	998 48,4%	59 42,8%	52 44,8%	7 58,3%	1116 47,9%
3	329 15,9%	16 11,6%	20 17,2%	0 0,0%	365 15,7%
4	88 4,3%	6 4,3%	4 3,4%	1 8,3%	99 4,2%
Mais de 4 filhos(as)	34 1,6%	0 0,0%	2 1,7%	0 0,0%	36 1,5%
Total	2064 100,0%	138 100,0%	116 100,0%	12 100,0%	2330 100,0%

Tabela 171.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

N	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
0	1 0,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,3%
1	50 16,9%	2 12,5%	9 25,0%	0 0,0%	61 17,2%
2	134 45,3%	8 50,0%	11 30,6%	3 42,9%	156 43,9%
3	81 27,4%	5 31,3%	12 33,3%	3 42,9%	101 28,5%
4	19 6,4%	0 0,0%	2 5,6%	1 14,3%	22 6,2%
Mais de 4 filhos(as)	11 3,7%	1 6,3%	2 5,6%	0 0,0%	14 3,9%
Total	296 100,0%	16 100,0%	36 100,0%	7 100,0%	355 100,0%

Tabela 171.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

N	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
1	40 12,0%	0 0,0%	6 14,6%	2 25,0%	48 12,1%
2	100 30,0%	5 35,7%	16 39,0%	1 12,5%	122 30,8%
3	114 34,2%	7 50,0%	11 26,8%	0 0,0%	132 33,3%
4	43 12,9%	2 14,3%	7 17,1%	5 62,5%	57 14,4%
Mais de 4 filhos(as)	36 10,8%	0 0,0%	1 2,4%	0 0,0%	37 9,3%
Total	333 100,0%	14 100,0%	41 100,0%	8 100,0%	396 100,0%

Tabela 171.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

N	Nº absoluto	%
1	5	26,3
2	6	31,6
3	3	15,8
4	4	21,1
5	1	5,3
Total	19	100,0

Questão 172: Qual é a sua religião?

Tabela 172.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Candomblé	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Católica romana	1067 61,0%	68 49,6%	45 54,2%	7 58,3%	1187 59,9%
Espírita	251 14,4%	13 9,5%	10 12,0%	2 16,7%	276 13,9%
Evangélica de missão	99 5,7%	10 7,3%	4 4,8%	0 0,0%	113 5,7%
Evangélica de origem pentecostal	44 2,5%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	45 2,3%
Outras evangélicas	37 2,1%	4 2,9%	3 3,6%	1 8,3%	45 2,3%
Outras religiosidades	43 2,5%	4 2,9%	3 3,6%	1 8,3%	51 2,6%
Sem religião	198 11,3%	37 27,0%	17 20,5%	1 8,3%	253 12,8%
Umbanda	8 0,5%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	9 0,5%
Total	1748 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1980 100,0%

Tabela 172.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Candomblé	0 0,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	1 0,4%
Católica romana	142 70,0%	9 75,0%	17 58,6%	3 75,0%	171 69,0%
Espírita	27 13,3%	2 16,7%	1 3,4%	0 0,0%	30 12,1%
Evangélica de missão	9 4,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	9 3,6%
Evangélica de origem pentecostal	2 1,0%	0 0,0%	2 6,9%	1 25,0%	5 2,0%
Outras evangélicas	0 0,0%	0 0,0%	3 10,3%	0 0,0%	3 1,2%
Outras religiosidades	5 2,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	6 2,4%
Sem religião	18 8,9%	1 8,3%	4 13,8%	0 0,0%	23 9,3%
Total	203 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	248 100,0%

Tabela 172.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Católica romana	140 65,4%	7 58,3%	17 68,0%	2 50,0%	166 65,1%
Espírita	33 15,4%	1 8,3%	5 20,0%	2 50,0%	41 16,1%
Evangélica de missão	7 3,3%	2 16,7%	1 4,0%	0 0,0%	10 3,9%
Evangélica de origem pentecostal	5 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Outras evangélicas	2 ,9%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	3 1,2%
Outras religiosidades	7 3,3%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,1%
Sem religião	20 9,3%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	22 8,6%
Total	214 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	255 100,0%

Tabela 172.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Católica romana	11	78,6
Candomblé	1	7,1
Espírita	1	7,1
Sem religião	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 173: Qual é ou era a religião do seu pai?

Tabela 173.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Candomblé	1 0,1%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
Católica romana	1283 73,4%	87 63,5%	57 68,7%	9 75,0%	1436 72,5%
Espírita	121 6,9%	9 6,6%	6 7,2%	0 0,0%	136 6,9%
Evangélica de missão	65 3,7%	9 6,6%	2 2,4%	0 0,0%	76 3,8%
Evangélica de origem pentecostal	42 2,4%	1 0,7%	2 2,4%	1 8,3%	46 2,3%
Outras evangélicas	30 1,7%	2 1,5%	2 2,4%	1 8,3%	35 1,8%
Outras religiosidades	32 1,8%	4 2,9%	2 2,4%	0 0,0%	38 1,9%
Sem religião	170 9,7%	23 16,8%	12 14,5%	1 8,3%	206 10,4%
Umbanda	4 0,2%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	5 0,3%
Total	1748 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1980 100,0%

Tabela 173.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Católica romana	150 73,9%	9 75,0%	24 82,8%	3 75,0%	186 75,0%
Espírita	19 9,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	20 8,1%
Evangélica de missão	5 2,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Evangélica de origem pentecostal	2 1,0%	0 0,0%	1 3,4%	1 25,0%	4 1,6%
Outras evangélicas	3 1,5%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	5 2,0%
Outras religiosidades	7 3,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	8 3,2%
Sem religião	16 7,9%	2 16,7%	1 3,4%	0 0,0%	19 7,7%
Umbanda	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	203 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	248 100,0%

Tabela 173.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Candomblé	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Católica romana	152 71,0%	8 66,7%	17 68,0%	2 50,0%	179 70,2%
Espírita	13 6,1%	0 0,0%	4 16,0%	0 0,0%	17 6,7%
Evangélica de missão	11 5,1%	2 16,7%	1 4,0%	0 0,0%	14 5,5%
Evangélica de origem pentecostal	4 1,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
Outras evangélicas	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	2 0,8%
Outras religiosidades	10 4,7%	1 8,3%	0 0,0%	1 25,0%	12 4,7%
Sem religião	22 10,3%	1 8,3%	3 12,0%	0 0,0%	26 10,2%
Total	214 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	255 100,0%

Tabela 173.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Católica romana	9	64,3
Sem religião	3	21,4
Candomblé	1	7,1
Espírita	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 174: Qual é ou era a religião da sua mãe?

Tabela 174.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Candomblé	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Católica romana	1346 77,0%	98 71,5%	64 77,1%	10 83,3%	1518 76,7%
Espírita	145 8,3%	9 6,6%	8 9,6%	0 0,0%	162 8,2%
Evangélica de missão	93 5,3%	6 4,4%	3 3,6%	0 0,0%	102 5,2%
Evangélica de origem pentecostal	62 3,5%	4 2,9%	1 1,2%	1 8,3%	68 3,4%
Outras evangélicas	35 2,0%	4 2,9%	5 6,0%	1 8,3%	45 2,3%
Outras religiosidades	21 1,2%	4 2,9%	1 1,2%	0 0,0%	26 1,3%
Sem religião	37 2,1%	11 8,0%	1 1,2%	0 0,0%	49 2,5%
Umbanda	8 0,5%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	9 0,5%
Total	1748 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1980 100,0%

Tabela 174.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Católica romana	165 81,3%	11 91,7%	24 82,8%	2 50,0%	202 81,5%
Espírita	17 8,4%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	18 7,3%
Evangélica de missão	7 3,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,8%
Evangélica de origem pentecostal	4 2,0%	1 8,3%	1 3,4%	1 25,0%	7 2,8%
Outras evangélicas	1 ,5%	0 0,0%	3 10,3%	0 0,0%	4 1,6%
Outras religiosidades	5 2,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	6 2,4%
Sem religião	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Umbanda	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	203 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	248 100,0%

Tabela 174.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Católica romana	182 85,0%	9 75,0%	21 84,0%	3 75,0%	215 84,3%
Espírita	12 5,6%	0 0,0%	2 8,0%	1 25,0%	15 5,9%
Evangélica de missão	4 1,9%	1 8,3%	2 8,0%	0 0,0%	7 2,7%
Evangélica de origem pentecostal	2 0,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Outras evangélicas	5 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Outras religiosidades	3 1,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
Sem religião	6 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,4%
Total	214 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	255 100,0%

Tabela 174.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Católica romana	12	85,7
Candomblé	1	7,1
Espírita	1	7,1
Total	14	100,0

Questão175: Qual é ou era a religião do seu cônjuge?

Tabela 175.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Candomblé	4 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,2%
Católica romana	1101 63,0%	77 56,2%	57 68,7%	6 50,0%	1241 62,7%
Espírita	182 10,4%	7 5,1%	6 7,2%	3 25,0%	198 10,0%
Evangélica de missão	82 4,7%	8 5,8%	3 3,6%	0 0,0%	93 4,7%
Evangélica de origem pentecostal	51 2,9%	2 1,5%	4 4,8%	0 0,0%	57 2,9%
Outras evangélicas	50 2,9%	3 2,2%	3 3,6%	1 8,3%	57 2,9%
Outras religiosidades	38 2,2%	6 4,4%	2 2,4%	1 8,3%	47 2,4%
Sem religião	232 13,3%	32 23,4%	8 9,6%	1 8,3%	273 13,8%
Umbanda	8 0,5%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	10 0,5%
Total	1748 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1980 100,0%

Tabela 175.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Católica romana	141 69,5%	8 66,7%	20 69,0%	2 50,0%	171 69,0%
Espírita	28 13,8%	3 25,0%	0 0,0%	1 25,0%	32 12,9%
Evangélica de missão	8 3,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	9 3,6%
Evangélica de origem pentecostal	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	3 1,2%
Outras evangélicas	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	5 2,0%
Outras religiosidades	5 2,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	6 2,4%
Sem religião	15 7,4%	1 8,3%	6 20,7%	0 0,0%	22 8,9%
Total	203 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	248 100,0%

Tabela 175.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Católica romana	138 64,5%	8 66,7%	18 72,0%	2 50,0%	166 65,1%
Espírita	24 11,2%	1 8,3%	3 12,0%	2 50,0%	30 11,8%
Evangélica de missão	8 3,7%	2 16,7%	1 4,0%	0 0,0%	11 4,3%
Evangélica de origem pentecostal	5 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Outras evangélicas	8 3,7%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	9 3,5%
Outras religiosidades	7 3,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,7%
Sem religião	23 10,7%	1 8,3%	2 8,0%	0 0,0%	26 10,2%
Umbanda	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	214 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	255 100,0%

Tabela 175.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Católica romana	11	78,6
Espírita	2	14,3
Candomblé	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 176: situação de moradia

Tabela 176.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Casa própria	1231 70,2%	86 62,8%	70 84,3%	5 41,7%	1392 70,1%
Alugada	436 24,9%	41 29,9%	11 13,3%	6 50,0%	494 24,9%
Cedida por parentes ou amigos	20 1,1%	3 2,2%	1 1,2%	0 0,0%	24 1,2%
Cedida pelo Judiciário	5 0,3%	2 1,5%	0 0,0%	1 8,3%	8 0,4%
Cedida pelo Executivo	2 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
Outras	60 3,4%	5 3,6%	1 1,2%	0 0,0%	66 3,3%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 176.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Casa própria	193 94,1%	10 83,3%	26 89,7%	4 100,0%	233 93,2%
Alugada	8 3,9%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	10 4,0%
Cedida por parentes ou amigos	1 0,5%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Outras	3 1,5%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	5 2,0%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 176.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Casa própria	203 94,4%	10 83,3%	25 100,0%	3 75,0%	241 94,1%
Alugada	10 4,7%	2 16,7%	0 0,0%	1 25,0%	13 5,1%
Cedida por parentes ou amigos	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 176.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Casa própria	11	78,6
Cedida pelo judiciário	2	14,3
Cedida pelo executivo	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 177: Quantos automóveis possui?

Tabela 177.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não tem automóvel	41 2,3%	7 5,1%	7 8,4%	1 8,3%	56 2,8%
1	1004 57,2%	84 61,3%	40 48,2%	8 66,7%	1136 57,2%
2	601 34,3%	39 28,5%	31 37,3%	3 25,0%	674 33,9%
3	83 4,7%	7 5,1%	4 4,8%	0 0,0%	94 4,7%
Mais de 3 automóveis	25 1,4%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	26 1,3%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 177.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não tem automóvel	9 4,4%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	12 4,8%
1	92 44,9%	4 33,3%	10 34,5%	1 25,0%	107 42,8%
2	75 36,6%	5 41,7%	11 37,9%	3 75,0%	94 37,6%
3	19 9,3%	1 8,3%	5 17,2%	0 0,0%	25 10,0%
Mais de 3 automóveis	10 4,9%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	12 4,8%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 177.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não tem automóvel	8 3,7%	3 25,0%	0 0,0%	1 25,0%	12 4,7%
1	97 45,1%	4 33,3%	16 64,0%	1 25,0%	118 46,1%
2	81 37,7%	3 25,0%	7 28,0%	0 0,0%	91 35,5%
3	21 9,8%	2 16,7%	1 4,0%	2 50,0%	26 10,2%
Mais de 3 automóveis	8 3,7%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	9 3,5%
TOTAL	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 177.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não tem automóvel	1	7,1
1	6	42,9
2	5	35,7
3	2	14,3
Total	14	100,0

Questão 178: Quantos empregados prestam serviço em sua residência?

Tabela 178.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não tem empregado(a)	256 14,6%	34 24,8%	17 20,5%	2 16,7%	309 15,6%
1	1077 61,4%	85 62,0%	54 65,1%	10 83,3%	1226 61,7%
2	353 20,1%	15 10,9%	11 13,3%	0 0,0%	379 19,1%
Mais de 2 empregados(as)	68 3,9%	3 2,2%	1 1,2%	0 0,0%	72 3,6%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 178.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não tem empregado(a)	26 12,7%	0 0,0%	6 20,7%	2 50,0%	34 13,6%
1	118 57,6%	8 66,7%	18 62,1%	1 25,0%	145 58,0%
2	53 25,9%	3 25,0%	5 17,2%	1 25,0%	62 24,8%
Mais de 2 empregados(as)	8 3,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	9 3,6%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 178.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não tem empregado(a)	31 14,4%	1 8,3%	6 24,0%	3 75,0%	41 16,0%
1	138 64,2%	9 75,0%	17 68,0%	1 25,0%	165 64,5%
2	35 16,3%	2 16,7%	2 8,0%	0 0,0%	39 15,2%
Mais de 2 empregados(as)	11 5,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	11 4,3%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 178.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não tem empregado(a)	2	14,3
1	8	57,1
2	4	28,6
Total	14	100,0

Questão 179: Indique o grau de escolaridade do seu pai

Tabela 179.1 – JUÍZES DE 1º GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	281 16,0%	22 16,1%	16 19,3%	3 25,0%	322 16,2%
Fundamental completo	142 8,1%	8 5,8%	7 8,4%	0 0,0%	157 7,9%
Ensino médio incompleto	54 3,1%	2 1,5%	2 2,4%	1 8,3%	59 3,0%
Ensino médio completo	253 14,4%	15 10,9%	8 9,6%	1 8,3%	277 14,0%
Superior incompleto	67 3,8%	8 5,8%	3 3,6%	1 8,3%	79 4,0%
Superior completo	676 38,6%	60 43,8%	32 38,6%	6 50,0%	774 39,0%
Pós-graduação incompleta	3 ,2%	1 0,7%	1 1,2%	0 0,0%	5 0,3%
Pós-graduação completa	240 13,7%	20 14,6%	11 13,3%	0 0,0%	271 13,7%
Não estudou	29 1,7%	1 0,7%	2 2,4%	0 0,0%	32 1,6%
Não sabe	7 0,4%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	8 0,4%
Total	1752 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1984 100,0%

Tabela 179.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	34 16,7%	2 16,7%	8 27,6%	1 25,0%	45 18,1%
Fundamental completo	26 12,7%	0 0,0%	3 10,3%	0 0,0%	29 11,6%
Ensino médio incompleto	7 3,4%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	9 3,6%
Ensino médio completo	23 11,3%	1 8,3%	4 13,8%	1 25,0%	29 11,6%
Superior incompleto	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	5 2,0%
Superior completo	85 41,7%	5 41,7%	10 34,5%	2 50,0%	102 41,0%
Pós-graduação incompleta	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Pós-graduação completa	19 9,3%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	23 9,2%
Não estudou	4 2,0%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Não sabe	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 179: Indique o grau de escolaridade do seu pai*

Tabela 179.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	45 20,9%	0 0,0%	5 20,0%	0 0,0%	50 19,5%
Fundamental completo	43 20,0%	2 16,7%	3 12,0%	0 0,0%	48 18,8%
Ensino médio incompleto	10 4,7%	1 8,3%	4 16,0%	0 0,0%	15 5,9%
Ensino médio completo	31 14,4%	4 33,3%	4 16,0%	0 0,0%	39 15,2%
Superior incompleto	4 1,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Superior completo	71 33,0%	4 33,3%	6 24,0%	2 50,0%	83 32,4%
Pós-graduação completa	3 1,4%	0 0,0%	2 8,0%	1 25,0%	6 2,3%
Não estudou	5 2,3%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	6 2,3%
Não sabe	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 1,6%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 179.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Fundamental completo	4	28,6
Ensino médio incompleto	1	7,1
Ensino médio completo	4	28,6
Superior completo	5	35,7
Total	14	100,0

Questão 180: Indique o grau de escolaridade da sua mãe

Tabela 180.1 - JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	236 13,5%	17 12,4%	13 15,7%	2 16,7%	268 13,5%
Fundamental completo	185 10,6%	12 8,8%	5 6,0%	0 0,0%	202 10,2%
Ensino médio incompleto	69 3,9%	2 1,5%	4 4,8%	0 0,0%	75 3,8%
Ensino médio completo	414 23,6%	29 21,2%	25 30,1%	8 66,7%	476 24,0%
Superior incompleto	76 4,3%	5 3,6%	2 2,4%	0 0,0%	83 4,2%
Superior completo	498 28,4%	46 33,6%	25 30,1%	1 8,3%	570 28,7%
Pós-graduação incompleta	8 0,5%	1 0,7%	2 2,4%	0 0,0%	11 0,6%
Pós-graduação completa	237 13,5%	23 16,8%	6 7,2%	1 8,3%	267 13,5%
Não estudou	25 1,4%	2 1,5%	1 1,2%	0 0,0%	28 1,4%
Não sabe	4 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,2%
Total	1752 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1984 100,0%

Tabela 180.2 - JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	35 17,2%	4 33,3%	9 31,0%	2 50,0%	50 20,1%
Fundamental completo	29 14,2%	1 8,3%	6 20,7%	2 50,0%	38 15,3%
Ensino médio incompleto	18 8,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	18 7,2%
Ensino médio completo	68 33,3%	4 33,3%	8 27,6%	0 0,0%	80 32,1%
Superior incompleto	7 3,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	8 3,2%
Superior completo	34 16,7%	3 25,0%	4 13,8%	0 0,0%	41 16,5%
Pós-graduação completa	10 4,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	11 4,4%
Não estudou	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 180: Indique o grau de escolaridade da sua mãe*

Tabela 180.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	49 22,8%	2 16,7%	6 24,0%	0 0,0%	57 22,3%
Fundamental completo	54 25,1%	1 8,3%	7 28,0%	0 0,0%	62 24,2%
Ensino médio incompleto	13 6,0%	0 0,0%	2 8,0%	0 0,0%	15 5,9%
Ensino médio completo	61 28,4%	5 41,7%	6 24,0%	0 0,0%	72 28,1%
Superior incompleto	4 1,9%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	5 2,0%
Superior completo	23 10,7%	3 25,0%	2 8,0%	2 50,0%	30 11,7%
Pós-graduação completa	3 1,4%	1 8,3%	0 0,0%	1 25,0%	5 2,0%
Não estudou	7 3,3%	0 0,0%	1 4,0%	1 25,0%	9 3,5%
Não sabe	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 180.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Fundamental incompleto	2	14,3
Fundamental completo	2	14,3
Ensino médio incompleto	1	7,1
Ensino médio completo	6	42,9
Superior completo	2	14,3
Pós-graduação completa	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 181: Indique o grau de escolaridade do seu avô paterno

Tabela 181.1 - JUÍZES DE PRIMERIO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	448 25,6%	41 29,9%	23 27,7%	4 33,3%	516 26,0%
Fundamental completo	227 13,0%	20 14,6%	11 13,3%	3 25,0%	261 13,2%
Ensino médio incompleto	51 2,9%	5 3,6%	4 4,8%	0 0,0%	60 3,0%
Ensino médio completo	316 18,0%	16 11,7%	15 18,1%	2 16,7%	349 17,6%
Superior incompleto	6 0,3%	5 3,6%	0 0,0%	0 0,0%	11 0,6%
Superior completo	178 10,2%	21 15,3%	8 9,6%	1 8,3%	208 10,5%
Pós-graduação completa	27 1,5%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	28 1,4%
Não estudou	138 7,9%	9 6,6%	11 13,3%	1 8,3%	159 8,0%
Não sabe	361 20,6%	19 13,9%	11 13,3%	1 8,3%	392 19,8%
Total	1752 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1984 100,0%

Tabela 181.2 - JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	37 18,1%	4 33,3%	11 37,9%	3 75,0%	55 22,1%
Fundamental completo	32 15,7%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	36 14,5%
Ensino médio incompleto	14 6,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	14 5,6%
Ensino médio completo	36 17,6%	3 25,0%	4 13,8%	0 0,0%	43 17,3%
Superior incompleto	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Superior completo	36 17,6%	3 25,0%	3 10,3%	0 0,0%	42 16,9%
Não estudou	8 3,9%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	9 3,6%
Não sabe	38 18,6%	1 8,3%	8 27,6%	0 0,0%	47 18,9%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 181: Indique o grau de escolaridade do seu avô paterno*

Tabela 181.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	46 21,4%	3 25,0%	8 32,0%	0 0,0%	57 22,3%
Fundamental completo	37 17,2%	2 16,7%	7 28,0%	0 0,0%	46 18,0%
Ensino médio incompleto	10 4,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	10 3,9%
Ensino médio completo	27 12,6%	2 16,7%	2 8,0%	3 75,0%	34 13,3%
Superior incompleto	6 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,3%
Superior completo	25 11,6%	3 25,0%	3 12,0%	0 0,0%	31 12,1%
Pós-graduação completa	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Não estudou	10 4,7%	0 0,0%	2 8,0%	1 25,0%	13 5,1%
Não sabe	53 24,7%	2 16,7%	3 12,0%	0 0,0%	58 22,7%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 181.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Fundamental incompleto	4	28,6
Fundamental completo	1	7,1
Ensino médio incompleto	1	7,1
Ensino médio completo	4	28,6
Pós-graduação completa	1	7,1
Não sabe	3	21,4
Total	14	100,0

Questão 182: Indique o grau de escolaridade do seu avô materno

Tabela 182.1 - JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	448 25,6%	33 24,1%	17 20,5%	3 25,0%	501 25,3%
Fundamental completo	221 12,6%	19 13,9%	12 14,5%	3 25,0%	255 12,9%
Ensino médio incompleto	64 3,7%	8 5,8%	4 4,8%	0 0,0%	76 3,8%
Ensino médio completo	322 18,4%	30 21,9%	18 21,7%	4 33,3%	374 18,9%
Superior incompleto	8 0,5%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	10 0,5%
Superior completo	192 11,0%	21 15,3%	8 9,6%	1 8,3%	222 11,2%
Pós-graduação completa	19 1,1%	0 0,0%	3 3,6%	0 0,0%	22 1,1%
Não estudou	147 8,4%	10 7,3%	11 13,3%	1 8,3%	169 8,5%
Não sabe	331 18,9%	14 10,2%	10 12,0%	0 0,0%	355 17,9%
Total	1752 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1984 100,0%

Tabela 182.2 - JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	41 20,1%	2 16,7%	10 34,5%	3 75,0%	56 22,5%
Fundamental completo	37 18,1%	2 16,7%	4 13,8%	0 0,0%	43 17,3%
Ensino médio incompleto	12 5,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	13 5,2%
Ensino médio completo	47 23,0%	4 33,3%	1 3,4%	0 0,0%	52 20,9%
Superior incompleto	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Superior completo	24 11,8%	1 8,3%	4 13,8%	0 0,0%	29 11,6%
Pós-graduação completa	0 0,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	1 0,4%
Não estudou	8 3,9%	1 8,3%	1 3,4%	1 25,0%	11 4,4%
Não sabe	32 15,7%	2 16,7%	7 24,1%	0 0,0%	41 16,5%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

CONTINUAÇÃO - *Questão 182: Indique o grau de escolaridade do seu avô materno*

Tabela 182.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Fundamental incompleto	47 21,9%	2 16,7%	10 40,0%	0 0,0%	59 23,0%
Fundamental completo	32 14,9%	3 25,0%	3 12,0%	0 0,0%	38 14,8%
Ensino médio incompleto	11 5,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	11 4,3%
Ensino médio completo	32 14,9%	2 16,7%	3 12,0%	3 75,0%	40 15,6%
Superior incompleto	3 1,4%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	4 1,6%
Superior completo	24 11,2%	3 25,0%	3 12,0%	0 0,0%	30 11,7%
Pós-graduação completa	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Não estudou	10 4,7%	1 8,3%	2 8,0%	0 0,0%	13 5,1%
Não sabe	54 25,1%	1 8,3%	3 12,0%	1 25,0%	59 23,0%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 182.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Fundamental incompleto	3	21,4
Fundamental completo	3	21,4
Ensino médio completo	4	28,6
Superior incompleto	1	7,1
Não sabe	3	21,4
Total	14	100,0

Questão 183: Ocupação que seu pai exerceu/exerce por/há mais tempo

Tabela 183.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	336 19,2%	27 19,7%	15 18,1%	1 8,3%	379 19,1%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	189 10,8%	14 10,2%	8 9,6%	3 25,0%	214 10,8%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	87 5,0%	3 2,2%	4 4,8%	1 8,3%	95 4,8%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	50 2,9%	3 2,2%	4 4,8%	0 0,0%	57 2,9%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	67 3,8%	12 8,8%	2 2,4%	0 0,0%	81 4,1%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	14 ,8%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	15 ,8%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	74 4,2%	8 5,8%	6 7,2%	0 0,0%	88 4,4%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	75 4,3%	5 3,6%	3 3,6%	1 8,3%	84 4,2%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	86 4,9%	14 10,2%	9 10,8%	2 16,7%	111 5,6%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	212 12,1%	15 10,9%	12 14,5%	2 16,7%	241 12,2%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	55 3,1%	2 1,5%	1 1,2%	0 0,0%	58 2,9%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	211 12,1%	13 9,5%	10 12,0%	2 16,7%	236 11,9%
Empresário: com até 5 empregados	133 7,6%	7 5,1%	2 2,4%	0 0,0%	142 7,2%
Empresário: com 6 a 20 empregados	73 4,2%	7 5,1%	3 3,6%	0 0,0%	83 4,2%
Empresário: com 21 a 50 empregados	25 1,4%	4 2,9%	1 1,2%	0 0,0%	30 1,5%
Empresário: com 51 a 100 empregados	12 ,7%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	13 ,7%
Empresário: com mais de 100 empregados	13 ,7%	1 ,7%	1 1,2%	0 0,0%	15 ,8%
Prendas domésticas	1 ,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,1%
Não sei	37 2,1%	1 ,7%	1 1,2%	0 0,0%	39 2,0%
Total	1750 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1982 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 183: Ocupação que seu pai exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 183.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	48 23,5%	3 25,0%	3 10,3%	2 50,0%	56 22,5%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	16 7,8%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	18 7,2%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	15 7,4%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	17 6,8%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	3 1,5%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	5 2,0%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	1 ,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	2 ,8%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	3 1,5%	0 0,0%	4 13,8%	0 0,0%	7 2,8%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	9 4,4%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	12 4,8%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	10 4,9%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	13 5,2%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	11 5,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	11 4,4%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	34 16,7%	1 8,3%	4 13,8%	0 0,0%	39 15,7%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	1 25,0%	6 2,4%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	30 14,7%	2 16,7%	3 10,3%	1 25,0%	36 14,5%
Empresário: com até 5 empregados	10 4,9%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	14 5,6%
Empresário: com 6 a 20 empregados	6 2,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,8%
Empresário: com 21 a 50 empregados	0 0,0%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Empresário: com 51 a 100 empregados	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Não sei	2 1,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,2%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 183.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	33 15,3%	2 16,7%	4 16,0%	1 25,0%	40 15,6%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	28 13,0%	2 16,7%	2 8,0%	0 0,0%	32 12,5%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	14 6,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	14 5,5%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	6 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,3%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	0 0,0%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	1 ,4%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	4 1,9%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	5 2,0%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	4 1,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	7 3,3%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	9 3,5%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	21 9,8%	0 0,0%	2 8,0%	0 0,0%	23 9,0%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	17 7,9%	2 16,7%	1 4,0%	2 50,0%	22 8,6%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	6 2,8%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	7 2,7%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	34 15,8%	2 16,7%	6 24,0%	0 0,0%	42 16,4%
Empresário: com até 5 empregados	18 8,4%	1 8,3%	3 12,0%	0 0,0%	22 8,6%
Empresário: com 6 a 20 empregados	8 3,7%	0 0,0%	2 8,0%	0 0,0%	10 3,9%
Empresário: com 21 a 50 empregados	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Empresário: com 51 a 100 empregados	2 ,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Empresário: com mais de 100 empregados	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Prendas domésticas	2 ,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Não sei	7 3,3%	2 16,7%	1 4,0%	1 25,0%	11 4,3%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 183: Ocupação que seu pai exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 183.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	2	14,3
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	2	14,3
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	1	7,1
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1	7,1
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1	7,1
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	1	7,1
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	1	7,1
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	1	7,1
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	1	7,1
Empresário: com até 5 empregados	1	7,1
Empresário: com 21 a 50 empregados	1	7,1
Não sei	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 184: Ocupação da mãe exerceu/exerce por/há mais tempo

Tabela 184.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	128 7,3%	15 10,9%	7 8,4%	0 0,0%	150 7,6%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	360 20,6%	32 23,4%	17 20,5%	3 25,0%	412 20,8%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	107 6,1%	3 2,2%	7 8,4%	0 0,0%	117 5,9%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	15 ,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	15 ,8%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	29 1,7%	1 ,7%	1 1,2%	0 0,0%	31 1,6%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	9 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	9 ,5%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	9 ,5%	3 2,2%	1 1,2%	0 0,0%	13 ,7%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	57 3,3%	6 4,4%	2 2,4%	1 8,3%	66 3,3%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	43 2,5%	4 2,9%	3 3,6%	0 0,0%	50 2,5%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	76 4,3%	8 5,8%	0 0,0%	1 8,3%	85 4,3%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	15 ,9%	1 ,7%	1 1,2%	0 0,0%	17 ,9%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	83 4,7%	8 5,8%	4 4,8%	2 16,7%	97 4,9%
Empresário: com até 5 empregados	64 3,7%	7 5,1%	2 2,4%	0 0,0%	73 3,7%
Empresário: com 6 a 20 empregados	26 1,5%	1 ,7%	0 0,0%	1 8,3%	28 1,4%
Empresário: com 21 a 50 empregados	5 ,3%	0 0,0%	2 2,4%	0 0,0%	7 ,4%
Empresário: com 51 a 100 empregados	7 ,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 ,4%
Empresário: com mais de 100 empregados	4 ,2%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	5 ,3%
Prendas domésticas	701 40,1%	47 34,3%	35 42,2%	4 33,3%	787 39,7%
Não sei	12 ,7%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	13 ,7%
Total	1750 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1982 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 184: Ocupação da mãe exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 184.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	5 2,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	45 22,1%	2 16,7%	5 17,2%	1 25,0%	53 21,3%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	15 7,4%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	17 6,8%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	3 1,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	4 1,6%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	6 2,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,4%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	0 0,0%	2 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	5 2,0%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	10 4,9%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	14 5,6%
Empresário: com até 5 empregados	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	5 2,0%
Empresário: com 6 a 20 empregados	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Prendas domésticas	103 50,5%	7 58,3%	15 51,7%	3 75,0%	128 51,4%
Não sei	1 ,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	2 ,8%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 184.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	4	1	1	1	7
	1,9%	8,3%	4,0%	25,0%	2,7%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	20	2	3	0	25
	9,3%	16,7%	12,0%	0,0%	9,8%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	7	0	0	0	7
	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	2	0	0	0	2
	,9%	0,0%	0,0%	0,0%	,8%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	3	0	0	0	3
	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	3	1	1	0	5
	1,4%	8,3%	4,0%	0,0%	2,0%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	8	0	2	0	10
	3,7%	0,0%	8,0%	0,0%	3,9%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	5	1	0	2	8
	2,3%	8,3%	0,0%	50,0%	3,1%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	4	0	0	0	4
	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	16	1	0	0	17
	7,4%	8,3%	0,0%	0,0%	6,6%
Empresário: com até 5 empregados	4	0	1	0	5
	1,9%	0,0%	4,0%	0,0%	2,0%
Empresário: com 6 a 20 empregados	1	0	1	0	2
	,5%	0,0%	4,0%	0,0%	,8%
Empresário: com 51 a 100 empregados	1	0	0	0	1
	,5%	0,0%	0,0%	0,0%	,4%
Prendas domésticas	135	6	16	1	158
	62,8%	50,0%	64,0%	25,0%	61,7%
Não sei	2	0	0	0	2
	,9%	0,0%	0,0%	0,0%	,8%
Total	215	12	25	4	256
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 184: Ocupação da mãe exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 184.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	2	14,3
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	1	7,1
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado,	1	7,1
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1	7,1
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	1	7,1
Prendas domésticas	7	50,0
Não sei	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 185: Ocupação que seu avô paterno exerceu/exerce por/há mais tempo

Tabela 185.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	81 4,6%	8 5,8%	3 3,6%	0 0,0%	92 4,6%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	86 4,9%	9 6,6%	2 2,4%	0 0,0%	97 4,9%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	62 3,5%	4 2,9%	4 4,8%	0 0,0%	70 3,5%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	13 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	1 8,3%	14 ,7%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	14 ,8%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	15 ,8%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	16 ,9%	1 ,7%	2 2,4%	0 0,0%	19 1,0%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	12 ,7%	2 1,5%	1 1,2%	0 0,0%	15 ,8%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	29 1,7%	3 2,2%	3 3,6%	0 0,0%	35 1,8%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	87 5,0%	12 8,8%	9 10,8%	2 16,7%	110 5,5%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	92 5,3%	8 5,8%	2 2,4%	1 8,3%	103 5,2%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	81 4,6%	7 5,1%	6 7,2%	1 8,3%	95 4,8%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	537 30,7%	49 35,8%	25 30,1%	5 41,7%	616 31,1%
Empresário: com até 5 empregados	168 9,6%	15 10,9%	5 6,0%	0 0,0%	188 9,5%
Empresário: com 6 a 20 empregados	59 3,4%	2 1,5%	5 6,0%	0 0,0%	66 3,3%
Empresário: com 21 a 50 empregados	15 ,9%	1 ,7%	3 3,6%	0 0,0%	19 1,0%
Empresário: com 51 a 100 empregados	8 ,5%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	9 ,5%
Empresário: com mais de 100 empregados	16 ,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 ,8%
Prendas domésticas	16 ,9%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	17 ,9%
Não sei	358 20,5%	15 10,9%	11 13,3%	2 16,7%	386 19,5%
Total	1750 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1982 100,0%

CONTINUAÇÃO - *Questão 185: Ocupação que seu avô paterno exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 185.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	18 8,8%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	22 8,8%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	12 5,9%	1 8,3%	2 6,9%	1 25,0%	16 6,4%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	9 4,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	10 4,0%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	5 2,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	6 2,4%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.	4 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	6 2,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	7 2,8%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	11 5,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	11 4,4%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	9 4,4%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	11 4,4%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	9 4,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	10 4,0%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	43 21,1%	4 33,3%	7 24,1%	3 75,0%	57 22,9%
Empresário: com até 5 empregados	23 11,3%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	27 10,8%
Empresário: com 6 a 20 empregados	6 2,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	7 2,8%
Empresário: com 21 a 50 empregados	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Empresário: com 51 a 100 empregados	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Não sei	41 20,1%	2 16,7%	10 34,5%	0 0,0%	53 21,3%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 185.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	8 3,7%	2 16,7%	2 8,0%	0 0,0%	12 4,7%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	4 1,9%	1 8,3%	2 8,0%	1 25,0%	8 3,1%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	5 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	2 ,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	0 0,0%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	1 ,4%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	8 3,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,1%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	10 4,7%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	11 4,3%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	11 5,1%	0 0,0%	3 12,0%	0 0,0%	14 5,5%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	16 7,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 6,3%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	7 3,3%	2 16,7%	1 4,0%	1 25,0%	11 4,3%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	49 22,8%	4 33,3%	8 32,0%	1 25,0%	62 24,2%
Empresário: com até 5 empregados	24 11,2%	0 0,0%	3 12,0%	0 0,0%	27 10,5%
Empresário: com 6 a 20 empregados	15 7,0%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	16 6,3%
Empresário: com 21 a 50 empregados	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Empresário: com 51 a 100 empregados	2 ,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Empresário: com mais de 100 empregados	2 ,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Prendas domésticas	1 ,5%	0 0,0%	2 8,0%	0 0,0%	3 1,2%
Não sei	47 21,9%	1 8,3%	2 8,0%	1 25,0%	51 19,9%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 185: Ocupação que seu avô paterno exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 185.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.)	2	14,3
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1	7,1
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	2	14,3
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	1	7,1
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	1	7,1
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	3	21,4
Empresário: com até 5 empregados	2	14,3
Empresário: com 6 a 20 empregados	1	7,1
Não sei	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 186: Ocupação que seu avô materno exerceu/exerce por/há mais tempo

Tabela 186.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	88 5,0%	9 6,6%	4 4,8%	0 0,0%	101 5,1%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	102 5,8%	9 6,6%	8 9,6%	0 0,0%	119 6,0%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	58 3,3%	10 7,3%	3 3,6%	0 0,0%	71 3,6%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	18 1,0%	4 2,9%	0 0,0%	1 8,3%	23 1,2%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	13 ,7%	0 0,0%	2 2,4%	0 0,0%	15 ,8%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	22 1,3%	2 1,5%	1 1,2%	0 0,0%	25 1,3%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	22 1,3%	1 ,7%	3 3,6%	0 0,0%	26 1,3%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	39 2,2%	4 2,9%	1 1,2%	0 0,0%	44 2,2%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	94 5,4%	12 8,8%	5 6,0%	3 25,0%	114 5,8%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	76 4,3%	7 5,1%	2 2,4%	1 8,3%	86 4,3%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	97 5,5%	10 7,3%	2 2,4%	1 8,3%	110 5,5%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	473 27,0%	40 29,2%	28 33,7%	1 8,3%	542 27,3%
Empresário: com até 5 empregados	177 10,1%	5 3,6%	9 10,8%	4 33,3%	195 9,8%
Empresário: com 6 a 20 empregados	50 2,9%	6 4,4%	2 2,4%	0 0,0%	58 2,9%
Empresário: com 21 a 50 empregados	22 1,3%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	23 1,2%
Empresário: com 51 a 100 empregados	4 ,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 ,2%
Empresário: com mais de 100 empregados	8 ,5%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	9 ,5%
Prendas domésticas	76 4,3%	4 2,9%	3 3,6%	0 0,0%	83 4,2%
Não sei	311 17,8%	12 8,8%	10 12,0%	1 8,3%	334 16,9%
Total	1750 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1982 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 186: Ocupação que seu avô materno exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 186.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	12 5,9%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	14 5,6%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	13 6,4%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	16 6,4%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	4 2,0%	1 8,3%	0 0,0%	1 25,0%	6 2,4%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	2 1,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,2%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	7 3,4%	2 16,7%	1 3,4%	0 0,0%	10 4,0%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	14 6,9%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	18 7,2%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	12 5,9%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	13 5,2%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	9 4,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	10 4,0%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	37 18,1%	2 16,7%	6 20,7%	2 50,0%	47 18,9%
Empresário: com até 5 empregados	30 14,7%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	33 13,3%
Empresário: com 6 a 20 empregados	9 4,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	10 4,0%
Empresário: com 21 a 50 empregados	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 ,8%
Empresário: com mais de 100 empregados	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Prendas domésticas	13 6,4%	0 0,0%	2 6,9%	1 25,0%	16 6,4%
Não sei	35 17,2%	2 16,7%	9 31,0%	0 0,0%	46 18,5%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 186.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Serviço público: de alto escalão (diplomata, magistrado oficial militar, professor universitário, funções com qualificação técnica de nível superior – médico, advogado, engenheiro etc.)	12 5,6%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	14 5,5%
Serviço público: de escalão intermediário (chefe de repartição, suboficial militar, professor de ensino médio, bancário etc.)	20 9,3%	0 0,0%	3 12,0%	0 0,0%	23 9,0%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	6 2,8%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	7 2,7%
Funcionário de empresa estatal: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	1 ,5%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	2 ,8%
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Funcionário de empresa estatal: de escalão básico (escriturário, motorista, zelador etc.)	4 1,9%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	6 2,3%
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado, médico, engenheiro etc.)	8 3,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,1%
Funcionário de empresa privada: de escalão intermediário (bancário, professor de ensino médio, contador etc.)	5 2,3%	1 8,3%	1 4,0%	1 25,0%	8 3,1%
Funcionário de empresa privada: de escalão básico (operário, balconista, escriturário, costureira, lavrador etc.)	10 4,7%	1 8,3%	5 20,0%	0 0,0%	16 6,3%
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	7 3,3%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,1%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	11 5,1%	1 8,3%	1 4,0%	2 50,0%	15 5,9%
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	37 17,2%	3 25,0%	4 16,0%	0 0,0%	44 17,2%
Empresário: com até 5 empregados	25 11,6%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	26 10,2%
Empresário: com 6 a 20 empregados	14 6,5%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	15 5,9%
Empresário: com mais de 100 empregados	1 ,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 ,4%
Prendas domésticas	12 5,6%	0 0,0%	3 12,0%	0 0,0%	15 5,9%
Não sei	39 18,1%	2 16,7%	3 12,0%	1 25,0%	45 17,6%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 186: Ocupação que seu avô materno exerceu/exerce por/há mais tempo*

Tabela 186.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Serviço público: de escalão básico (escriturário, atendente, zelador, servente, motorista, militar sem patente etc.	1	7,1
Funcionário de empresa estatal: de escalão intermediário (técnico em computação, bancário, contador etc.)	1	7,1
Funcionário de empresa privada: de alto escalão (dirigente, superintendente, chefe de departamento, gerente, advogado,	1	7,1
Trabalhador autônomo: profissional liberal com curso superior	2	14,3
Trabalhador autônomo: autônomos tais como corretor de imóveis	4	28,6
Trabalhador autônomo: autônomos tais como chofer de taxi, costureira, pedreiro, caminhoneiro, camponês	1	7,1
Empresário: com até 5 empregados	1	7,1
Empresário: com 6 a 20 empregados	2	14,3
Não sei	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 187: Há magistrados(as) na família?

Tabela 187.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1357 77,5%	115 83,9%	58 69,9%	12 100,0%	1542 77,8%
Sim, apenas um(a)	272 15,5%	19 13,9%	20 24,1%	0 0,0%	311 15,7%
Sim, mais de um(a)	121 6,9%	3 2,2%	5 6,0%	0 0,0%	129 6,5%
Total	1750 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1982 100,0%

Tabela 187.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	140 68,6%	9 75,0%	23 79,3%	4 100,0%	176 70,7%
Sim, apenas um(a)	42 20,6%	2 16,7%	5 17,2%	0 0,0%	49 19,7%
Sim, mais de um(a)	22 10,8%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	24 9,6%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 187.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	149 69,3%	8 66,7%	14 56,0%	3 75,0%	174 68,0%
Sim, apenas um(a)	35 16,3%	4 33,3%	9 36,0%	0 0,0%	48 18,8%
Sim, mais de um(a)	31 14,4%	0 0,0%	2 8,0%	1 25,0%	34 13,3%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 187.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Sim, apenas um(a)	2	14,3
Não	12	85,7
Total	14	100,0

Questão 188: Qual o parentesco?

Tabela 188.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Pai/Mãe	143 25,9%	7 28,0%	11 34,4%	161
Irmão(ã)	76 13,8%	6 24,0%	4 12,5%	86
Avô/Avó	23 4,2%	1 4,0%	1 3,1%	25
Tio(a)	97 17,6%	5 20,0%	2 6,3%	104
Primo(a)	151 27,4%	5 20,0%	8 25,0%	164
Filho(a)	7 1,3%	0 0,0%	1 3,1%	8
Sobrinho(a)	12 2,2%	0 0,0%	2 6,3%	14
Cônjuge	43 7,8%	1 4,0%	3 9,4%	47
Total	552	25	32	609

Tabela 188.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Pai/Mãe	20 22,2%	0 0,0%	1 14,3%	21
Irmão(ã)	19 21,1%	0 0,0%	3 42,9%	22
Avô/Avó	5 5,6%	1 25,0%	0 0,0%	6
Tio(a)	12 13,3%	0 0,0%	1 14,3%	13
Primo(a)	18 20,0%	3 75,0%	2 28,6%	23
Filho(a)	5 5,6%	0 0,0%	0 0,0%	5
Sobrinho(a)	4 4,4%	0 0,0%	0 0,0%	4
Cônjuge	7 7,8%	0 0,0%	0 0,0%	7
Total	90	4	7	101

Tabela 188.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pai/Mãe	11 9,6%	1 25,0%	1 7,7%	1 50,0%	14
Irmão(ã)	17 14,8%	1 25,0%	2 15,4%	0 0,0%	20
Avô/Avó	8 7,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	9
Tio(a)	15 13,0%	0 0,0%	2 15,4%	0 0,0%	17
Primo(a)	24 20,9%	1 25,0%	2 15,4%	0 0,0%	27
Filho(a)	24 20,9%	0 0,0%	2 15,4%	0 0,0%	26
Sobrinho(a)	13 11,3%	0 0,0%	2 15,4%	1 50,0%	16
Cônjuge	3 2,6%	0 0,0%	2 15,4%	0 0,0%	5
Total	115	4	13	2	134

Tabela 188.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Irmão(ã)	1	50,0
Primo(a)	1	50,0
Total	2	100,0

Questão 189: Há membros do Ministério Público na família?

Tabela 189.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	1495 85,5%	129 94,2%	75 90,4%	10 83,3%	1709 86,3%
Sim, apenas um	215 12,3%	7 5,1%	8 9,6%	1 8,3%	231 11,7%
Sim, mais de um	39 2,2%	1 0,7%	0 0,0%	1 8,3%	41 2,1%
Total	1749 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1981 100,0%

Tabela 189.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	169 82,8%	11 91,7%	27 93,1%	4 100,0%	211 84,7%
Sim, apenas um	30 14,7%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	32 12,9%
Sim, mais de um	5 2,5%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,4%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 189.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Não	189 87,9%	9 75,0%	22 88,0%	4 100,0%	224 87,5%
Sim, apenas um	20 9,3%	3 25,0%	3 12,0%	0 0,0%	26 10,2%
Sim, mais de um	6 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,3%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 189.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Não	12	85,7
Sim, apenas um	1	7,1
Sim, mais de um	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 190: Qual o parentesco?

Tabela 190.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Pai/Mãe	50 16,5%	2 22,2%	0 0,0%	0 0,0%	52
Irmão(ã)	54 17,8%	0 0,0%	2 25,0%	1 33,3%	57
Avô/Avó	17 5,6%	0 0,0%	1 12,5%	0 0,0%	18
Tio(a)	50 16,5%	4 44,4%	2 25,0%	1 33,3%	57
Primo(a)	80 26,4%	2 22,2%	3 37,5%	1 33,3%	86
Filho(a)	6 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6
Sobrinho(a)	8 2,6%	1 11,1%	0 0,0%	0 0,0%	9
Cônjuge	38 12,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	38
Total	303	9	8	3	323

Tabela 190.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Pai/Mãe	6 15,0%	1 50,0%	0 0,0%	7
Irmão(ã)	5 12,5%	0 0,0%	0 0,0%	5
Avô/Avó	1 2,5%	0 0,0%	0 0,0%	1
Tio(a)	4 10,0%	0 0,0%	1 50,0%	5
Primo(a)	12 30,0%	1 50,0%	1 50,0%	14
Filho(a)	3 7,5%	0 0,0%	0 0,0%	3
Sobrinho(a)	4 10,0%	0 0,0%	0 0,0%	4
Cônjuge	5 12,5%	0 0,0%	0 0,0%	5
Total	40	2	2	44

***CONTINUAÇÃO** - Questão 190: Qual o parentesco?*

Tabela 190.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça			Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	
Pai/Mãe	2 6,3%	0 0,0%	0 0,0%	2
Irmão(ã)	7 21,9%	1 33,3%	0 0,0%	8
Tio(a)	4 12,5%	0 0,0%	0 0,0%	4
Primo(a)	7 21,9%	0 0,0%	0 0,0%	7
Filho(a)	5 15,6%	1 33,3%	2 66,7%	8
Sobrinho(a)	5 15,6%	1 33,3%	1 33,3%	7
Cônjuge	2 6,3%	0 0,0%	0 0,0%	2
Total	32	3	3	38

Tabela 190.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Grau de parentesco com membros do ministério público	Nº absoluto	%
Pai/Mãe	1	33,3%
Irmão(ã)	1	33,3%
Cônjuge	1	33,3%
Total	3	100,0%

Questão 191: Estado (UF) de origem do pai

Tabela 191.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	3 0,2%	1 ,7%	1 1,2%	0 0,0%	5 0,3%
AL	33 1,9%	3 2,2%	1 1,2%	0 0,0%	37 1,9%
AM	15 0,9%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	17 0,9%
BA	67 3,8%	9 6,6%	4 4,8%	1 8,3%	81 4,1%
CE	89 5,1%	5 3,6%	1 1,2%	1 8,3%	96 4,8%
DF	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
ES	66 3,8%	3 2,2%	2 2,4%	0 0,0%	71 3,6%
GO	47 2,7%	2 1,5%	2 2,4%	1 8,3%	52 2,6%
MA	43 2,5%	2 1,5%	1 1,2%	0 0,0%	46 2,3%
MT	16 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 0,8%
MS	16 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	16 0,8%
MG	213 12,2%	12 8,8%	6 7,2%	2 16,7%	233 11,7%
PA	26 1,5%	4 2,9%	2 2,4%	0 0,0%	32 1,6%
PB	70 4,0%	2 1,5%	2 2,4%	0 0,0%	74 3,7%
PR	94 5,4%	7 5,1%	8 9,6%	0 0,0%	109 5,5%
PE	62 3,5%	5 3,6%	8 9,6%	1 8,3%	76 3,8%
PI	44 2,5%	2 1,5%	3 3,6%	0 0,0%	49 2,5%
RJ	216 12,3%	16 11,7%	7 8,4%	1 8,3%	240 12,1%
RN	44 2,5%	2 1,5%	2 2,4%	1 8,3%	49 2,5%
RS	158 9,0%	14 10,2%	12 14,5%	1 8,3%	185 9,3%
RO	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
RR	3 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 0,2%
SC	78 4,5%	5 3,6%	1 1,2%	0 0,0%	84 4,2%
SP	272 15,5%	31 22,6%	17 20,5%	2 16,7%	322 16,2%
SE	28 1,6%	2 1,5%	1 1,2%	0 0,0%	31 1,6%
TO	4 0,2%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	6 0,3%
Estrangeiro	43 2,5%	6 4,4%	2 2,4%	1 8,3%	52 2,6%
Total	1752 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1984 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 191: Estado (UF) de origem do pai*

Tabela 191.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AL	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AM	3 1,5%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	5 2,0%
BA	8 3,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	9 3,6%
CE	5 2,5%	2 16,7%	2 6,9%	0 0,0%	9 3,6%
ES	6 3,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,4%
GO	2 1,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,2%
MA	4 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
MT	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
MG	19 9,4%	1 8,3%	3 10,3%	2 50,0%	25 10,1%
PA	2 1,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,2%
PB	2 1,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	3 1,2%
PR	14 6,9%	1 8,3%	2 6,9%	0 0,0%	17 6,9%
PE	4 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
PI	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
RJ	23 11,3%	1 8,3%	3 10,3%	0 0,0%	27 10,9%
RN	7 3,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,8%
RS	33 16,3%	2 16,7%	3 10,3%	1 25,0%	39 15,7%
SC	15 7,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	16 6,5%
SP	34 16,7%	3 25,0%	10 34,5%	0 0,0%	47 19,0%
SE	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Estrangeiro	15 7,4%	0 0,0%	1 3,4%	1 25,0%	17 6,9%
Total	203 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	248 100,0%

Tabela 191.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AL	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
AM	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
BA	6 2,8%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,7%
CE	7 3,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,7%
ES	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
GO	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
MS	3 1,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
MG	25 11,7%	2 16,7%	4 16,0%	0 0,0%	31 12,2%
PA	6 2,8%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 2,4%
PB	4 1,9%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	6 2,4%
PR	8 3,7%	0 0,0%	1 4,0%	1 25,0%	10 3,9%
PE	8 3,7%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	9 3,5%
PI	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
RJ	17 7,9%	1 8,3%	3 12,0%	0 0,0%	21 8,2%
RN	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
RS	40 18,7%	3 25,0%	4 16,0%	3 75,0%	50 19,6%
RR	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
SC	6 2,8%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	7 2,7%
SP	51 23,8%	2 16,7%	9 36,0%	0 0,0%	62 24,3%
SE	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Estrangeiro	15 7,0%	1 8,3%	1 4,0%	0 0,0%	17 6,7%
Total	214 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	255 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 191: Estado (UF) de origem do pai*

Tabela 191.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

UF	Nº absoluto	%
SP	5	35,7
PR	2	14,3
RS	2	14,3
AM	1	7,1
BA	1	7,1
GO	1	7,1
RN	1	7,1
Estrangeiro	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 192: Estado (UF) de origem da mãe

Tabela 192.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	8 0,5%	1 0,7%	1 1,2%	0 0,0%	10 0,5%
AL	28 1,6%	4 2,9%	1 1,2%	0 0,0%	33 1,7%
AP	2 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
AM	19 1,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	19 1,0%
BA	72 4,1%	12 8,8%	5 6,0%	1 8,3%	90 4,5%
CE	86 4,9%	4 2,9%	0 0,0%	1 8,3%	91 4,6%
DF	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
ES	75 4,3%	3 2,2%	2 2,4%	0 0,0%	80 4,0%
GO	45 2,6%	3 2,2%	2 2,4%	1 8,3%	51 2,6%
MA	36 2,1%	4 2,9%	1 1,2%	0 0,0%	41 2,1%
MT	23 1,3%	1 ,7%	0 0,0%	0 0,0%	24 1,2%
MS	13 0,7%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	14 0,7%
MG	205 11,7%	11 8,0%	9 10,8%	2 16,7%	227 11,4%
PA	19 1,1%	3 2,2%	2 2,4%	1 8,3%	25 1,3%
PB	64 3,7%	4 2,9%	1 1,2%	0 0,0%	69 3,5%
PR	110 6,3%	9 6,6%	6 7,2%	0 0,0%	125 6,3%
PE	62 3,5%	6 4,4%	7 8,4%	0 0,0%	75 3,8%
PI	39 2,2%	0 0,0%	4 4,8%	0 0,0%	43 2,2%
RJ	236 13,5%	17 12,4%	6 7,2%	2 16,7%	261 13,1%
RN	51 2,9%	1 0,7%	1 1,2%	1 8,3%	54 2,7%
RS	147 8,4%	16 11,7%	10 12,0%	1 8,3%	174 8,8%
RO	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
RR	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
SC	85 4,8%	3 2,2%	5 6,0%	0 0,0%	93 4,7%
SP	271 15,5%	27 19,7%	18 21,7%	2 16,7%	318 16,0%
SE	28 1,6%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	30 1,5%
TO	4 0,2%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	5 0,3%
Estrangeiro	22 1,3%	4 2,9%	2 2,4%	0 0,0%	28 1,4%
Total	1753 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1985 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 192: Estado (UF) de origem da mãe*

Tabela 192.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AC	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AL	4 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
AM	4 2,0%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	6 2,4%
BA	6 2,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	7 2,8%
CE	6 2,9%	2 16,7%	1 3,4%	0 0,0%	9 3,6%
ES	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
GO	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
MA	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
MT	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
MS	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
MG	20 9,8%	1 8,3%	6 20,7%	2 50,0%	29 11,6%
PA	1 0,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	2 0,8%
PB	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
PR	22 10,8%	0 0,0%	2 6,9%	0 0,0%	24 9,6%
PE	4 2,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	5 2,0%
PI	4 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
RJ	31 15,2%	1 8,3%	1 3,4%	0 0,0%	33 13,3%
RN	3 1,5%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	4 1,6%
RS	33 16,2%	2 16,7%	4 13,8%	1 25,0%	40 16,1%
SC	12 5,9%	2 16,7%	0 0,0%	0 0,0%	14 5,6%
SP	34 16,7%	3 25,0%	9 31,0%	1 25,0%	47 18,9%
Estrangeiro	7 3,4%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	8 3,2%
Total	204 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	249 100,0%

Tabela 192.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

UF	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
AL	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
AP	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
AM	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
BA	8 3,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,1%
CE	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
ES	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
GO	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
MT	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
MS	4 1,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
MG	29 13,5%	2 16,7%	4 16,0%	0 0,0%	35 13,7%
PA	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
PB	3 1,4%	0 0,0%	2 8,0%	0 0,0%	5 2,0%
PR	11 5,1%	0 0,0%	2 8,0%	1 25,0%	14 5,5%
PE	8 3,7%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	9 3,5%
PI	3 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
RJ	22 10,2%	1 8,3%	3 12,0%	0 0,0%	26 10,2%
RN	4 1,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
RS	39 18,1%	3 25,0%	5 20,0%	3 75,0%	50 19,5%
SC	5 2,3%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	6 2,3%
SP	52 24,2%	2 16,7%	8 32,0%	0 0,0%	62 24,2%
SE	3 1,4%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
Estrangeiro	7 3,3%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,1%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

CONTINUAÇÃO - *Questão 192: Estado (UF) de origem da mãe*

Tabela 192.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

UF	Nº absoluto	%
SP	4	28,6
PR	2	14,3
SC	2	14,3
AM	1	7,1
BA	1	7,1
GO	1	7,1
PI	1	7,1
RN	1	7,1
RS	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 193: Tipo de cidade de origem do pai

Tabela 193.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	417	37	21	4	479
	23,8%	27,0%	25,3%	33,3%	24,2%
Interior	1334	100	62	8	1504
	76,2%	73,0%	74,7%	66,7%	75,8%
Total	1751	137	83	12	1983
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 193.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	54	3	7	0	64
	26,5%	25,0%	24,1%	0,0%	25,7%
Interior	150	9	22	4	185
	73,5%	75,0%	75,9%	100,0%	74,3%
Total	204	12	29	4	249
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 193.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	48	3	6	2	59
	22,3%	25,0%	24,0%	50,0%	23,0%
Interior	167	9	19	2	197
	77,7%	75,0%	76,0%	50,0%	77,0%
Total	215	12	25	4	256
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 193.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Capital	7	50,0
Interior	7	50,0
Total	14	100,0

Questão 194: Tipo de cidade de origem da mãe

Tabela 194. 1– JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	453	33	26	5	517
	25,9%	24,1%	31,3%	41,7%	26,1%
Interior	1298	104	57	7	1466
	74,1%	75,9%	68,7%	58,3%	73,9%
Total	1751	137	83	12	1983
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 194.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	78	4	8	2	92
	38,2%	33,3%	27,6%	50,0%	36,9%
Interior	126	8	21	2	157
	61,8%	66,7%	72,4%	50,0%	63,1%
Total	204	12	29	4	249
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 194.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	54	6	5	1	66
	25,1%	50,0%	20,0%	25,0%	25,8%
Interior	161	6	20	3	190
	74,9%	50,0%	80,0%	75,0%	74,2%
Total	215	12	25	4	256
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 194.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Interior	9	64,3
Capital	5	35,7
Total	14	100,0

Questão 195: Tipo de cidade de origem do avô paterno

Tabela 195.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	279	19	12	3	313
	15,9%	13,9%	14,5%	25,0%	15,8%
Interior	1472	118	71	9	1670
	84,1%	86,1%	85,5%	75,0%	84,2%
Total	1751	137	83	12	1983
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 195.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	33	3	5	0	41
	16,2%	25,0%	17,2%	0,0%	16,5%
Interior	171	9	24	4	208
	83,8%	75,0%	82,8%	100,0%	83,5%
Total	204	12	29	4	249
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 195.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	34	2	3	1	40
	15,8%	16,7%	12,0%	25,0%	15,6%
Interior	181	10	22	3	216
	84,2%	83,3%	88,0%	75,0%	84,4%
Total	215	12	25	4	256
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 195.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Interior	8	57,1
Capital	6	42,9
Total	14	100,0

Questão 196: Tipo de cidade de origem do avô materno

Tabela 196.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	280	19	16	4	319
	16,0%	13,9%	19,3%	33,3%	16,1%
Interior	1471	118	67	8	1664
	84,0%	86,1%	80,7%	66,7%	83,9%
Total	1751	137	83	12	1983
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 196.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	41	3	6	0	50
	20,1%	25,0%	20,7%	0,0%	20,1%
Interior	163	9	23	4	199
	79,9%	75,0%	79,3%	100,0%	79,9%
Total	204	12	29	4	249
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 196.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Capital	42	3	2	1	48
	19,5%	25,0%	8,0%	25,0%	18,8%
Interior	173	9	23	3	208
	80,5%	75,0%	92,0%	75,0%	81,3%
Total	215	12	25	4	256
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 196.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Interior	9	64,3
Capital	5	35,7
Total	14	100,0

Questão 197: País de origem do pai

Tabela 197.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Brasil	1711 97,5%	131 95,6%	81 97,6%	11 91,7%	1934 97,4%
Alemanha	0 0,0%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
Áustria	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Cabo Verde	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Colômbia	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Coreia do Sul	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Grécia	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Itália	10 0,6%	2 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	12 0,6%
Japão	2 0,1%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	3 0,2%
Líbano	4 0,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,2%
Portugal	21 1,2%	2 1,5%	1 1,2%	1 8,3%	25 1,3%
Síria	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - Questão 197: País de origem do pai*

Tabela 197.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Brasil	190 92,7%	12 100,0%	28 96,6%	3 75,0%	233 93,2%
Alemanha	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Bélgica	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Cabo Verde	0 0,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	1 0,4%
Espanha	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Itália	4 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 1,6%
Japão	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Líbano	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Portugal	3 1,5%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	4 1,6%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

Tabela 197.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Brasil	200 93,0%	11 91,7%	24 96,0%	4 100,0%	239 93,4%
Áustria	0 0,0%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Espanha	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Estônia	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Grécia	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Itália	2 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Japão	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Líbano	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Lituânia	0 0,0%	0 0,0%	1 4,0%	0 0,0%	1 0,4%
Palestina	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Portugal	5 2,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 2,0%
Síria	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Suíça	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 197.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

Opções	Nº absoluto	%
Brasil	13	92,9
Croácia, ex-Iugoslávia	1	7,1
Total	14	100,0

Questão 198: País de origem da mãe

Tabela 198.1 – JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Brasil	1732 98,7%	133 97,1%	81 97,6%	12 100,0%	1958 98,6%
Alemanha	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Bolívia	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Coreia do Sul	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Espanha	2 0,1%	0 0,0%	1 1,2%	0 0,0%	3 0,2%
Hungria	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Israel	0 0,0%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Itália	1 0,1%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
Japão	1 0,1%	1 0,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
Líbano	2 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,1%
Paraguai	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Portugal	9 0,5%	1 0,7%	1 1,2%	0 0,0%	11 0,6%
Síria	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Uruguai	1 0,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,1%
Total	1754 100,0%	137 100,0%	83 100,0%	12 100,0%	1986 100,0%

Tabela 198.2 – JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Brasil	198 96,6%	12 100,0%	28 96,6%	4 100,0%	242 96,8%
Cabo Verde	0 0,0%	0 0,0%	1 3,4%	0 0,0%	1 0,4%
Espanha	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Hungria	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Itália	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Japão	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Portugal	2 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,8%
Total	205 100,0%	12 100,0%	29 100,0%	4 100,0%	250 100,0%

***CONTINUAÇÃO** - QQuestão 198: País de origem da mãe*

Tabela 198.3 – JUÍZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

Opções	Ramo da Justiça				Total
	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Trabalhista	Justiça Militar	
Brasil	208 96,7%	11 91,7%	25 100,0%	4 100,0%	248 96,9%
Argentina	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Espanha	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Japão	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Líbano	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Portugal	2 0,9%	1 8,3%	0 0,0%	0 0,0%	3 1,2%
Suíça	1 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 0,4%
Total	215 100,0%	12 100,0%	25 100,0%	4 100,0%	256 100,0%

Tabela 198.4 – MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

País de origem da mãe:	Nº absoluto	%
Brasil	14	100,0
Total	14	100,0%

QUEM SOMOS

A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS

AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros



QUEM SOMOS

A MAGISTRATURA QUE QUEREMOS

AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros

www.amb.com.br
www.flickr.com/magistradosbrasileiros
www.twitter.com/Magistrados
www.youtube.com/AMBMagistrados
@magistradosbrasileiros
www.facebook.com/magistradosbrasileiros
Aplicativo: AMB Magistrados